

Rio Grande do Sul:
Estudos de Geografia
Agrária

© dos autores
1ª edição: 2015

Projeto gráfico: Jadeditora Edição Gráfica
Editoração: Rafael Marczal de Lima
Impressão: Evangraf Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R585 Rio Grande do Sul : estudos de geografia agrária / organizadores César De David, Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Janete Webler Cancelier. – Porto Alegre : Evangraf, 2015.
274 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7727-723-0

1. Geografia agrícola - Rio Grande do Sul. 2. Agronegócios. 3. Políticas públicas - Rio Grande do Sul. 4. Agricultura familiar. 5. Reforma agrária. 6. Agroindústria. 7. Conflitos socioambientais. I. De David, César. II. Wizniewsky, Carmen Rejane Flores. III. Cancelier, Janete Webler.

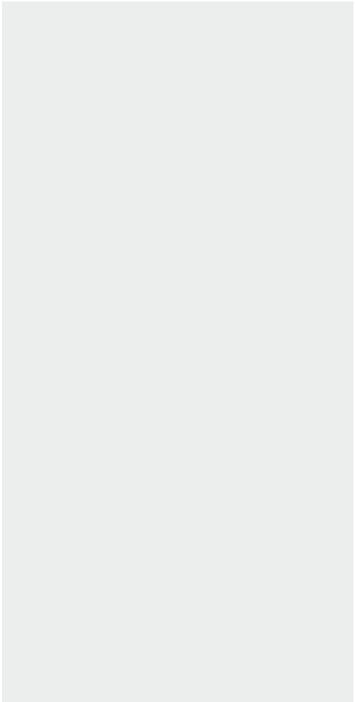
CDU 631:338.24(816.5)

CDD 630.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)



Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária



César De David
Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Janete Webler Cancelier
Organizadores



Conselho Editorial Evangaf

Daniela de Freitas Ledur (UFRGS)

Mauro Meirelles (UNILASALLE)

Paulo Fávio Ledur (PUCRS)

Ribas Vidal (UFRGS)

Valdir Pedde (FEEVALE)

Véra Lucia Maciel Barroso (FAPA)

Sumário

Prefácio..... 7

Apresentação..... 11

Sobre os autores 15

Capítulo 1

Desenvolvimento territorial e Políticas
Públicas: o caso do Programa Territórios da
Cidadania e a sua implementação no território
região Central/RS..... 19
Ananda de Carvalho

Capítulo 2

A influência de complexos agroindustriais nas
transformações da espacialidade rural de Três
Passos – RS..... 37
Ana Leticia de Oliveira e Vera Maria Favila Miorin

Capítulo 3

Um olhar sobre as transformações no espaço
rural de Júlio de Castilhos/RS..... 59
Monica Cargin

Capítulo 4

A territorialização da produção da soja no
distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS..... 79
Leandro Jesus Maciel de Menezes e Cesar de David

Capítulo 5

A soja como estratégia de reprodução
socioeconômica: o caso dos agricultores
familiares de Guarani das Missões/RS..... 99
*Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz
e Carmen Rejane Flores Wizniewsky*

Capítulo 6

Entre o tradicional e o moderno: os saberes
e a identidade dos agricultores do Alto

Camaquã-RS 121

Marilse Beatriz Losekann

Capítulo 7

As Estratégias de Resistência da Agricultura
Familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão

dos Saldanhas – Manoel Viana/RS. 143

Alecsandra Santos da Cunha

Capítulo 8

Sistemas agrários locais: um estudo sobre o

município de Pelotas-RS 165

Giancarla Salamoni e Maiara Tavares Sodré

Capítulo 9

O MST chega a Terra dos Marechais: desafios
na construção de um novo território camponês
nos domínios do latifúndio 189

Anderson Luiz Machado dos Santos

Capítulo 10

Agricultores assentados: atores sociais
reconstruindo seu novo território a partir
da interação entre práticas e formas de

organização com o ambiente. 215

Rosa Maria Vieira Medeiros, Felipe Monteblanco

e Michele Lindner

Capítulo 11

Conflitos socioambientais em áreas de
preservação permanentes do assentamento

Nova Batalha, Vacaria/RS 237

Pâmela Corrêa Peres

Capítulo 12

Transformações no espaço rural gaúcho: Um
esforço de síntese 261

Cesar De David

Prefácio

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais, como referência de permanência de atividades, de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, o campo abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem as mudanças em curso. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas.

Destarte, o espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. Por outro lado, o espaço rural da produção familiar é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção

alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias de sobrevivência. Há também muito sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo. Temos assim novas territorialidades e ruralidades.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham atividades que não propriamente a agrícola. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo pois, além das atividades agrícolas passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas.

Assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, fato que ocorre também no espaço rural gaúcho. O presente livro procura através dos seus 12 capítulos, com a contribuição de vários pesquisadores de universidades gaúchas, evidenciar essas transformações em curso, no território do estado do Rio Grande do Sul. Assim, temas como políticas públicas, desenvolvimento territorial, complexos agroindústrias, agricultura familiar, reforma agrária e conflitos socioambientais são apresentados para a nossa reflexão sobre as transformações em curso no espaço rural gaúcho. São vários os exemplos analisados para evidenciar as transformações em curso, como os territórios da cidadania na Região Central do Rio Grande

do Sul, as do espaço rural em Júlio de Castilhos, Santa Maria, Guarani das Missões, Manoel Viana, Vacaria entre outros municípios.

Trata-se uma leitura instigante, que nos permite acompanhar a dinâmica espacial do rural gaúcho em sua diversidade, pois são retratadas de forma exemplar, as transformações em curso no espaço rural gaúcho.

Glaucio José Marafon Professor Associado da UERJ.

Apresentação

Pensar o campo gaúcho é um esforço empreendido por pesquisadores das mais diferentes ciências que têm oferecido uma ampla variedade de teorias e metodologias capazes de dar conta de sua diversidade, dinamicidade e complexidade. Historicamente, os geógrafos têm contribuído nesse sentido, sobretudo no que se refere à compreensão das transformações socioespaciais rurais, ampliadas e aceleradas pelo atual contexto da mundialização da economia e seus efeitos sobre a produção agrícola e os modos de vida e de trabalho das populações rurais.

Esta coletânea reúne a contribuição de geógrafos de diferentes instituições que discutem e propõem caminhos de interpretação da dinamicidade e conflitualidade que o espaço rural gaúcho tem apresentando recentemente.

O primeiro capítulo procura refletir sobre o modelo de desenvolvimento territorial e as políticas públicas, analisando a implementação do programa Territórios da Cidadania e a sua realização no Território Região Central/RS. Este estudo evidencia que a articulação entre desenvolvimento rural e

abordagem territorial no Brasil é ainda incipiente, tendo pouca relevância dentro do cenário geral da política nacional, além de não apontar soluções mais estruturais para os problemas de desigualdade e pobreza.

O segundo capítulo apresenta reflexões acerca da influência de complexos agroindustriais nas transformações da espacialidade rural de Três Passos – RS. Neste estudo procura-se analisar os elementos integrantes e definidores da dinâmica existente nas relações de produção e interações entre o complexo agroindustrial, (CAI) e a espacialidade rural e Urbana.

O terceiro capítulo atribuí um olhar sobre as transformações no espaço rural de Júlio de Castilhos/RS. Traz um resgate da gênese e da evolução histórica e socioeconômica do município de Júlio de Castilhos/RS, demonstrando a influência das mudanças ao longo do contexto histórico e atual, no espaço rural, para o desenvolvimento e organização do seu espaço produtivo.

No quarto capítulo a análise está focada na territorialização da produção da soja no distrito de Santa Flora - Santa Maria/RS. Apresenta considerações referentes à como tem se dado este fenômeno neste distrito, demonstrando, as razões pelas quais a territorialização da produção da soja e sua perspectiva de continuidade apresenta um caráter ambíguo, num contexto em que há distintos sujeitos envolvidos direta e indiretamente buscando, sob condições diversas e de distintas formas, estabelecer relações que venham a possibilitar a ampliação de seus territórios.

O quinto capítulo coloca a soja como estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares de Guarani das Missões/RS. Tem o objetivo de conhecer os impactos do modelo modernizador introduzidos pela cultura da soja, bem como as suas influências na organização do espaço rural e na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Guarani das Missões – RS.

No sexto capítulo as reflexões entre o tradicional e o moderno: os saberes e a identidade dos agricultores do Alto Camaquã-RS. Busca compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da localidade “Costa do Bica” e “Paredão”, no município de Piratini/RS. E como esses sujeitos mantêm e reproduzem os saberes tradicionais, que orientam a forma de viver e se relacionar no lugar onde vivem, ou seja, nas relações que

se criam na própria família, com os vizinhos, com o meio ambiente, e com suas atividades produtivas e mercado.

O sétimo capítulo expõe as Estratégias de Resistência da Agricultura Familiar no Cerro da Jagatirica e no Rincão dos Saldanhas – Manoel Viana/RS. Realiza uma reflexão acerca do processo de territorialização e reterritorialização da agricultura familiar na campanha gaúcha. Assim como, às estratégias de reprodução da unidade familiar no âmbito da Microrregião Campanha Ocidental, especificamente no município de Manoel Viana.

No oitavo capítulo o debate vai de encontro aos sistemas agrários locais: um estudo sobre o município de Pelotas-RS. Este trabalho propõe compreender a organização espacial da agricultura no contexto do Estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, o município de Pelotas, como reflexo da relação sociedade e natureza, ao longo do tempo.

No nono capítulo, as reflexões versam sobre a chegada do MST a Terra dos Marechais: desafios na construção de um novo território camponês nos domínios do latifúndio. Aborda como se manifestam as expressões da questão agrária, em termos de conflituabilidade e desenvolvimento da luta pela terra e pelo território, em um espaço regional marcado pelo domínio secular do latifúndio pecuarista e pela recente expansão do agronegócio, a Campanha Gaúcha (região sudoeste do Rio Grande do Sul), tomada a partir de uma problemática que explicita o emblema da questão agrária no Rio Grande do Sul nesta última década, a qual diz respeito ao ingresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No décimo capítulo as discussões são sobre Agricultores assentados: atores sociais reconstruindo seu novo território a partir da interação entre práticas e formas de organização com o ambiente. Nesta análise o território é concebido na sua essência, é lugar de desenvolvimento onde terra e trabalho são agentes de construção de novas identidades, de novas territorializações. Os assentamentos rurais são os resgates, a territorialização dos agricultores familiares excluídos pelo modelo capitalista.

O décimo primeiro capítulo apresenta os Conflitos socioambientais em áreas de preservação permanente do assentamento Nova Batalha, Vacaria/RS. A investigação reporta à pertinência e compatibilidade das

práticas socioprodutivas dos agricultores assentados no Nova Batalha com os instrumentos legais de proteção das áreas de preservação permanente – APP.

No último texto desta coletânea há alguns apontamentos sobre as principais transformações socioespaciais rurais, que são objetos de estudo da Geografia, procurando resgatar alguns condicionantes que resultam na configuração de novos arranjos espaciais, rurais e urbanos, em evidência no Rio Grande do Sul. Além disso, aborda o significado da pluriatividade na produção familiar gaúcha, tecendo considerações sobre a mudança de significado do espaço rural e sua relação com o urbano.

A atualidade das reflexões aqui empreendidas são esforços levados a cabo por pesquisadores no intento de contribuir com a geografia agrária e seus diversos olhares sobre a pesquisa e sobre o campo gaúcho.

Os organizadores

Sobre os autores

Alecsandra Santos da Cunha: Bacharel/Licenciada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - RS. Doutoranda em Geografia pela UFSM.

Ananda de Carvalho: Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora de geografia na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Ana Letícia de Oliveira: Geografia Licenciatura Plena pela UFSM. Mestre em Geografia em Geografia pela UFSM. Atualmente é Coordenadora de Área do Subprojeto de Geografia junto ao PIBID/CAPES/AJES e Coordenadora Adjunta do Curso de Geografia da AJES.

Anderson Luiz Machado dos Santos: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrado em Geografia pela UFSM. Atualmente é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Carmen Rejane Flores Wizniewsky: Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria. doutorado em Geografia e Ciências do Território - Universidad de Córdoba - Espanha e doutorado em Geografia Revalidação de Título no Exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria.

César De David: Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia pela UNESP - Rio Claro (1995) e doutor em Geografia pela UFSC (2005). Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria.

Felipe Monteblanco: Possui graduação em Geografia pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), especialização em Gestão Ambiental pela UNIFRA e mestrado em Geografia pela UFRGS

Giancarla Salamoni: Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Rio Claro e Doutorado em Geografia pela UNESP - Rio Claro. Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Pelotas.

Janete Webler Cancelier: Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó. Mestrado em Geografia pela UFSC. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria.

Leandro Jesus Maciel de Menezes: Licenciado em Geografia pela

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFSM.

Maiara Tavares Sodré: Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Marilse Beatriz Losekann: Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Geografia pela UFSM. Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM.

Michele Lindner: Possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialização em Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Campus Rio Claro (2011).

Monica Cargnin: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: organização espacial, desenvolvimento regional, geografia agrária.

Pâmela Corrêa Peres: Graduação em Geografia, especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo pelo Programa Residência Agrária, mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Atuando na área de Geografia Agrária com ênfase em análise territorial, agricultura familiar, movimentos sociais e educação do campo.

Rosa Maria Vieira Medeiros: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), doutorado em Geografia - Université de Poitiers (1998) e Pós-doutorado no GREGUM - Université du Maine - França (2008). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Simone Terezinha Jablonski Marmilicz: Licenciada em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Serviço Social – Bacharelado pela Universidade de Ananguera – Uniderp. Especialização em Democracia Participativa e Movimentos Sociais pela UFMG. Mestrado em Geografia pela UFSM. Atualmente é professora do Estado do Rio Grande do Sul.

Vera Maria Favila Miorin: Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria.

Desenvolvimento territorial e Políticas Públicas: o caso do Programa Territórios da Cidadania e a sua implementação no território região Central/RS

Ananda de Carvalho

Introdução

As políticas públicas que têm como base o modelo de desenvolvimento territorial estão sendo experimentadas no Brasil, especialmente, no espaço rural e com a intenção de superar desigualdades sociais históricas e ampliar o acesso a direitos. Este texto tem como objetivo refletir a cerca da relação entre desenvolvimento territorial rural e as políticas públicas que estão sendo implantadas no país. Com vistas a discutir tal questão, utilizou-se como referencia para a pesquisa a implementação do programa Territórios da Cidadania e sua realização no Território Região Central/RS.

O programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, corresponde a uma política nacional de responsabilidade do Ministério da Casa Civil, que envolve diferentes ações governamentais, ministérios e órgãos estatais, especialmente o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), o qual fundamentou propostas semelhantes anteriores como o programa Territórios de Identidade e Territórios Rurais.

O programa Territórios da Cidadania visa interiorizar e democratizar o acesso às políticas públicas, através da criação de territórios com certa proximidade e identidade e que se encontram em situação vulnerável. Após a sua consolidação, os territórios tornam-se, de forma especial, palco de políticas direcionadas às populações rurais, historicamente, desassistidas, como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas e quilombolas. Em cada território, por meio da reunião de entidades da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e órgãos de governos, que representam tal territorialidade rural, fundamentada nas relações de trabalho familiar ou comunitária, é estabelecido um colegiado territorial, que serve como instância de participação deliberativa e consultiva.

1 Desenvolvimento Territorial e as relações de poder

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, no Brasil, ampliaram-se os estudos sobre o conceito de território e desenvolvimento territorial. Desde então surgiram diversas leituras sobre o tema envolvendo novos elementos.

Raffestin (1993) define o território a partir das relações de poder. Para o autor, o poder está presente em todas as relações sociais e é inerente a qualquer comunidade política. Conforme Arendt (1985),

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (ARENDR, 1985, p. 24).

O poder, nesse sentido, é basilar em qualquer discussão a cerca do desenvolvimento territorial, pois os territórios, segundo Souza (2005), são espaços fundamentalmente definidos e delimitados por e a partir das relações de poder, como um campo de forças. A política de desenvolvimento territorial no Brasil, voltada ao espaço rural, tem como um dos pressupostos exatamente promover o empoderamento das comunidades locais e organizações da sociedade civil diante do planejamento e gestão do espaço, especialmente no que se refere às políticas públicas.

Para Dematteis (1999) apud Saquet (2007), a territorialidade ativa, através da organização, planejamento, cooperação, participação e mobilização articula politicamente a capacidade de autogestão. Numa perspectiva libertária de uma sociedade de sujeitos autônomos, livres de sistemas autoritários.

Na esfera nacional, o programa Territórios da Cidadania, desde a sua origem associada à criação, primeiramente, dos Territórios de Identidade e, posteriormente, a delimitação dos Territórios Rurais, com referencia no modelo de desenvolvimento territorial, aprofundou e fortaleceu a utilização de metodologias de participação na gestão pública, que já vinham sendo realizadas por meio de diferentes formas. Como por exemplo, os Conselhos Municipais, que desde a Constituição de 1988, já se configuravam como formas de incentivar a aproximação entre governos e sociedade civil.

No que se refere à realidade rural, a qual tem sido atrativa e central na efetivação de políticas de cunho territorial no Brasil, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural cumpriram papel estratégico na implantação descentralizada do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que envolveu também conselhos estaduais e um conselho nacional. Atualmente, o Conselho Nacional denomina-se CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e reúne instituições públicas e organizações civis de agricultores, que têm como função definir diretrizes amplas para as políticas públicas.

Conforme Echeverri (2010), foi a partir das resoluções do CONDRAF que a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) foi criada, em 2004, dentro da estrutura do MDA, com a função de formular e fomentar

estratégias de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar, sob a orientação do enfoque territorial.

O território, dentro disso, é constituído visando o desenvolvimento e possui função atuante, deixando de ser concebido como resultado. Ele é produto ativo do esforço da construção social articulada, ou seja, do empoderamento coletivo.

2 Desenvolvimento territorial e o território das políticas públicas

No Rio Grande do Sul, a delimitação inicial dos Territórios Rurais, inicialmente denominados Territórios de Identidade, ocorreu sob orientação do comitê gestor estadual e da SDT, com base em instâncias já estabelecidas e contou com a aprovação consultiva das entidades organizadas. O Território Região Central/RS, por exemplo, delimitado em 2004, contou com o auxílio de cooperativas, sindicatos e movimentos sociais locais e fundamentou-se em arranjos anteriores como o da AMCENTRO (Associação dos Municípios da Região Centro do Estado), os dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) e o da Mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para definir os seus limites físico-geográficos.

O que prevaleceu, portanto, na configuração interna dos Territórios de Identidade, que posteriormente fundamentaram a formação dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, foi a proximidade físico-geográfica relacionada à identidade estabelecida a partir das relações de trabalho, tendo, principalmente, como elo de identidade a exploração familiar e/ou comunitária da terra e/ou da água.

3 Diferenças entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento local em meio às políticas públicas

A visão territorial que perpassa as políticas no Brasil segue o entendimento de que os territórios são determinados pelas ações locais,

forças externas e até internacionais interligadas por questões econômicas, políticas e culturais. Assim sendo, o território é concebido a partir da influência de diferentes escalas de poder como a municipal, regional, estadual, nacional, etc. O local, nesse sentido é foco central das decisões, mas, ao mesmo tempo, não é responsável sozinho por dar conta de resolver problemas que são nacionais ou internacionais.

Para Saquet (2007), a perspectiva territorial não visa promover o enfraquecimento do poder Estado. Pelo contrário, pretende que as instâncias territoriais e estatais se relacionem efetivamente em torno de projetos de sociedade.

Para Dansero, Giaccaria e Governa (2009), o contexto nacional é uma escala relevante na definição e reelaboração coletiva de problemas e políticas. Com base em Viesti (2000), os autores ressaltam que as políticas de desenvolvimento local, desenhadas por atores locais para agir nos fatores locais podem interferir pouco no desenvolvimento se este não é sustentado por um quadro de referência nacional.

No Brasil, apesar das políticas de desenvolvimento territorial crescerem e ganharem fôlego junto ao cenário de ascensão das reformas liberalizantes, a essência atual dos Territórios da Cidadania não é neoliberal e localista. O programa vem sendo aplicada como instrumento de gestão governamental. Os territórios da SDT, por exemplo, tem como um dos objetivos integrar ações e políticas públicas municipais, estaduais, regionais e nacionais, assim como aproximá-las da sociedade civil. A intenção é expandir a ação do Estado e não diminuí-la, fazendo com que se amplie o acesso a direitos básicos.

Segundo Brandão (2007), “é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento” (BRANDÃO, 2007, p. 36). Nesse sentido, o autor critica as vertentes que pensam o desenvolvimento territorial, negando completamente questões estruturais, as quais definem a geração e apropriação de riquezas. “Neste caso, o desenvolvimento territorial urge por uma organização que não descarta o Estado, ao contrário esta tende a potencializá-lo”

[...] (SANTOS, 2011, p. 325). O que ocorre é a necessidade de superar visões restritamente economicistas.

4 Políticas públicas, multidimensionalidade e desenvolvimento territorial

O território é constituído, segundo Hasbaert (2004), a partir das dimensões política, cultural ou simbólica e outra econômica. Com base nisso, ou seja, de um olhar multidimensional sobre o espaço, o modelo de desenvolvimento territorial possibilita elaborar alternativas às vertentes exclusivamente economicistas.

O território, diante disso, conforme Castro (2005), é considerado um meio ou condição para ações estratégicas. Ações que, de acordo com Saquet (2007), precisam compreender e redimensionar as relações de poder atualmente consolidadas. Para isso são indispensáveis projetos de desenvolvimento que considerem a maioria da população, com saúde de qualidade, educação, lazer, habitação e um novo arranjo territorial com autogestão e autonomia para os sujeitos.

No Brasil, a abordagem territorial já há certo tempo vem sendo discutida, enquanto alternativa estratégica na busca pela sustentabilidade, através da valorização dos povos, das culturas, das potencialidades locais e, sobretudo, do equilíbrio entre as dimensões ambiental/ natural, social e econômica. O programa Territórios da Cidadania tem buscado viabilizar projetos que contemplem demandas culturais, sociais, ambientais, apesar de prevalecer as necessidades econômicas e produtivas, que centralizam os debates territoriais nos colegiados e os investimentos das políticas públicas.

5 Desenvolvimento territorial e abordagem multissetorial

No contexto do espaço rural “a concepção de território possibilita a superação da visão fragmentada baseada na divisão setorial, a qual tem sido predominante na estruturação concreta da agricultura brasileira” (SANTOS, 2011, p. 324). De acordo com Graziano da Silva (2001) o

desenvolvimento da agricultura mediante uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente. Conforme uma visão multissetorial, o campo não corresponde apenas ao espaço exclusivo de atividades agrícolas e agroindustriais, mas passa a ser reconhecido como espaço de residência e espaço de serviços (lazer, turismo, comércio, etc).

No que se refere à política de desenvolvimento territorial, o enfoque concebido pelo MDA (2003) supera os limites antepostos pela visão setorial centrada na agricultura familiar e na reforma agrária, buscando estabelecer um caráter integral e multissetorial, que ultrapasse a dimensão econômico-produtiva, envolvendo outras esferas da vida social. É nesse sentido, que os Territórios de Identidade ou Rurais tornaram-se Territórios da Cidadania, visando envolver diferentes ministérios, além do MDA e MAPA, para resolver problemas referentes à qualidade da educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura e outros existentes no campo. Desta forma, busca-se articular as ações originárias dos órgãos de governo, mobilizando diferentes setores da economia em torno de alternativas produtivas e também da conquista de direitos.

6 A dicotomia campo *versus* cidade e as políticas de desenvolvimento territorial

A concepção de desenvolvimento territorial, também abrange à superação da dicotomia existente entre campo *versus* cidade. Isso porque,

[...] a perspectiva territorial do desenvolvimento representa o encontro ou a confluência de novas formas de refletir sobre a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas. Neste sentido, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade (SCHNEIDER, 2009, p.23/24).

Dentro da ideia de desenvolvimento territorial, o campo e a cidade, mesmo considerando as suas diferenças, não se encontram em oposição

ou totalmente separados. Pelo contrário, o desenvolvimento de ambos está integrado.

É possível afirmar que a transformação dos territórios da SDT para Territórios da Cidadania mobilizou as organizações populares urbanas e, especialmente, os diferentes ministérios do governo federal a discutir questões e resolver problemas que interferem no espaço rural, mas que também atingem a sociedade em geral. Como exemplo, citam-se os conflitos ambientais, geração de trabalho e renda, a qualidade da alimentação e a questão da fome.

No Território Região Central/RS, a articulação entre organizações sociais urbanas e rurais tem auxiliado na implementação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Isso porque, facilita a comunicação entre os produtores e as comunidades beneficiadas como as escolas, cozinhas comunitárias, abrigos, associações de moradores e religiosas, projetos sociais, etc.

7 Ações do Programa Territórios da Cidadania e a sua realização no Território Região Central/RS

Na prática, a implementação da abordagem territorial do desenvolvimento, a partir da realização do programa Territórios da Cidadania, pode ser entendida, em grande medida, por meio do caráter das diversas ações que atingem e perpassam os territórios desde as suas criações.

No caso do Território Região Central/RS, as discussões para a sua constituição iniciaram em 2004. Em 2005, foi consolidado como Território Rural e em 2009, passou a integrar os Territórios da Cidadania. Enquanto Território Rural possuía trinta e cinco municípios, ao tornar-se Território da Cidadania, sua composição foi revista, permanecendo a mesma, com exceção de um município, Cerro Branco, o qual acabou preferindo compor o Território Centro Serra.

Atualmente, compõem o Território Região Central/RS trinta e quatro municípios, sendo eles Agudo, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande,

Dona Francisca, Jarí, Júlio de Castilhos, Quevedos, Itaara, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul, Novo Cabrais, Santiago, Unistalda, Capão do Cipó, Jaguari, São Vicente do Sul, São Francisco de Assis, Cacequi, Mata, Nova Esperança do Sul, São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul e Santa Maria.

O Território Região Central/ RS, através do programa Territórios da Cidadania e do seu grau de organização e mobilização, tem sido contemplado com políticas, as quais buscam corresponder às expectativas previstas no plano territorial (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS) e viabilizar demandas do cotidiano das populações envolvidas.

Esses benefícios, que chegam ao território são oriundos de políticas de diferentes esferas de poder, principalmente do governo federal e se relacionam com o território de diferentes maneiras. Existem ações que abrangem o território central, mas não são exclusivas dos territórios da cidadania; outras se utilizam da organização colegiada como instrumento de divulgação e discussão; e as quais, de forma diferencial, são resultantes da participação mais efetiva do território e seus representantes. Tais ações que contam com a atuação territorial podem ter caráter consultivo ou deliberativo.

Os territórios, por se tratarem de áreas com maior vulnerabilidade, são prioritários diante de algumas doações aleatórias às políticas que oficialmente integram programa. Em 2011, o Território Região Central/ RS foi contemplado com retroescavadeiras para a recuperação de estradas vicinais, demanda continuamente ressaltada pelos agricultores. Os municípios integrantes dos territórios beneficiaram-se com essa ação, sendo priorizados em relação a outras áreas que não se encontravam territorializadas. Salienta-se que o investimento desta concessão foi de R\$ 3.802.500,00, oriundo do MAPA.

Enquanto ação que o colegiado divulgou, destacam-se as chamadas públicas para editais do PAA e do o Plano Safra, os programas da Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, Arca das Letras e os Telecentros. Entre essas ações, o programa da Documentação da Mulher Trabalhadora Rural foi salientado pelos representantes territoriais como

de extrema relevância, sendo realizado em parceria com as prefeituras, proporciona acesso a documentos como certidão de nascimento, carteira de identidade e carteira de trabalho. Através desse programa os órgãos competentes chegam até as localidades mais longínquas, encaminhando a documentação necessária gratuitamente.

Outra ação impactante que o Território Central recebeu foi o investimento da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) de R\$ 2.400.000,00, em 2009, que selecionou, de acordo com o grau de necessidade expressa no território, Capão do Cipó e Formigueiro. Cada município beneficiou-se com R\$1.200.000,00, destinados a obras de saneamento básico no campo. Nesse caso especial, houve tentativa de desviar esse recurso para o saneamento das cidades desses municípios com a justificativa de que atingiria maior número de habitantes do que nas áreas rurais. Porém, o colegiado territorial não permitiu tal ação, comunicando as entidades responsáveis a tomar as devidas medidas, revelando assim seu potencial fiscalizador.

A respeito dos investimentos do PRONAT/PROINF¹ no Território Região Central/RS, conforme os relatórios do colegiado territorial, entre 2005 e 2010, desde que o território central constituiu-se integrante dos Territórios Rurais, foram aplicados, por meio do programa, em torno de R\$ 4.500.000,00. Esses recursos foram distribuídos e compartilhados, atingindo setenta entidades da sociedade civil e do poder público, através de trinta e seis projetos elaborados coletivamente entre os municípios, instituições de ensino e assistência técnica e organizações sociais.

A maior parte desse investimento provém da SDT e outra parte corresponde à contrapartida das prefeituras que chegou a atingir em 2010, em torno de R\$ 360.000,00, o equivalente a 8% do total. Em relação à contrapartida, ela diferencia-se entre os municípios, variando de 20% para os que possuem mais de cinquenta mil habitantes até 3% para os municípios menores. A maioria das parcerias para a realização dos projetos ocorre junto das administrações municipais, podendo também ocorrer como, por exemplo, com consórcios e a EMATER.

Entre os trinta e quatro municípios que compõem o Território Região Central/RS, vinte contribuíram para a execução das ações propostas ao

PRONAT/PROINF, sendo contemplados com investimentos da SDT. Em meio a esses Santa Maria e Tupanciretã destacam-se como as prefeituras que mais integraram diferentes projetos.

Especialmente, a prefeitura de Santa Maria foi parceira de projetos destinados ao Projeto Esperança/COOESPERANÇA, que é regional, mas tem a sua sede situada no município. Uma das principais atividades promovidas pela COOESPERANÇA é o Feirão Colonial, que ocorre, semanalmente, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter. Em 2005, essa entidade foi beneficiada junto do Assentamento Carlos Mariguela com o apoio para a criação de um banco de sementes agroecológicas, visando agregação de valor à produção. Todavia, o projeto não se consolidou, sendo a única ação solicitada ao PRONAT/PROINF, a qual não foi efetivada. Segundo os assentados, a produção agroecológica já havia sido abandonada pela maioria das famílias, o que tornou inviável o abastecimento do banco de sementes que teria a sua sede na COOESPERANÇA.

Mesmo tendo essa experiência adversa, em geral, os projetos que foram enviados pelo Território Região Central/RS se concretizaram. Isso, entre outros motivos, dá-se, devido à qualificação das propostas, que devem conter plano de trabalho e projeto técnico, e para a aprovação da SDT, em casos como das agroindústrias, é preciso constar análise de viabilidade econômica. Conforme o secretário da SDT existem no Brasil muitos problemas pendentes no que se refere à realização dos projetos territoriais.

Além da ação em 2005, a prefeitura de Santa Maria também apoiou, em 2006, um projeto destinado a estruturar programas de formação e qualificação promovidos pela COOESPERANÇA. Em 2007, a mesma cooperativa foi contemplada, por meio de parceria com a prefeitura santamariense e de Cachoeira do Sul, com equipamentos e reformas, visando desenvolver as cadeias produtivas regionais e a comercialização de produtos da agricultura familiar. Em 2009 o Projeto Esperança/COOESPERANÇA foi beneficiado, também através do apoio da prefeitura de Santa Maria, com a ampliação do seu terminal de comercialização, que já atendia mais de 200 grupos de agricultores familiares, artesãos, indígenas e quilombolas.

Já a participação significativa da prefeitura de Tupanciretã, apoiando os projetos territoriais enviados ao PRONAT/PROINF, relaciona-se a presença da COOPERTERRA no município. Essa cooperativa de assentados da Reforma Agrária destina-se, principalmente, ao beneficiamento de produtos da cadeia leiteira e tem se destacado regionalmente. Essa entidade ao participar intensamente da implementação do programa Territórios da Cidadania tem se favorecido com diferentes projetos territoriais.

Em 2006, com apoio da prefeitura de Tupanciretã, a COOPERTERRA foi contemplada com a aquisição de tanques isotérmicos para veículos, em ação de fortalecimento ao cooperativismo e agroindustrialização familiar. Em 2007, através da contrapartida da mesma prefeitura, a COOPERTERRA beneficiou com a construção de uma agroindústria de beneficiamento de leite.

Em 2008, a mesma cooperativa viabilizou, por meio do PRONAT/PROINF, o investimento em equipamentos para o desenvolvimento da cadeia produtiva leiteira. Neste mesmo ano, também foi favorecida com recursos para ações de educação do campo, visando ampliar a assistência prestada ao Movimento de Mulheres Camponesas.

Em 2009, em apoio à cadeia leiteira, com o auxílio da prefeitura de Tupanciretã, a COOPERTERRA foi contemplada com a aquisição de maquinário e equipamentos destinados a criação dos animais. Em 2010, também com o objetivo de desenvolver a produção familiar de leite, o município foi beneficiado com a criação de um abatedouro municipal.

Em geral, as solicitações encaminhadas ao PRONAT/PROINF configuram-se como ações de estruturação, visando aquisição de infraestrutura, fundamentalmente para potencializar atividades que geram trabalho e renda. Dentro dessa temática, apresentam-se centralmente projetos que buscam viabilizar o fortalecimento de agroindústrias, sistemas de produção agrícola, alternativas agroecológicas e de geração de trabalho no campo como o artesanato e ao turismo rural.

A respeito do valor dos recursos, ao longo dos anos os investimentos do PRONAT/ PROINF no Território Região Central/RS aumentaram, principalmente quando passou a integrar o programa Territórios da Cidadania. No primeiro ano do território central, compondo os

Territórios Rurais, os investimentos em projetos territoriais² não passaram de quatrocentos mil reais, em 2006 atingiram mais de seiscentos mil reais; em 2007 e 2008, os recursos giraram em torno de quinhentos mil reais; e, em 2009 e 2010, chegaram a ultrapassar um milhão de reais. Portanto, nesse período, observa-se que os recursos mais que duplicaram.

Em contrapartida, em 2011, apenas, aproximadamente trezentos mil reais do PRONAT/ PROINF foram investidos no Território Região Central/RS. Esses recursos foram encaminhados, somente, no segundo semestre do mesmo ano. Além disso, o recebimento desses investimentos permaneceu incerto durante boa parte do ano. Quando o recurso foi liberado, a escolha procedeu-se apressadamente, encaminhando, como atuais as propostas pendentes de 2010.

Ainda, de maneira especial, os territórios são favorecidos com ações de assistência técnica. Desde 2006, por exemplo, o Território Região Central/RS já se beneficiou com diagnósticos da cadeia do mel, do leite, da fruticultura e da piscicultura, estudo propositivo do turismo rural, do Plano Safra Territorial, entre outros. Em 2011, as seguintes entidades receberam assistência técnica, por meio do programa Territórios da Cidadania, a COOPIVORÁ³ localizada no município de Ivorá, a COOPERCEDRO⁴ situada em Santa Maria, a COOMIC⁵ situada em Cachoeira do Sul, a APROHOR⁶ de Cacequi, COOPAGRES⁷ de Restinga Seca, a ACOPACHIM⁸ de Dilermando de Aguiar e o MAB⁹. Para o MAB foi concebida consultoria, visando subsidiar a criação de uma agroindústria do movimento.

Contudo, no que se refere à assistência técnica, para o território central a ação de maior dimensão, em 2011, corresponde ao diagnóstico realizado pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), por solicitação do MDA. Este estudo realizou-se de forma distinta entre as especificidades dos agricultores familiares, assentados e quilombolas. Nesse primeiro momento os assentamentos não foram contemplados, atingindo proporcionalmente 4.500 agricultores familiares dos trinta e quatro municípios do Território Região Central/RS e duas comunidades quilombolas situadas em Restinga Seca, denominadas São Miguel e Rincão dos Martimianos.

A assistência prestada às comunidades quilombolas São Miguel e Rincão dos Martimianos atingiu 160 famílias, configurando-se como um projeto pontual, mas justifica-se, pois corresponde a uma demanda territorial, a qual sinaliza atenção especial a esses povos historicamente invisíveis diante das políticas de desenvolvimento. Além disso, a assistência técnica prestada ao Quilombo São Miguel auxiliará a potencializar distintos projetos viabilizados pelo programa Territórios da Cidadania, especificamente do PRONAT/ PROINF, destinados a essa comunidade quilombola.

Em 2006, por exemplo, com apoio da prefeitura de Restinga Seca, o Quilombo São Miguel, através de projetos territoriais, viabilizou a construção da sede da cooperativa do quilombo – COOPASA (Cooperativa Alternativa de São Miguel) e a criação de uma panificadora. Essa ação visa promover a agroindustrialização, comercialização e diversificação produtiva familiar e com isso a cidadania dos povos quilombolas, que historicamente foram alijados das políticas públicas.

Entre todas as ações que o programa Territórios da Cidadania compreende, o Território Região Central/RS, em 2009, de acordo com o valor total previsto, disponível no site do programa, foi contemplado com R\$ 469.213.965,60, oriundos de nove ministérios e uma secretaria e em 2010, foi favorecido com R\$ 547.815.271,60, envolvendo nove ministérios. No que se refere à valores de investimento, nesses dois anos destacou-se a presença do PRONAF.

No entanto, apesar da aplicação de todos esses valores, o programa Territórios da Cidadania ainda é pouco reconhecido pelo público em geral e, até mesmo, pelos órgãos institucionais. As ações desenvolvidas pelo programa no Território Região Central/RS não são divulgadas de forma mais abrangente e muitas acabam, somente, sendo identificadas como realizações do governo federal, das prefeituras ou das entidades. Essa situação tem se somado a pouca relevância que a política territorial vem sendo tratada pelos os governos.

Considerações Finais

A abordagem territorial do desenvolvimento rural frente à política nacional está longe de hegemonizar a ação estatal brasileira destinada ao campo. Os recursos destinados ao agronegócio são imensamente mais significativos e no que se refere às políticas de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar ou comunitária, o viés territorial ainda é marginalizado. Isso porque prevalece entre as políticas públicas o pensamento economicista.

Contudo, o formato de desenvolvimento rural territorial, que tem se ensaiado no Brasil, reforça aspectos como a valorização da participação, mobilização local e empoderamento das comunidades; superação da dicotomia entre campo e cidade; cooperação entre esferas do poder institucional e da sociedade civil; a multidimensionalidade do espaço; e a promoção de diferentes setores da economia no rural. Todos esses aspectos investidos do objetivo de viabilizar a superação da pobreza e desigualdade social, a partir da interiorização e democratização do acesso as políticas públicas. Assim sendo, visa um modelo de desenvolvimento menos desigual.

Entretanto, a proposta territorial de desenvolvimento é limitada, pois não revela uma alternativa radical de transformação social e distribuição das riquezas, o que impede com que seus objetivos se consolidem, como de garantir direitos plenos a todos. Portanto, as ações do programa Territórios da Cidadania são paliativas, mas auxiliam realidades locais a reagirem às especulações sofridas pelo modelo capitalista ao longo da história. Como exemplo dessas ações, observou-se a dinâmica do Território Região Central/RS.

As realizações promovidas, através do programa Territórios da Cidadania, no Território Região Central/RS são, principalmente, destinadas à geração de trabalho e renda e comprometidas com o desenvolvimento de experiências de cooperação e ambientalmente menos degradantes. A presença do território também tem viabilizado a ampliação de acesso a direitos pelas populações que historicamente foram marginalizadas pelas políticas públicas como os povos quilombolas, assentados da reforma

agrária, mulheres camponesas e agricultores familiares. Além disso, é importante reforçar que a dinâmica de implementação do programa e as suas ações tem possibilitado a sociedade civil organizada empoderar-se dos aparatos do Estado e mobilizado certo engajamento social.

Notas:

1 O PRONAT funciona centralmente com os recursos destinados pelo Projetos de Infra-Estrutura (PROINF). O PROINF serve de apoio a projetos que visam estruturar as organizações, entidades, associações ou cooperativas e também planos de serviços aos territórios, disponibilizando recursos não reembolsáveis, que objetivam mobilizar as comunidades e subsidiar as ações territoriais.

2 Elaborado no território pelos seus representantes.

3 Cooperativa da Agricultura Familiar de Ivorá.

4 Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria.

5 Cooperativa Mista de Cachoeira do Sul LTDA.

6 Associação dos Produtores de Hortigranjeiros de Cacequi.

7 Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Restinga Seca.

8 Associação Comunitária, de Produção e Ambiental Chico Mendes.

9 Movimento dos Atingidos por Barragens.

Referências

ARENDE, H. **Da violência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **Regimento interno do CODETERS do Território Região Central/RS**, Santa Maria, 2009.

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **Fichas Resumo do Território Região Central/RS**. Santa Maria, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

DANSERO, E. GIACCARIA, P. & GOVERNA F. Desenvolvimento local: conceitos nacionais em confronto. In: SAQUET M. A. & SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, A. et al. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios**. Brasília: IICA, 2010. 91 – 114p.

GRAZIANO da SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n° 43. São Paulo: set/dez. 2001. p. 37-50.

HASBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006**. Brasília: Brasil um país de todos: Governo Federal, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 2010 e 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Um Novo Brasil Rural**. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2010.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder: O que é território**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANTOS, R. A. Desafios do desenvolvimento territorial para a agricultura familiar. In: SAQUET, M. A; SUZUKI, J. C. & MARAFON, G. J. (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 321 – 334p

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, fev, 2009. p. 24-62.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO I. E; CORRÊA, R. L. & GOMES, P. C. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VIESTI, G. **Politiche economiche e sviluppo locale: alcune riflessioni**. Revista VII n° 14: Sviluppo locale, 2000.

A influência de complexos agroindustriais nas transformações da espacialidade rural de Três Passos – RS

*Ana Leticia de Oliveira
Vera Maria Favila Miorin*

Introdução

O setor agropecuário, fornecedor dos principais produtos de matéria-prima para a exportação no Brasil, assistiu intensas modificações desde a sua instalação, passando de um sistema rudimentar de agricultura a um sistema de *agribusiness*, que pode ser traduzido por agronegócio, com uso intensivo de tecnologias de ponta. Os primeiros conglomerados agropecuários, ao surgirem e se desenvolverem, viabilizaram a formação de fluxos de redes produtivas auxiliando na formação de complexos agroindustriais (CAIs) produtivos, dinâmicos e eficientes. Estas dinâmicas se intensificaram, ainda mais, nos últimos

anos da década de 1960 e início de 1970, quando a produção se voltou para o atendimento do suprimento da demanda advinda das indústrias que se expandiram à sombra de incentivos governamentais e de mercados favoráveis, contribuindo na formação de dinâmicas aglomerações urbanas.

Assim, acredita-se que a “formação de novos mercados deu origem aos CAIs, que se organizaram em distintas regiões onde a modernização se encontrava instalada” (BARÉA, 2008, p.57). Deve-se perceber que estes complexos tiveram início nos setores de cereais e de carnes e, junto a eles, tendem a promover transformações sócio espaciais e influenciar intensivamente no ritmo e na dinâmica das relações estabelecidas.

Um exemplo da influência deste sistema econômico sobre o local se detecta pela instalação dos complexos agroindustriais em municípios de pequeno e médio porte que tendem a modificar a estrutura socioeconômica local, transformando o modo de produção e de vida das populações.

Dentre os estados brasileiros que possuem CAIs instalados, um dos que sofreu intensa transformação em seu modo de produção familiar colonial foi o Rio Grande do Sul, por ser um estado brasileiro que recebeu inúmeras unidades provenientes de distintas empresas e nos mais variados setores da produção. Deste modo é possível reconhecer as relações, interações e desenvolvimento de sistemas agrários resultantes das dinâmicas espaciais em antigas áreas coloniais sob a ação dos complexos agroindustriais. O presente estudo analisa o município de Três Passos, detentor de uma população de 23 973 habitantes (IBGE, 2010) sob a ação de um complexo agroindustrial.

O município em questão se localiza na região Noroeste do Rio Grande do Sul (Figura 1), e possui uma das unidades da Empresa Sadia S.A.¹ de processamento de suínos. A empresa é responsável pelas atividades suinocultoras em Três Passos e em municípios de seu entorno.

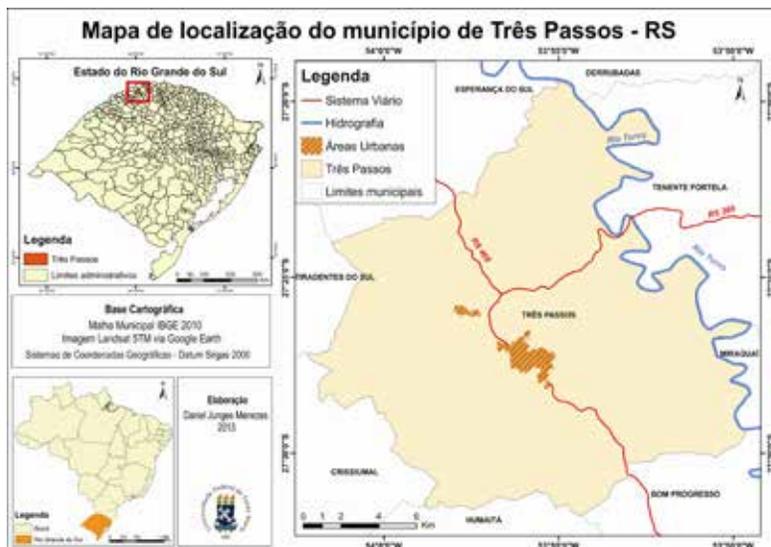


Figura 1 - Mapa de localização do município de Três Passos- RS.

Org.: OLIVEIRA. A. L./2013.

1 O CAI Suinocultor e as Relações Socioespaciais

O início da colonização germânica no território original, que viria a ser o município de Três Passos, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, acompanhando o processo colonial ocorrido na formação da maioria dos municípios do Planalto Sul Rio-grandense. Como em outras porções do Rio Grande do Sul, a partir de 1918, os colonos estabeleceram-se “como pequenos proprietários em terras que, originalmente, eram doadas e depois eram adquiridas por compra em longo prazo” (PESAVENTO, 1985, p.47). Inúmeras eram as dificuldades que os colonos recém-chegados enfrentaram para desbravar e explorar a terra na primeira metade do século XX.

Desde a instalação dos primeiros colonos, a agricultura foi utilizada para suprir as necessidades das famílias. Quando restava algum excedente, este era trocado por outros gêneros não produzidos nas propriedades ou ainda vendidos no mercado local em formação na sede do distrito de Três Passos (GRAFFTTI, 2004). Os gêneros produzidos eram bastante diversificados, variando desde cereais, a hortaliças e leguminosas e algumas

carnes, como de frango e de porco, cujas quantidades eram destinadas ao consumo interno².

Uma das especializações que mais se desenvolveu foi a da criação de suínos destinados à produção de carne. Também se utilizava este animal para o fornecimento de banha, pois a gordura animal foi e ainda é bem apreciada na culinária e na fabricação de sabão. Também era utilizada como combustível em lampiões, fonte de iluminação na época.

No entanto, o abate destes animais se dava de maneira bastante rudimentar, nas propriedades dos agricultores, cujas condições de higiene eram precárias, bem como na conservação, transporte e distribuição. Estes entraves dificultavam a produção e acabavam por não atender à demanda consumidora que acompanhava o crescimento das cidades. Assim, a dificuldade em abater os animais reprimia o aumento de vendas.

Estas dificuldades somente foram superadas com a chegada de um novo grupo étnico na região, os imigrantes de origem italiana. Eles trouxeram consigo a experiência da diversificação do processamento dos produtos, uma vez que a industrialização estava em franco desenvolvimento em terras europeias. Deste modo, teve início em Três Passos um conjunto de atividades destinadas ao processamento das mais distintas matérias-primas, desde madeiras no setor da construção e da fabricação de móveis, ao processamento de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal (GRAFFITTI, 2004).

Hoje, uma parcela significativa dos produtores se dedica de forma exclusiva ou parcial à produção voltada ao atendimento do Complexo Agroindustrial local e, com maior significância o do processamento da carne suína. A instalação do CAI introduziu relações de produção e mercado a partir do denominado sistema de produção capitalista de mercado, o qual, segundo Erthal (2006, p.15) se apresenta de maneira seletiva, principalmente em função dos objetivos do sistema que, em análise, visa à reprodução ampliada do capital.

Assim, entende-se que a instalação de uma unidade da Sadia S.A. no município de Três Passos não se deu aleatoriamente. Pelo contrário, para a sua instalação, foram consideradas as características socioespaciais, políticas e econômicas deste e dos outros municípios localizados em seu entorno.

Satisfeitos estes fatores básicos, instalaram-se as condições de produção de matéria-prima nas unidades agropastoris e na própria unidade agroindustrial. Desta maneira, as pequenas unidades produtivas passaram a ser inseridas no sistema produtivo através do criatório de suínos em novas bases técnicas destinados ao abate no CAI local, sendo o produto final destinado à venda no mercado externo.

Para se inserirem no processo produtivo, muitos agricultores alteraram seus hábitos de vida, seu sistema de produção e sua dinâmica produtiva. Porém, nem todos os produtores excluíram aquelas atividades diversificadas que desenvolviam na propriedade, embora intensificassem o emprego de mais trabalho e maior aplicação de capital para determinada produção destinada a ser matéria-prima no setor industrial, especificamente o CAI de processamento de carne suína.

Erthal (2006, p.23), explicando as relações de produção entre produtor e Complexo Industrial, coloca que o “setor industrial impõe as regras do relacionamento entre as partes, perdendo os agricultores a sua liberdade, sua capacidade de decisão”, elas são mais severas com o produtor no que se refere às relações de produção da matéria-prima.

Ao analisar as relações de compra e venda e em relação aos produtores, o autor observa que “estes não têm como optar entre os fornecedores de insumos e os compradores de seus produtos, cujos preços não são mais de concorrência e sim de monopólio”. Em decorrência, pode-se considerar, no caso da suinocultura, que aos produtores compete disponibilizar mão de obra, infraestrutura e alimentação dedicadas na criação dos animais. No entanto, o controle sobre o preço final é definido pela Empresa da qual o produtor é considerado “parceiro”.

Essas influências podem ser entendidas através da magnitude de suas instalações, do volume de produção que atraem, da dinamização sobre novos setores da produção que acabam gerando amplo e qualificado movimento sobre os demais setores das atividades da economia municipal e da sociedade local. Em municípios de pequeno e médio porte, a importância que estas empresas alcançam é significativa no contexto socioeconômico, como é o caso de Três Passos e de seus municípios vizinhos.

Ao analisar os elementos integrantes e definidores da dinâmica existente nas relações de produção e interações entre o complexo agroindustrial, (CAI) e a espacialidade rural e Urbana, procurou-se caracterizar as ações modificadoras provenientes deste “novo” processo produtivo, sua dinâmica e derivações que garantem as relações sociais e econômicas. Para isto, vários aspectos e elementos foram colocados em análise, procurando facilitar a compreensão da realidade como a utilização de um aporte metodológico considerado adequado aos propósitos desejados.

Observando a evolução socioeconômica do município de Três Passos, buscou-se entender as transformações da organização espacial no meio rural e no meio urbano do Município, sob a influência do processo de produção baseado no criatório de suínos como atividade principal. Estas categorias de análise foram se remodelando e modernizando a partir da apropriação do espaço pelo capital.

As atividades ligadas ao criatório de suínos iniciaram de maneira rudimentar com os primeiros colonizadores alemães. Os primeiros chiqueiros destinavam-se à criação de um ou dois animais para o consumo da família produtora. Este modelo de criatório pode ser encontrado em algumas propriedades e obedece ao que se denomina de modelo de produção colonial em espaços rurais de origem colonial.

Nessa fase, praticamente não havia emprego de técnicas, como se conhece hoje. Caracterizava-se pela presença do rústico, voltado ao atendimento das necessidades imediatas das famílias recém-instaladas. Mais tarde, foi gradualmente substituído por outro modelo com aplicação de técnicas que permitiam alcançar resultados positivos como o aumento da produção e cujos excedentes destinavam-se à comercialização tanto no mercado local como no regional. Em um primeiro momento, ocorreu o mercado de troca, ou seja, realizava-se a permuta, trocando-se a carne ou a banha por outros produtos, geralmente produtos de consumo e não produzidos na propriedade. Com o melhoramento das estradas e desenvolvimento dos núcleos urbanos, nasceu o comércio de venda dos produtos propriamente dito, o que não era consumido na propriedade, destinava-se à venda na cidade.

Os novos tempos para a produção local ocorreram em meados do século XX, com a chegada de um grupo de descendentes italianos que passou a desenvolver a indústria de abate atendendo à qualificação e à satisfação do mercado. Estes, saídos da Itália em um período em que a indústria se encontrava em desenvolvimento, logo perceberam que a produção suína de Três Passos deixava de ter sua rentabilidade máxima e de satisfazer o mercado local e regional em consequência das técnicas rudimentares e dos instrumentos de produção utilizados pelos agricultores.

O Frigorífico Três Passos Ltda., instalado em 1951, destinando-se ao abate de suínos e a suprir as demandas do mercado regional. Na década de 1960, a Empresa se expandiu e se diversificou, abrindo suas portas para processar cereais, tendo a soja como principal produto. Na década de 1970, com o aumento da produção não apenas de suínos, mas também do processamento de soja, a Empresa, visando novos mercados, transformou o Frigorífico Três Passos Ltda., em Três Passos Cia. Industrial de Alimentos, ampliando suas instalações.

Em 1985, o Grupo Sadia, veio a se instalar no município, devido à forte tradição da suinocultura existente e disposto a absorver toda matéria-prima disponível. Para isto adquiriu a Três Passos Cia. Industrial de Alimentos e, como resposta, incrementou a produção, acelerando-a em níveis de 4,44 vezes mais, ou seja, antes operava com uma produção de 450 suínos/dia e passou para 2000 suínos/dia. Deste modo, a produção três-passense passou a atender um mercado não apenas nacional, mas também internacional como Rússia, Chile e Argentina. O atendimento desta nova demanda exigiu a ampliação da estrutura física, cuja infraestrutura foi ampliada e modernizada.

A industrialização promoveu processos de transformação com o aumento de sua produção. O criatório de suínos conheceu intensas mudanças, bem como o próprio meio rural do Município. A produção, antes realizada de forma rudimentar e em pequena quantidade de animais, adotou novas técnicas, aumentou seu plantel de acordo com as exigências do mercado e promoveu a presença de novas empresas que se instalaram no local. Hoje, as propriedades rurais que trabalham com a suinocultura de corte (criatório) para a indústria, seja ela a Sadia ou outra empresa ou cooperativa, produzem lotes mínimos de 300 animais/dia.

Nas figuras 2 e 3, pode-se comparar os dois tipos de propriedades produtoras de suínos, sendo uma destinada ao consumo familiar, modelo colonial com tecnologias tradicionais e a outra destinada grande produção com aplicação de tecnologias. É possível verificar em ambas as diferentes técnicas e capital empregado, bem como a intensidade de cada produção.



Figura 2 – Sistema colonial com técnicas tradicionais (rudimentar).

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Figura 3 – Sistema moderno com aplicação de tecnologias.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Estas distintas realidades comprovam que por mais capitalizada que uma produção se encontre e por mais que ela esteja inserida em um sistema com alta tecnologia e voltada para a indústria, sempre haverá seus contrários. Por mais que o capital tente se inserir junto às atividades produtivas desenvolvidas em realidades com significativa presença histórico-cultural, haverá aqueles que continuarão desenvolvendo suas atividades com emprego de técnicas tradicionais (rudimentares), por razões próprias, mas que possibilitam a manutenção e a reprodução de sua organização familiar.

Considerando as relações de trabalho, estes ganhos de quantidade e qualidade apontam a intensificação da especialização do trabalho, de forma que o suíno passa a ser visto como a matéria-prima a ser utilizada pela indústria. Apesar da produção não ser mais destinada unicamente ao consumo do mercado local, ela também atende a uma grande indústria que absorve, cada vez mais, mão de obra e amplia as relações de trabalho.

Desse modo, compreende-se que as relações de trabalho no sistema rural, que se encontra a serviço dos Complexos Agroindustriais (CAIs), passam a ser mais segmentadas, mas não menos complexas. Mesmo reduzindo o trabalho de alguns funcionários a uma ou outra etapa, exige-se deste um aprimoramento técnico que permite realizar a atividade com maior eficiência.

Neste sistema de produção intensiva, encontravam-se no ano de 2010, no município de Três Passos, 112 produtores ligados a Unidades de Terminação (UTs) e 16 produtores ligados as Unidades Produtoras de Leitões (UPLs), sendo que nem todos eram parceiros da Empresa Sadia S.A. Havia produtores que se relacionavam com outras empresas como a Empresa Mabella Carnes e a Companhia Agropecuária e Industrial (Cotrijuí).

O total de suínos alojados no ano de 2010 era de 52.505 divididos nos lotes das 112 propriedades. Porém, ao longo do ano, foi possível averiguar um total de 2,4 lotes por propriedade, equivalendo a uma produção anual total estimada em 126.012 suínos para aquele ano.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Três Passos, a participação municipal no total

do plantel da Empresa Sadia em um só ano chegou próximo de 18%. Dos 612.984 suínos pertencentes ao plantel da Empresa em 2009, 108.756 foram produzidos unicamente em Três Passos. Esta constatação permite compreender a importância desta Empresa na economia produtiva do Município, assim como a importância de Três Passos na formação da matéria-prima a ser processada.

Reconhecendo esse montante, também se pode considerar a dicotomia existente envolvendo as relações entre poder Público e Empresa privada. Ao mesmo tempo em que a Empresa se apresenta como uma possibilidade de crescimento econômico ao Município, ela acaba absorvendo significativa parte dos esforços do poder Público provocando retração de investimentos destinados à realização de outras atividades no meio rural.

Por outro lado, ressalta-se a dependência da economia municipal frente ao funcionamento de uma grande empresa industrial, locada em seu território. A diversificada rede de relações dinâmicas promovida pelas atividades desenvolvidas na empresa altera as relações produtivas no meio rural como no urbano.

Enfim, toda esta volumosa produção termina por gerar consequências positivas e negativas para o Município. Porém, o volume destas alterações sobrecarrega as atividades do município, quanto maior e mais capitalizada for a empresa, maiores e mais agressivas serão as transformações espaciais.

2 Do CAI às Interferências Tecnológicas e Produtivas

O subsistema tecnológico orienta-se para uma expansão do Complexo Agroindustrial, (CAI), mostrando “que ele não foi totalmente absorvido pelos pequenos produtores, conduzindo-os a um crescente diferencial de produtividade em relação às unidades que puderam se modernizar intensamente”. Este fator limitante da modernização na agricultura familiar “parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor” (SILVA, 1999, p. 137-138).

Entende-se ainda que o atual modelo capitalista de modernização da agricultura fez com que aumentasse a utilização do trabalho assalariado e, conseqüentemente, o processo de proletarização. Esta exploração de trabalho avança também sobre as pequenas propriedades originalmente familiares. Este é o caso dos suinocultores do município de Três Passos, uma vez que, mesmo reconhecendo-se como produtores familiares, eles vendem sua força de trabalho às grandes agroindústrias a que estão ligados.

Não são os produtores que estabelecem o valor da sua força de trabalho e nem o valor da força de trabalho embutido no valor do produto final. Isto é uma decisão da empresa. É ela quem estabelece o valor do produto e, conseqüentemente, embutido neste, o valor do trabalho. O produtor se coloca a mercê de uma decisão verticalizada que não está interessada se este produtor trabalhou x ou y horas, ou se dedicou mais ou menos no cumprimento de suas tarefas. Deste modo, entende-se que o produto final se sobrepõe ao trabalho realizado para sua finalidade.

O aprofundamento da investigação permitiu o conhecimento de que em um lote de aproximadamente 350 suínos é ocupada a mão de obra de um trabalhador em tempo integral, trabalho que é realizado na grande maioria das propriedades por um membro da família. Este tempo é preenchido com atividades que vão da alimentação dos suínos, limpeza dos chiqueiros, manutenção da infraestrutura, monitoramento da temperatura e mesmo dos próprios animais.

Muitas vezes, os outros membros da família revezam-se entre as demais atividades da propriedade rural e em atividades assalariadas fora da propriedade. As atividades dentro da propriedade, na maioria das vezes, são voltadas para a subsistência familiar e, em alguns casos, para a comercialização do excedente no mercado local, como é o caso da criação do gado leiteiro destinado à produção de leite junto a uma determinada cooperativa. Em caso de propriedades maiores, a produção de cereais como a soja e o trigo, considerados lavoura de formação de excedente, é destinada à comercialização. Em outros casos, quando a propriedade se apresenta demasiadamente pequena ou mesmo inviável a outras explorações econômicas, além da suinocultura, alguns membros voltam-se à realização de trabalho acessório, temporário ou permanente fora de sua propriedade.

No entanto, sabe-se que estas ocupações nem sempre são permanentes, uma vez que as atividades rurais combinam longas jornadas de trabalho com a sub-ocupação. Isto é definido por Silva (1999, p.112) como “clara correlação entre o grau de modernização da agricultura e extensão da jornada de trabalho na produção familiar”. É justamente esta sub-ocupação de alguns membros da família que faz com que a mão de obra excedente destine-se a outras atividades, enquanto aqueles que permanecem trabalhando na propriedade e na atividade suinocultora são sobrecarregados pelo excesso de trabalho.

No entanto, com as dificuldades existentes na propriedade, de uma forma ou de outra, sabe-se que a suinocultura possibilitou uma renda fixa para os produtores rurais. Apesar de não ser mensal, a cada lote entregue à Agroindústria, em um intervalo de aproximadamente quatro meses e meio, é realizado o pagamento do produto. Assim, ao se inserir como fornecedor de matéria-prima para a Agroindústria, o produtor tem como certa e assegurada uma renda para sua subsistência e reprodução.

O processo de geração de matéria-prima voltada ao processamento industrial requer aumento da capacidade produtiva da propriedade através do aprimoramento do trabalho e especialização do produtor e de sua família, adequando-se à divisão do trabalho através de uma maior eficiência e se utilizando de ferramentas, instrumentos e técnicas produtivistas.

Pequenos proprietários, antes dedicados à prática de uma agricultura diversificada, alteraram sua matriz produtiva e se tornaram especialistas, forçados por sobrevivência ou não. Anteriormente, o contato com a terra era mais diverso; praticavam a pecuária de animais destinados ao consumo próprio, a venda do excedente ou da agricultura destinada a um tipo de comércio de produtos *in-natura* ou, em alguns casos, agro industrializados ou transformados na propriedade, como exemplo do salame, queijo, doces e pães. Hoje, transformaram-se em criadores de suínos voltados ao grande mercado agroindustrial.

As demais atividades não foram abandonadas na propriedade. No entanto, para atingir maior desempenho em termos produtivos, o produtor precisa se especializar e dedicar todo o tempo possível à suinocultura. A

empresa disponibiliza a estes produtores apoio técnico, orientando-os cada vez mais a esta especificidade.

Em termos de trabalho, percebe-se que, além de se especializar na suinocultura, o produtor se coloca sob a influência de uma redistribuição do trabalho. É o caso das Unidades de Terminação e as Unidades Produtoras de Leitão, onde cada uma exerce função distinta na totalidade do sistema produtivo.

Muitas vezes, o produtor de leitão não sabe para onde seus animais são destinados para concluir o ciclo de engorda, assim como os criadores das Unidades de Terminação não sabem a origem dos animais que recebem. Tal procedimento revela que o produtor não tem vínculo com a produção, exceto as responsabilidades específicas dentro da sua unidade produtiva.

Compararam-se as diferentes realidades técnicas, produtivas, condições sanitárias e mesmo especificações dos animais criados em chiqueiros comuns entre produtores não integrados à suinocultura comercial, isto é, destinados ao consumo próprio e aqueles ligados à indústria e à produção em escala comercial. Apesar de algumas etapas e características de produção, como a padronização das instalações e medidas sanitárias, serem visíveis nas propriedades, o que não se vê é a técnica presente, a montante e a jusante desta fase do ciclo produtivo. Uma das mais expressivas se trata do melhoramento genético realizado. Salientam-se as características mais importantes e atrativas no animal para a agroindústria em detrimento daquelas não necessárias.

A padronização é tão importante quanto delicada, isto é, se as instalações das propriedades produtoras não estiverem de acordo, podem se tornar prejudiciais aos animais. Desta forma, cada vez mais os produtores devem investir em sistemas automatizados de liberação de ração e de água na medida certa, assim como em sistemas que controlam a temperatura através de “chuveirinhos”, (um sistema de umidificação do ambiente, na parte superior dos chiqueiros para resfriamento em caso de altas temperaturas).

Para que todas estas padronizações e exigências sejam realizadas, o produtor deve investir, enfrentando custos elevados e sem receber auxílio da empresa “parceira”. Há casos em que a adoção destas modernidades,

para alguns produtores, torna-se inviável quando não podem contar com o apoio financeiro de créditos rurais ou empréstimos bancários. Deste modo, ingressar em um círculo de dívidas por créditos e financiamentos passa a ser um risco indesejável.

Em continuidade, destaca-se a importância da participação e da interferência dos outros atores ligados ao sistema produtivo: a empresa e o poder público.

3 Relações entre Sistema Politicoeconômico, Atores Sociais e Sistema Socioambiental e cultural

A verticalidade imposta pela empresa representante do capital faz com que as propriedades integradas se reorganizem de maneira a produzir conforme as exigências. Para Santos (2008), esta situação resulta em uma desordem na área onde se encontra instalada e uma reordenação cujos benefícios interessam a empresa. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a empresa reorganiza o local em que se instala para seu benefício, ela causa desordem na organização anteriormente estabelecida, ou seja, na ordem estabelecida desde a origem daquele espaço. No caso em estudo, esta reorganização marca a desordem de um sistema anterior, o colonial, e uma reorganização para a instalação do novo sistema contendo suas especificidades de relações produtivas e de mercado sob a égide do capital produtivista.

Em uma relativa horizontalidade, os produtores rurais têm a possibilidade de se organizarem para a troca de auxílio e informação. No entanto, nem sempre este contato é realizado, uma vez que muitos dos suinocultores não costumam estabelecer trocas de informações entre si.

Neste sentido, deve-se dar destaque ao Núcleo de Criadores de Suínos de Três Passos, que trabalha visando reaproximar os suinocultores. Salienta-se que o termo reaproximação é utilizado por considerar que, no sistema rural colonial, anteriormente vigente, ocorria maior cumplicidade entre as famílias rurais através do compartilhamento de experiências e conhecimentos, ou mesmo, de seus recursos técnicos e pessoais, em épocas de trabalho intenso como plantio e colheita.

Acredita-se que parte da antiga proximidade se perdeu com a nova reestruturação produtiva. Arrisca-se a especular que a necessidade de intensificar o trabalho nas propriedades é para dar conta de uma demanda crescente, como também, para a disseminação de novos valores sociais, servindo como estímulo a maior lucratividade individual, o que pode ter influenciado a ocorrência do afastamento entre os membros da classe dos produtores. O Núcleo dos suinocultores locais pode vir atuar como uma ferramenta de reaproximação dos produtores, não apenas para o resgate de valores mais antigos, como também para garantir melhores condições deles frente a um mercado cada vez mais competitivo e seletivo.

A respeito disso, Santos (2008, p.288) coloca que “a partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais rapidamente, levando ao aumento local da produtividade”. Ainda, além do seu simples aumento, a produtividade possibilita maior influência da atividade sobre a economia e as políticas públicas do local.

Desse modo, uma das principais funções do poder público diante das influências dos Complexos Agroindustriais, CAI, é a atividade financiadora e de Crédito Rural, como trata Silva (1998). Compreende-se que elas apresentam a discussão em grande escala, voltada a políticas públicas abrangentes. Por outro lado, identifica-se no município de Três Passos incentivos financeiros em pequena escala, se comparados àqueles ligados ao poder Estadual e ao poder Federal, mas que, em escala local, se apresentam como significativos.

Concorda-se que cabe ao poder Público estabelecer as pontes entre a agroindústria e o produtor rural, muitas vezes desenvolvendo tarefas que caberiam àquela. No entanto, esta intervenção se faz necessária para a manutenção, não apenas em prol do homem no campo, mas também da atividade em si, no caso a suinocultura que é, de longe, a mais rentável ao Município.

Com isto, para incentivar a produção suína e ofertar melhores condições aos pequenos produtores para se inserirem e/ou se manterem na cadeia produtiva, a Prefeitura Municipal tem oferecido, nos últimos anos ajuda financeira em forma de auxílio ao custeio da produção e no empréstimo de maquinários para a construção das instalações.

Enfim, a Administração municipal realiza investimentos e intervenções, reconhecendo a importância da suinocultura e do seu processamento na unidade da Empresa Sadia S.A., para a manutenção das receitas do Município e para o desenvolvimento local. No entanto, tenta equilibrar a distribuição para que os incentivos não fiquem apenas em benefício a esta Empresa, ao custo da máxima exploração dos produtores.

As atividades agropastoris sempre estiveram presentes na formação histórica, econômica e sociocultural de Três Passos, de acordo com os estudos realizados sobre a organização espacial e origem histórica do seu povoamento, comprovado por meio dos estudos desenvolvidos no Município, junto às propriedades rurais, órgãos e entidades públicas e privadas. Ressalta-se a importância da suinocultura como atividade econômica local, na ordem social de produção e de trabalho.

No levantamento realizado no ano de 2009, pelo Sindicato da Indústria de Produção Suína (SIPS), disponível em cartazes junto à Secretaria de Agricultura de Três Passos, o Município ocupava o terceiro lugar como o maior produtor de suínos do Estado, possuindo um abate estimado em 115.463 animais, totalizando uma participação de 2,49% da produção total do Rio Grande do Sul. Neste *ranking*, ficava atrás somente dos municípios de Nova Candelária e Capitão, respectivamente com produções de 155.097 e 117.075 suínos abatidos e com uma participação de 3,34% e 2,54%.

Em termos estaduais, a importância da produção suína três-passense manifesta significativamente a realidade interna do Município, ao se tratar de uma municipalidade de pequeno porte com economia calcada, basicamente, na agropecuária, e que está sujeita às oscilações positivas ou negativas que venham a ocorrer neste setor com propagação imediata a todos os seus demais segmentos. Procurando compreender qual o significado desta atividade em termos econômicos, pode-se comparar o capital movimentado juntamente com dados financeiros do Município. Enquanto os valores da receita total arrecadados pela Prefeitura Municipal em 2010 foram de 34.121.995,04 reais, a suinocultura movimentou 36.601.153,64 reais, revelando que o valor movimentado por esta atividade é superior à receita Municipal.

Destaca-se, além da participação econômica, a contribuição social da Empresa na realidade local. Acredita-se que em torno de quatro mil pessoas estão ligadas direta e indiretamente com esta atividade no Município. Nestas, incluem-se os trabalhadores diretos das propriedades produtoras de suínos e/ou funcionários da indústria processadora e trabalhadores indiretos como caminhoneiros responsáveis pelo transporte, seja da carga viva ou posteriormente ao processamento; comerciantes ligados aos ramos agropecuários, veterinários, construção civil e outros.

A expressividade deste número é significativa se comparado aos seus 23.973 habitantes, ou seja, 4.000 pessoas são envolvidas na atividade representando, aproximadamente, 16,68% da população, sem levar em conta o setor de comércio e serviços movidos a partir do capital gerado com as atividades ligadas ao conjunto deste Complexo (CAI) processo agropecuário e industrial.

O CAI tende a promover intensa e distinta mudança no local onde se instala, alterando o sistema urbano municipal. Chama-se a atenção para a reorganização conferida ao sistema de infraestrutura básico identificado pelas instalações e melhorias nas redes de saneamento, ampliação e manutenção das vias de transporte e de acessos às unidades processadoras, além dos nichos ambientais no entorno da produção e a organização política e econômica Municipal.

Hoje, uma das discussões mais constantes no meio acadêmico, na mídia e em vários setores da sociedade é a questão ligada à preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Aproveitando-se disto, muitas empresas passam a investir na chamada “produção verde”, se utilizando de um discurso em prol do ambiente como meio de promover seus produtos e gerar *marketing* positivo à sua imagem.

No entanto, para o bem ou para o mal, a pressão do público consumidor acaba forçando as empresas a prestar maior atenção às questões ambientais ligadas a todo o processo produtivo. Igualmente, os órgãos públicos se veem pressionados a exigir cuidados mínimos e a fiscalizar as atividades econômicas desenvolvidas e, em Três Passos, algumas normas e leis são estabelecidas visando minimizar os impactos da suinocultura no meio ambiente, considerando todas as suas etapas. Observa-se que medidas são

tomadas para reduzir os danos ao ambiente, natural e humano, dentro dos interesses da Empresa detentora do capital. Assim, o CAI passa a realizar ações “sustentáveis” favoráveis à sua imagem frente ao mercado sem perder seu dinamismo produtivo, o que vem favorecendo o chamado “capitalismo verde”.

Aquelas ações, por mais necessárias que sejam, mas que, de alguma forma, prejudicam a produção ou a acumulação do capital, acabam sendo “esquecidas” de serem colocadas em prática. Isso sempre ocorreu nas atividades da agropecuária que comandaram a manutenção e o desenvolvimento econômico municipal. Elas se fazem presentes desde a colonização e possibilitaram o surgimento de um povoado e, posteriormente, da cidade de Três Passos. Com isso, além dos aspectos ambientais, a interferência também ocorre sobre as questões culturais.

Muitas famílias ainda utilizam seus saberes culturais, principalmente os de origem alemã, transmitidos de uma para outra geração. Um exemplo disto é a produção caseira de doces, compotas, cucas e outros gêneros alimentícios. A criação de suínos também esteve presente nesta cultura, seja para consumo próprio ou como gênero a ser comercializado. Assim, acredita-se que este fator possa ter contribuído com o desenvolvimento da suinocultura em escala comercial no Município.

Em conversas com um dos agricultores, ele relatou que, até 30 anos atrás, estava integrado à Empresa Sadia S.A., sendo que sua produção era em torno de 30 a 40 suínos. No entanto, pela inviabilidade financeira da atividade, acabou largando a integração após sofrer com prejuízos na atividade. Hoje, não desenvolve mais esta atividade. Relatou ainda, que sendo filho de imigrante alemão, sempre conheceu a produção suína como pequena produção para o consumo da família e comercialização do excedente, juntamente com os demais produtos da propriedade. Porém, com a possibilidade de comercializar com a Empresa Sadia S.A., necessitou modificar sua produção, aumentá-la e realizar melhorias em suas instalações.

Tal relato permite conhecer a interferência das exigências do Complexo Agroindustrial sobre as formas de produção desenvolvidas nas propriedades. Isto também pode ser observado no comportamento do

suinocultor, que não pode criar separadamente suínos para o consumo familiar, podendo apenas consumir algum animal dos lotes produzidos para a Empresa. No entanto, deverá pagar por ele. Antes, o produtor criava o animal para o sustento de sua família; hoje, ele compra o que está criando, independente se diretamente da Empresa, por ocasião da entrega do lote, ou nos supermercados locais.

Sobre os demais produtos produzidos na propriedade, acreditava-se inicialmente que estes tivessem sofrido drástica redução, devido ao desvio da mão de obra e dos recursos da propriedade para a suinocultura. No entanto, segundo entrevistas junto aos produtores, conclui-se que não se pode generalizar esta redução, sendo que nem todas as propriedades abandonaram totalmente a agricultura diversificada, pois a própria suinocultura pode fornecer o capital necessário para o financiamento das demais atividades na propriedade.

Enfim, percebe-se que algumas contradições levantadas ao longo do estudo foram debatidas e analisadas por força da própria metodologia utilizada na investigação das transformações ocorridas nas relações de produção que se tornam complexas na medida em que se distancia de seu histórico modo de produção colonial para o consumo e se insere no processo do modo de produção capitalista industrial de mercado, determinado pela presença de um complexo agroindustrial que se instala em um pequeno município de origem colonial.

Considerações Finais

A organização atual da economia sob a ação de novas políticas econômicas, forjadas no interior de um processo produtivo, permite a compreensão das relações que se estabelecem no sistema produtivo rural e em seu sistema produtivo urbano. As alterações determinam transformações nas estruturas coloniais e nos processos tradicionais ensejando novas relações de produção com bases na tecnologia e no dinamismo da produção, por se tratar de um novo modelo produtivo a exigir a adoção de nova matriz de produção, de trabalho e de relações produtivas. A interferência sobre o local pode ser detectada pela instalação

dos complexos agroindustriais (CAIs) em municípios de pequeno e médio porte, como é o caso da formação socioespacial de Três Passos sob influência da empresa Sadia S.A.

Quanto às relações de produção entre os diversos subsistemas e entre seus elementos, considera-se que o caráter dinâmico, múltiplo e diversificado deve-se, principalmente, às comunicações e ao transporte. Esta característica é explicada pela intensidade da produção, circulação de matéria-prima, insumos e tecnologias e pela circulação do produto final. Estes fluxos permitem um intenso intercâmbio devido ao movimento de entrada e saída local e extrapolando para o entorno regional. Por outro lado, este dinamismo torna possível e necessária a tomada de decisões e a aplicação de ações em tempo real, segundo as necessidades das transformações e a incorporação de novos processos.

A industrialização instalada passou por processos de transformação, aumentando e especializando cada vez mais a produção e apresentando uma realidade diversa da anterior. No sistema colonial, o beneficiamento da produção suína se dava de forma rudimentar e precária dentro das propriedades rurais, com problemas desde o abate até o transporte e o consumo final.

Os subsistemas econômicos, político, social, cultural, ambiental e tecnológico foram afetados em nome da adoção da produção tecnológica em atendimento aos mercados e da necessidade do capital em expansão dominar toda e qualquer espacialidade, principalmente aquelas detentoras de um modo de produção singular. Isto permite que as relações produtivas na espacialidade rural e desta com a cidade sejam, cada vez mais, complexas atingindo todos seus elementos, quer de maior como de menor importância, no conjunto do sistema de produção.

A importância da interferência do poder público ocorre quando se visualiza o poder de decisão da empresa detentora de capital, uma vez que esta detém deliberação sobre termos produtivos, políticos e mesmo logísticos envolvendo sua produção. As interferências não são destinadas apenas a manter o bem-estar social do produtor, mas também para mantê-lo como um ator operacional no ciclo produtivo sem alterá-lo, para que não se quebre ou se desgaste.

Enfim, com as mudanças promovidas, o mercado local conhece um crescimento dinâmico oriundo da produção fundamentada e estruturada na agropecuária. No caso do estudo desenvolvido, destaca-se a suinocultura destinada a transformação industrial. O próprio local, tendo em sua espacialidade urbana uma unidade de produção empresarial, faz com que a dinâmica processual seja acelerada e que as relações produtivas sejam complexas. Deste modo, pode-se reconhecer a presença de um sistema complexo, dinâmico e eficiente em que os fixos e os fluxos de ligações entre distintas espacialidades tendem a se expandirem para além de seu entorno regional.

Notas:

1 Nota-se que se utiliza o nome Sadia S.A., uma vez que era assim que se denominava tal empresa no momento da realização do estudo, em 2010 e 2011. A partir de 2009 passa a ser feito o planejamento da fusão entre as empresas Sadia S.A. e Perdigão S.A., concluída em 2012, dando origem à BRF, Brasil Foods S.A. (BRF, 2013).

2 Informações coletadas em trabalhos de campo realizados em 2009 e 2010 junto a produtores rurais do município de Três Passos.

3 Entende-se como CAI local a todo o processo ligado a industrialização da carne suína na Unidade de Processamento da empresa Sadia S.A. do município de Três Passos-RS.

Referências

BARÉA, Neiva Marli Martins dos Santos. **Redes de produção e Dinâmica na organização das Espacialidades**. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem** (online). Ano 5, nº 9, 2006 Janeiro/Junho de 2006. Disponível em: <http://feth.ggf.br/Complexos.htm>>. Acesso em: out. 2013.

GRAFFITTI, Luis Gustavo. **Três Passos: colonização e imigração**. Ijuí: 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Malha municipal

digital do Brasil: situação em 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43. Acesso: jan. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, José Graziano da.. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

Um olhar sobre as transformações no espaço rural de Júlio de Castilhos/RS

Monica Cargnin

Introdução

É importante conhecer a história social e econômica do local para melhor compreender a sua realidade. Este artigo faz um resgate da gênese e da evolução histórica e socioeconômica do município de Júlio de Castilhos/RS. Também demonstra a influência das mudanças ao longo do contexto histórico e atual, no espaço rural, para o desenvolvimento e organização do seu espaço produtivo. Além disso, busca-se compreender a estrutura fundiária que está relacionada à prática da pecuária e da agricultura com produção voltada para o mercado interno e externo.

Assim, a leitura da organização do espaço produtivo do município de Júlio de Castilhos, foi subsidiada pelas informações obtidas no trabalho de campo¹, através das entrevistas feitas aos produtores rurais do referido Município.

Com as informações resultantes dessas entrevistas, realizadas através de amostragem estatística, foi possível realizar uma leitura das mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural do município, possibilitando a identificação do período em que foi inserida a cultura da soja no Município, bem como, sua expansão através da lavoura empresarial. Para melhor compreender a reorganização dessa unidade territorial, busca-se destacar as transformações socioeconômicas e espaciais no Município após a inserção da lavoura de soja e sua relação com a evolução da atividade pecuarista.

1 Breves linhas históricas da formação do município de Júlio de Castilhos

A origem do município de Júlio de Castilhos tem como referencial a conquista das Missões. Esse marco histórico conferiu a esta unidade territorial características muito peculiares e que explicitam a atual organização do seu setor agropecuário.

A conquista das Missões, inicialmente de domínio dos espanhóis, e, posteriormente, tomada pelos portugueses no ano de 1801, foi um momento importante para a gênese do município de Júlio de Castilhos, sendo a data que marcou as duas fases da ocupação deste recorte espacial gaúcho (CESAR, 1979).

No período anterior a 1801, as terras que, atualmente, pertencem ao município castilhense, eram habitadas pelos índios, pelos padres jesuítas e pelos espanhóis. Os jesuítas foram os principais responsáveis pela introdução do gado bovino na Redução de Nossa Senhora de Natividade.

Além da introdução do gado bovino no Estado gaúcho, os jesuítas foram responsáveis pela formação das estâncias de criação de gado. A outra fase, com a chegada dos portugueses, dos paulistas e dos açorianos,

após 1881, contribuiu para a evolução social e econômica do Município (COSTA, 1991). As estâncias que se formaram, em Júlio de Castilhos, foram uma das primeiras formas de organização do espaço rural gaúcho e, que, até os dias atuais, mantém resquícios desta época histórica da sua formação e ocupação.

Além da contribuição dos jesuítas e dos paulistas para o desenvolvimento da atividade pecuarista do Município, os imigrantes açorianos vieram com o objetivo de implantar a agricultura que, inicialmente, era de caráter familiar, através dos cultivos de subsistência, dentre eles o trigo e o milho. Atualmente, a agricultura representa a maior fonte de renda para os agricultores e para o município, em curto prazo, diferentemente da pecuária que demanda de tempo maior e de investimentos diferenciados para o seu retorno financeiro.

Inserido no contexto histórico de distribuição de terras, através das Sesmarias, o município apresenta características intrínsecas a este período, dentre elas a matriz produtiva tradicional, baseada na pecuária bovina, inicialmente e, posteriormente, através da lavoura empresarial representada pelo principal cultivo do binômio trigo-soja cujas atividades são praticadas em grande escala, ou seja, em médios e grandes estabelecimentos.

Nas últimas décadas, o espaço rural do Município passou por transformações expressivas tanto no que diz respeito à estrutura fundiária e, quanto às atividades praticadas pelos agropecuaristas. Houve fragmentação parcial das áreas destinadas à criação extensiva de gado, que forçou uma reestruturação produtiva que se deve principalmente a três fatores, conforme destaca Moreira (2008, p. 18 - 19) “Em geral, houve três formas de ocupação dessas áreas, um através do arrendamento, o outro da compra e venda das propriedades e, no terceiro caso, pela desapropriação realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária [...]”

Essas distintas formas de ocupação e de utilização das terras foi possível devido às características de relevo e à qualidade dos solos no Município. Os fatores físicos aliados aos fatores técnicos, juntamente com a modernização das lavouras, contribuíram para a grande expansão da agricultura, conferindo-lhe características empresariais. Paralelamente, a essa organização do setor produtivo, surgiram estruturas de suporte,

como as cooperativas de recebimento e de comercialização de grãos, para comportar a grande produção agrícola do município.

No contexto do crescimento da triticultura no município castilhense, é fundada a Cooperativa Tritícola Júlio de Castilhos Ltda, hoje denominada de Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (COTRIJUC). Esta cooperativa surgiu em virtude da grande produção de trigo no local, por isso sua denominação tritícola e, que, posteriormente, receberia também outros produtos agrícolas como a soja, o milho, o trigo, dentre outros.

Posteriormente, inseriram-se no espaço castilhense, filiais de outras cooperativas e empresas de recebimento de grãos de capital privado. Atualmente, a soja ganha destaque no município, sendo um agente dinamizador da economia, geradora de divisas, assumindo papel importante no processo de acumulação de capitais e de exportação de grãos.

2 A coexistência da lavoura de soja e a pecuária

A herança histórica foi crucial para a organização das atividades econômicas de Júlio de Castilhos, apresentando estrutura fundiária organizada, tendo por base os grandes estabelecimentos agropecuários, com atividade tradicional, a pecuária.

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários da amostragem de produtores entrevistados, 30% estão classificados nos grupos de área total, que variam de 500 a 2500 ha e, 64%, possuem estabelecimentos rurais com áreas menores de 500 ha. Esses dados demonstram que houve uma reorganização na estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários. Tal fato é consequência da diminuição da área destinada à pecuária devido à expansão da lavoura empresarial da soja. Essa situação forçou a fragmentação parcial da dimensão dos estabelecimentos agropecuários, pois alguns proprietários passaram a arrendar parte de suas terras para as lavouras temporárias (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de estabelecimentos agropecuários pesquisados de acordo com os grupos de área total em Júlio de Castilhos/RS.

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários	%
10 – 50	2	4
50 – 100	4	8
100 – 200	5	10
200 – 500	21	42
500 – 1000	9	18
1000 – 2500	6	12
Total	50	100

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Aliado também a estes fatores, o Município foi alvo de pressões dos movimentos sociais como o MST, que lutam pelo acesso e pelo cumprimento da função social da terra. Buscando atender, em parte, a essas reivindicações foram criados três assentamentos no Município, sendo responsáveis, em parte, pela fragmentação da dimensão dos mesmos.

As mudanças podem ser percebidas também na forma de utilização das terras para a exploração econômica, que podem ser cultivadas pelos arrendatários, sendo que a minoria deles não são residentes em Júlio de Castilhos.

Destaca-se que 76% dos estabelecimentos agropecuários são explorados pelos proprietários. Entretanto, o grande diferencial está na expansão da categoria arrendatários na exploração e administração dos estabelecimentos agropecuários no Município. Os pecuaristas preferem arrendar parte de seus campos, porque através dessa sistemática é possível ampliar a sua renda, via arrendamento e, ainda, continuar desenvolvendo a criação de gado.

Outro fato a ser ressaltado é que a hereditariedade do título de terras é um legado histórico no Município, desde a época em que as mesmas eram doadas pelo sistema de Sesmarias. Assim, na medida em que ocorria a divisão das terras, por herança, os filhos dos fazendeiros que, geralmente, saíam de casa para estudar, não deram continuidade às atividades do campo

e, então, arrendavam-nas ou vendiam. Entretanto, alguns dos herdeiros mantiveram as atividades pecuaristas, deixando a responsabilidade de administrá-las ao capataz.

A maioria dos pecuaristas castilhenses, para se manter na atividade, procura estabelecer novas formas de utilização das terras de seus estabelecimentos com o intuito de maximizar os rendimentos. Uma das alternativas é o arrendamento e/ou parceria na lavoura temporária da soja, geralmente, no período de verão. No inverno, alguns proprietários utilizam a lavoura com pastagem para concluir o processo de engorda dos bovinos, sendo essa sistemática bastante utilizada, pois acelera o ciclo da pecuária.

Percebe-se que houve uma diminuição das áreas destinadas para a pecuária em consequência do aumento gradual das lavouras, que pressionaram as áreas de campo nativo. Tal expansão se tornou possível devido às potencialidades físico/natural, através do relevo favorável, que possibilitou a inserção da mecanização na maior parte do Município.

A exploração do estabelecimento agropecuário é realizada, na maior parte pelos proprietários, entretanto, o local de residência da maioria desses, não é a sede da propriedade na zona rural, pois, em muitos casos, os proprietários residem em outros municípios. Dos proprietários residentes em Júlio de Castilhos, mais da metade deles, encontram-se na zona urbana, retornando para a cidade após o trabalho diário ou permanecendo na propriedade periodicamente para acompanhar o andamento das atividades rurais.

Percebe-se, que essa nova reestruturação produtiva alterou o design urbano, pois se visualiza, no espaço urbano do município, a expansão do mercado imobiliário através da construção de prédios e de casas mais modernas, resultante principalmente da procura dos mesmos pelos empresários rurais da soja que buscam novas alternativas de residências e de confortos.

Atualmente, as atividades no espaço rural do Município são organizadas e administradas de maneiras distintas. Além do proprietário, o arrendatário também passou a explorar a atividade agropecuária e, em alguns casos, a administrar o estabelecimento.

As áreas exploradas por produtores rurais, através do arrendamento de terra, apresentam dimensões que variam de 50 a 1500 ha. Dos entrevistados que são arrendatários, a maioria deles declarou que essas áreas são destinadas para a lavoura comercial de soja no período de verão e, no inverno, utilizadas com outras culturas. Assim, têm-se, para cada período, duas situações distintas. O arrendatário planta trigo e aveia e/ou azevém para a obtenção de sementes no inverno. Ou, a lavoura após a semeadura da aveia ou azevém ou ambas, é devolvida ao proprietário para realizar a pecuária de engorda. Tal sistemática visa ampliar o retorno econômico através da redução de custos.

Salienta-se que a minoria dos entrevistados arrenda áreas para a pecuária na modalidade campo. As dimensões de área para esta modalidade de atividade variam de 200 a 500 ha e são destinadas para abrigar o gado no período de verão, aguardando novamente a pastagem da lavoura no inverno. Para comportar o grande plantel bovino em áreas de campo, sem prejudicar a produção do rebanho, o pecuarista tem investido na melhoria das pastagens no campo nativo, que passou a ser trabalhado de forma mais intensiva.

É importante destacar que houve a valorização da terra em consequência da expansão da lavoura empresarial da soja, visando à demanda no mercado nacional e internacional. Considerando as formas de pagamento, constatou-se que são realizadas de duas maneiras. No arrendamento para pecuária, o valor a ser pago é calculado considerando a quadra de campo, com pagamento em dinheiro avaliado, por peso de boi vivo, ou seja, um hectare é pago por um valor atualizado no mercado correspondente ao quilograma de boi vivo. Por outro lado, para o cultivo de soja, o arrendamento tem por base o hectare cultivado, no qual se faz o pagamento através de sacas de soja.

No que diz respeito à presença das cooperativas, essas exercem papel fundamental para a atividade rural e para a economia local. Enfatiza-se que a maioria dos entrevistados está associada a uma ou mais cooperativas que exercem papel decisivo no processo de armazenamento, de comercialização e de industrialização dos grãos produzidos em Júlio de Castilhos.

O desenvolvimento das atividades dos dois principais segmentos produtivos do município, ou seja, a lavoura empresarial da soja e a pecuária, necessitam de mão de obra diferenciadas o que pode ser explicado pelas distintas formas em que o espaço de produção está organizado.

Nesse sentido, a composição de mão de obra é, predominantemente, permanente, sendo realizada de forma diferenciada, pois a maioria dos produtores rurais contrata mão de obra para trabalhos, visando atender à pecuária e à agricultura simultaneamente. A mão de obra temporária é contratada principalmente para as atividades agrícolas e sendo também utilizada como complementação na pecuária.

O baixo número de familiares envolvidos na agropecuária explica-se pelo acesso à modernização agrícola, o que permite, ao proprietário, possuir outra profissão e administrar, à distância, os trabalhos rurais, possibilitando aos filhos a dedicação aos estudos, gerando significativa imigração de jovens e, conseqüentemente, envelhecimento da população no campo, uma vez que, raramente, os filhos voltam para o meio rural.

A lavoura consorciada com a pecuária está presente em 90% dos estabelecimentos agropecuários de Júlio de Castilhos. Apenas 10% dos proprietários, praticam a agricultura anualmente com culturas e em épocas distintas.

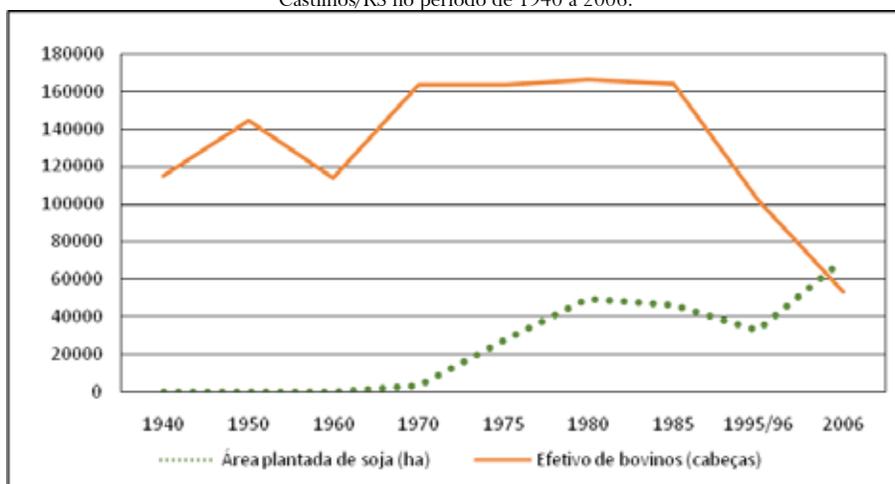
Os motivos pela opção de consorciar a pecuária com a agricultura derivam principalmente dos benefícios econômicos dessa prática. Dentre as razões, pode-se destacar que esta sistemática visa à complementação e à garantia de renda nas atividades agropecuárias, ou seja, uma atividade complementa a outra.

O município, por um longo período, teve na pecuária, com base na criação de gado bovino, de forma extensiva, com ciclo completo, a principal atividade econômica. Essa prática modificou-se com o avanço das lavouras temporárias. O consórcio da lavoura com a pecuária é uma possibilidade que visa à aceleração do ciclo da pecuária. No entanto, tem sido uma prática cada vez menos aceita pelos agricultores, pois dependendo do grau de utilização da lavoura pela pecuária, ocorre a compactação do solo.

Para se compreender a evolução do efetivo da pecuária de Júlio de Castilhos, buscou-se resgatar fatos que ocorreram no decorrer da escala

temporal de 1940 a 2006, dos censos agropecuários do IBGE. Dentre eles, destaca-se que as sucessivas crises econômicas ocorridas na década de 30, levaram ao fechamento e à falência de diversos frigoríficos, gerando crises nesse setor econômico, refletindo gradativamente na atividade pecuarista, ocasionando a diminuição da criação de gado da década de 40 a 60. Já a partir da década de 70, a pecuária aumenta em relação à década de 60 e, se mantém constante até 1985, mas com um rebanho bastante elevado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Comparativo entre o efetivo de bovinos e a lavoura de soja no município de Júlio de Castilhos/RS no período de 1940 a 2006.



Fonte: Censo econômico do IBGE de 1940, censo agrícola de 1950 e 1960, censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

A partir de 1985, a pecuária de bovinos diminuiu o seu efetivo. Tal fato é reflexo das oscilações do preço do boi vivo, aliado ao surto de febre aftosa que tem afetado o mercado da carne no Brasil e no exterior. A valorização da soja no mercado internacional favoreceu a expansão das áreas de agricultura sobre as áreas de campo nativo, forçando a diminuição da pecuária e/ou sua reestruturação espacial.

Na pecuária, apesar de diminuir a área de criação de animais, aumentou o efetivo e a qualidade do rebanho, pois seu consórcio com a lavoura de soja possibilitou aumento na oferta de suprimento alimentar para o gado, através das pastagens nos meses de inverno, período de maior

escassez de pasto no campo.

No que diz respeito ao consórcio da agricultura com a pecuária, os produtores rurais entrevistados, em sua maioria, consideram uma união viável, pois uma atividade complementa a outra. Com a lavoura empresarial, a complementação da alimentação dos bovinos, via pastagem, foi possível acelerar o ciclo da pecuária. Por outro lado, alguns agricultores discordam dessa prática, pois a presença da pecuária na lavoura gera compactação do solo, diminuindo a sua capacidade produtiva pela diminuição da resistência às secas.

Desse modo, a falta de perspectivas de políticas de garantia de preços da pecuária, a valorização da soja, no grupo das *commodities* comercializadas no mercado internacional, provocou acentuado aumento das lavouras de soja, que forçou a diminuição das áreas utilizadas pela pecuária.

O consórcio entre agricultura e a pecuária é realizado por 96% dos produtores rurais entrevistados incluindo também os pecuaristas e arrendatários. Apenas 4% dos produtores permanecem apenas com a agricultura em seus estabelecimentos agropecuários. Afirmam que dessa forma a lavoura tem maior rentabilidade por não haver compactação do solo.

O percentual de redução da área de campo nativo, para a agricultura, varia de 10% até 85% do total de área do estabelecimento agropecuário no período de 5 a 10 anos. Conforme um produtor rural entrevistado, a diminuição das áreas de campo é motivada pela rentabilidade econômica. Ele salienta que “reduziu 71% do campo para aumentar a lavoura pela rentabilidade, porque quem é pecuarista depende da agricultura e o inverso não” (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Portanto, percebe-se que a organização do espaço rural segue a orientação econômica, ou seja, a escolha da atividade predominante (agricultura ou pecuária) será aquela que proporcionar maior rentabilidade em menor prazo. No município castilhense, a lavoura de soja apresenta-se como o principal agente dinamizador da economia, pois os diversos segmentos de atividades do município desenvolvem-se em torno da agropecuária.

3 A lavoura de soja e o uso da tecnologia

A lavoura de soja em Júlio de Castilhos tem seu início, em meados da década de 60, quando foram registrados os primeiros dados em relação à produção do grão. No entanto, isso não significa que, anterior a esse período, já era realizado o plantio dessa leguminosa para a alimentação de animais e, em algumas lavouras, sendo plantada em caráter experimental.

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), na década de 50, desenvolvia pesquisas de variedades de soja que fossem adequadas às condições edáficas do Município. Dessa forma, as primeiras lavouras de soja foram inseridas pela FEPAGRO. No entanto, a triticultura, por ser uma cultura agrícola bastante instável, característica do inverno, necessitava de uma cultura complementar para o período de verão. Tal fato tornaria a atividade agrícola mais rentável e atraente para os agricultores. A soja que se expandia no mercado externo passou a despertar interesse dos agricultores. Além disso, a topografia do município propiciava a mecanização, consolidando-se assim o binômio trigo/soja.

A expansão ou redução das áreas da cultura temporária de soja estão ligadas aos condicionantes climáticos e de mercados. É importante assinalar que a atividade agrícola é vulnerável a uma série de fatores que podem favorecer ou dificultar o seu desenvolvimento. Para o período de 1960 a 1980, a produtividade, que variava de 16 a 25 sacas de soja por hectare, já a partir de 1985, ocorreu um aumento, chegando a produtividade de 30 sacas por hectare. O incremento na produtividade, após 1985 deveu-se à inserção do plantio direto e ao uso de técnicas avançadas, diminuindo as perdas da camada de solo agricultável e aumentando a sua fertilidade.

No quinquênio de 1975 - 1980, a lavoura de soja, gradativamente, expande-se em Júlio de Castilhos, desenvolvendo-se, paralelamente à lavoura de trigo, que era, até então, o principal cultivo agrícola. Além disso, o transporte ferroviário, nesse período, com vagões para grãos, favoreceu o escoamento da produção agrícola do município. No período compreendido entre os anos de 1985 e 1995, ocorre decréscimo na área de lavoura de soja, devido principalmente às oscilações no preço do grão no mercado internacional.

Considerando as informações coletadas no trabalho de campo, os entrevistados ressaltaram que a soja era cultivada desde 1964 no município. Entretanto, o maior número de proprietários enfatizou que começou a cultivá-la, nos períodos de 1974-1983 e 1994-2003. O primeiro período coincide com o avanço dessa cultura, através da modernização da agricultura no estado gaúcho via uso de fertilizantes, de agroquímicos e da mecanização das lavouras.

O segundo período de 1994 – 2003, a expansão da soja é decorrente da utilização, pelos proprietários, da técnica do plantio direto, sendo difundida na década de 80 e utilizada de forma intensiva a partir da década de 90, que permitiu também aumentar a área destinada para a lavoura empresarial. Para a efetivação da lavoura temporária, com o sistema plantio direto, tem-se o uso intensivo da mecanização.

Além da lavoura da soja, são plantadas outras culturas que são representativas para a economia do município, como o trigo e o milho. A aveia, o azevém e o feijão também estão presentes no espaço produtivo do município em análise. A cevada, o girassol, a canola (a partir do ano 2000) e a fruticultura (1990) estão sendo cultivadas mais recentemente devido à integração direta da indústria com o produtor rural com maiores garantias de mercado. Essa forma de integração é semelhante a que ocorre com as indústrias de fumo situadas no Vale do Rio Pardo que fornece aos agricultores um pacote tecnológico, com assistência técnica e com a compra da produção.

Atrelado aos fatores físicos e aos econômicos, percebe-se que a atividade agrícola se torna viável no município. Acrescenta-se a esses, a expansão da cultura de soja e a permanência da pecuária tradicional - atividades que muitos produtores castilhenses herdaram e permaneceram com elas devido às perspectivas de mercado e a visão expansionista da lavoura, uma vez que a soja destaca-se no Brasil, tanto para o suprimento alimentar humano, quanto para animal.

Salienta-se que, para a maioria dos produtores entrevistados, a soja transgênica foi fator decisivo na ampliação da área plantada com esta cultura, pois melhorou as condições de cultivo, bem como do controle de invasores. Com o plantio de transgênicos, aliados à técnica do plantio

direto, houve redução de custos na lavoura, contribuindo para a expansão de áreas de cultivo.

Para os entrevistados que mencionaram o fato da soja transgênica não ter influenciado no aumento da área cultivada, suas opiniões convergem na direção do plantio direto, que tem direcionado a ampliação das áreas de lavoura, mediante redução do manejo em comparação à lavoura cultivada no sistema convencional. Com o plantio direto, houve modificações na contratação de mão de obra na lavoura, pois com a redução do manejo com o solo e maior mecanização tem refletido na diminuição de empregos.

A falta de amparo governamental através de políticas agrícolas adequadas que atendam às necessidades agropecuárias foi amplamente mencionado entre os produtores. A deficiência de políticas de garantias de preços e seguro aos produtos agrícolas é um fator que influencia na decisão do tipo de cultivo a ser investido. Os preços dos produtos agrícolas apresentam grandes variações cíclicas, às vezes, em um curto período de tempo. Assim, ocorrem mudanças nos tipos de culturas agrícolas plantadas pelos produtores rurais de um ano para outro, isso ocorre, em parte, pela dependência brasileira ao mercado externo.

Paralelamente à inserção da lavoura empresarial da soja, houve a busca por equipamentos mais modernos para acompanhar a evolução da modernização da agricultura. A expansão do mercado para a lavoura da soja tem permitido, aos agropecuaristas, modernizar a frota de seus equipamentos agrícolas, principalmente tratores e colheitadeiras através da adaptação dos maquinários usados com cabine ou através da compra de maquinários mais modernos.

Em Júlio de Castilhos, o aumento do uso dos equipamentos agrícolas, pode ser percebido mediante à expansão da lavoura de soja. A frota de tratores sem cabine no município ainda é maior do que os equipados com cabine. A opção de equipamentos agrícolas mais modernos, por exemplo, a cabine com ar condicionado, está pautada na melhoria nas condições de trabalho no campo. Para as colheitadeiras agrícolas, verifica-se que o processo de substituição dos modelos antigos por novos é mais rápido. Esse processo de modernização é visível, pois o número de colheitadeiras com cabine é aproximadamente três vezes maior que as sem cabine.

A aquisição de colheitadeiras agrícolas com cabine foi possível devido às políticas de financiamentos e à possibilidade de inserção da soja no mercado internacional. Outras tecnologias modernas foram incorporadas aos trabalhos agrícolas como a cabine nos equipamentos para a pulverização de agrotóxicos necessários para a proteção da saúde do trabalhador rural, pois cada vez mais são utilizados os agroquímicos. Os equipamentos que os produtores rurais utilizam para a pulverização de agrotóxicos são: o trator sem cabine e jato; o trator com cabine e jato; o autopropelido³ e, o avião agrícola, para lavouras de maior dimensão.

Com o aumento das áreas de lavoura comercial, foram necessárias a ampliação e modernização dos maquinários agrícolas utilizados para o manejo das diferentes culturas. Além dessas modificações, as condições de trabalho no espaço rural também foram reestruturadas, sendo necessária a qualificação da mão de obra, tanto à temporária, quanto à permanente, para manejar equipamentos agrícolas mais sofisticados, como colheitadeiras computadorizadas, tratores com GPS e outros acessórios mais modernos. Muitos produtores rurais exigem do trabalhador a ser contratado o ensino médio completo e/ou com curso técnico em agropecuária, ou em área afim. Tal fato é reflexo da modernização dos equipamentos agrícolas que ele irá utilizar.

A lavoura empresarial, além da modernização de maquinários agrícolas, que fornecem suporte diretamente nas atividades, exigiu também reestruturação na infraestrutura para o armazenamento e para o transporte da produção. Para comportar a produção agrícola, alterou-se a capacidade de armazenamento no Município através da construção e da ampliação dos silos particulares nos estabelecimentos agropecuários e também nas unidades de recebimento local. Essa nova organização no espaço rural permitiu que alguns estabelecimentos realizassem posteriormente a entrega da produção nas cooperativas ou, diretamente no porto de Rio Grande para a exportação.

Para dar suporte às inovações tecnológicas e para o desenvolvimento da lavoura empresarial da soja, os produtores rurais buscam apoio através dos financiamentos. De modo geral, o crédito rural disponibilizado através das distintas linhas de financiamento com juros mais baixos, é o único

incentivo do poder público para a implantação da lavoura temporária. A falta de política agrícola sólida de garantia do preço mínimo, pré-definido, antes da implantação da lavoura para a comercialização da produção, dificulta o crescimento maior da agricultura.

O suporte técnico ao desenvolvimento da lavoura de soja faz-se necessário, sendo utilizado pela maioria dos produtores rurais do município de Júlio de Castilhos. Este suporte é disponibilizado pelas cooperativas ou pelos empreendimentos que oferecem serviços de veterinários, de agrônomos, de técnicos agrícolas, dentre outros profissionais que auxiliam no aperfeiçoamento das técnicas empregadas no processo produtivo.

Para a maioria dos produtores rurais, a assistência técnica para a agricultura é utilizada praticamente o ano todo, desde o plantio até a colheita de cada safra. Os técnicos acompanham o desenvolvimento da planta e detectam o surgimento das doenças e de pragas, orientando o tratamento correto.

Considerando as características físicas do município, a técnica disponível e a demanda no mercado internacional, buscou-se respostas em relação às perspectivas para a lavoura empresarial da soja e para a pecuária. Da amostragem de produtores entrevistados, a maioria deles considera que a lavoura de soja continuará expandindo-se em áreas destinadas à pecuária. Alguns enfatizaram que haverá uma expansão limitada, devido aos condicionantes naturais que, em determinadas áreas do município, não possibilitam o uso da mecanização.

Para elucidar as tendências para o desenvolvimento da lavoura empresarial da soja, em Júlio de Castilhos, dois depoimentos de produtores rurais foram selecionados.

No primeiro depoimento, o produtor destaca que “A lavoura de soja vai ter incremento significativo em função da importância da proteína, mas não em área de pecuária, pois é criada em áreas menos nobres. Esse aumento será devido ao aumento de tecnologia, implicando em um aumento vertical da produção tanto na agricultura como na pecuária (produção maior em espaço menor). A pecuária está sendo melhorada pelo investimento em qualidade, mas o município não perdeu a vocação pela pecuária. Está também ocorrendo uma verticalização da agricultura

pelo aumento em tecnologia/informação no aumento de produtividade, no entanto, o maior lucro desse aumento da produção agropecuária está ficando nas mãos das multinacionais”.

No segundo depoimento, o produtor enfatiza as limitações da expansão da lavoura, dizendo que “Já teve um grande aumento das lavouras em áreas de campo e ainda vai aumentar nas áreas com aptidão para agricultura. Pecuária está aumentando, principalmente a de leite. A pecuária ficará em áreas com topografia que não permitem exploração agrícola e também nos banhados. Em expansão a pecuária de leite, pois melhorou o preço e está organizada através do Núcleo de Produtores de Pecuária de Leite”.

Pelo exposto nos depoimentos, percebe-se que, a expansão da agricultura, através da lavoura empresarial, em áreas de campo nativo, é motivada pela valorização do grão no mercado internacional. Acredita-se que, com o melhoramento e/ou aperfeiçoamento das técnicas e a adesão gradativa da agricultura de precisão, inicia-se o processo de verticalização da agricultura no município que consiste na utilização de técnicas que proporcionam maior produtividade para a lavoura através da distribuição necessária de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Com base nos depoimentos dos produtores, constatou-se que eles têm perspectivas de ampliar as áreas e, também, a produtividade para a lavoura empresarial da soja. As áreas de campo com relevo favorável para a agricultura poderão ser transformadas em lavouras, destinando a pecuária a áreas mais íngremes e com limitações para a agricultura mecanizada. A pecuária de leite está em expansão no município por concentrar grande quantidade de animais em menor área e por ser uma criação mais intensiva. Dessa forma, parte do efetivo da pecuária abrange a pecuária de leite que tem refletido positivamente para o desenvolvimento econômico do município.

Alguns produtores destacaram que as áreas de expansão da lavoura de soja já estão se esgotando no município. Tal fato implicará na estabilização da área plantada, mas com possibilidades de investimentos que visem ao aumento da produtividade. Com a cedência das áreas de campo para a lavoura de soja, houve aumento da oferta de pastagem. Assim, a pecuária também busca novas alternativas modernizando-se e reduzindo o tempo

para o abate. Se por um lado a pecuária de corte perdeu áreas de campo, por outro, tornou-se mais intensiva, beneficiando-se também da lavoura em períodos de menor disponibilidade de pasto no campo nativo.

Os produtores acreditam que não haverá mudança significativa de tipos de cultivos diferentes em relação às culturas tradicionais (soja, trigo e milho), mas a utilização de novas variedades das culturas agrícolas já existentes aliada ao uso de técnicas mais modernas, visando ao aumento da produtividade.

Dessa forma, a reorganização do espaço agropecuário segue a orientação econômica, impulsionando o desenvolvimento das atividades rurais, através da maior ou menor valorização comercial, das mesmas, no mercado local, regional, nacional e internacional. No entanto, os aspectos culturais locais interferem, impedindo que atividades tradicionais desapareçam, como a pecuária, que se inseriu na gênese de formação do Estado gaúcho, principalmente na Metade Sul, expandindo-se para a região central até municípios como Júlio de Castilhos, onde tornou-se tradicional. Por conseguinte, podemos dizer que, a tradição atrela-se a novas atividades que se inserem no espaço agropecuário local, dinamizando a economia e aperfeiçoando as atividades já existentes.

Considerações Finais

A organização do espaço produtivo rural ocorre, geralmente, impulsionada por um conjunto de elementos e de fatores históricos e socioeconômicos, fazendo parte de um conjunto de atividades que contribuem para o desenvolvimento desse segmento. Paralelamente, os fatores políticos e econômicos pautados pelo mercado internacional, interferem, direta ou indiretamente, na estruturação da agropecuária local, enquanto atividade econômica.

Esses fatores se refletiram no setor primário de Júlio de Castilhos, exercendo importante papel no processo de decisão dos agropecuaristas, no que diz respeito à escolha do tipo de atividade a ser priorizada em seus investimentos, ou seja, agricultura ou na pecuária.

A combinação da política econômica agrícola e os aspectos climáticos e de relevo de Júlio de Castilhos favoreceram à integração das atividades agrícola e pecuarista, pois através desse sistema há a possibilidade de minimizar os prejuízos derivados das variações do clima e das oscilações de mercado.

Pode-se dizer, então, que as modificações no espaço rural castilhense são decorrentes da dinâmica da economia nacional e internacional que dinamizam o agronegócio gaúcho. Para atender às novas demandas do mercado, reestruturam-se as cadeias produtivas antigas ou se inserem novas para fornecer fluidez à economia. A tradicional atividade pecuarista modernizou-se e busca a competitividade, forçada pela agricultura empresarial a qual pressionou a diminuição das áreas de campo. A agricultura, através da lavoura empresarial da soja, desenvolve-se através de alto padrão tecnológico sendo uma das exigências ao produtor rural, para o mesmo, se manter na atividade e acompanhar a concorrência no agronegócio.

Nesse contexto, a dinâmica organizacional das atividades do espaço rural castilhense possibilitou a existência do granjeiro da soja que trabalha somente com agricultura; o pecuarista que faz criação de gado e arrenda parte de suas terras para a lavoura de soja e o agropecuarista que é proprietário do estabelecimento onde se desenvolve a agricultura e a pecuária.

Ressalta-se que, embora a lavoura de soja tenha se expandido de forma expressiva conquistando espaços da pecuária e tornando a economia do município mais sólida, a pecuária continua a ser uma atividade significativa e busca se inserir em um processo gradativo de modernização. A lavoura da soja, atualmente como a atividade principal, reorganizou a economia local, tendo em vista a sua importância comercial, inserindo o Município no mercado do agronegócio gaúcho, nacional e internacional.

Notas:

1 Trabalho de campo realizado no ano de 2008, para elaboração de dissertação de mestrado.

2 Gado da raça Charolês que, com seu desenvolvimento, não tem o crescimento dos chifres espontaneamente.

3 Equipamento agrícola fechado com cabine, com condicionador de ar interno, no qual vem acoplado um tanque com capacidade variada, utilizado para a pulverização de agroquímicos em lavouras.

Referências

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL/ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITOS E ASSISTÊNCIA RURAL. Elaboração: ARISTIMUNHA, Jorge; et al. **Resenha prospectiva do cenário rural no município de Júlio de Castilhos – RS**: Alguns referenciais utilizados pela EMATER/RS. Júlio de Castilhos: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

CARGNIN, Monica. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS**: Uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja. 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2009.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia & política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

COSTA, Firmino. **História de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1988.

COSTA, Firmino. Terra de Vila Rica: **Contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**: A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da FEE, v. 3, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades@> Acesso em: set., 2006.

_____. **Censo agropecuário 2006**: Manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Censo agropecuário 1995/96**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo agropecuário 1985**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo agropecuário 1975:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo agropecuário 1970:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. **Censo agrícola 1960:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. **Censo agrícola 1950:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. **Censo econômico 1940:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

MOREIRA, Silva Vinícius. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos-RS:** da pecuária extensiva a agricultura familiar. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

RÜCHERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território:** A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930 – 1990. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. In: VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193 – 230.

A territorialização da produção da soja no distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS

*Leandro Jesus Maciel de Menezes
Cesar de David*

Introdução

Em pouco mais de quatro décadas, grosso modo, a territorialização da produção da soja passou de um fenômeno restrito há determinadas regiões, há, um fenômeno que esta se tornando característico de distintas partes do campo brasileiro, sobretudo, pela forma extremamente dinâmica como vem ocorrendo.

Nesse íterim, pode-se dizer que, num primeiro momento, corroborou assiduamente a política agrícola adotada pelo Estado durante os governos ditatoriais. Em um momento em que o Estado objetivava aumentar e diversificar a produção buscando, em partes, elevar

as exportações primárias e agroindustriais, a soja, destacou-se por se tratar de um produto que permitia tanto a exportação em grãos quanto a exportação de seus derivados.

A capacidade de movimentar os setores a montante e a jusante da agricultura, mediante a contígua reestruturação dos processos produtivos e o fornecimento de matéria-prima, fez com que no decorrer dos anos 80, diante da redução dos subsídios a produção rural, da perspectiva de redução da área plantada e da própria produção da soja, esses setores promovessem uma reconfiguração das relações que se efetivavam com os produtores de soja (MAZZALI 2000). Com esta reconfiguração das relações novos mecanismos de financiamento foram utilizados visando dar continuidade ao desenvolvimento crescente da atividade sojicultora.

Esse novo contexto de incentivo oriundo do setor privado aliado ao do setor público, à abertura comercial empreendida no bojo das reformas neoliberais, no início da década de 90, conformou a atual conjuntura favorável à produção e a exportação da soja. Uma conjuntura que somente corroborou com o dinamismo que atualmente se atribui a territorialização da produção da soja no país.

No distrito de Santa Flora, o dinamismo deste fenômeno, embora recente, se faz presente em propriedades de diferentes tamanhos promovendo implicações na organização do(s) território(s), na paisagem, na dinâmica social e nas concepções formadas historicamente pelos produtores rurais.

Este capítulo traz considerações referentes à como tem se dado este fenômeno neste distrito, demonstrando, pelo reconhecimento de uma dupla complexidade que compõem a realidade social desdobradas em procedimentos metodológicos distintos e complementares que compõem a pesquisa qualitativa, que a organização e/ou reorganização do(s) território(s) são fatores determinantes para a abrangência de sua ocorrência.

1 Breve nota sobre a complexidade horizontal do distrito de Santa Flora

O distrito de Santa Flora localizado no município de Santa Maria/RS, conforme figura 1, está distante 42 km do distrito Sede deste município. Esse distrito destaca-se entre os demais, por possuir uma área de 519 km² (51.900 ha) e ser o de maior extensão territorial e de menor densidade demográfica.

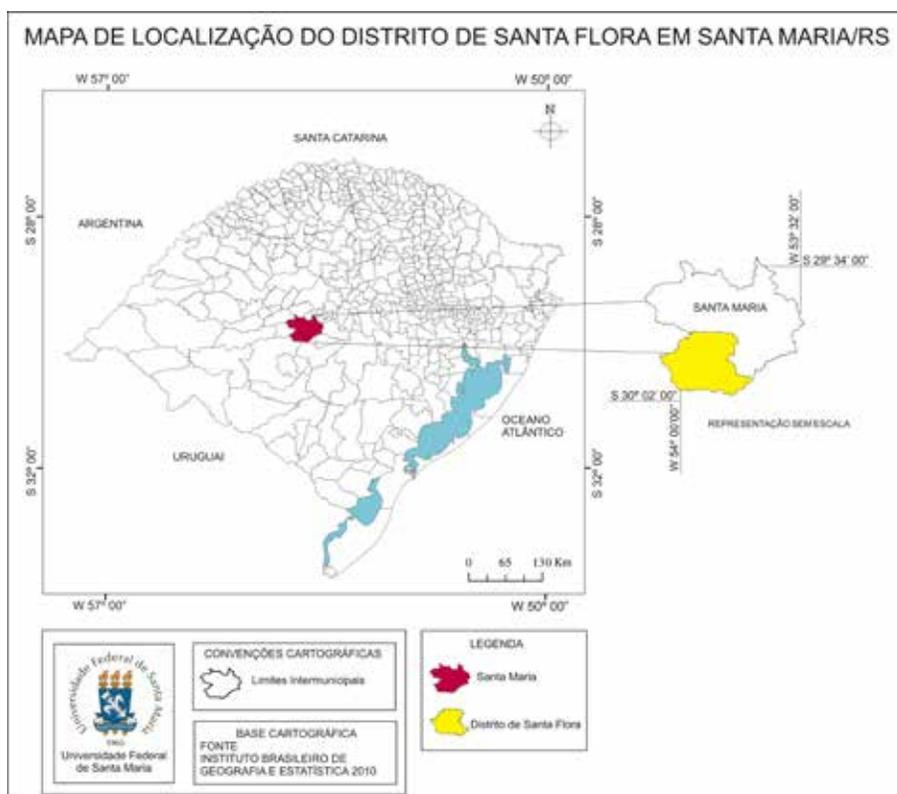


Figura 1 – Mapa localização distrito de Santa Flora, Santa Maria/ RS.

Org.: MENEZES, L. J. M.

A configuração topográfica constituída por planícies e suaves colinas e a abundância de recursos hídricos, são duas das principais características naturais deste distrito. Essas características naturais e o histórico de ocupação do distrito foram determinantes para que durante um longo

período a atividade da pecuária predominasse no distrito. Suas terras, já em 1796, faziam parte de antigas sesmarias destinadas a estancieiros de famílias abastadas que povoaram a região (SANTOS 1984).

Nas primeiras décadas do século XX, estas estâncias foram, em partes, fragmentadas pelos proprietários sob o desígnio de tornarem-se colônias mediante a venda de lotes de terras. O espaço fragmentado constituía-se de parcelas de terras da propriedade com vegetação densa que ficava ociosa na atividade pecuária. Estes fragmentos de determinadas propriedades foram comercializados com colonos de origem italiana, que diante da possibilidade de conseguir terra de trabalho migraram para o local.

Com a apropriação desses fragmentos em diferentes estâncias surgiram inúmeras colônias no distrito. E, a constituição dessas colônias, sem dúvida, representa o ciclo de desconcentração da propriedade da terra mais efetivo na história do distrito, embora, este fato, não tenha provocado mudanças radicais numa estrutura fundiária dominada pela grande propriedade.

A constituição das colônias foi determinante para que a topografia plana, onde predominava a pecuária nas extensas áreas de terras das estâncias, passasse a apresentar um maior número de espaços produtivos destinados as culturas voltadas à subsistência humana e animal, dentre elas o milho, o feijão, a mandioca, a batata, o arroz, etc.

Nesse contexto, tem-se destacado as culturas comerciais do arroz e da soja. Ao longo da história do distrito a produção de arroz tornou-se a segunda principal atividade em termos de geração de renda ficando atrás apenas da pecuária. Não obstante, nos últimos anos, dentre as atividades agrícolas, a cultura comercial da soja destaca-se sobre todas as demais em termos de intensificação e expansão da produção.

Esta é uma realidade cuja abrangência engloba propriedades de diferentes tamanhos¹. Nas pequenas propriedades a soja está tornando-se a cultura hegemônica, sobretudo, ocupando praticamente todo o espaço antes destinado à policultura. Esse movimento de territorialização da produção da soja demonstra que a organização do território do colono tem se voltado quase que exclusivamente para a produção de mercadoria.

São poucas as propriedades onde se pratica a produção hortifrutigranjeira, leiteira e piscicultura. Essa última atividade por necessitar de pequenas áreas para a produção abre espaço para que a produção de soja, ao mesmo tempo, ocorra na propriedade.

Em propriedades de tamanho médio a soja se territorializa de forma preponderante e o que se observa é a pouca articulação de outras atividades com o desenvolvimento da atividade sojicultora, muito em virtude da necessidade de destinar cada vez mais espaço a esta última atividade.

Já nas grandes propriedades a produção da soja tem se intensificado a partir da produção desta monocultura em consórcio com a pecuária. Com a produção da soja adentrando a grande propriedade abre-se a possibilidade para que sejam desenvolvidas numa só propriedade as duas principais atividades do distrito em termos de geração de renda, a produção da cultura comercial da soja e a atividade pecuária.

Os campos das extensas áreas de terras outrora ocupados pela pecuária são, nos dias atuais, ocupados pela cultura da soja transformando-se em um “mar” de soja, justamente no período em que se concebia como mais propício à engorda do gado bovino, ou seja, nos mês do verão. Nesse período, em parcelas das grandes propriedades a pecuária cede espaço para que a produção da soja ocorra, retornando a ocupá-lo nos meses que precedem o inverno.

Esta, sem dúvida, é uma das transformações que extrapolam o aspecto econômico. Outras ocorrem e são para a compreensão do processo de territorialização da produção da soja, ainda mais significativas. Significativas, pois, denotam transformações nas relações sociais de produção e/ou existenciais² no contexto deste processo em curso.

Transformaram-se no seu contexto, principalmente nas grandes propriedades, as relações de produção dos arranjos produtivos e sociais, o que tem implicado em alteração no espaço geográfico. Tais relações que os permeiam, especificamente capitalistas e não capitalistas de produção, expressam o desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo no espaço rural brasileiro (OLIVEIRA 2004).

E, também, transformaram-se, as relações sociais que permitem a continuidade do processo no distrito. Embora esta continuidade não esteja

única e exclusivamente condicionada a determinadas relações sociais, há, as que nesse sentido tornaram-se substanciais. Logo, embora seja perceptível a existência de uma multiplicidade de relações sociais permeando o espaço e o tempo no contexto desse processo, pormenorizá-las é imprescindível para que se torne possível desvelar o seu movimento.

2 A territorialização da produção da soja no distrito de Santa Flora

No final da década de 1950, tem-se início o cultivo da monocultura soja, no distrito de Santa Flora. Neste momento histórico, com base na agricultura familiar, pelos menos três famílias passaram a introduzir a cultura da soja em meio à policultura (milho, trigo, feijão, mandioca, batata e do fumo), base alimentar da população do distrito e uma das formas de geração de renda, utilizada para se adquirir o que não se produzia na propriedade.

A princípio, tinha-se certa resistência em relação à introdução da cultura da soja por parte da maioria dos agricultores. Nesse período, a produção de milho predominava sobre os espaços destinados à produção agrícola. Isso porque a produção de milho vinculava-se diretamente a pecuária, que por sua vez, tratava-se da principal atividade econômica do distrito. Exatamente por isso, os espaços de produção localizavam-se muitas vezes não na propriedade do colono, mas, sobretudo, nas propriedades de fazendeiros.

Contudo, essa resistência aos poucos foi se dissolvendo, principalmente pelo contexto que se instaura a partir do modelo agro exportador durante os governos ditatoriais. Um contexto que ancorado na política agrícola adotada pelo Estado, sobretudo, estimulou a produção das culturas comerciais voltadas à exportação (MAZZALI 2000).

Embora não tendo acesso ao crédito rural subsidiado³, principal propulsor do novo perfil dos produtos agrícolas exportáveis, alguns colonos mesmo receosos por não possuírem nenhuma referência familiar no cultivo passaram a introduzir a soja em meio às demais culturas, pois isso significava acompanhar as mudanças da época.

Em meados da década de 70 passa-se a utilizar gradativamente o trator, principalmente, no preparo da terra destinada a produção de soja. Esse instrumento de trabalho já era utilizado nas lavouras de arroz e muito vagamente nas lavouras de soja. Sua utilização com maior frequência tornou tanto mais rápido quanto menos trabalhoso o preparo da terra.

A introdução da cultura comercial da soja e a utilização de novos instrumentos de trabalho, no entanto, não são as transformações mais significativas ocorridas nos arranjos produtivos e sociais do distrito no decorrer desta década. Sobretudo, porque a pequena propriedade de onde se retirava a subsistência do núcleo familiar tornou-se um fator que limitou a permanência dos filhos do produtor policultor, mesmo que constituíssem a fonte de mão de obra usada na propriedade. Não se construía perspectivas de vida para os descendentes diante do limitado pedaço de terra de trabalho sobre o qual já se encontrava dificuldades para sobreviver.

Com a constituição desta adversidade passam a ocorrer transformações nas estruturas familiares. Na verdade, no decorrer das décadas de 70 e 80, intensificou-se o êxodo rural. No ínterim da construção dessa realidade a cultura da soja passa a adentrar gradativamente as propriedades ocupando pouco a pouco os espaços destinados à policultura, substituindo-a.

Entretanto, a partir da década de 1990, momento histórico que pode ser apontado como o marco das transformações das estruturas que se voltam predominantemente à produção da monocultura da soja, está substituição passa a ocorrer de forma mais contundente. O que de certo modo é produto da mecanização processos produtivos, dos avanços da biotecnologia, adoção de formas modernas de se produzir e da valorização da soja enquanto mercadoria.

Se, isto corroborou para que a substituição da policultura tenha se dado de forma mais vertiginosa nas pequenas propriedades, todavia é o maior acesso a terra através do arrendamento de parcelas de terras em algumas das grandes propriedades do distrito, que possibilita a ampliação das lavouras de soja.

Durante a década de 1990, a possibilidade de abertura de novos fragmentos do espaço para a atividade sojicultora, dá-se de forma

gradativa. Contudo, em meados deste século, com a configuração de um novo contexto político esta possibilidade ganha uma nova dimensão.

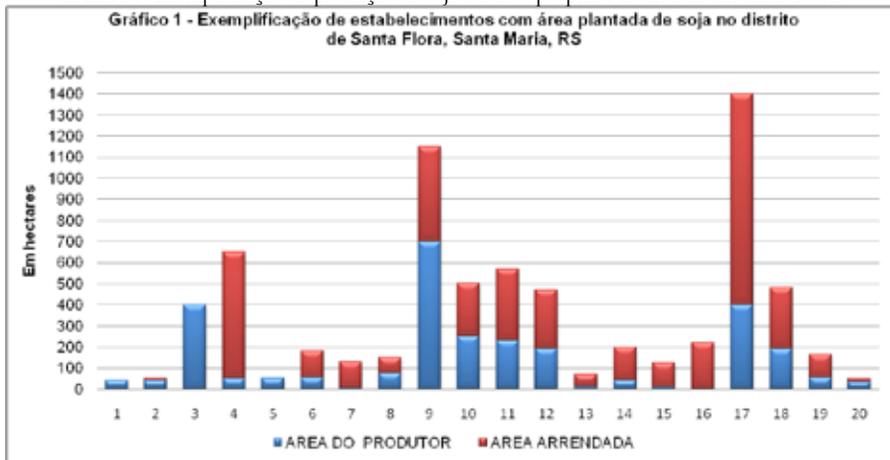
Com o governo do Lula e aquela ameaça de reforma agrária, abriu mais campo para nós, abriram para a lavoura, nos deram terra, nós não tínhamos terras, com a ameaça de reforma agrária, os fazendeiros abriram as fazendas tirando a pecuária de cima, abriu o campo de trabalho. Um fazendeiro me ofereceu uma fazenda dizendo que agora vai ter que plantar, senão plantasse era perigoso perder a terra, eu sabia plantar, mas não tinha área, nós estávamos sufocados pela pecuária (ENTREVISTADO A).

Logo, diversos produtores passaram a arrendar propriedades e/ou parcelas de terras de determinadas propriedades, desenvolvendo a atividade sojicultora por meio da agricultura familiar e/ou da agricultura empresarial. E, no final da primeira década deste novo milênio, as relações entre produtores de soja e proprietários de extensas áreas de terras, tornam-se cada vez mais frequentes e em diferentes propriedades multiplicam-se os espaços produtivos destinados a monocultura soja.

Com o arrendamento, a partir dessas relações de poder, os produtores de soja passam a dominar e/ou apropriar-se de fragmentos do espaço ampliando seus territórios. As dimensões das áreas arrendadas variam de produtor para produtor. Evidenciam-se produtores que arrendam entre dez a mais de mil hectares, conforme gráfico 1.

A grande extensão de terras de algumas propriedades permite que sob essas condições diversos sujeitos territoriais passem a adentrar uma mesma propriedade. A fragmentação do espaço tem sido um recurso para se conseguir acesso à terra e que esse acesso esteja relacionado a disponibilidade de recursos à produção.

Gráfico1: Exemplificação da produção da soja em área própria e arrendada em Santa Flora.



Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org.: MENEZES, L. J. M.

Assim, numa mesma propriedade sujeitos distintos podem apropriar-se de fragmentos do espaço, ou seja, de parcelas de terras que podem ser destinadas aos mesmos de forma igualitária ou não.

A Fazenda dos Galpões é uma das grandes propriedades onde se encontram diferentes produtores fragmentando o espaço e expandindo a produção, conforme a figura 2.

A figura expressa como quatro produtores diferentes tem se apropriado do espaço a partir de sua fragmentação. Neste caso, as dimensões espaciais dos estabelecimentos e o número de sacas a ser paga por hectare arrendada coincidem. Cada estabelecimento possui a dimensão de 109 hectares totalizando uma área de 436 hectares apropriada pelos produtores.

Na medida em que arrendar terra tornou-se um condicionante à territorialização da produção da soja, também se tornou necessário ao produtor deslocar-se pelas diversas colônias do distrito onde se localizam as grandes propriedades. Pois, nem sempre é possível arrendar o que o produtor considera necessário numa mesma propriedade ou numa mesma localidade, de forma contígua.

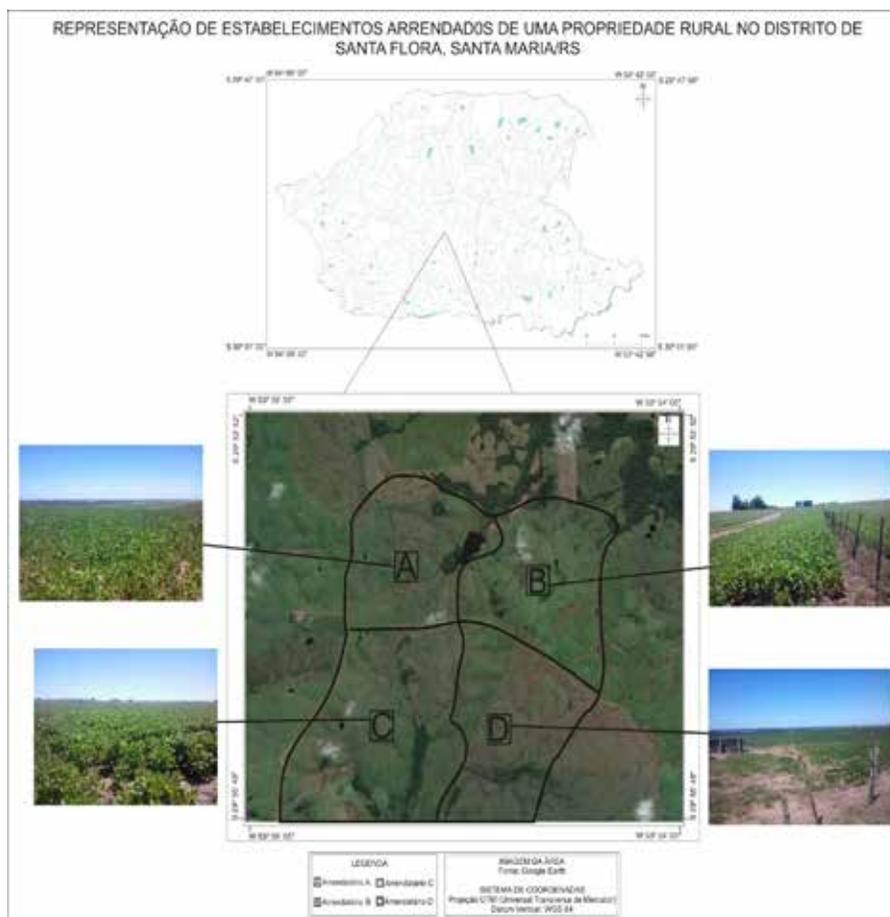


Figura 2 – Representação de estabelecimentos arrendados em uma propriedade em Santa Flora.

Fonte: Trabalho de campo no distrito de Santa Flora, 2012. **Org.:** MENEZES, L. J. M.

Assim, a mobilidade está diretamente ligada aos distintos sujeitos territoriais e a ampliação dos territórios somente pode ser identificada no movimento ou pelo movimento (HAESBAERT 2007). Neste contexto, é substancial a compreensão do movimento que fica implícito ao próprio movimento.

Ou seja, a própria organização do território para a produção da soja no distrito é um determinante para sua expansão. Em meio a essa expansão é preciso obter em cada espaço apropriado o máximo de produtividade possível. Logo, em todo e qualquer estabelecimento que se volta à produção

de soja, é generalizado o recurso à mecanização, ao uso de agrotóxicos, de fertilizantes e das sementes transgênicas.

Os recursos para adquirir esses diferentes capitais são conseguidos através de relações que se estabelecem principalmente com o Banco do Brasil e a Cooperativa de Crédito Rural (SICREDI). A partir de diferentes formas e sob condições diversas tem-se acesso ao financiamento.

Outra forma encontrada para obter, principalmente os capitais que se articulam na produção, é estabelecendo relações com inúmeras empresas do agronegócio, as quais os disponibilizam aos produtores para o desenvolvimento da atividade sojicultora. As empresas dão suporte principalmente para que os produtores reestruturem os processos produtivos com todo um aparato tecnológico e biotecnológico.

E esta contínua reestruturação dos processos produtivos, com o que há de mais moderno a partir das relações com as empresas, gera a necessidade de trabalhadores cada vez mais capacitados para trabalhar nas lavouras de soja. Porém, estes trabalhadores são cada vez mais difíceis de serem encontrados no distrito. Na realidade, evidencia-se no distrito e isto é consenso entre os produtores de soja, à falta de mão de obra qualificada para ser inserida nos processos de produção.

É convicção entre os produtores de que para aquele que sabe trabalhar com as máquinas e entende do processo produtivo não há problema para conseguir emprego. O fato de ser uma mão de obra especializada o torna um trabalhador cobiçado por mais de um produtor que desenvolve sua produção a partir de relações capitalistas de produção. Por isso, os trabalhadores assalariados dos espaços produtivos de soja no distrito, têm rendimentos considerados elevados em relação a outros trabalhadores de outras atividades. Além dos rendimentos referentes ao salário, a grande maioria dos trabalhadores recebe uma porcentagem do que se produz.

Ainda que tenha se tornado difícil encontrar mão de obra qualificada esse fato não pode ser considerado como um entrave ao processo de territorialização da soja. Essa insuficiência tem sido facilmente suprida na medida em que se têm contratado trabalhadores provenientes de outras localidades que migram para o distrito para trabalhar nas lavouras de soja. Até porque, em todos os estabelecimentos pesquisados, os quais somados

os números de hectares totalizam 7.796 hectares trabalham apenas 42 pessoas, ou seja, a cada 185,6 hectares tem-se uma pessoa trabalhando na produção.

Desse modo, o processo de territorialização da soja tem de certa forma, contribuído com o um aumento substancial do êxodo rural no distrito. De 1991 a 2010 a população do distrito reduziu de 2.103 habitantes para 1.074, ou seja, a população sofreu uma redução em termos percentuais de 48,93% (IBGE 2010). Nesse sentido, ressalta-se o êxodo rural principalmente de pessoas entre vinte e trinta anos de idade, pois como relataram diferentes produtores que estão nesta faixa etária pode-se contar “nos dedos” os que de sua geração permaneceram no distrito.

Essa pode ser apontada inicialmente como uma das contradições do processo de territorialização. Contudo, a questão primordial para territorialização da produção da soja no distrito diz respeito não às contradições do processo, mas às contradições que emergem *no* processo.

3 O caráter ambíguo da territorialização da produção da soja e sua perspectiva de continuidade no distrito de Santa Flora

No momento atual, no distrito de Santa Flora, os produtores de soja não têm dificuldades para conseguir acessos a financiamentos, disponibilizados principalmente por bancos e cooperativas. Isso permite aos produtores intensificar a mecanização da agricultura sojicultora e adquirir os demais capitais para produção.

Também, há inúmeras empresas associadas ao agronegócio interessadas a fornecer capitais destinados à produção. Tanto que ocorre um intenso fluxo de representantes de inúmeras empresas associadas ao agronegócio por todo o distrito. Entre eles há os que são oriundos de Santa Flora, portanto, conhecem o local e também aqueles que estão inseridos na atividade sojicultora, seus anseios, necessidades, formas de organização, perspectivas, etc. Ter um representante com este perfil trata-se, evidentemente, de uma estratégia das empresas e principalmente entre as empresas para comercializar seus produtos.

Duas situações podem ser colocadas. Se, por um lado, isso abre a possibilidade das empresas traçarem estratégias, por outro lado, também permite que o produtor reconheça o interesse e estrategicamente compre de quem lhes garantir as melhores condições seja de preços, seja de formas de pagamento.

Cabe destacar que as coisas mudam quando as empresas são tanto fornecedoras de capitais a produção quanto consumidoras da produção. Logo, a *tendência* é uma determinada empresa (por exemplo, a Imex Sul, Cia da Terra) criar relações com os produtores que lhe permita sobressair-se entre as demais ao fornecer os capitais à produção e ao criar amarras para apropriar-se única e exclusivamente da produção.

Isso ocorre normalmente nas relações sociais que se estabelecem por via da equivalência de trocas. O adubo, por exemplo, destaca-se dentre os capitais adquiridos nas relações com essas empresas e frequentemente é o que mais envolve a troca por produtos. Esta troca é regulada pelo mercado e a temporalidade das relações sociais nesse contexto é essencial.

Embora seja uma alternativa ao produtor, esse tipo de relação não é predominante. Sobretudo porque, de certa forma, é uma relação que subordina o produtor. O produtor prefere não estabelecer esse tipo de relação social, pois isso limita seu campo de ação no momento da comercialização do produto.

A comercialização com mais de uma empresa é uma estratégia construída pelo produtor. Estratégia que empresas como a IMex Sul e a Cia da Terra, buscam minimizar ao se territorializar no distrito de Santa Flora. É uma forma de tais empresas sobressaírem-se dentre as demais na medida em que tornam mais próximos os locais de recepção dos locais de produção. Sobretudo, a Imex Sul, pois ao se territorializar, apropriou-se de um espaço de recebimento de grãos localizado estrategicamente na parte urbana do distrito, próximo dos espaços de produção.

Como no distrito há uma preferência pela realização da comercialização com essa empresa tornou-se uma possibilidade dos produtores diminuírem os custos com o transporte da mercadoria. Logo, compreende-se que a territorialização da Imex Sul é a manifestação, com precisão, de uma ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo.

Essa territorialização das empresas para o distrito significa para os produtores que há cada vez mais um interesse pela produção realizada no distrito que associado à valorização que o produto está tendo no mercado os permite dar continuidade a produção tendo boas perspectivas.

Todavia, emergem desse contexto, o caráter ambíguo da territorialização da soja e sua perspectiva de continuidade. Por trás desse “ambiente favorável”, o problema da terra no distrito, emergiu como nunca antes, com tanta acuidade e clareza.

É uma realidade presente, é o contexto dessa época, os próprios proprietários estão eles mesmos plantando, eles estão pedindo a terra no final de cada contrato, eles estão vendo que está dando retorno, eles tem a terra que é a matéria prima maior, a terra é o fundamento maior, o trator você compra em dez anos, hoje está muito facilitada a compra e acesso à tecnologia, mesmo que eles não tenham no sangue aquela cultura de produzir, mais tem a técnica e as cooperativas dão assistência, então essa é a realidade (ENTREVISTADO B).

Nesse caso, os proprietários arrendatários os quais são denominados pelos produtores como fazendeiros começam a tornarem-se produtores de soja. Existe, assim, a cada momento de renovação do contrato que formaliza o acesso à terra a probabilidade do arrendatário perder o estabelecimento onde planta sua lavoura, em detrimento do fazendeiro, o proprietário da terra, que pelas vantagens advindas da atividade, passa ele próprio a produzir a soja.

Essa realidade se constrói, sobretudo, devido ao aumento do preço da soja no mercado internacional. Enquanto o preço da soja se mantiver elevado, a perspectiva de conseguir arrendar as áreas onde os proprietários de terras começam a produzir é praticamente nula. A perspectiva de retomar o espaço de produção dá-se mediante a desvalorização da soja, o que pode causar o desinteresse do fazendeiro.

Ainda que se trate de uma realidade que começa a ser construída, predomina, no entanto, a que se constrói mediante a especulação que gira em torno da terra.

Aqui a terra no caso é muito escassa, quem não tem a propriedade própria tem que ir longe às fazendas e esta dando outro problema, esta dando uma concorrência entre os próprios agricultores, um arrenda uma terra pega um campo limpo de 100 hectares e paga oito sacos de soja por ano fixo, ele faz a terra, faz um contrato por três anos, quando chega os três anos o dono da terra chega e diz é eu vou dar uma pensada, daí ele vai e procura outro pede dez e se o outro pagar dez ele te deixa sem terra, esse é que é o problema (ENTREVISTADO C).

Logo, aquele que não quer perder seu estabelecimento arrendado, tem que se sujeitar a especulação, até porque, no distrito, não se tem a perspectiva de acesso a fragmentos do espaço para a expansão da produção da soja daqueles fazendeiros que ainda não se propuseram a estabelecer relações nesse sentido.

Diante desse cenário, passam a ocorrer disputas territoriais entre os produtores. Aqueles que fragmentam o espaço nas grandes propriedades procuram apropriar-se do maior número de hectares possíveis, tentando impedir que outros produtores tenham acesso às parcelas de terras disponibilizadas nas fazendas. De um lado, o produtor age, dessa forma, pelo fato de que isso assegura o espaço que se faz fundamental a necessária expansão da lavoura e que lhe permite continuar na atividade, por outro lado, diminuem-se as possibilidades de outrem ter o acesso necessário e, na iminência do fracasso, tornar-se um trabalhador extremamente qualificado.

Essa forma de se manter na atividade faz com que o produtor aproprie-se de áreas em outros municípios mesmo que não reconheçam nesses espaços as melhores condições para se produzir. Contudo, não são todos os que, por uma série de fatores, aderem a este recurso. Assim, embora seja consenso entre os produtores que pagar um número acima de dez sacas por hectare torna o cultivo da soja praticamente inviável, no entanto, sujeitam-se pelo fato de estarem comprometidos com o pagamento dos recursos que lhe permitem montar a infraestrutura com intensa mecanização e demais capitais que se articulam no processo produtivo.

Essa realidade expressa nitidamente às relações de poder permeando o espaço e, sobretudo, quem domina quem e quem influencia quem em determinado momento⁴. Todavia, há o não dominado e que se torna imprescindível mesmo no contexto de múltiplas relações de poder que determinam o movimento e/ou o não movimento da territorialização da soja.

Isso se desvela quando percebe que agricultura é uma atividade de risco e, sobretudo, dependente dos fatores climáticos. Essa particularidade não se restringe obviamente a cultura da soja, mas pelo alto investimento que a produção dessa cultura exige pode tornar a sua continuidade inviável. Por isso, a agricultura sojicultora é, para aqueles que a praticam e a partir dela perspectivas constroem, vista como uma atividade diferente, por exemplo, da atividade pecuária historicamente desenvolvida no distrito.

Nos últimos anos, o diferente tornou-se complementar e uma “mola propulsora” para a acumulação de capital, principalmente, pelo denominado fazendeiro. Isto se deve ao fato de que a territorialização da produção da soja transforma os espaços produtivos não apenas pela sua produção, mas, também, pelas transformações na dinâmica de uma propriedade.

Na medida em que se fragmentou o espaço nas fazendas do distrito destinando-o ao arrendamento que permite a expansão da produção da soja, descobriu-se, que a pastagem torna-se melhor nos espaços que num passado recente ao invés da soja destinava-se a cultura do milho. Após a colheita da cultura da soja, a pastagem desenvolve-se naturalmente de uma forma que se tornou possível ter um rebanho de gado bovino gordo mesmo no inverno. Não, há, portanto, riscos de perdas no rebanho nos meses rigorosos de inverno e a pecuária tem se tornado, também, nesse período, uma atividade rentável. Isso é algo completamente novo para os produtores do distrito diante do fato que se tinha como normalidade ver o rebanho bovino gordo apenas nos meses de verão.

Isso contribui para que a soja continue a se territorializar num distrito outrora dominado pela pecuária. Uma atividade que se desenvolve desde a sua ocupação e que aos poucos começa a ser deslocada, ao menos temporalmente. Assim, periodicamente transforma-se a paisagem, a

organização do território e alteram-se as relações de produção num determinado espaço-tempo. Tais transformações são produto, assim como, produzem múltiplas relações que tem transformado significativamente o espaço.

Considerações Finais

A territorialização da produção da soja no distrito de Santa Flora, da forma dinâmica como vem ocorrendo, deve ser considerada como um fenômeno recente. Historicamente, nesse distrito, a atividade predominante e principal geradora de renda foi à pecuária, sendo seguida neste último aspecto de perto pela atividade orizicultora. E a policultura, representou para grande parte da população, a base da alimentação e, ao mesmo tempo, a fonte de geração de renda para se adquirir o que não se produzia nas pequenas propriedades.

Embora recente, o dinamismo desta territorialização se expressa na transformação significativa que impõe na paisagem ao substituir quase completamente a policultura e também ao promover o deslocamento periodicamente da pecuária. Se expressa, também, na organização dos territórios que se voltam à produção da soja adotando cada vez mais a mecanização e os avanços biotecnológicos nos processos produtivos. E, ainda, na própria dinâmica social, uma vez que, é necessário, muitas vezes, aos produtores deslocarem-se (e com eles os respectivos empregados, familiares, etc.) pelas diferentes localidades do distrito, de outros distritos e de municípios vizinhos em busca de novos espaços para expandir a produção.

Outra forma de expressão é o movimento de inúmeras empresas do agronegócio seja para comercializar seus produtos, seja para comercializar o produto soja ou efetuar ambas. Um movimento estratégico das empresas e entre as empresas, que em determinados momentos permite que os produtores de soja tracem estratégias, perspectivas e, muitas vezes, ao mesmo tempo, constroem amarras para se apropriar única e exclusivamente de sua produção.

Uma produção que é oriunda de processos produtivos que ao se reestruturar-se tecnológica e biologicamente tem feito emergir contradições. Fato que pode ser facilmente verificado no distrito na medida em que se constata que a atividade sojicultora tende a ser desenvolvida praticamente sem agricultores. Logo, não se torna difícil suprir a falta de mão de obra especializada mediante a migração de trabalhadores oriundos de outros distritos e municípios. O que corrobora com o êxodo rural que nas últimas décadas, mais ou menos intensamente, assola o distrito como um todo.

A atividade sojicultora é engendrada por um conjunto de relações estabelecidas pelo produtor com diversos agentes (Estado, bancos, cooperativas, empresas, grandes proprietários, etc.) envolvidos direta ou indiretamente com a produção e que corroboram significativamente para o dinamismo de sua territorialização. Entretanto, as que se estabelecem entre o proprietário arrendatário e o produtor da monocultura, em virtude da estrutura fundiária extremamente concentrada, são relações de poder substanciais e que podem determinar o movimento e/ou o não movimento do processo de territorialização da produção da soja no distrito.

E neste contexto, a terra representa, de um lado, um instrumento de dominação e exploração e, por outro lado, mesmo havendo a exploração em processos produtivos pautados em relações capitalistas de produção, é antes de tudo, um instrumento que permite aos produtores não somente expandir a produção, mas, sobretudo dar continuidade a produção já que a própria organização do território para a produção exige a sua ampliação.

Notas:

1 Parte-se aqui do pressuposto que o módulo fiscal de Santa Maria é de 22 ha e segue-se a definição conceitual estabelecida pela lei nº. 8.629/93 que determina como pequena propriedade rural aquela entre um e quatro módulos rurais, média propriedade acima de quatro e entre 15 módulos e grande propriedade acima de 15 módulos.

2 Desde já ressalta-se que seguimos a visão de Raffestin (1993, p. 158-159) sobre o sistema de relações existenciais e/ou produtivas, ou seja, de que quer “se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais.

3 Segundo Neto (1997) o crédito rural subsidiado, principal propulsor da transformação da base técnica da agricultura e do novo perfil de produtos agrícolas exportáveis, foi direcionado de forma discriminatória principalmente a grandes proprietários de terras e a produtores mais integrados as formas modernas de se produzir.

4 Segundo Souza (2006) a questão quem domina quem ou quem influencia quem no espaço é uma questão inseparável uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder.

Referências

GIRARDI, E. P. Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. **Anais do XVII ENGA - Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. v. 1.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2012.

SANTA MARIA (MUNICÍPIO). **Lei municipal** nº 940, de 08 de junho de 1961.

SANTA MARIA (MUNICÍPIO). **Lei municipal** nº 1037, de 27 de julho de 1962.

LEFEBVRE, H. **Perspectivas da sociologia rural**. In: Martins, J. S. (orgs). Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização e rede. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. & Marques, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, I. F. **Distritos de Santa Maria**. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Educação. Santa Maria, 1984.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, M. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.

E. GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões/RS

*Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz
Carmen Rejane Flores Wizniewsky*

Introdução

O presente capítulo trata de uma pesquisa realizada com o objetivo de conhecer os impactos do modelo modernizador introduzidos pela cultura da soja, bem como as suas influências na organização do espaço rural e na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Guarani das Missões – RS.

Guarani das Missões possui uma área de 290,497 Km² e integra a Microrregião Geográfica de Cerro Largo. Faz divisas com os municípios de Ubiretama, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Caibaté, Cerro Largo, Vitória das Missões e Mato Queimado (Figura 1).

De acordo com Marmilicz (1996) Guarani das Missões constitui uma pequena porção da imensa área que outrora integrava as reduções jesuíticas situadas ao leste do Rio Uruguai.

Há que se ressaltar, que os primeiros colonizadores do referido território foram os suecos os quais em sua maioria retornaram à Suécia, sendo que alguns reemigraram para a Argentina e outros poucos permaneceram. Além dos suecos e poloneses, a colônia recebeu imigrantes alemães, italianos, húngaros, portugueses, dentre outros. Apesar de poucas, há referências de povos nativos como participantes na formação do atual município de Guarani das Missões.



Figura 1: Mapa de localização de Guarani das Missões - RS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Org.: Marmilicz, S.T.J.

Ao dar início à formação da “vila” e ao cultivo da terra, os então colonizadores contribuíram para que ocorressem modificações no espaço natural de Guarani das Missões. Marmilicz (1996) relata que no final do século XIX a terra virgem composta por campos e matas, tornava difícil e árdua a tarefa de desmatar, lavrar e plantar, mas somente o cultivo da terra permitiria a produção dos alimentos necessários à sobrevivência dos colonizadores. Esta inclusive teria sido a principal motivação, ao que se sabe

do imigrante polonês, na decisão de vir ao Brasil, ou seja, esperavam ter no Brasil um pedaço de terra que fosse seu e no qual tivessem a liberdade de produzir o que quisessem.

Foi com base nas atividades agrícolas que o município construiu sua história. Inicialmente produzindo os gêneros alimentícios que satisfizessem suas necessidades primeiras e, posteriormente, dedicando-se à produção das monoculturas. A soja, que ainda hoje é intensamente cultivada, foi introduzida no município no ano de 1933 pelo engenheiro agrônomo polonês Ceslau Mario Biezanko. No ano de 1963 o Governo Federal declarou-o o introdutor oficial da cultura da soja no Estado e lhe concedeu a Ordem do Cruzeiro do Sul. Um busto foi erguido em homenagem a este cientista polonês na praça central da cidade de Guarani das Missões.

Esta é considerada uma das marcas da presença polonesa no Brasil e é relatada por Schr (2008). Uma placa integrante da referida homenagem encontra-se com a seguinte inscrição em português: “Czesław Odrow Marian Bieanko. *Kielce 1895 +Pelotas 1986. Homenagem: na Escola Agronômica de Guarany distribuiu as sementes que geraram a maior riqueza vegetal gaúcha”. Como se percebe, a referida homenagem demonstra a importância não apenas do cientista polonês, mas da produção da soja em si para a comunidade guaraniense.

1 Compreendendo as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares produtores de soja de Guarani das Missões

Diferente do que ocorre em grande parte do Brasil, em que a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, o município de Guarani das Missões concentra a maioria das propriedades nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, as quais de acordo com a legislação brasileira se enquadram na categoria de pequena propriedade.

Estas pequenas propriedades correspondem a 90,99% do total e somadas ocupam 77,43% da área rural do município. Cabe aqui destacar que estas propriedades são administradas por agricultores familiares e são responsáveis, com base em dados da Emater do ano de

2012, pela arrecadação de 36% do ICMS do município, enquanto que a indústria, o setor de serviços e o comércio, arrecadam 28%, 23% e 3%, respectivamente. Podemos ir além e dizer que pelo menos 64% do ICMS arrecadado em Guarani das Missões está relacionado diretamente com a produção agropecuária, pois as principais indústrias criadas dependem exclusivamente deste setor, demonstrando a importância deste segmento. Há que se ressaltar que grande parte dos serviços e do comércio existentes também estão vinculados ao setor agropecuário, em virtude da série de serviços realizados por cooperativas como a Cotrisa e a Comtul e pela empresa Giovelli Indústria de Óleos Vegetais.

Embora setores da sociedade considerem a agricultura familiar como atrasada, Sachs (2001) vê a agricultura familiar como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tomando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcios de municípios.

Nesse contexto, a pesquisa buscou fornecer subsídios à temática agrária, através do estudo de caso, considerando as atividades agropecuárias desenvolvidas no município de Guarani das Missões. O objetivo geral da pesquisa foi conhecer as influências do modelo modernizador introduzido pela monocultura da soja na agricultura familiar do município de Guarani das Missões – RS. A partir das entrevistas realizadas traçamos um perfil e uma classificação do grupo, assim constituída:

1.1 Primeiro perfil

Optou-se por esta classificação, por ela apresentar pelo menos três situações distintas no município. A primeira delas se refere às pessoas que nasceram e cresceram no município, buscaram outra formação profissional e atualmente vivem em grandes centros urbanos. Estes, porém, apesar dos benefícios do “mundo urbano” almejam ao “conquistar” a aposentadoria retornar às raízes, tanto é que mensalmente e mais especificamente, nas épocas de plantio se deslocam até suas propriedades para acompanhar ou executar o trabalho. Como pode ser observado na figura 2, as famílias em

questão, apesar de apresentarem um modo de vida simples, a exemplo de suas moradias, têm um apego ao viver e produzir no campo.



Figura 2 – Propriedade de produtor de soja e outros produtos agrícolas.

Fonte: MARMILICZ, S.T.J.

Um dos entrevistados cultivava somente a soja, enquanto que o outro, além da soja, planta milho e trigo. Sobre a soja assim se manifestam:

“pra mim soja é uma diversão [...] planto 100% soja [...] planto soja porque não tenho maquinário, pessoal aí tem maquinário, todo mundo tem maquinário [...] eu pago eles, tudo, tudo, tudo [...] o que me leva a plantar soja [...] eu gasto dois dias pra plantar e dois pra colher, dois a três dias, por ano e eu tenho meu troco [...] eu só estou aqui pelo fato de ter outras atividades [...] a soja, ela é feita para o grande produtor, o pequeninho não tá aguentando” (Produtor soja, 53 anos

O produtor vê na soja uma oportunidade de renda extra, obtida em pouco tempo, o que foi facilitado após a introdução da soja transgênica. Consideram que seria difícil sobreviver somente da renda da lavoura, mas o fato de, juntamente com suas esposas, desempenharem outras atividades torna possível também à realização desta. Como não residem na propriedade e por viver em grandes centros ponderam que qualidade de vida é poder produzir a carne de frango, de gado, de porco que sai “mais em conta” e que tem um sabor diferenciado ou simplesmente, “ter uma casa simples e poder entrar sujo dentro de casa”.

1.2 Segundo perfil

O segundo perfil corresponde aos agricultores que apresentam o grau de escolaridade menor e uma faixa etária que compreende pessoas já aposentadas ou faltando poucos anos para tal. Além da aposentadoria, há neste grupo um funcionário público, que também trabalha com hortifrutigranjeiros, produtores de leite e um fabricante de cachaça. Apenas duas famílias têm filhos jovens residindo junto, dos quais nenhum se dedica exclusivamente às atividades dos pais, embora os auxiliem quando possível. Com exceção de um caso em que o filho terminou o Ensino Médio, casou e continua, em parte, trabalhando com atividades agrícolas, nas demais famílias os filhos ou já concluíram ou ainda estão cursando o Ensino Superior desempenhando atividades não agrícolas e há o caso de técnicos agrícolas formados no município que estão empregados em fazendas no Maranhão. Algumas das considerações feitas pelos agricultores sobre a opção pelo cultivo da soja e de outros produtos agrícolas:

“eu não posso mais trabalhar agora (por causa de problemas de saúde) [...] é que eu pago pra fazer tudo, aí eu fico sentado [...] antigamente pra fazer 10 hectares tinha que ter um baita trator e hoje com um trator, qualquer trator, tu faz em um dia e depois tu fica o resto do... parado, por isso não dá pra botar um capital muito grande. Mas eu acho melhor assim [...] aí o cara vai na roça só pra se entreter” (Produtor soja, 58 anos).

“soja é pra rotação de cultura e menos serviço, só que daqui pra diante não vou plantar mais, vou plantar só milho e pastagem, que soja precisa muito veneno [...] sem maquinário não vale a pena [...] aí vamos ficar só com o milho pra consumo e pastagem, pro leite [...] deixar a soja pros grandes” (Produtor de soja, 62 anos).

“soja é melhor dá menos serviço, eu sou sozinho e minha mãe com 70 anos vamos tirar leite ainda? Aí estamos perdidos, tu sabe né, quando dá bem dá, se o tempo não atrapalha” (Produtor de soja, 43 anos).

Os entrevistados são unânimes em considerar a soja um bom negócio, desde que o clima seja favorável. Geralmente, os agricultores que também

trabalham com pecuária leiteira ou com hortifrutigranjeiros, dão bastante valor à soja por considerá-la uma boa opção para a rotação de culturas. O técnico da Emater entrevistado corrobora a ideia de que a soja é um bom negócio, pois é uma cultura cujo investimento tem o retorno dobrado em seis meses e caso a safra enfrente problemas, tem o seguro que ameniza as perdas. Salienta, no entanto, que na pequena propriedade é uma alternativa interessante quando conjugada com outras atividades como a pecuária leiteira, a fruticultura, entre outras. Afirma que os agricultores que apresentam boas condições de vida no município são aqueles que estão utilizando esta forma de reprodução socioeconômica.

“a agricultura familiar, ela não se viabiliza produzindo commodities [...] soja [...] só que a gente não pode dizer que soja não é lucrativo. Se você pegar e plantar um hectare de soja, o teu custo de produção hoje é quinze sacos por hectare. Você colhe quarenta, uma expectativa de quarenta te sobra vinte e cinco. Qual é a aplicação que em seis meses, você mais que dobra o capital? Claro que você corre risco, mas tem seguro hoje [...] Na verdade, hoje é uma atividade lucrativa. Só que viabiliza na pequena propriedade, quem planta dez hectares. [...] aí tem outras oportunidades, se você tiver fruticultura, tiver leite. Por que que leite mesmo sendo uma commodity ela dá na pequena propriedade? Porque ela te permite escala, numa pequena área você consegue produzir muito...diferente do soja.” (TE – Trabalho de Campo, Julho/2013).

Além do clima, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarani das Missões pondera que entre os problemas enfrentados pelos agricultores familiares do município estão: “preços, má organização na produção, custos elevados para produzir, pragas em algumas culturas [...] deveriam estar organizados em associações ou cooperativismo” (RSTR – Trabalho de Campo, Agosto/2013).

Sobre as crescentes demandas por novas tecnologias, os agricultores manifestam a facilidade que existe atualmente em cultivar a soja, porém os custos elevados com a aquisição de tratores e equipamentos os obriga a contratar os serviços de terceiros. Apesar disso é tudo muito rápido e “assistir” ao processo de produção é algo prazeroso, bem como é prazeroso preparar a terra, ao contrário da atividade leiteira que exige mais trabalho,

sendo considerada uma “cadeia” onde as pessoas ficam presas. Sobre esses aspectos, também a maioria dos agricultores afirma que a introdução dos transgênicos melhorou “a vida” de todos, embora alguns mencionem a resistência que certas ervas daninhas adquiriram, tornando-se de difícil eliminação e da desconfiança quanto a problemas que possam ocorrer com a saúde das pessoas.

“plantamos transgênico e é bom [...] como vamos ir contra se é tudo transgênico? [...] e é fácil porque com o transgênico tu economiza um eito, tu não precisa lavar, não precisa gradear [...] não precisa um monte de gente, ficou prático [...] eu acho que os venenos que se usavam antes do transgênico era pior do que agora, a gente esparramava uma trifluralina na terra e depois ia gradear pra incorporar, era aquela poeira tu chupando no nariz, é menos veneno do que antes”(Produtor soja, 53 anos)

“mas eu acho que melhorou, não posso dizer então que pra saúde da gente [...] te facilita os trabalhos [...] plantar soja hoje não tem mais graça, não dá serviço, coisa mais fácil que tem é plantar soja [...]” (Produtor soja, 58 anos).

Com relação à diminuição nos trabalhos relativos ao plantio proporcionados pelos transgênicos e ao fato de muitos agricultores não disporem seu tempo ocioso para a realização de atividades diversificadas, o técnico da Emater entende ser uma consequência, em grande medida, da própria questão cultural ou da formação do agricultor que se sente desqualificado a fazer qualquer outra coisa que não seja cultivar as commodities. Além de necessitar de mais trabalho as atividades diferentes daquelas às que os agricultores estão habituados demandam uma série de conhecimentos relacionados à produção, transformação, qualidade do produto, venda/mercado, transporte, custos, que não lhes são exigidos no cultivo de commodities, eis que já existe certo conhecimento em torno destas, que há um pacote tecnológico que permite sua aplicação sem maiores transtornos e cujo resultado é o alto retorno do capital investido.

“e isso entra a questão cultural, a formação do agricultor [...] eu acho que um dos maiores problemas nossos é a

questão cultural e a própria resistência né, mas isso é também pelo tipo de atividade [...] pra colocar uma hectare de horta tu precisa dez pessoas pra trabalhar, tem que trabalhar dia inteiro, pra plantar um hectare de soja, tem um estudo da Emater que você gasta meio dia por ano, por hectare, uma pessoa meio dia por ano por hectare. Se você planta dez hectares você trabalha cinco dias no ano, e o resto do tempo? [...] soja é uma commodity que tem liquidez, que você compra o pacote e você não precisa correr atrás, tem alguém que sempre tá querendo comprar, já se tem um certo conhecimento integralizado de todos os agricultores, como produzir, tem uma tecnologia, um pacote tecnológico que eles simplesmente aplicam aquilo, não trabalham, não dá trabalho, dá um retorno de praticamente 100% do capital investido. Pra que coisa melhor que isso? (TE – Trabalho de Campo, Julho/2013).

Em Guarani das Missões a modernização da agricultura atingiu diretamente os agricultores, contrastando com o seu saber tradicional e alterando a sua lógica de plantio. A referida modernização tornou os agricultores cada vez mais dependentes da aplicação de produtos químicos em suas terras e plantações, diante do esgotamento dos solos e do aumento da resistência às pragas.

Pode-se inferir que a melhoria aludida pelos agricultores e que representa para eles menor tempo de trabalho, menos trabalho, praticidade e outras vantagens alardeadas, são consequência do que Schneider e Niederle (2008) denominam de processo de mercantilização, processo esse que tem promovido a crescente integração das famílias ao mercado. Sobre o fato de viverem e exercerem atividades agrícolas, apesar de alguns manifestarem ser esta uma vida sofrida, difícil, de um compromisso contínuo nos 365 dias do ano, no final das contas acabam por considerá-la boa, pois existe o acesso a inúmeros benefícios antigamente restritos aos espaços urbanos e não se veem fazendo atividades diferentes das que realizam atualmente. No entanto, em algumas das conversas foram mencionadas as constantes emigrações de jovens guaranienses devido a fatores como os altos preços das terras e a falta de alternativas tanto no campo quanto na cidade convertendo-se em certa insatisfação por verem os filhos ou os jovens, de um modo geral, indo para longe. Ao mesmo

tempo tantos outros ficam satisfeitos por terem ajudado os filhos nos estudos e no encaminhamento de seus anseios, através da renda obtida com as atividades agropecuárias.

A preocupação com as instabilidades climáticas é um dos principais motivos de desânimo entre os agricultores, já que a maior parte das terras do município é apta às atividades agrícolas. Os produtores do segundo perfil consideram suas vidas no meio rural tão boa quanto a de quem vive na cidade, pois dispõe de diversos recursos e comodidade em sua propriedade. Demonstram satisfação por seus filhos estarem encaminhados. A reorganização da propriedade com melhorias na habitação da família é um orgulho, que foi conquistado em grande medida com a renda obtida da comercialização da produção.

Os agricultores também alegam que o governo não está ajudando os jovens a se manterem no meio rural e que os preços das terras estão muito elevados. Deste modo conclui que não há jovem que tenha condições de assumir dívidas e que há muitos jovens da região se dirigindo para outras mais dinâmicas, nas quais têm acesso a um trabalho que lhes garante um salário no final do mês e não apenas no final do ano, como é o caso deles, em que correm o risco de a safra não ser a mais satisfatória. Assim, constata-se que uma tendência sentida pelos próprios agricultores é a de que num futuro não muito distante a atual estrutura das propriedades se modificará. O resultado disso são agricultores familiares desfazendo-se de suas propriedades e contribuindo para que os grandes produtores se apropriem cada vez mais das áreas agricultáveis.

Os altos custos despendidos para a produção de qualquer um dos produtos, seja o leite, seja a soja, é considerado um empecilho. Assim como, o fato de não possuírem grandes áreas de terra, ficando desta forma impossibilitados de ampliar suas atividades (Figura 3).



Figura 3 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e leite.
Fonte: MARMILICZ, S.T.J.

Apesar de todos esses entraves, os agricultores possuem a consciência da preservação, pois confirmam que não será a retirada dos poucos metros de mata ciliar ou a drenagem das áreas úmidas que irá resolver ou ampliar as áreas utilizadas para a agricultura ou pecuária.

Reiterando a idéia de que vivem bem “fazendo o que fazem”, a esposa de um produtor de soja declara que trabalhar com a produção de hortaliças é uma terapia para ela, que é quem realiza a maior parte do cultivo e cuidados com as hortas (Figura 4).



Figura 4 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, hortifrutigranjeiros, aposentadoria e salário decorrente de emprego público.
Fonte: MARMILICZ, S.T.J.

Os entrevistados justificam que a renda obtida é boa, que a vida melhorou após reduzirem a quantidade da produção que antes exigia a contratação de mão-de-obra, sendo que esta havia se tornado um problema,

pois é praticamente inexistente. Salientam que poderiam produzir muito mais diante da proposta de uma empresa do município de Cerro Largo para produção de uma série de alimentos, já que a mesma oferta refeições diárias a mais de 300 funcionários, mas que não tem condições de assumir tal compromisso pelas dificuldades já mencionadas.

1.3 Terceiro perfil

A terceira classificação diz respeito ao grupo de agricultores mais jovens e que chegaram a concluir o Ensino Médio. Vivem na mesma propriedade que os pais que já são aposentados e apesar de plantar a soja e outros produtos agrícolas, não é mais a soja quem orienta suas vidas, como ocorriam no passado, quando as propriedades eram gerenciadas exclusivamente pelos pais. Percebe-se, especialmente nos casos em que há uma diversificação, seja com o leite, com a agroindústria ou com hortifrutigranjeiros, que a soja é uma boa alternativa para a rotação de cultura, permitindo uma rentabilidade que isoladamente não manteria as famílias e também ideias mais abertas a mudanças e desafios.

Ao responder sobre o que justifica a escolha pelo cultivo dos produtos em suas propriedades afirmam veementemente gostar do que fazem e isso se traduz na alegria a opção por trabalharem neste segmento da economia.

A mesma satisfação em fazer o que gosta é demonstrada por outro produtor pesquisado, que associa a opção por cultivar a soja e outros produtos agrícolas à necessidade de recuperar o solo, que segundo o próprio estaria bastante degradado.

Mesmo manifestando que “mexer com a lavoura” não ocorra tanto por lucro, o produtor considera importante visar o lucro, pois é a partir dele que são dadas as condições necessárias para continuar investindo na propriedade. O plantio de soja se justifica como uma opção necessária para não deixar parte da lavoura ociosa, já que a propriedade é mantida predominantemente pela pecuária leiteira.

“o soja hoje seria por uma sobra de terra que não necessita toda a lavoura pra pastagem [...] tipo rotação de cultura, tipo pastagem é dois anos num lugar, milho 2 anos, soja 2 anos. Daí tira a pastagem bota o soja, tira a pastagem daqui bota onde tinha milho porque daí já tá inçado, porque onde tu planta milho sempre vai inçando [...] tipo pequena propriedade o soja não mantém [...] hoje nós mantemos a propriedade bem dizer, pelas vacas e o soja vem em segundo, o milho em terceiro pra tratar as vacas” (PS12, 38 anos).

Perguntado sobre a introdução dos transgênicos, do mesmo modo que os outros dois grupos responderam, consideram que houve melhorias em aspectos como a facilidade de plantar e de limpar as lavouras, a necessidade de menos tempo para executar os serviços, bem como de menos mão-de-obra, a qual é bastante escassa. Também indicaram problemas como a resistência de ervas e outras plantas e a necessidade de realizar mais rotação de cultura em função do transgênico. Estiveram presentes em algumas conversas a preocupação com o futuro das novas gerações e a facilidade e rapidez com que essas novas tecnologias vem sendo introduzidas no dia-a-dia dos agricultores (e com elas alguns problemas que antes não existiam ou eram mínimos), mesmo que nem sempre sejam testadas ou que tenham a devida comprovação de não causar malefícios ao ser humano.

Da mesma forma que demonstram alegria no que fazem, também demonstram preocupação em torno das consequências do uso dos transgênicos. Ao mesmo tempo em que alude certa melhora, chama a atenção para problemas que atribui à introdução dos transgênicos como a necessidade de conhecimento para o manejo adequado e estudos associando os transgênicos a casos de câncer. Quanto à rápida expansão dos cultivos transgênicos pelo país Castro (2008) alega que a explicação não pode ser atribuída apenas pela eficiência da nova tecnologia (que ainda provoca diversas controvérsias), mas também pelos arranjos econômicos, políticos, sociais e institucionais assumidos durante este processo. A autora destaca que foram três os principais responsáveis por esta difusão: a própria transnacional detentora da tecnologia (Monsanto), os agricultores que se sentiam inocentados pelas supostas vantagens da produção ilegal quando das primeiras apreensões no Estado do RS no ano de 1998 e o governo,

que omisso às decisões judiciais, não fiscalizou a produção à época.

A visão de que os transgênicos melhoraram a vida do agricultor também é compartilhada pelos entrevistados, especialmente no que tange a limpeza das lavouras e a praticidade em cultivá-las. Acreditam que os produtos transgênicos não sejam tão bons quanto os convencionais em função da quantidade de veneno que é aplicada nestas plantações, mas consideram que não há outra alternativa porque não existe distinção entre um ou outro produto, ou seja, não há no município um mercado específico que adquira os cultivos convencionais que exigem do agricultor práticas menos invasivas de contaminação do ar, solo, águas e alimentos que reflitam em valorização monetária por esta opção.

Além disso, a falta de mão-de-obra indispensável nos casos de cultivo convencional os inviabiliza em grande medida. Sobre tais aspectos cabe ressaltar que as empresas detentoras dessa tecnologia penetram de tal modo nos principais mercados produtores, como o de soja e milho, que acabam por restringir a escolha dos consumidores pelo lado da oferta e impedem os de optar pelo consumo de organismos transgênicos ou convencionais. Isso ocorre porque estas empresas contam com um sólido aparato legal de defesa de patentes, acordos e fiscalização de agricultores, que lhes garante grande poder de coação e econômico.

“melhorou porque consegue produzir um pouco mais prático, mais área tu consegue plantar, mas em termos de produção, por facilidade de limpar a área de lavoura, facilita bastante mas. Hoje não existe uma valorização pra quem planta o convencional e é mais difícil, tem que carpir e aí quem que vai carpir, não tem mão-de-obra. Tu entra com o transgênico por várias vantagens”, produz mais” (Produtor soja, 33 anos).

O discurso de Produtor de soja demonstra sua inequívoca opção pela utilização de transgênicos diante das “maravilhas” por eles proporcionadas. A forma como verbaliza e justifica o uso dos transgênicos convence até os mais céticos dos benefícios que a agricultura alcança com esta tecnologia, especialmente em se tratando da quantidade de veneno que, segundo o entrevistado é menor em função das toxinas que a própria planta produz

e que repele os insetos. Como se percebe, nesta situação, a opinião dos agricultores diverge totalmente sendo possível concluir que a eficácia nas estratégias de marketing disseminadas por empresas como a Monsanto tem permitido às mesmas atingir todos os preceitos necessários à difusão desta tecnologia, independente dos estudos realizados e da porcentagem dos ganhos. Isso tem sido possível, segundo Castro (2008), porque os agricultores brasileiros já mantinham uma relação de confiança com a Monsanto, pois conheciam e compravam há anos os seus produtos, entre eles o dessecante a base de glifosato, amplamente utilizado nas lavouras e perfeitamente adaptável à técnica do plantio direto, muito utilizado no país.

Algumas das referências que os agricultores fazem a respeito da transgenia, em particular da soja, é confirmada por estudos anteriores e que tratam dessa questão. No caso do aumento na produtividade que alguns aludem, Korb, Gasparini e Mendonça (2012) afirmam que não é uma situação atribuível diretamente à transgenia, pois as variedades de soja transgênicas presentes no mercado até o momento apenas propiciam a resistência da soja a determinados herbicidas e pragas. Vieira et al (2008) justificam, igualmente, que o aumento na produtividade ocorreu, principalmente, pela busca de genótipos com alta qualidade produtiva e adaptativa às diferentes condições edafoclimáticas do Brasil, e com o uso expressivo de fertilizantes químicos. Além disso, confirmam que o aumento da produção decorrente desse melhoramento diminuiu a resistência das plantas às doenças, e aumentou a resistência das “pragas” e “ervas daninhas”, exigindo o uso intensivo de defensivos agrícolas.

No que se refere à descrição que fazem em torno de suas vidas e de suas famílias considerando as atividades econômicas que exercem, todos têm uma visão otimista, seja em termos de melhorias financeiras, seja na liberdade e nas vantagens que desfrutam por viver no meio rural, em contato com a natureza, no bem estar em realizar as atividades com prazer.

Relatam que parte da produção é destinada para o consumo interno, havendo a determinação em permanecer na terra e em manter sua autonomia. Observa-se que o meio ambiente não representa para estes sujeitos somente a base e o entorno de sua estrutura de produção, mas

de acordo com Salamoni e Gerardi (2001) é uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento da lógica de reprodução social da família.

A descrição de suas vidas e de suas famílias se trata, antes de qualquer coisa, em conquistas resultantes da resistência e da capacidade de iniciativa deles próprios, o que se observa na diversidade de atividades que realizam para garantir sua reprodução socioeconômica (Figura 5).



Figura 5 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite, agroindústria de melado e aposentadoria.

Fonte: MARMILICZ, S.T.J.

Ao abordar o ínfimo percentual de jovens que permanece no meio rural, um dos produtores pesquisados traz à baila um assunto tratado por Abramovay (2005) e que indica num primeiro momento que a grande maioria dos jovens pretende seguir a profissão dos pais. Num segundo momento, Abramovay (2005) avalia que uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura, pois os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos. Assim, dever-se-ia promover um ambiente que estimulasse a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para os jovens, não uma fatalidade, mas uma opção de vida.

No meio rural, não basta à inserção do agricultor familiar aos padrões tecnológicos, nem tampouco elevação de sua renda, para identificar melhorias na “qualidade de vida”. É preciso repensar as relações do

homem com o meio ambiente, espaço que é finito e determinante nos vários sistemas de produção agropecuários. Em certa medida, a reprodução social do agricultor familiar está dependente da preservação ambiental e embora muita coisa ainda não venha sendo colocada em prática, essa tem sido uma preocupação notada nas propriedades em que ocorre uma maior diversificação de atividades e também entre os mais jovens.

2 O cooperativismo, a assistência técnica e o crédito agrícola nas atividades agropecuárias em Guarani das Missões – RS.

Os relatos e a caracterização dos perfis dos agricultores familiares em Guarani das Missões nos permitem não prever, mas imaginar situações futuras, possíveis de ocorrer nas propriedades de pequeno porte do município e com isso, pensar mecanismos que garantam a reprodução socioeconômica dos agricultores compatível com o que se pensa atualmente sobre o desenvolvimento rural sustentável. Sobre as propriedades e seus atores podemos supor:

1. Propriedades onde se desenvolvem monocultivos custeados principalmente por atividades não agrícolas;
2. Propriedades onde se desenvolvem monocultivos associados a alguma outra atividade (diversificação) em que o casal de agricultores aguarda a aposentadoria para decidir se permanecem no meio rural ou vão viver na cidade;
3. Propriedades onde se desenvolvem monocultivos associados a alguma outra atividade (diversificação) em que há jovens ou crianças na família.

Sobre tais situações os próprios agricultores emitem sua opinião: “o incentivo tinha que ser na mentalidade das pessoas”. Certas circunstâncias são praticamente consolidadas: o médico, o advogado ou o empresário que

investem parte de seus capitais para obter uma renda extra na agricultura e que veem nessa atividade uma possibilidade de lazer ou hobby e os agricultores que por terem vivido as diferentes fases da “sojização” amargam problemas de saúde e incertezas financeiras quanto à continuidade das atividades agrícolas e julgam ter na cidade o amparo por vezes mais difícil ao que teriam na área rural, mesmo porque os filhos não estão por perto para o fazê-lo. Uma das circunstâncias, no entanto, está aberta às possibilidades que pudermos dar a ela. Tratar-se-ia aqui de possibilitar às crianças e ao jovem que ainda vive no meio rural ter uma perspectiva, uma visão diversa a que está instituída e que criou ao longo dos anos “uma mentalidade” na qual viver na “roça não dá mais”.

Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que houveram alguns avanços. Dentre os avanços podemos considerar o acesso a linhas de crédito que tem facilitado à manutenção e especialmente a ampliação das atividades agropecuárias. Considerando que 100% dos entrevistados manifestou a utilização de recursos do PRONAF se pode afirmar que esta constitui uma importante política pública já que visa, basicamente, financiar e fortalecer as atividades produtivas principais dos agricultores familiares, mas, também, a produção para consumo de alimentos das famílias. Apesar disso, o fato de fortalecer as atividades produtivas principais dos agricultores pode estar de certo modo fazendo uma associação positiva entre a presença do PRONAF e o aumento da erosão, da frequência no uso de agrotóxicos e da utilização preferencial pela adubação química, contribuindo para a difusão de um “pacote tecnológico produtivista”, sem um controle associado dos possíveis danos ambientais que podem resultar do seu uso intensivo.

Ao mesmo tempo em que se avalia como positivo o acesso dos agricultores às políticas públicas como o PRONAF, sua vinculação à existência do Proagro Mais – que cobre o financiamento da produção e apoia financeiramente o agricultor até a próxima safra – tem induzido os produtores, segundo o técnico da Emater, a financiar a produção no nome de diversas pessoas da família e a não buscar alternativas, considerando que essa prática pode ser mais lucrativa que a própria produção. Assim, a própria política pública, quando é mal conduzida reforça a ideia de que os agricultores devem continuar plantando a soja e o milho, por exemplo,

se importando pouco com outras formas de reprodução socioeconômica.

Com relação à assistência técnica, o município de Guarani das Missões, conta com os serviços da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura, tendo sido apontado que 50% e 8,33% dos entrevistados, respectivamente, recebem alguma forma de assistência destes órgãos. Além de órgãos públicos, há a assistência técnica dirigida por cooperativas (Comtul e Cotrisa), pela Giovelli Indústria de Óleos Vegetais e pelas diversas agropecuárias que comercializam as sementes e os demais insumos. Neste caso, foram apontados 83,3% das propriedades atendidas por este tipo de assistência técnica.

De um modo geral, os agricultores avaliam a assistência técnica como “boa” ao se referirem tanto àquela pública como à particular, mas enfatizam a necessidade de ampliar, além de melhorar o que atualmente se oferece no âmbito da assistência técnica pública. Cabe frisar, que a assistência técnica aqui aludida está relacionada a ações individuais de extensão rural como, por exemplo, as visitas técnicas, o contato pessoal e até mesmo os experimentos na propriedade rural. Quanto à assistência técnica particular não tecem qualquer tipo de crítica, mesmo porque por se tratar das estratégias de venda das empresas há o interesse em que o agricultor se sinta satisfeito com o atendimento.

Assim como a assistência técnica e a extensão rural são importantes instrumentos de fomento e apoio aos agricultores, também as cooperativas são apontadas em diversos estudos como organismos eficazes nas propostas de desenvolvimento rural, que poderiam impedir em grande medida o declínio econômico e social de muitas comunidades. Contudo, considerando que 41,65% dos entrevistados não pertencem a nenhuma cooperativa de produtores e mesmo que 58,31% dos entrevistados tenham informado que são associados a alguma cooperativa no município, em grande medida se disseminou a desconfiança com relação à adesão a esta forma de organização. Alguns dos fatores que explicam esta desconfiança estão relacionados ao reduzido número de serviços que prestam, ao desinteresse das diretorias dessas associações em assumir uma dimensão política de defesa dos interesses dos produtores, quase sempre defendendo seus próprios interesses e se beneficiando da estrutura que é de todos, além

de haver uma não profissionalização da administração das cooperativas resultando na má gerência da instituição, que em determinados casos as conduziu a difíceis situações financeiras.

Considerações Finais

As propriedades rurais do município de Guarani das Missões apresentam, em termos geomorfológicos e pedológicos, condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Essas condições favoráveis, associadas ao interesse dos colonizadores em cultivar as terras então ocupadas orientou a organização do espaço rural e a definição da “vocação” do município. A soja, que ainda hoje é intensamente cultivada, foi introduzida no município no ano de 1933 e passou a ocupar a maior parte das áreas destinadas ao cultivo das lavouras temporárias a partir de 1970.

O predomínio de lavouras temporárias no município de Guarani das Missões, com destaque para a soja, tem sido, a consequência do que Anjos, Caldas e Hirai (2008) chamam de mais palpável expressão do esforço das famílias no sentido de converter todos os espaços disponíveis   produço da soja e ao que outros autores denominam de fenômeno de “sojiza o” do espaço rural.

A permanência no cultivo da soja tem se caracterizado por possibilitar uma renda extra, uma espécie de poupança, garantida inclusive porque a maioria dos agricultores financia a produço. Ao financiar a produço por meio do PRONAF os produtores tem acesso ao Proagro Mais, seguro público pelo qual, em caso de frustra o, há a cobertura do financiamento da produço e a oferta de renda para apoiar financeiramente o agricultor até a próxima safra.

Outros fatores apontados para o cultivo da soja no município são: 1) constitui-se uma boa alternativa de rota o de culturas, sendo esta uma preocupa o dos produtores de leite, já que segundo os próprios, as pastagens plantadas em áreas de rota o de cultura com soja possibilitam um aproveitamento melhor dos solos; 2) o PRONAF tem facilitado   manuten o e especialmente a amplia o das atividades agropecuárias ao

mesmo tempo em que contribui para a difusão de um “pacote tecnológico produtivista”, sem um controle associado dos possíveis danos ambientais que podem resultar de sua aplicação. Isso se comprova no massivo uso dos transgênicos e na afirmação que a maioria dos agricultores entrevistados fazem das melhorias advindas de seu uso e que estão relacionadas à redução no tempo destinado ao plantio e à colheita e na suposta diminuição da quantidade de agrotóxicos espalhados pelo ar.

Contrariando a ideia preconcebida de que a soja seria ainda hoje a principal cultura do município de Guarani das Missões, em termos de que ela, por si só ou combinada com outras culturas temporárias estivesse garantindo a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, se pode afirmar que sua viabilidade é resultado de outras fontes de renda no meio rural. Sendo assim, atualmente, a produção de leite, as aposentadorias, a diversificação propiciada por algumas alternativas de agroindústrias e hortifrutigranjeiros, além da prestação de serviços e do emprego em outras propriedades ou até mesmo nas cidades da região tem permitido ao agricultor ou a membros de sua família obter as rendas que efetivamente os sustentam durante o ano.

O perfil dos agricultores guaranienses traçado a partir das entrevistas realizadas bem como seus relatos sobre alguns aspectos da agricultura e de suas vidas em torno das atividades rurais nos dão um breve diagnóstico deste segmento da economia guaraniense, sendo um contributo para que se pensem mecanismos que garantam a reprodução socioeconômica dos agricultores compatível com o que se pensa atualmente sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **“Juventude rural: ampliando as oportunidades”**, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. Agricultura familiar, desenvolvimento territorial e segurança alimentar: estudo de caso no estado do Rio Grande do Sul. In: Encontro de Economia Gaúcha, 4, 2008, Porto Alegre, RS). **Anais** [recurso eletrônico]

/ 4. Encontro de Economia Gaúcha ; org. Osmar Tomaz de Souza. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. CD-ROM.

CASTRO, Biancca Scarpeline de. A introdução no Brasil do algodão, milho e soja geneticamente modificados: coincidências reveladoras. **Anais:** Congresso BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana, em 27-29 março de 2008.

KORB, Arnildo, GASPARINI, Bruno, MENDONÇA, Francisco de Assis. Soja transgênica: riscos, incertezas e interesses em jogo. **Interthesis**, v. 9, n. 2, Julho – Dezembro 2012.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. **A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais:** reflexão em torno do camponês guaraniense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios – 1891 a 1996. Editora Policromia, Ijuí, 1996.

MELGAREJO, Leonardo; FERRAZ, José Maria e FERNANDES, Gabriel B. Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética. **Agriculturas**, v. 10, n. 1, março de 2013.

PEREIRA, A. A, et al. Variações qualitativas e quantitativas na microbiota do solo e na fixação biológica do nitrogênio sob diferentes manejos com soja. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. p. 1397-1412, 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v31n6/17.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, V. 15, Nº 43, 2001.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. **Princípios Sobre o Ecodesenvolvimento e suas Relações com a Agricultura Familiar.** In.: Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção da agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). **Savanas:** desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. cap. 32, p. 989-1014.

SCHR, Zdzislaw Malczewski. **Marcas da presença polonesa no Brasil.** Varsóvia, 2008.

VEIGA, José Eli da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VIEIRA, A.C. et al. O futuro da biotecnologia: salvação ou perdição? **Anais:** Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/9/357.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2013.

Entre o tradicional e o moderno: os saberes e a identidade dos agricultores do Alto Camaquã-RS

Marilse Beatriz Losekann

Introdução

Em face da importância de estudos sobre agricultura familiar camponesa no Brasil, faz-se necessária a realização de pesquisas que enfoquem a formação de seus sujeitos, seus saberes tradicionais, sua organização produtiva, suas relações sociais e seus valores, os quais constituem uma racionalidade própria que constrói e consolida sua identidade camponesa.

Neste sentido, buscou-se compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares camponeses¹ da localidade “Costa do Bica” e “Paredão”, no município de Piratini/RS. Compreender como esses sujeitos mantêm e reproduzem

os saberes tradicionais, que orientam a forma de viver e se relacionar no lugar onde vivem, ou seja, nas relações que se criam na própria família, com os vizinhos, com o meio ambiente, e com suas atividades produtivas e mercado.

O referido município está localizado na Microrregião Serras de Sudeste, sob o Bioma Pampa, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul, acerca de 350 km de Porto Alegre. Também está localizado na latitude 31°26'53" sul e longitude 53°06'15" oeste, estando a uma altitude de cerca de 350 metros. O referido município possui uma área de 3.562,5 km² e sua população é estimada em 19.841 habitantes (IBGE, 2010), sendo que destes, 9.851 residem no espaço rural.

Estas comunidades encontram-se a cerca de 100 km de distância da sede do município e a cerca de 20 km ao norte da BR-392, às margens do rio Camaquã, que apresenta o limite político-administrativo entre os municípios de Piratini e Encruzilhada do Sul, ao norte e a leste é o Arroio da Bica que constitui limite com o município de Canguçu. As comunidades do “Paredão” e “Costa do Bica” pertencem ao terceiro subdistrito Capela. Abaixo, mapa de localização do local de estudo (figura 01).

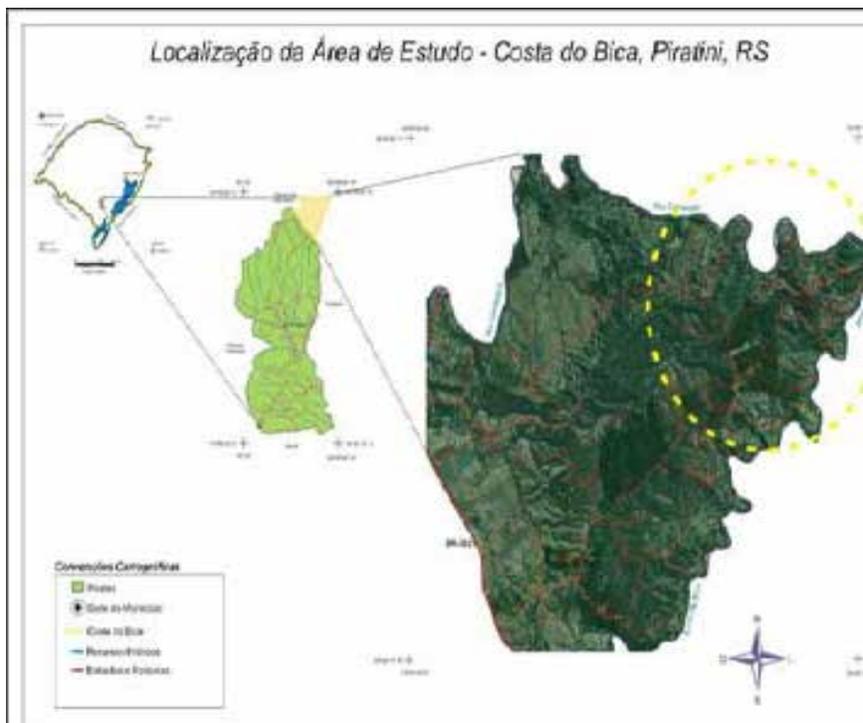


Figura 01: Mapa de localização da área de estudo.

Fonte: IBGE e Google Earth.

Org.: LOSEKANN, M.B.

Este local compõe o território do Alto Camaquã², o qual compreende o terço superior da bacia do Rio Camaquã, situado na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Esta porção do território gaúcho engloba os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé, Pinheiro Machado e, em menores proporções, os municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, compondo uma área total de 8.300 km², uma população principalmente rural de aproximadamente 35 mil hab (FEPAM, 2007) tendo como base de sua economia, a agricultura e a pecuária, que resultam das formas e processos da construção histórica do território rio-grandense que ainda hoje imprimem suas marcas nesta paisagem.

No Rio Grande do Sul a grande propriedade deu origem a algumas situações curiosas. Numa região de baixíssima densidade demográfica como a do RS do século XIX, existiam homens com dificuldades para se estabelecerem como agricultores livres. Em geral esses homens são

mestiços de origem indígena, portuguesa e africana, originando o lavrador do sul do Brasil.

A modernização das estâncias que se iniciava no começo do século XX, provoca uma transformação na estrutura social, em função da grande capitalização de alguns estancieiros que buscavam as cidades para se estabelecer. Neste sentido, para Chonchol (1996) aumenta-se a distância social entre o estancieiro e seus peões, visto que, o primeiro já não compartilha nem o estilo de vida nem os trabalhos dos segundos. Também os investimentos em tecnologia teriam que ser compensados por certas economias. Grande parte da mão-de-obra já se tornava excedente, sendo descartada, eliminando os moradores juntamente com a abolição dos cultivos alimentícios.

Os moradores expulsos das estâncias e os antigos “*gauchos*” se instalaram em pequenos lugares baldios entre as estâncias, construindo pequenas casas, caracterizando-se como posseiros. As comunidades do estudo em questão são originadas neste processo. Como afirma Chonchol (1996, p.153) a agricultura familiar do Alto Camaquã originou-se destes sujeitos e dos herdeiros dos primeiros estancieiros, já que as estâncias neste local não eram tão grandes, pois não tiveram suas origens na concessão de sesmarias e sim na aquisição no mercado de terras. Por isso, não há como desvincular a agricultura familiar camponesa do latifúndio, visto que é a relação desigual entre estas que foi responsável pela configuração do território agrário Rio-Grandense, constituído assim pela combinação de produtores familiares, pastores e lavradores ao lado de grandes estâncias.

Desta maneira, este lugar apresenta uma cultura diferenciada, marcada pelo reduzido tamanho das propriedades, por uma topografia desfavorável e pela influência da colonização portuguesa em meio a uma cultura de latifúndio e criação extensiva de gado. Os sujeitos em questão são resultado da miscigenação entre indígenas (tupis-guaranis e tapes), açorianos, africanos (ex-escravos), sobre uma área que secularmente foi uma zona fronteira em litígio e um território onde predomina o poder do latifúndio pastoril em confronto com a agricultura camponesa. A agricultura familiar está presente na disputa por este território que abrange o Bioma Pampa e reproduz práticas que permitem a coexistência do homem com a natureza.

As características culturais e socioeconômicas, extremamente particulares do território do Alto Camaquã, tornaram a modernização tecnológico-produtiva não expressiva em comparação a outras regiões do estado. O contexto local, incompatível com as estratégias de modernização e “desenvolvimento” advindas com a Revolução Verde, a partir dos anos sessenta, demonstrou a impossibilidade de adotar modelos produtivos modernizados nesta região. Este fato, tem historicamente marginalizado esta porção do território gaúcho, comumente designada como tecnologicamente atrasada e socioeconomicamente subdesenvolvida, levando a uma estigmatização que reflete sobre a auto-estima das populações locais.

Essa realidade social e ecológica complexa é resultado de uma “modernização incompleta”. Em decorrência disso, de acordo com EMBRAPA (2008/09) é possível caracterizar formas de produção presentes no Alto Camaquã, predominantemente pecuária e de escala familiar, como produção camponesa, dada a predominância do uso de elementos que entram no processo produtivo como “não-mercadoria”. Uma condição que determina que a produção pecuária do Alto Camaquã mantenha relações mais intensas com a natureza que com o mercado, proporcionando uma interdependência de tal ordem entre produção e recursos naturais, que propiciou um baixo nível de degradação ambiental.

No entanto, neste território uma nova transformação espacial está em curso com a implantação da silvicultura, que vem transformando a paisagem rural com predomínio da pecuária familiar em extensas lavouras de monocultura de árvores exóticas.

1 O agricultor familiar camponês e o lugar

Para que se possa compreender o significado do lugar para os agricultores familiares camponês da Costa do Bica e Paredão, fez-se uso dos pressupostos de Tuan (1983, p.62), o qual considera que o lugar é fechado, íntimo e humanizado (TUAN, 1983, p. 61); já o espaço seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla, desconhecida, temida ou rejeitada e provocaria a sensação de medo, sendo totalmente desprovido de

valores e de qualquer ligação afetiva. Neste contexto, o lugar está contido no espaço. No entanto, as experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformariam os espaços em lugares.

A respeito dos indivíduos que trabalham a terra, Yi-fu Tuan (1983) acrescenta ainda que, extrativistas, camponeses, indígenas e ribeirinhos estabelecem uma relação mais intensa com o lugar, uma vez que é através do trabalho com a natureza que desenvolvem e reproduzem sua vida. Neste sentido, o camponês tem uma representação simbólica com a terra, uma vez que além de se unirem para produzir a vida, também formam uma conexão de ação e emoção que acontecem no lugar e que constituem sua identidade, a qual se perpetua através da transmissão dos seus saberes pela forma horizontal, de camponês para camponês através da experiência.

Também a paisagem se constitui como fundamental para gerar topofilias e topofobias, as quais representam os significados do lugar para os agricultores camponeses. A paisagem³ influencia cada cultura e o produto cultural fica registrado nos aspectos da paisagem, uma vez que há uma ligação estreita entre meio ambiente natural e a visão do mundo, já que esta visão é construída pelos elementos do ambiente social e físico de um povo. “Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural” (TUAN, 1983, p.91).

Ainda hoje se considera que estas comunidades estão a uma considerável distância da sede da cidade de Piratini e das principais rodovias, fator este, que no passado, a cerca de dois séculos atrás, em que o distanciamento era relativamente muito maior, foi determinante para a fixação destas comunidades ali. Também por estas áreas apresentarem como forte característica o relevo declivoso e o grande afloramento rochoso, que por isso eram deixadas de lado pelos estancieiros e dessa forma eram ocupadas por estes camponeses.

O isolamento do local também serviu como esconderijo para escravos que conseguiam fugir das estâncias. A casa mais antiga da comunidade do Paredão, a qual é feita de pedra, abundante no local, é mantida assim até hoje pelos seus descendentes indígenas que ali residem. Sobre a casa ter servido de esconderijo para escravos o AF6⁴ faz a seguinte consideração, “A casa quem fez foi meu bisavô, muito escravo que fugia passou por aqui”.

O povo indígena foi sendo acuada e a maioria se fixou nas proximidades do rio Camaquã, sendo que seus descendentes permanecem lá até os dias de hoje. Mais da metade dos sujeitos que residem nas comunidades estudadas são descendentes de indígenas.

Embora as famílias sejam numerosas, a comunidade é formada basicamente por idosos, uma vez que os jovens migraram para a cidade, sendo a maior parte para a região metropolitana de Porto Alegre, na cidade de Alvorada. Os que permanecem, realizam trabalhos temporários como a colheita de pêsego próximo a Pelotas, secagem de arroz em Santa Vitória do Palmar, colheita de maçã em Vacaria, sendo esta a principal renda. A falta de mão-de-obra, o envelhecimento da população, e a não regularização das terras, que provoca a falta de acesso à previdência social, financiamentos e outras políticas públicas, têm levado, ao longo dos últimos 20 anos, famílias inteiras a abandonarem estas localidades. Nesse sentido, podem-se observar importantes rugosidades que comprovam a ocupação do território no passado, prova disso, são as “taperas” (unidades produtivas abandonadas).

Estes sujeitos são muito reservados, desconfiados. Durante as entrevistas inúmeras vezes surgiam relatos de desavenças entre vizinhos, principalmente por disputa de terra. Relatos de que o vizinho do lado mudava a cerca que divide as propriedades de lugar são os mais frequentes. É perceptível que a paisagem natural é a que comanda o cotidiano destes camponeses, seja como formadora de simbologias ou como determinante para suas atividades produtivas (terreno declivoso) e de sociabilidade devido ao distanciamento entre unidades e as dificuldades de locomoção pelo terreno, principalmente pelos mais idosos.

A venda, que também é o principal ponto de encontro, é onde se pode observar a alteração dos hábitos alimentares dos camponeses, visto que, a compra de produtos como pão, carne, massa, ovos e outros, é constante e demonstra que muitos alimentos antes produzidos e cultivados pelos camponeses, foram substituídos por industrializados.

As características do tradicional permanecem na forma de vender, na qual o valor do produto vendido é anotado em um caderno e ao final do

mês é pago. Ao mesmo tempo em que o moderno se faz presente por meio da venda de cartões de recarga de celular, produtos industrializados como óleo de cozinha, refrigerante entre outros.

A dona da venda (AF1) relata que esta já pertencia ao seu pai, o qual é falecido, e que no seu tempo, cerca de 50 anos atrás, a venda era bem maior e ali se vendia além de alimento e bebida instrumentos de trabalho como enxada, foice, tecidos para fazer roupa. Ela nos diz que *“hoje não tem mais necessidade de vender estas coisas, pois roupa ninguém mais costura, compram tudo pronto na cidade; pouco se planta e se precisam de alguma ferramenta vão buscar na cidade também”* (AF1).

Quanto aos hábitos alimentares, esta é baseada no consumo de carne que pode ser explicado pela herança cultural da criação de gado da região do pampa. A pouca presença de hortas demonstra que verduras não são corriqueiras na sua dieta alimentar. Além de estes aspectos inerentes a sua cultura alimentar, as alterações percebidas na venda também se apresentam no abandono de hábitos tradicionais como o forno de barro que foi usado por muitas gerações para fazer o pão e bolos dentre outros alimentos, e que agora encontra-se abandonado há mais de 10 anos.

Ambas as comunidades se caracterizam pelo baixo nível de integração e cooperação, já que os sujeitos em questão não apreciam reuniões e festas, tornando os encontros da comunidade muito raros. A exceção ocorre durante a Semana Farroupilha, quando a grande maioria participa das festividades locais, que destacam a cultura gaúcha.

Outra prática de sociabilidade frequente nas comunidades rurais em geral é a religiosidade. Damasceno (1993) afirma que esta é uma das práticas e que o saber camponês se perpetua. Porém, constatou-se que a religiosidade não representa uma prática expressiva, embora alguns se declarem católicos não existe capela, eventualmente a cada 30 ou 40 dias uma missa é realizada em um salão próximo à venda da comunidade Costa do Bica. Tão pouco há cemitério comunitário, à medida que cada família enterra os seus mortos em sua unidade de exploração. Em ambas as comunidades existem aproximadamente 20 cemitérios com dois ou três túmulos em cada.

Ainda a respeito das relações de convivência entre os agricultores camponeses, é relevante salientar que embora exista uma Associação Comunitária, não existe sede, o que dificulta a realização de reuniões e encontros. O presidente da Associação Comunitária é o AF2 que também é professor da Escola da comunidade, este nos relata que é muito difícil de reunir os vizinhos para alguma reunião, dentre os fatores destaca a falta de interesse dos agricultores, a não existência de um lugar para se reunirem, a dificuldade para avisar todos, já que a distância entre as casas e o terreno com muita declividade exigem muito dispêndio de sua parte.

Ir para a cidade é um evento raro, só em caso de doença, para buscar aposentadoria ou bolsa família. O forte apego do agricultor familiar camponês ao lugar do qual Tuan (2005) aborda, é um das causas para deixar o seu lugar de vida tão raras vezes, no entanto, a dificuldade de locomoção e o gasto com este também se apresentam como causas determinantes. Como praticamente nenhum dos moradores possui automóvel, o transporte é feito através de ônibus que sai às 6:30h da manhã e retorna antes do entardecer, porém em dias de muita chuva fica impossível de transitar devido às precárias condições das estradas, além do penoso trajeto de quase 100km até a cidade de Piratini ser de estrada de chão.

Alguns aspectos identificados a respeito das particularidades da cultura local merecem ser ressaltados, tais como a linguagem, visto que, esta apresenta algumas variações inerentes ao lugar como a fala muito rápida, com muitas gírias locais que se tornavam difíceis de compreender no início, como por exemplo, acrescentam a vogal i no final de várias palavras: *hospitali*, *dotori*.

Em geral na sociedade não ocorre o reconhecimento do papel da produção doméstica, e se tratando da mulher agricultora familiar camponesa essa invisibilidade é muito maior, o que é contraditório já que esta incorpora mais elementos ainda no seu dia-dia de trabalho. Pois além da tarefa de cuidar da casa, cozinhar, varrer o pátio, cuidar dos idosos, ela também vai para a roça, alimenta os animais, busca água na cacimba. Por isso é necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado, seu sentido não é de ganhar benefícios e está marcado fortemente pela dimensão subjetiva.

Embora estes agricultores familiares camponeses não possuam muito estudo formal e, mantenham pouca relação com instrumentos técnicos modernos e seu modo de vida e concepção de mundo seja determinado com predominância pelos aspectos culturais locais, é importante ressaltar que os seus costumes, valores e práticas, tidos como atrasados pelo olhar do poder público, das demais comunidades rurais dos arredores, dos moradores da cidade entre outros, ainda preservam uma imensa sabedoria que foi construída ao longo de gerações e que garante a sua contínua reprodução mesmo sofrendo forte pressão de fatores externos.

2 Seus saberes e suas práticas

O saber camponês é aquele cujas práticas dialogam com o lugar e respeitam o tempo da natureza, utilizando o máximo de subprodutos de cada atividade, garantindo uma baixa dependência externa e a manutenção da biodiversidade socioambiental. Na concepção de Damasceno (1993) o conhecimento dos camponeses se gesta sob duas fontes básicas: a prática produtiva e a prática social. Na prática produtiva está o saber decorrente da forma como o camponês realiza suas atividades agropastoris, das ferramentas utilizadas, o conhecimento das condições naturais do local onde vive. Neste aspecto a família do camponês se torna muito importante uma vez que é dentro da estrutura familiar que se dão as relações de produção e de reprodução do saber, sendo que todos os membros participam das atividades de produção. O fruto deste saber é prático e empírico, que se transfere de forma horizontal através de sua ação, criando formas próprias de compreender e explicar os acontecimentos naturais e sociais.

Dentre os principais componentes simbólicos que expressam os costumes, os saberes e as práticas dos agricultores camponeses da Costa do Bica e Paredão se destacam as moradias e os elementos no seu entorno, que dão suporte a sua funcionalidade cotidiana, como a matéria-prima utilizada na construção dessas residências, a estética dentro e nas proximidades da casa bem como a forma de sanar suas necessidades básicas como abastecimento de água e energia elétrica.

As casas são pequenas, com poucas peças, e a pouca luminosidade se deve às portas e janelas serem reduzidas, tanto em tamanho como em quantidade, devido a herança cultural marcada pelos períodos de guerra. Geralmente, as casas são de barro ou pedra, com cobertura de capim Santa Fé e chão batido, outras, em menor quantidade, são de alvenaria e madeira.

Para fazer o barro, os informantes dizem que, primeiro, é necessário preparar o local, que consiste em um buraco onde são separadas as pedras e adicionada água até gerar uma massa espessa. Quando o barro está pronto começa-se a revestir as paredes, sendo que as mãos dos camponeses passam a ser ferramentas fundamentais para modelar toda a parede, inclusive com a ajuda das mulheres e crianças.

A cobertura é feita de palha de Santa Fé. Esta é uma planta endêmica que cresce próximo a arroios, locais úmidos e é cuidada com muito apreço pelos moradores e que não a deixam desaparecer pela utilidade nas construções, tanto para as moradias quanto para o abrigo dos animais já que a palha deve ser trocada a cada 4 ou 5 anos.

Em geral, as famílias têm por costume construir suas moradias próximas às águas do rio Camaquã, tentando aproveitar o máximo de terreno plano, o que é bem raro nestas localidades. Quando se dirige em direção a estas comunidades, saindo da BR-392, percorre-se 30km de estrada de chão e, durante este percurso se visualizam poucas casas, somente quando se aproxima do rio Camaquã ou do arroio do Bica que é possível enxergar as moradias.

Há cerca de cinco anos a prefeitura do município de Piratini criou um projeto para melhorar as condições de moradia dos agricultores familiares camponeses da Costa do Bica e Paredão. Este consiste na construção de casas de alvenaria cobertas com telhas de amianto, porém após pouco tempo de uso das casas novas a grande maioria dos moradores preferiu voltar a viver nas casas antigas por eles construídas, afirmando que estas são mais agradáveis, se referindo a temperatura que no verão é mais baixa e no inverno é mais quente, garantindo maior conforto térmico, além de a manutenção poder ser feita por eles com baixo custo, enquanto que nas casa novas, quando quebra alguma telha dificilmente eles vão repor, devido ao custo e o dispêndio de ir para a cidade comprá-la. Novamente

se concretiza a invisibilidade dos saberes e tradições destes agricultores camponeses perante as políticas de Estado.

Ao mesmo tempo em que as formas tradicionais de vida persistem, a “modernidade” começa a fazer parte do cotidiano destes camponeses, concretizada pela presença de objetos técnicos como televisão e antena parabólica. A presença de antena parabólica se dá em praticamente todas as residências uma vez que esta é a única forma de sintonizar o sinal. A forte influência da mídia sobre as culturas e identidades tão debatidas a nível mundial começa a ocorrer também na Costa do Bica e Paredão, os objetos técnicos como celular passaram a ser incorporados no cotidiano, embora só exista sinal em alguns pouquíssimos locais de maior altitude. Além de também estar sendo alterado o modo de se vestir, também, passa a existir a vontade de adquirir eletrodomésticos e demais equipamentos eletrônicos, no entanto, a falta de recursos faz com que poucos possam possuí-los.

A imagem a seguir (figura 02) representa as características do tradicional e do moderno. O primeiro, representado pela casa de barro e *capim santa fé* e o moderno pela presença da antena parabólica.

O conceito de que a beleza da natureza está em uma paisagem ordenada, construída pelo homem, não é internalizado por estes sujeitos, uma vez que para eles, o mais importante é a funcionalidade e não a estética. O entorno das moradias da Costa do Bica e Paredão não possuem jardins, as flores que existem são as nativas, tais como orquídeas e bromélias do mato. As árvores frutíferas existem junto às áreas de florestas que apresentam uma incrível diversidade de espécies, que são denominadas pelos camponeses de *curunilha*, *marmeleiro do mato*, *olho de pomba*, *corticeira*, *cactos*, *timbaúva*, *pitangueira preta*, que servem de alimento tanto para eles quanto para os animais. Estas matas são preservadas principalmente para garantir a existência das fontes de água das quais provem o seu abastecimento por meio de cacimbas. Destas, algumas tem um cano instalado que transporta a água até a residência enquanto que outras ainda requerem que a água seja buscada com baldes, serviço que é feito predominantemente pelas mulheres.



Figura 02 – Entre o tradicional e moderno - foto de casa de barro e *capim santa fé* com antena parabólica ao fundo.
Fonte - LOSEKANN, M.B. Trabalho de campo. Setembro de 2010.

Dessa forma, é possível afirmar que estes sujeitos mantêm uma relação com o lugar fortemente baseada na dependência dos recursos naturais ali disponíveis, o que permite uma coexistência que beneficia tanto a natureza quanto os agricultores camponeses. Confirmando as afirmações de Tuan (1980) acerca do profundo apego à terra do agricultor familiar camponês, da sua intimidade com a natureza por depender dela para sobreviver. Essa topofilia do agricultor está formada por esta intimidade, da dependência material e do fato que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança.

O conhecimento sobre os “remédios naturais”, embora negados no primeiro momento, no decorrer da conversa enquanto caminhávamos pela unidade para realizar a observação juntamente com os sujeitos, a AF6 nos mostrava os remédios presentes na vegetação nativa como a casca da árvore de *cortiça* que é utilizada para “fazer chá para curar pulmão encatarrado

e para as galinhas quando estas ficam tristes” (AF6). Assim como as folhas da árvore de *pixirica* usada para fazer chá para a bexiga.

Para os agricultores camponeses da Costa do Bica e Paredão, a concepção de lugar é construída através da forte ligação com a natureza, já que suas práticas são dependentes destes recursos naturais. Embora, os seus saberes muitas vezes sejam negados, devido a esses sujeitos internalizarem o estigma de atrasados por não utilizarem em suas práticas objetos técnicos modernos, continuam presentes em suas práticas. Contudo, é perceptível que a pressão exercida pela recente introdução de alguns elementos como a energia elétrica e, conseqüentemente, eletrodomésticos como televisão e telefones celulares veem causando alterações no seu cotidiano. Ao mesmo tempo em que estes diminuem o isolamento desses agricultores familiares camponeses e lhes possibilitam uma compreensão maior dos acontecimentos em escala regional e global, também são responsáveis por algumas mudanças nas suas práticas de sociabilidade.

Estas localidades, marcadas tradicionalmente por práticas produtivas como a pecuária familiar, vem sofrendo forte transformação, gerada pela modernização agrícola que exerce pressão sobre as formas tradicionais de produção. Essa pressão pode ser percebida na redução dos rebanhos ovinos e caprinos, e da agricultura, que vem perdendo importância inclusive para o autoconsumo, tornando esses camponeses menos autônomos e mais dependentes de políticas públicas como a bolsa família, além da inserção, mesmo que parcial em atividades pluriativas como trabalhos temporários. No entanto, mesmo sob estas fortes pressões muitas das práticas tradicionais desses camponeses se mantêm como o preparo da terra com o uso de força animal.

Para entender as práticas produtivas é relevante retomar algumas considerações acerca da estrutura fundiária dessas localidades, que embora apresente como média do tamanho das unidades produtivas 40 hectares, uma grande quantidade desses agricultores familiares camponeses possui unidades bem menores, com 10 a 15 hectares. Considerando que o módulo rural do município de Piratini é de 35 hectares, muitos destes possuem áreas consideradas minifúndios.

Além do tamanho das unidades produtivas, cabe ressaltar ainda que as características topográficas do lugar se impõem como outro fator que dificulta a utilização de grande parte das propriedades, visto que, as terras se localizam em áreas de grande declividade – geralmente superior a 45 graus – se apresentando como obstáculo à produção. Muitos não utilizam nem a metade da terra que possuem.

Outra estratégia para se manter produzindo na terra é a prática do arrendamento, muito comum em função do envelhecimento das população destas localidades, assim, os que ainda estão em condições de desempenhar o árduo trabalho do campo arrendam pequenas quantidades dos seus vizinhos idosos. Desta maneira, ambos conseguem suprir as necessidades mínimas e garantir a permanência no campo.

Ainda sobre a situação fundiária destes camponeses cabe ressaltar que a grande maioria não possui a posse legal da terra. O motivo se apresenta pelo processo histórico no qual se formaram estas comunidades, pois estes agricultores familiares camponeses em questão se estabeleceram nestes lugares afastados e de terreno íngreme, pois as melhores áreas já haviam sido ocupadas pelos latifúndios doados pela Coroa Portuguesa, assim como, por servir de esconderijo para escravos.

Dentre as práticas tradicionais que estes agricultores camponeses mantêm, destaca-se o preparo da terra com o uso de força animal e, os instrumentos utilizados no trabalho do preparo da terra e na colheita ainda são os mesmos que seus pais e avós utilizavam, tais como a junta de bois, a plantadeira manual de madeira, a foíce para colher.

Na sua tradicional cultura de pecuária familiar, que como já afirmamos anteriormente é a base da alimentação familiar, as práticas de manejo envolvem a utilização de vegetação nativa e frutos nativos na alimentação destes, uma vez que estes animais são criados soltos sobre os campos nativos, como o caso dos porcos que também se alimentam do fruto do pinho nativo, abundante no local, as cabras que se adéquam perfeitamente às condições topográficas íngremes e o gado que pasta livre sobre as gramíneas nativas.

Mesmo com uma relação quase inexistente com o mercado, estes agricultores camponeses continuam se reproduzindo, o que permite

destacar a importância de se considerar a atividade camponesa para além de meramente produtiva. Mesmo com esta mínima relação de comercialização no mercado informal, apenas entre vizinhos e outros agricultores de localidades vizinhas, os sujeitos em questão conseguem continuar vivendo na terra. Dentre as alternativas para não abandonar sua terra, estão o trabalho temporário para empresas agrícolas (arroz, pêssego, maçã) e a prática do arrendamento ou trabalho em parceria. Estas estratégias refletem o forte apego a terra e a vontade de continuar reproduzindo sua forma de vida.

O cenário de abandono por parte do Estado, sem acesso as políticas públicas de financiamento, assessoramento técnico e a falta de mão-de-obra é propício para a inserção de novas formas e funções neste território, como vem ocorrendo com a implantação da Silvicultura, criando uma nova territorialidade. Este novo cenário é de um rural sem agricultores, substituição da produção de alimentos por produtos do agronegócio, onde agentes externos comandam o lugar homogeneizando a paisagem, desestruturando as comunidades locais, provocando perda da memória coletiva e individual, aumentando os impactos ambientais e causando perda da biodiversidade.

Uma das características naturais mais fortes, entre as quais, retardou a aplicação do pacote tecnológico importado da Europa e América do Norte é o relevo. Este, devido a sua heterogeneidade geomorfológica, é bastante variado, mas no geral, predominam paisagens com declividades acentuadas (NESKE, 2009). Geologicamente essa região é a mais antiga do Rio Grande do Sul, sendo por isso, também chamada de Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense. Neste contexto, as rochas são formadas principalmente de composição granítica com associações de rochas metamórficas (STRECK apud NESKE, 2009). Sob esse aspecto conforme Rambo (2000), o granito é o elemento mais decisivo responsável pela formação da paisagem natural da Serra do Sudeste, onde se situa o Alto Camaquã. Os matacões de granito se constituem em um dos elementos inconfundíveis que compõem a paisagem dessa área.

Consequentemente, os solos que predominam são os pedregosos com afloramentos de rochas, presentes em áreas de relevo ondulado a fortemente

ondulado (NESKE, 2009), vulneráveis à erosão e que originam solos rasos na sua maior extensão, o que confere grandes restrições ao uso agrícola.

Esta é uma região que, conforme apontam os mapas elaborados pela FEPAM (2007) para o Zoneamento Ambiental do Rio Grande do Sul, apresenta alta deficiência hídrica no solo nos meses de verão e é também a região do estado que apresenta menor disponibilidade hídrica superficial. Essa característica exige atenção com relação ao uso do solo, principalmente ao tipo de atividade agrícola. No entanto, tais informações não vêm sendo levadas em consideração quando da formulação das políticas públicas ambientais e/ou econômicas criadas e implantadas para essa região, a exemplo das monoculturas de espécies exóticas.

Neste novo modelo, é inevitável um forte aumento da concentração de terras na região, que nas mãos de poucas grandes empresas, serão convertidas em extensas plantações de árvores. Estes maciços de árvores abastecerão produtoras de polpa de celulose, a qual será na maior parte exportada para fábricas de papel europeias.

É cada vez mais visível a pressão que os processos da globalização exercem na construção/mudança de identidades tradicionais. As reconfigurações que vem ocorrendo na porção sul do RS, em especial no local deste estudo, com a implantação da atividade silvícola pode estar sendo alterada a identidade dos sujeitos em questão, pois vários são os fatores que pressionam para esta mudança. Por este ser, historicamente, um território marcado pela presença do latifúndio e do minifúndio, uma parte dos latifúndios sempre foi arrendada para os camponeses que dispõem de pouca terra, no entanto, com a valorização destas terras pela silvicultura a quantidade disponível para o arrendamento está diminuindo, alterando a dinâmica produtiva.

Também a alteração da paisagem pela introdução de árvores de grande porte (se comparadas com a vegetação original) está alterando o significado do lugar para os camponeses que ali vivem, uma vez que, seu lugar é alterado com fortes marcas na paisagem e conseqüentemente seu sentimento de pertencimento, que constitui sua identidade, está sendo transformado. Esse sentimento pode ser percebido na fala de uma das moradoras do Paredão quando esta diz que:

Eles plantam até no alto do morro, coisa que agente nunca fazia. Gosto mais quando eles colhem as árvores, aí da para ver os campos, longe como dava há uns anos atrás; e também diminui um pouco as caturritas não dá para plantar nada, são uma praga. Parece que volta tudo a ser como antes, quer disser parecido né. (AF 01).

A construção da sua identidade perpassa pelo processo de invisibilidade perante o Estado, outros camponeses vizinhos, moradores da cidade de Piratini e por diversos órgãos de gestão pública, com destaque na saúde, educação e extensão rural. Desse modo, são estigmatizados por diferentes segmentos sociais e em distintas situações, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por serem considerados carentes de certas virtudes. Não raras às vezes, essa qualificação se manifesta através da categoria de atribuição externa expressada na denominação por “índios” (atrasados, analfabetos, não sabem nem querem trabalhar) a qual acaba por ser internalizada nas representações do grupo.

Muitos camponeses acabam negando seus saberes e práticas, como o uso de ervas medicinais para fazer remédios caseiros para a família e animais, a utilização do fogo no preparo da terra, a preservação de sementes crioulas, formas de cultivo e cuidados com o rebanho, heranças culturais registradas no artesanato, nas histórias (causos), lendas, cantigas, danças, que, no entanto, vem perdendo sua expressão, principalmente pelo preconceito e imposição de uma cultura hegemônica.

São várias as lógicas e os processos através dos quais a razão dominante produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e em seu tempo linear (SANTOS, 2004a), assim, gera-se uma visão dualista da sociedade que contrapõe o moderno e o tradicional, a cidade e o campo. Dessa forma, aqueles que compõem o “tradicional”, como os camponeses em questão, acabam por ser estigmatizados e conseqüentemente internalizam o processo de invisibilidade ao qual são submetidos.

Considerações Finais

A maneira como esses camponeses preservam os saberes tradicionais e constroem seu próprio conhecimento sobre a natureza é norteadora de sua sociabilidade, em meio a um quadro de fortes influências externas. O conflito entre a tradição e a pressão da tecnologia e do capital se concretiza em Costa do Bica e no Paredão com a atividade silvícola, em detrimento da agricultura familiar, promovendo ameaças socioambientais materializadas na pobreza, no potencial de escravidão, na expropriação e no abandono do campo.

O envelhecimento da população é uma realidade constatada nas localidades estudadas, já que os mais jovens abandonam o campo em função das dificuldades de deslocamento para estudar e para aperfeiçoar seus conhecimentos para melhorar a capacidade do autoconsumo e de geração de renda. Neste sentido, os jovens não resistem aos atrativos da cidade, e acabam por migrar para centros maiores, como Alvorada, Pelotas e Rio Grande. Ressalta-se também a ausência de políticas de regularização de terras, gerando impedimentos a outras políticas de financiamento, que afastam os camponeses da produção para o mercado. Esses fatores acabam por direcionar os camponeses a ceder suas terras para as empresas de silvicultura, levando-os a abandonar a terra.

A falta de acesso aos direitos sociais e previdenciários de parte significativa dos camponeses entrevistados é extremamente preocupante pelo fato de que os mesmos têm direitos e por não ter conhecimento dos mesmos, esses camponeses acabam sofrendo por falta de condições dignas de sobrevivência, já que sozinhos e idosos já não conseguem trabalhar para garantir a sobrevivência e permanência no lugar. Assim percebe-se a necessidade de políticas de regularização de terras e de incentivo a produção, que podem inclusive contribuir para a permanência dos mais jovens no campo.

Notas:

1 O termo camponês se refere aquele trazido no conceito de agricultor familiar de Wanderley (1996, p.3): “A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de

agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global”.

2 A denominação “Alto Camaquã” refere-se também ao projeto coordenado pela EMBRAPA - Pecuária Sul de Bagé e instituições parceiras do projeto como as prefeituras, as universidades e sindicatos de produtores rurais. Este projeto visa fomentar o desenvolvimento do território conhecido como Alto Camaquã a partir das especificidades e potencialidades locais, visando formas alternativas de desenvolvimento endógeno para a região.

3 O conceito de paisagem aqui utilizado é o de Bertrand (1972) “A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

4 Nomenclatura utilizada para citar as falas dos entrevistados. AF significa Agricultor Familiar e o número corresponde ao entrevistado em questão.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global- esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra** – Instituto de Geografia – USP, 1972. V.13: 1-27.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrários em América Latina**: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Chile: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponesa na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, Jaques, DAMASCENO, Maria N. et All. **Educação e escolas do campo**. Campinas: Ed. Papirus, 1993. p.15 – 40.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Unidade Pecuária Sul/Bagé-RS. **Projeto alto Camaquã Desenvolvimento Territorial Endógeno** (2008/2009).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM e secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA. **Zoneamento Ambiental para atividade de silvicultura**. Vol. I e II. Porto Alegre, Janeiro de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/agropecuaria/censoagro/2006. Acesso realizado em outubro de 2009.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

NESKE, M.Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento Rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã no Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS: Porto alegre, 2009.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3. Ed. São Leopoldo: Ed. Da UNISINOS, 2000.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In Santos, B. de S. (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004a. p. 777-821.

As Estratégias de Resistência da Agricultura Familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas – Manoel Viana/RS

Alecsandra Santos da Cunha

Introdução

A agricultura familiar é responsável por grande parte do fornecimento alimentar do brasileiro. Entretanto, apesar de sua importância no cenário agrícola nacional, a agricultura familiar passa por processos de transformações e adaptações para se reproduzir, gerar renda e cumprir com seu papel social. Em um país com fortes raízes agrárias centradas no latifúndio, com políticas públicas voltadas, em grande medida, para o agronegócio, a agricultura familiar não é atendida de forma eficiente e funcional pelos programas e políticas direcionados ao setor. Muitas vezes subsiste na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio.

A questão agrária brasileira é permeada por contradições, constituída por realidades que passam por transformações territoriais, sociais e econômicas. As raízes agrárias do Brasil contribuem para o conservadorismo que mantém a estrutura fundiária concentrada e a estrutura agrária em que os médios e grandes produtores possuem maior acesso às políticas públicas que subsidiam suas lavouras e financiam o desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliarem os processos da produção agropecuária, elevando os índices de produtividade.

Enquanto os agroempresários, parte da elite econômica do país, são beneficiados, grande parte dos agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas, assentados da reforma agrária, entre outros, ainda encontra-se esquecida e ignorada, relegada à invisibilidade, em situações impostas de difíceis condições de trabalho e a uma vida muitas vezes, dificultada.

Dessa forma, a realidade do campo no país permanece bastante desigual. As dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares são inúmeras, dentre elas a redução de suas atividades, que têm suas causas em vários fatores, como a modernização da agricultura, que devido ao alto custo não está ao alcance da maioria dos agricultores familiares, ou seja, aqueles que são descapitalizados e não podem pagar pelo pacote tecnológico permanecem excluídos da cadeia produtiva. Outra dificuldade encontrada é imposta pelo modelo agroexportador, que produz em grande escala, em grandes extensões de terras, sendo responsável pela expulsão de grande parte dos agricultores familiares do campo. Essa realidade e dificuldades encontradas retiraram e ainda tiram a força de trabalho do campo, tendo como consequência o êxodo rural.

Entretanto, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Censo Agropecuário de 2006, é a agricultura familiar que, em grande medida abastece a mesa da população brasileira. A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de cerca de 87% dos produtos da cesta básica dos brasileiros, esses, dentre outros dados revelados pelo IBGE, apontam sua importância no Brasil, sua força no cenário agrícola rural e seu papel como fator socioeconômico gerador de renda. E, mesmo ocupando lugar de tal importância no espaço rural, a agricultura familiar

parece passar por modificações no período recente. Membros de famílias residentes no meio rural têm se dedicado, cada vez mais, a atividades não-agrícolas, que são exercidas dentro ou fora de suas propriedades, fenômeno conhecido como pluriatividade. De tal modo, a agricultura familiar, suas transformações e a pluriatividade, parecem compor uma nova realidade no campo brasileiro. Realidade essa, de grande relevância para o contexto territorial, social e econômico do país.

Contudo, a agricultura familiar nunca deixou de lado os embates com o modelo agroexportador imposto desde os tempos da colônia. Este modelo adota o padrão de latifúndios e da modernização conservadora do campo, e vem assumindo o espaço das atividades da agricultura familiar: “o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.29).

A agricultura familiar enfrenta então, inúmeros obstáculos. Seguindo esse raciocínio, a estrutura agrária brasileira não condiz com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que garante o direito à reforma agrária com o objetivo de alcançar a função social da terra: O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social (SODERO, 1968, p.89).

Transpondo a realidade nacional para o sul do país, onde se localiza a área de estudo dessa pesquisa, segundo CHELOTTI (2009), o sudoeste da Campanha Gaúcha caracterizava-se como uma região periférica de crescimento lento, constituída por municípios que até a década de 1990, possuíam sua matriz produtiva alicerçada na pecuária de corte (bovinos e ovinos) e na lavoura capitalista do arroz irrigado e da soja. A região é caracterizada por grandes latifúndios, contudo, pode-se observar uma reorganização em seu espaço.

No município de Manoel Viana, localizado nessa região, os grandes produtores de arroz, gado de corte, e, mais recentemente, de soja e eucaliptos, estão inseridos na lógica nacional do modelo agroexportador e

amparados pela modernização conservadora do campo, detendo assim, o controle produtivo agropecuário naquele município, e conseqüentemente, poder econômico e político regional.

A partir dessa reflexão e em face do processo de territorialização e reterritorialização da agricultura familiar na campanha gaúcha, novos desafios entram em cena. Alguns deles estão relacionados, fundamentalmente, às estratégias de reprodução da unidade familiar no âmbito da Microrregião Campanha Ocidental, especificamente no município de Manoel Viana, compondo a problemática local investigada. O Rincão dos Saldanhas e o Cerro da Jaguatirica são duas localidades do município que ainda resistem à grande agricultura capitalista, que vem sendo inserida na região.

1 A Formação do Espaço Agrário do Rio Grande do Sul

O território que hoje compreende o estado do Rio Grande do Sul teve sua ocupação diferenciada do restante do país. Até meados do século XVIII era habitado, fundamentalmente, por tribos indígenas. Com a chegada dos europeus até essas terras, diversos conflitos se fizeram presentes. Portugueses e espanhóis lutaram por suas fronteiras em distintas guerras, assim como, dizimaram em quase sua totalidade os índios que aqui habitavam.

Após esse período de conflitos, guerras e tratados, com suas fronteiras definidas, teve início um intenso processo de ocupação do estado com o apoio da coroa portuguesa. Dessa forma, foram distribuídas terras por toda a Campanha Gaúcha para pessoas de interesse da coroa, com a finalidade de manter e proteger tais fronteiras. Mais tarde, em meados do século XIX, começaram a chegar os imigrantes italianos e alemães, em sua maioria, ocupando a região centro-norte do estado.

Assim, a ocupação territorial do Rio Grande do Sul se deu em momentos e formas diferentes. A Campanha Gaúcha foi ocupada a partir da distribuição de terras de forma concentrada, ou seja, grandes latifúndios. Que por sua vez, passaram a produzir gado de corte para abastecimento de parte do país. Por outro lado, o norte do estado foi ocupado pelas famílias imigrantes (italianos e alemães, na maioria, mas ainda assim podiam ser encontradas famílias de

outros países europeus) em pequenas porções de terra. Essas famílias já tinham como tradição a policultura, e, portanto, ao se instalarem no estado, seguiram com a matriz produtiva baseada em diversos gêneros alimentícios, principalmente, para o autoconsumo (FARINATTI, 2010).

A partir desses primeiros modelos de ocupação e formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, com o passar do tempo, esse mesmo espaço passa por constante processo de reorganização. Fragmentações das estâncias em função de herança, pequenas unidades de produção que se desenvolveram nas franjas dos latifúndios, além da migração¹ de descendentes dos colonos italianos e alemães, foram os principais motivos para o advento das pequenas unidades de produção na Campanha Gaúcha, caracterizando assim, a agricultura familiar em um território tradicionalmente ocupado por latifúndios.

A partir dos meados do século passado até os dias atuais os grandes produtores de arroz irrigado, soja, pecuaristas bovinos e ovinos, e eucalipto se expandem e se territorializam na Campanha Gaúcha seguindo o modelo da agricultura capitalista. Esse modelo de produção agroexportador é resguardado pela modernização conservadora do campo, na qual o poder político e econômico regional continua sob o controle de uma pequena elite, mantendo a desigualdade social e econômica, a partir da detenção do controle produtivo agropecuário e concentração de terras. No município de Manoel Viana a realidade não difere.

Manoel Viana está localizado no Sudoeste da Campanha Gaúcha, com área de 1.390,696 Km². É subdividido em três distritos: 1º Distrito de Manoel Viana, 2º Distrito de Pirajú e 3º Distrito Barragem do Itú. A maior parte de sua extensão territorial está dividida entre grandes lavouras de arroz, soja, e campo. O município abriga também o Assentamento Santa Maria do Ibicuí, um grande assentamento de reforma agrária². A população de Manoel Viana, segundo o censo (IBGE, 2010) é de 7.072 habitantes, sendo 5.361 (75,81%) constituindo a população urbana e 1.711 (24,19%) a população rural. Um dos motivos que justifica a maior concentração da população na área urbana é o fato de que, assim como a maioria dos municípios da Campanha Gaúcha, o município é constituído por uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade.

Uma característica relevante que corrobora a concentração de terras no município são os números que mostram que 84,5% da área dos estabelecimentos rurais está dividida entre 140 propriedades (médias e grandes), enquanto 322 propriedades (minifúndios e pequenas) ocupam 15,5% da área. Vale ressaltar ainda que 224 das 322 entre pequenas propriedades e minifúndios são pertencentes ao Assentamento Santa Maria do Ibicuí. Além disso, o eucalipto vem se expandido na região, expressando uma nova lógica no uso e ocupação do solo (RAMOS, 2012).

2 A realidade da agricultura familiar no Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas

O Cerro da Jaguatirica e o Rincão dos Saldanhas são duas comunidades localizadas no município de Manoel Viana. As duas localidades formavam, originalmente, uma grande propriedade pertencente à família Saldanha. A partir da divisão por heranças e venda de pequenas parcelas, a propriedade foi fragmentada e atualmente é formada por diversas e pequenas unidades de produção, caracterizando um território, majoritariamente, voltado para a agricultura familiar.

Entretanto, o Cerro da Jaguatirica se apresenta mais esvaziado e estagnado (atualmente, apenas oito famílias ainda mantêm suas propriedades no local) se comparado ao Rincão dos Saldanhas. Os motivos para a reorganização do seu espaço com o esvaziamento das unidades de produção familiar estão fundamentos em características peculiares locais, além das influências político-econômicas regionais, nacionais e globais.

A partir dessa reflexão, pode-se levantar alguns fatores que apontam tais motivos. A cultura daqueles sujeitos não confirma uma predisposição para a cooperação. O cooperativismo formal não faz parte do seu cotidiano, buscando sempre um líder para a tomada de decisões, mesmo e apesar dos laços de parentesco existentes.

Nesse sentido, a Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica foi constituída em 1999, naquele momento 30 famílias moravam e produziam na localidade, fazendo parte (todas elas) da fundação da associação. Esta associação foi um grande passo na tentativa

de sanar as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores do Cerro da Jaguatirica, já que com a ausência de tomadas de atitudes entre eles, poderiam assim ser representados por alguém (o presidente da associação) na busca ao acesso de políticas públicas visando a melhoria na qualidade de vida e de trabalho. O principal objetivo da associação era, através da união das famílias ali residentes, ter acesso à energia elétrica. E, juntamente com o Programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de Combate à Pobreza no Meio Rural (Pró-Rural) essa meta foi alcançada.

Com a associação em funcionamento, tendo os agricultores familiares um líder para representá-los, diversas ações foram tomadas buscando a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dessas famílias. Projetos desenvolvidos pela Emater/RS e pela prefeitura municipal, disponibilizando palestras, cursos de manejo, participação em feiras, construção de açudes, além da participação no Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária (COMAP) proporcionaram aos agricultores familiares do Cerro da jaguatirica a possibilidade de alcançar seus objetivos.

Manejo e conservação de solos e água, palestras sobre controle de parasitas em gado de corte com tratamento fitoterápico, cursos sobre pecuária familiar, melhoria de campo nativo, manejo de gado, foram alguns dos projetos desenvolvidos pela associação em conjunto com a Emater.

O acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, através da intervenção da associação, possibilitou a promoção do desenvolvimento local a partir de conquistas para a comunidade, como foi o caso da mangueira e balança para manejo do gado. Contudo, a realidade de suas atividades (pecuária predominante) não era compatível com as linhas de créditos disponíveis, uma vez que os programas de crédito não autorizavam a compra de matrizes de corte. Outros obstáculos eram a deficiência de máquinas agrícolas, dificuldades em comercializar a produção e a falta de experiências para organizarem-se, pois não sabiam trabalhar em grupos e pensar em formas de trabalhos ou ações coletivas.

Esses obstáculos foram intensificados, pois a característica dos agricultores familiares locais em sua necessidade de liderança e a ausência de cooperativismo abalou o desenvolvimento local através das conquistas da associação no momento em que o presidente da mesma se afastou.

Exemplo disso é o fato de que apesar do ótimo estado de conservação da balança para manejo do gado, na qual suas atividades contribuíram até um certo momento para a expansão e consolidação da pecuária familiar no Cerro da Jaguatirica, foi prejudicado diretamente pela falta de liderança. Segundo alguns associados entrevistados, o presidente que assumiu: “(...) não conseguiu manter as coisas aqui melhorando, e a associação parou.” (Entrevistado 2, dez/2012).

A nossa associação funcionou por um tempo, conseguimos a mangueira para o manejo do gado, das ovelhas, junto com a balança. Conseguimos também a tecnologia para inseminação artificial do gado. Mas depois, o presidente da associação precisou se afastar, ela praticamente acabou. Mas quando tem algum benefício pra vim pra gente, vamos lá na reunião ver o que é, pra ver se compensa mesmo. Agora, de vez em quando, tem reunião de novo (Entrevistado 1, dez/2012).

Em função disso, após o afastamento do presidente da associação, houve a paralização quase que por completo de suas atividades. A situação de abandono da sede da Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica comprova a ausência de atividades.

Outro aspecto evidenciado no local que corroborou e, ainda o faz, para o grande êxodo rural observado é o fato de que os projetos iniciados por parte dos órgãos públicos não têm continuidade. Foi o caso apontado pelos entrevistados de que a maioria dos projetos não foram finalizados:

A Emater ajudou muito, colaborou muito, mas depois que eles mostram serviços, são promovidos e vão embora para outro lugar melhor, a Embrapa também andou por aqui, depois nunca mais apareceu. Eles vêm aqui, mostra o projeto, ilude e não continua depois. Faziam até churrasco pra reunir a gente toda e depois se iam embora (Entrevistado 3, dez/2012).

Observa-se que interesses particulares dos agentes públicos envolvidos, prejudicam as atividades que visam o desenvolvimento local. Dessa forma, a cultura da falta de cooperação é corroborada pelo Estado

que não garante a continuidade dos projetos. Sem uma liderança local, todo o trabalho desenvolvido perde o foco e acaba por acontecer um retrocesso no processo de desenvolvimento local.

E, em meio a esse processo, outras forças se apresentam os iludindo mais uma vez com a suposta resolução para seus problemas. Durante a década de 2000 diversos fatores atuaram no Cerro da Jagatirica, o que se pode concluir é que a união de fatores como o desmantelamento da associação, a falta de liderança local efetiva e informada e o abandono pelo Estado de projetos não concluídos, trouxeram consequências que mudaram as características iniciais da localidade. A pecuária familiar, principal atividade do local, deu lugar às lavouras de soja. As terras foram arrendadas ou vendidas, a ressignificação do espaço se fez presente através da mudança do uso e ocupação do solo. Esse processo teve como consequência o abandono da terra e das atividades familiares locais.

O arrendamento e a venda de parte dessas terras para grandes produtores para o cultivo da soja passou a ser uma realidade que vem se fazendo cada vez mais presente em toda a região, e não somente nessa localidade, ou mesmo no município. Lavouras de soja em grandes extensões territoriais tomam terras que eram ocupadas pela agricultura e pecuária familiar. “Vivemos um tempo acelerado marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, com fortes consequências para as populações camponesas.” (MARQUES, 2008, p.49).

Os solos da região, que foram diagnosticados anteriormente pela Emater-ASCAR/RS (segundo os agricultores entrevistados), como impróprios para agricultura, foram ocupados pelas lavouras de soja e, nos últimos tempos, o eucalipto se faz cada vez mais presente. Isso foi possível diante da visão de terra improdutiva por parte dos agricultores e pecuaristas familiares e, principalmente, pela tecnificação dessa produção, que atualmente é altamente mecanizada e tecnificada. Esses dois fatores aliados à especulação imobiliária do capital, que torna a venda e/ou o arrendamento extremamente atrativo para esses agricultores que se encontram em difícil situação para continuar produzindo, colaboram em grande parte para o êxodo rural, que sempre está acompanhado de graves

consequências. Portanto, aparentemente, podemos encontrar no Cerro da Jaguatirica conflitos entre a agricultura familiar e a grande produção agrícola capitalista, no que tange à disputa de território.

A silvicultura está cada vez mais presente na região. A produção de eucaliptos se expande no entorno das unidades familiares de forma intensa. Tais tendências decorrem diretamente do mercado internacional, este influencia e impulsiona as empresas nessa direção. E as consequências dessas culturas para a agricultura familiar são diversas.

A autonomia das famílias locais em gerir o território, garantindo a conservação dos recursos naturais e ambiental, fica então comprometida (ELIAS, 2003). A biodiversidade da flora e fauna, a oferta de água potável e para a dessedentação animal são colocados em situação de risco diante da grande extensão de terra utilizada nessa atividade.

As consequências da implantação das grandes lavouras de eucalipto na região, já são visíveis e notadas pelos agricultores familiares. Segundo relatos, em 1999, época da fundação da associação, a fartura de água era uma das causas que colaboravam para que esses agricultores permanecessem em suas terras. Entretanto, a realidade atualmente é outra, falta água para beber e para a criação, os eucaliptos chegam cada vez mais perto das divisas das propriedades, acentuando o problema da água e também influenciando na flora e fauna locais, que podem acabar entrando em um processo de desequilíbrio. Além disso, quanto maior a extensão de terras plantadas com eucaliptos, maior será a expropriação da terra, corroborando mais uma vez para que o agricultor, sob pressão, venda ou arrende suas terras, dando continuidade ao êxodo rural.

Os antigos produtores disseram ter tido tempos de muita fartura, plantava-se grãos para atender o mercado consumidor das proximidades e ainda, quase todo o consumo interno da unidade de produção era tirado dela própria. Hoje em dia, não se consegue mais plantar e a alimentação é provida através de mercados, feiras, açougues e etc.

Os motivos apontados para o declínio na produção foram vários, entre eles a falta de mão-de-obra, o custo da produção e o valor de mercado. Quanto ao custo de produção para os agricultores familiares, há que se considerar que a falta de subsídios (já que o acesso às políticas públicas é

deficiente), maquinário e tecnologia encarecem o processo, tornando os produtos pouco competitivos na economia de mercado. Seus produtos acabam tendo custo mais alto, pois dependem de maior número de mão-de-obra, trabalham a terra de forma tradicional, ou seja, a maior parte das atividades é desenvolvida manualmente, ficando à mercê das intempéries e das oscilações de mercado. Ao contrário, a produção em grandes propriedades conta com o apoio de políticas públicas efetivas. Cabe ao agricultor familiar concorrer com a grande produção em todos os aspectos do processo, tornando quase inviável a produção nesta escala.

Como consequência do custo relativamente elevado da mão-de-obra na zona rural e do custo de produção, observou-se o êxodo rural no Cerro da Jaguatirica. Não havendo muitas possibilidades para produzir e não encontrando trabalho suficiente para o sustento da sua família, sobrou a atração exercida pelos centros urbanos, fenômeno promovido pela busca da melhoria de condições de vida pela população rural e viabilizada pela formação de redes (sociais, de transporte, comunicação, etc.).

Portanto, o abandono da terra no Cerro da Jaguatirica guarda relação direta com a ineficiência das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As grandes lavouras capitalistas, principalmente a soja e o eucalipto, são amparadas por políticas eficazes, altos valores de investimentos (tanto pelo capital privado, quanto pelos subsídios estatais) e exercem, dessa forma, grande pressão sobre a agricultura familiar local. As maiores consequências observadas foram a reorganização do uso e ocupação do solo e o êxodo rural. A maioria das famílias que residiam na localidade anteriormente não foi capaz de resistir às transformações ocorridas localmente e foram forçadas a abandonar suas terras em busca de fonte de renda para sua sobrevivência fora do meio rural.

Por outro lado, os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas estão territorializados por meio da solidariedade, confiança e laços consanguíneos. Dessa forma, o sentido de comunidade se faz presente através dessas formas de organização do espaço. Em um mundo aparentemente instável e de proporções globais, a família e o lugar tendem a representar segurança e proteção. Para Claval (1999), a comunidade serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais. Trata-se de um

grupo coeso, no qual os membros estão ligados por relações de confiança mútua. E ainda, como afirma Bauman (2003, p.7), “‘comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”: é a segurança em meio à hostilidade.

No Rincão dos Saldanhas o lugar também se expressa através do sentimento de pertencimento das famílias. É necessário levar em consideração a importância do ‘lugar’ para aqueles que o ocupam no meio rural, já que o homem percebe o espaço e o mundo através de seu corpo e de seus sentidos. Se pensarmos na forma com a qual o homem do campo constrói sua cultura, seus valores e seus hábitos, que esse processo para essa gente é tão arraigado e visceral, podemos entender que o ‘lugar’ sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 2007) é uma forma de ser e fazer sua história.

Contudo, o espaço é consumido por e em função do capital, e o ‘lugar’ “é a porção do espaço apropriável para vida” (CARLOS, 2007, p.17). Pode-se acreditar que a intervenção do agronegócio nesses espaços, no lugar desses sujeitos, pode ocasionar tensões baseadas nas transformações efetuadas por essa atividade. Os conflitos que emergiram nas três últimas décadas entre os grandes proprietários de terra (empresários do agronegócio) e os trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, entre outros, trouxe para o campo elementos de disputa, atualizando antigos debates (BRUNO, 2008).

Nesse contexto de disputa entre o agronegócio e os agricultores familiares presentes nas duas localidades estudadas, estratégias de resistência são desenvolvidas com o objetivo de permanência da agricultura familiar em seu território. Portanto, ao contrário do intenso processo de êxodo rural que se mostrou no Cerro da Jaguatirica, os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas seguem resistindo e abriga 24 unidades familiares estabelecidas em seu território. E estas propriedades caracterizam a territorialização desses agricultores familiares em seu lugar. Nesse sentido ressaltamos que o lugar vivido dá sentido ao seu modo de vida.

Mesmo e apesar das dificuldades enfrentadas, essas unidades familiares são produtivas e geram renda, tendo em média de 30 a 50 hectares. Entretanto, nem todas as famílias residem em suas propriedades,

muitas delas utilizam também moradias na sede do município para que possam desenvolver outras atividades³. Contudo, o propósito de manter as atividades agrícolas e permanecer no meio rural impulsiona o associativismo dessas famílias.

Esse estreitamento entre as famílias e o objetivo comum em se manter no campo influencia diretamente o modo de produzir, pois este se evidencia imbuído de fatores culturais, a troca de saberes e experiências é parte do seu cotidiano.

Os sistemas de produção dos agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas podem ser caracterizados como sistemas mistos, nos quais diversas culturas são encontradas, além da criação animal extensiva. São voltados tanto para o mercado, quanto para o autoconsumo. O excedente é comercializado no comércio local e regional. Entre a produção encontra-se milho, feijão, mandioca, galinha (carne e ovos), ovelha (carne e pelego), gado de corte, gado leiteiro, porco, batata, verduras, tomate, melancia, laranja, uva, pêssego, e etc.

A maioria das famílias produzem também derivados da produção como queijos, doces, conservas, conseguindo agregar valor nesses produtos, diversificando ainda mais sua produção e alimentação. Mais uma vez, é relevante afirmar a importância da agricultura familiar no cenário agrícola nacional, pois sua produção diversificada é capaz de atender as necessidades do grupo familiar e suprir o mercado interno (seja local, regional ou nacional) com gêneros alimentícios para a população urbana e rural.

Portanto, a diversificação agrícola pode ser considerada uma estratégia a fim de garantir renda suficiente para a reprodução social da agricultura familiar. Representando dessa forma, um meio de proteção às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade, tão comum no meio rural. “Esta estratégia representa uma possibilidade de construção de uma forma de desenvolvimento rural inteiramente diferenciada (...)” (EXTERCKOTER; NIEDERLE, 2012).

Com relação à mão-de-obra, essa é basicamente familiar, com alguns casos de contratação de força de trabalho temporária e, ainda assim, em pequena quantidade. Uma forma de mão-de-obra utilizada entre eles são

os favores entre os vizinhos, em épocas de plantio e colheita, as famílias se revezam entre as propriedades a fim de atender a todas em suas necessidades de força de trabalho. Ou seja, os agricultores se ajudam e trocam mão-de-obra para conseguirem manter as atividades agrícolas em funcionamento, principalmente em épocas que demandam mais força de trabalho. Cobrindo uma necessidade que o camponês não consegue suprir apenas com o trabalho familiar (TAVARES dos SANTOS, 1984).

Também em função da escassez de mão-de-obra, percebe-se que a incorporação de inovações tecnológicas chega lentamente à essas propriedades, mas já se faz presente na realidade local. O que vem auxiliando no aumento de produtividade nas propriedades e viabilizando o acesso ao mercado. Essas estratégias e práticas sociais objetivam o alargamento da autonomia técnica e maior rendimento (NORDER, 2009).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas ainda são diversas, esse fato corrobora para a importância da fundação da associação, que foi fundada em 2006 com o objetivo de integrar os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas. Os princípios básicos do associativismo rural estão fundamentados na participação e na confiança. O objetivo principal da associação é a organização da comunidade afim de buscar coletivamente os seus objetivos. Dentre as finalidades da associação levantadas pelos agricultores familiares estão os trabalhos coletivos, melhoramento na infraestrutura comunitária, busca de informações e melhoria das condições produtivas, difusão de tecnologia, assistência técnica e acesso ao crédito rural.

Através da associação, são realizadas reuniões periódicas, mantendo os sócios informados sobre diversos assuntos, tais como cursos oferecidos por órgãos públicos, eventos culturais e comerciais, quais são e como acessar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, além da situação do entorno da localidade no que diz respeito ao agronegócio.

As reuniões da associação também promovem o convívio entre os sócios, é um momento em que podem conversar, trocar ideias a respeito de diversos assuntos. O clima de descontração e companheirismo é, facilmente, observado entre os sócios e, pode ser observada a presença da democracia nos debates. A constituição de espaços institucionais de participação social possibilita o processo de democratização, tornando

as discussões e ações mais efetivas (SCHNEIDER, SILVA, MARQUES, 2009).

Nesse sentido, ressaltamos que a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas tem representado, dentro de suas possibilidades, uma estratégia de grande força para a reprodução das famílias. Possibilitando sua organização socioeconômica e territorial, pois no Rincão dos Saldanhas observa-se aspectos que demonstram a agricultura familiar como cerne da vida social, evidenciada por fatores que buscam a permanência no campo, ressaltando condições favoráveis à produção agrícola, como a renda que garante a sobrevivência adequada da família e a permanência no meio rural. Seu papel no acesso às políticas públicas também é fundamental.

O acesso às políticas públicas, como o caso da perfuração do poço artesiano, a limpeza de açudes, tratores para serviços em geral, Pronaf, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem, entre outras, pode ser difícil. Porque muitas vezes, sem nenhum tipo de auxílio e/ou informação, os agricultores familiares acabam por não acessar tais políticas, levando-os à impossibilidade de permanecer no campo.

Esse é um dos papéis que a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas tem desempenhado. Levar informação e possibilitar o acesso aos agricultores familiares nas políticas públicas que lhe são direcionadas. E nesse contexto, algumas dessas políticas já puderam ser acessadas. Além das políticas locais (poço artesiano, limpeza de açudes, tratores), políticas a nível estadual e federal foram viabilizadas. O Pronaf também faz parte da realidade de muitas famílias do Rincão dos Saldanhas, possibilitou o desenvolvimento socioeconômico de várias famílias, se tornando uma ferramenta indispensável para a reprodução destas.

Foi a partir do acesso ao PRONAF que uma das unidades contempladas pode investir em um sistema de resfriamento de leite, o que levou a família a assinar um contrato de entrega com uma grande empresa de laticínios. O resultado desse investimento é a segurança da renda mensal e a diminuição do trabalho braçal.

Eu tinha que acordar às 3 horas da manhã, buscar as vacas, tirar o leite, colocar tudo nos pet's e me mandar com a

carroça pra cidade. Eu chegava de volta lá pela 1 da tarde, e ainda tinha que ir fazer o almoço, cuidar das outras criações e fazer o serviço da casa. Quando chegava de noite, eu nem existia mais. A melhor coisa da minha vida foi essa mini-usina de leite. Agora eu posso dormir mais um pouquinho (risos). Mas meu sonho mesmo é chegar a tirar 30 mil litros de leite por mês, mas o manejo do gado tá errado, porque pra isso, o gado tem que ser confinado. (Entrevistado 10, jan/2013).

Esta unidade familiar é um exemplo claro da importância de investimentos para a agricultura familiar. A partir dos recursos acessados a composição da renda familiar aumentou e se consolidou. Grande parte do trabalho manual foi substituído por tecnologias que incrementam o desenvolvimento das atividades. O conjunto de transformações ocorridas teve reflexo direto na qualidade de vida e perspectivas de mais melhorias para essa família. “Pode-se concluir que a qualidade do investimento realizado se encontra na efetiva adequação às necessidades e condições de realidade local dos pequenos agricultores.” (SILVA; SCHNEIDER, 2009).

Além do Pronaf, outro programa foi acessado por famílias do Rincão dos Saldanhas. O Programa “Minha Casa, Minha vida – Habitação Rural” beneficiou dois agricultores locais, por meio do crédito para o Jovem Rural e a Mulher Rural. O que torna uma ação de extrema relevância para o reconhecimento da mulher do campo, contribuindo para amenizar as diferenças de gênero na sociedade, e, principalmente, no meio rural. Portanto, políticas direcionadas à mulher rural contribuem para que elas sejam reconhecidas em sua importância tanto como membro essencial do grupo familiar, quanto como agente nas relações sociais. Com igual destaque, as políticas voltadas para o jovem rural têm como principal objetivo proporcionar condições para a permanência no campo de jovens entre 16 e 29 anos, por meio do trabalho na terra e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Ainda assim, o acesso às políticas públicas é dificultado pela morosidade e burocracia. Reconhece-se a importância das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, entretanto, as famílias beneficiadas se apresentam em número muito reduzido em relação ao que seria ideal para o

desenvolvimento rural local/regional/nacional. Em decorrência desse fato, novas formas de inserção de renda passam a fazer parte da realidade desses agricultores familiares. Atividades não-agrícolas tornam-se presentes no contexto do grupo familiar, caracterizando a pluriatividade.

As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar se tornam claras, e são nessas condições que as atividades agrícolas no campo brasileiro se veem diante de uma crise de produção e passam a buscar outras formas de se reproduzirem. Estas famílias passam a buscar as atividades não-agrícolas, como forma de se manterem no campo e em seus estabelecimentos. Percebe-se, assim, um processo de ressignificação do espaço rural, atraindo novas atividades econômicas como fonte de renda.

Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas. Isso faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, à estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. (SCHNEIDER, et al, 2009, p.141).

Os agricultores familiares se esforçam na diversificação de suas atividades tentando se inserir no novo rural⁴ e seu mercado emergente. Esse processo não pode ser considerado como proletarização e decadência da agricultura familiar, mas sim uma nova fase socioeconômica das famílias agrícolas, que no novo mundo rural, não são capazes de manter-se apenas a partir de atividades agrícolas. Em decorrência desses processos observa-se que o mercado de trabalho se amplia e diversifica no meio rural, as unidades familiares agrícolas se diversificam e inserem a pluriatividade, as relações contratuais de trabalho crescem e os jovens tem maior permanência em suas localidades de origem.

Considerando as especificidades locais, este fenômeno começa a se fazer presente também em Manoel Viana. Em outras áreas do município a crescente caracterização do turismo rural vem construindo novas relações socioeconômicas, o que pode vir também a acontecer nas duas

localidades pesquisadas nesse trabalho. Ressaltando o fato de já poderem ser observadas essas características em algumas propriedades, ainda como um fenômeno recente, mas que pode atingir maiores proporções.

Entretanto, atualmente, a questão de maior conflituosidade nas localidades pesquisadas ainda é a pressão exercida pelas grandes lavouras capitalistas. Os agricultores familiares locais apresentam distinções com relação a lógica da agricultura capitalista que objetiva maior produtividade e lucratividade, além da acumulação – pilares do sistema capitalista. Enquanto os principais objetivos desses agricultores é a produção para autoconsumo, a comercialização que visa renda suficiente para o sustento do grupo familiar e a manutenção da unidade de produção, além da permanência no campo evitando o êxodo rural. Esses objetivos os colocam então, em contradição à lógica capitalista, fazendo com que o poder público, e até mesmo a sociedade, não os reconheça como atores socioeconômicos relevantes para a economia regional. Dessa forma e diante dessa realidade, se define: (...) este fenômeno social como uma situação de carência de condições que impedem que os indivíduos e/ou suas famílias obtenham recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas. (SCHNEIDER; WAQUIL, 2004, p.128).

Nesse sentido, as duas localidades investigadas nessa pesquisa puderam ajudar na compreensão das dinâmicas da agricultura familiar no seu processo de reprodução. Pois, uma das características marcantes observadas foi a pluriatividade das famílias. O que vem a ser uma das estratégias utilizadas por elas para se manterem em suas propriedades diante do aparente crescimento e intensificação de novas formas de produção no seu entorno, que acabam exercendo grande pressão a esses agricultores familiares no sentido de expulsá-los de suas terras, e substituí-los pela grande lavoura capitalista.

Considerações Finais

O Cerro da Jaguatirica e o Rincão dos Saldanhas se mostraram como um espaço que se organiza e reorganiza de acordo com a realidade local, a lógica regional e global. Considerando a evolução histórica e econômica

do país, desde os tempos da colônia até os dias de hoje, podemos perceber que as transformações socioeconômicas ocorridas são complexas e desafiadoras, pois os espaços rurais parecem estar se rearranjando para atender à lógica do capital.

O processo de organização e reorganização do espaço rural do Cerro da Jaguatirica e do Rincão dos Saldanhas mantém relação direta com a estrutura agrária brasileira que privilegia latifúndios e grandes produtores. O êxodo rural está intrinsecamente ligado à ineficiência das políticas públicas para a agricultura familiar. Elevados custos de produção dificultam sua inserção e permanência no mercado, e ainda, as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, o que dificulta sua reprodução social e econômica.

As famílias enfrentam morosidade e burocracia na tentativa de acesso ao crédito rural e demais programas, a grande maioria das políticas disponíveis não é acessada. Além disso, existem contradições na legislação que dificultam ainda mais o acesso. A ausência de participação ativa e efetiva da Emater/RS foi ponto unânime entre os agricultores familiares entrevistados. Este órgão que deveria estar presente com projetos de extensão rural, não mantém a continuidade de suas ações nas localidades. Projetos são iniciados e não acabados, por falta de verba, ou por alteração no quadro funcional das equipes técnicas.

Portanto, acredita-se que a falta de eficiência das políticas públicas estão entre os motivos do êxodo rural. A desterritorialização e reterritorialização das famílias expulsas do campo em função da atuação do Estado enquanto políticas públicas ficam claras, especialmente no Cerro da Jaguatirica, onde esse processo de expulsão foi mais intenso. Acredita-se que a falta de organização entre os agricultores familiares locais tenha sido fundamental para a desarticulação das atividades agrícolas familiares, pois o acesso à informação e às políticas públicas se tornou ainda mais difícil.

Na tentativa de evitar o êxodo rural, diversas formas de resistências têm sido elaboradas pelos agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas. Uma dessas formas de resistências encontrada foi a concepção da associação, os resultados obtidos pela Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas estão proporcionando a possibilidade das famílias

se manterem e produzirem em suas terras. Aos poucos, o acesso às políticas públicas está se realizando, apesar de ainda não ser o suficiente.

A pluriatividade vem se mostrando capaz de dinamizar a dimensão socioeconômica das famílias do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica. Contudo, esse público é muito heterogêneo, o que corrobora para a necessidade de políticas públicas voltadas também para a pluriatividade, que hoje já pode ser considerada uma nova realidade no meio rural brasileiro.

Sobretudo, e apesar dessas novas realidades no meio rural, a agricultura familiar ainda deve ser foco das políticas de desenvolvimento rural. Por isso, ainda é necessário que políticas públicas, agrícolas e sociais, busquem o fortalecimento, expansão e consolidação da agricultura familiar, de forma que garanta ao trabalhador rural acesso a terra e ao trabalho, através da desconcentração de terras, ou seja, uma reforma agrária eficaz.

Constatou-se que o quadro das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar atualmente mostra uma gama de programas que podem ser considerados excelentes em suas disposições. Entretanto, a eficácia e efetividade desses programas ficam comprometidas na medida em que o acesso pelos agricultores familiares é extremamente deficiente. O que não quer dizer, que as políticas existentes sejam suficientes, ainda há que se buscar grande evolução no que tange à subsídios para a agricultura familiar.

Enfim, a Campanha Gaúcha, e consecutivamente o município de Manoel Viana onde estão localizadas as duas localidades pesquisadas, é caracterizada por um espaço interiorano, distante dos grandes centros industriais e díspares dessa realidade, possui dinâmicas e relações sociais imbuídas de aspectos geográficos, culturais, políticos e socioeconômicos. Suas relações mercantis, formas de reprodução social, reciprocidades, redes (econômicas ou não), racionalidades, capital social evocam um desenvolvimento local ainda situado pelo setor primário, com algumas iniciativas que atentam para extrapolar essa visão.

A pesquisa apresentada foi capaz de esclarecer aspectos da agricultura familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas como os motivos para o êxodo rural e estratégias assumidas como resistência em permanecer na terra. Entretanto, devido à complexidade do tema tratado

diversas questões ainda podem ser pesquisadas para uma compreensão total da organização espacial local e regional.

Notas:

1 Diante da intensa ocupação do planalto pelos imigrantes, o espaço agrário do norte do estado foi saturado. Além disso, como a ocupação se deu em pequenas unidades produtivas, não havia possibilidade de fragmentação por herança. Os descendentes de colonos começaram a migrar para a Campanha Gaúcha.

2 À respeito do Assentamento Santa Maria do Ibicuí consultar: RAMOS (2012).

3 Caracterizando a pluriatividade, assunto que será abordado no decorrer do texto.

4 Esse 'novo rural' vem se construindo a partir da valorização de bens intangíveis, como a paisagem, o lazer, os ritos do cotidiano agrícola, até então considerados sem importância, atrasados, rústicos e muitas vezes ignorados. Sobre esse assunto consultar também ROQUE & VIVAN (2003), CARNEIRO (2002).

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar Ed., 2003.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FRENANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campe sinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: Costa, Luiz Flavio de Carvalho; Moreira, Roberto José. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-1997)**. Uberlândia: UFU, 2009. 288 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EXTERCKOTER, R. K., NIEDERLE, S. L. A importância da diversificação produtiva para a

reprodução social da agricultura familiar: o oeste catarinense. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confinos Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE).

MARQUES, Marta Inês. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio á reflexão teórica. In: **Campesinato e territórios em disputa**. Org. Eliane Tomiasi Paulino e João Edimilson Fabrini. São Paulo. Expressão Popular. 2008. p. 49 - 78.

NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. 2004. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

RAMOS, V. G. **A (re)territorialização do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS**. Santa Maria, UFSM, 2012. 122p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

ROQUE, Andréia Maria.; VIVAN, Antônio Marques. **O Turismo no Espaço Rural: Uma Estratégia para a Nova Gestão Rural Brasileira**. Lavras – MG: UFLA, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo D. Desenvolvimento Agrário e Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª ed., 2009.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª Ed., 2009.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento sustentável rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços no Estado Do Rio Grande de Sul (1997-2000). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª ed., 2009.

SODERO, Fernando Pereira. **Direito Agrário e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Legislação Brasileira. 1968.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

Sistemas agrários locais: um estudo sobre o município de Pelotas-RS

*Giancarla Salamoni
Maiara Tavares Sodré*

Introdução

O modelo de desenvolvimento dominante no campo, atualmente, corresponde a um período ínfimo diante de dez milênios de história acumulada pela agricultura, porém, seus efeitos sobre a natureza foram proporcionalmente muito maiores que a prática de séculos de atividade agrícola. Nos últimos cinquenta anos, percebeu-se um aprofundamento da chamada “crise econômica e social” na agricultura, ao lado da sistemática degradação dos ecossistemas e dos agroecossistemas.

Essa situação resultou na adoção de um paradigma produtivo que provocou

profundas transformações na organização produtiva, técnica e social do espaço rural, traduzido como modernização da agricultura. O processo modernizante fundamentou-se através da mecanização das atividades agrícolas, utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos e de inovações da engenharia genética (vegetal e animal).

Após algumas décadas de vigência da estratégia modernizadora, apesar dos vultosos investimentos realizados, os resultados revelaram uma heterogeneidade de arranjos produtivos no campo brasileiro, uma vez que agricultores, produtos e territórios foram atingidos de forma diferenciada pela modernização agrícola. A compreensão desse processo e as contradições que dele emergem são condições necessárias para se pensar estratégias de desenvolvimento para o espaço rural.

Diante dessa argumentação, este trabalho propõe compreender a organização espacial da agricultura no contexto do Estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, o município de Pelotas, como reflexo da relação sociedade e natureza, ao longo do tempo. Cabe ressaltar, que o município de Pelotas assenta parte de seu território sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras, correspondendo à parte superior da Bacia Sedimentar de Pelotas, próxima ao sistema lagunar. E, por outro lado, parte considerável da área do município corresponde à denominada Serra dos Tapes¹. Nesse sentido, aponta-se para a importância desempenhada pelas condições naturais sobre as formas de organização do espaço agrário na escala local.

1 Formação histórica do espaço agrário de Pelotas

Pelotas apresenta um dos mais precípuos processos de colonização da região sul do estado, uma vez que remonta ao século XVIII. Tal pioneirismo na sua ocupação deve-se à facilidade para o seu acesso, ao solo propício para cultivos agrícolas e, sobretudo, pela extensão de terras planas, aptas à criação de gado. O município se encontra localizado na região fisiográfica do Rio Grande do Sul denominada Encosta do Sudeste. Em consequência do fato dos limites de Pelotas se encontrarem sobre uma encosta, formaram-se duas paisagens contrastantes, o nordeste elevado,

ondulado e marcado pela presença de mata nativa; e o sudeste baixo, plano e caracterizado por uma vegetação composta de campos.

Essa dualidade na caracterização física do município acabou originando duas organizações espaciais diferenciadas quanto aos aspectos sociais, étnicos, produtivos e fundiários da agricultura. Na área plana estabeleceram-se os grandes latifundiários, particularmente de origem luso-brasileira, criadores de gado enriquecidos pela indústria do charque, a qual funcionava com mão de obra escrava. A profusão de riquezas gerada pela produção do charque estimulou o desenvolvimento da cidade, consolidando-a como um dos maiores centros econômico e cultural do país até a primeira metade do século XIX. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX a indústria do charque começa a apresentar os primeiros sinais de esgotamento e uma nova alternativa tem de ser gerada para garantir a base econômica do município.

A introdução da agricultura familiar na área acidentada de Pelotas, por meio da imigração europeia não portuguesa, foi a alternativa encontrada para enfrentar a crise do segmento estancieiro-charqueador. Segundo Grandó (1989), esse campesinato era composto majoritariamente por imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses que se mantiveram apartados dos grandes proprietários. Nas explorações familiares em que se encontravam, esses agricultores desenvolveram uma produção diversificada e combinada com a criação de animais de pequeno porte e com pecuária leiteira. O destino dessa produção era tanto o autoconsumo, quanto a comercialização na cidade. A confecção artesanal de utensílios e aparelhos para uso no interior da casa e na produção agrícola também era realizada por esses agricultores.

Apesar da matriz predominantemente europeia da agricultura familiar pelotense, é importante destacar que o campesinato do município não é homogêneo quanto às suas origens étnicas. Isso porque “A localização das charqueadas nas proximidades da Serra do Sudeste foi um fator facilitador para a constituição de refúgios de escravos e/ou futuro apossamento de terras inicialmente não valorizadas”. (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 260). Assim, esse processo de fuga das charqueadas propiciou a formação de um grupo de camponeses negros no município.

O marco originário da formação de Pelotas, do próprio estado do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, da conformação do espaço agrário pelotense, constitui-se na:

[...] expedição e acampamento militar (200 soldados), sob as ordens do Brigadeiro José da Silva Paes, visando a construção do forte 'Jesus-Maria-José' no ano de 1737, que cumpriu a função estratégica de garantir a posse, defesa e manutenção do território sob a égide da Coroa Portuguesa. A presença militar lusitana na entrada do estuário desempenha o papel de controlar o tráfico de navios, protegendo o continente da entrada de invasores (MDA, 2006, p. 19).

Apesar dessa precípua ocupação oficial do estado estar relacionada a fatores de proteção militar e de garantia da ascendência política sobre o território do Rio Grande do Sul, Bernardes (1962) alerta para o fato de que o efetivo povoamento do estado dá-se em decorrência, não de fatores político-militares, mas sim em função de motivadores econômicos. Para o autor, o ciclo do ouro em Minas Gerais foi determinante para a instalação de um povoamento definitivo, pois os núcleos de exploração do minério representavam para os criadores do estado um mercado em potencial para as tropas de burros criadas no Rio Grande do Sul.

O delineamento da organização do espaço agrário de Pelotas, em especial de sua estrutura fundiária, entretentes, guarda estreita relação com os interesses da Coroa Portuguesa de radicar um povoamento que extrapolasse a mera ocupação militar do Rio Grande do Sul. Conforme enfatiza Prado Jr. (1961), a alternativa encontrada pela Coroa Portuguesa consiste na distribuição indiscriminada de sesmarias, não só concedidas no nome dos beneficiários, mas também de suas esposas, filhos ainda bebês ou mesmo aquelas crianças que sequer haviam nascido. O autor destaca ainda que por meio desses subterfúgios o limite inicialmente estabelecido de três léguas por beneficiário acaba por perder totalmente seu significado.

Por consequência da distribuição de sesmarias, tem início a implantação das estâncias e a formação ainda incipiente das primeiras charqueadas. Segundo Rocha e Miorin (1989) esse processo é responsável pela caracterização da grande propriedade no estado:

Os grandes espaços despertavam nos luso-brasileiros uma ânsia de propriedade sem limites, estabelecendo-se os primórdios dos latifúndios modernos e lançando-se, dessa maneira, o fundamento econômico básico de apropriação da terra: a preia ao gado xucro, largamente consumido na forma de charque e de couro no Centro do país, segundo um sistema produtivo regional e subsidiário (ROCHA; MIORIN, 1989, p. 18).

As sesmarias eram concedidas a figuras ilustres do Reino Português e também a quaisquer indivíduos que apresentassem condições financeiras de empreender uma atividade que promovesse o desenvolvimento econômico da região. A origem do município de Pelotas atine a uma dessas doações de sesmarias, mais propriamente a que foi outorgada ao Coronel Thomaz Luiz Osório no ano de 1758 (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Essa sesmaria recebeu a designação de Rincão de Pelotas e hoje abrange área na qual se localiza o bairro do Laranjal, às margens da Lagoa dos Patos.

Em 1763, portugueses ilhéus passaram a ocupar o atual município de Pelotas, buscando escapar da invasão espanhola em curso na Vila de Rio Grande. E, são essas ocupações de portugueses evadidos que justamente representam os primeiros registros existentes da ocorrência de estabelecimentos residenciais em Pelotas. Assim, as origens do município estão ligadas à condição de refúgio que Pelotas manteve durante seus primeiros anos, tal condição foi ainda corroborada pela presença da Serra do Tapes, formação de relevo que conferia maior proteção aos portugueses nessa porção do território sulriograndense (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Andrade e Andrade (2003) destacam que entre 1790 e 1792 perdurou no Nordeste uma grande seca, a qual foi responsável pela dizimação quase que absoluta dos rebanhos dessa região. Esse contexto estimulou um produtor cearense, José Pinto Martins, a transferir-se para Pelotas e instalar uma charqueada no atual município. É a partir desse fato impulsionador que se dá o desenvolvimento de Pelotas. A concessão de sesmarias se intensifica a partir desse período e um número crescente de charqueadas começa a se estabelecer nas margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. Os proprietários das charqueadas – essencialmente

portugueses e seus descendentes – ocupavam para a manutenção de seus empreendimentos grandes extensões de terra e utilizavam a mão de obra escrava.

O crescimento econômico propiciado pelo charque fez com que Pelotas se tornasse o núcleo intelectual de maior importância do estado, marcando o período de pioneirismo cultural e científico da cidade, o qual foi ratificado em 1888, com a fundação em Pelotas da primeira Escola de Agronomia do Brasil para atender aos imperativos de conhecimento dos grandes charqueadores e estancieiros da época. Coroando esse período áureo da história de Pelotas, de acordo com Gutierrez (2010), em 1812 é criada a Freguesia de São Francisco de Paula, com sede delimitada pelo São Gonçalo, Santa Bárbara e Arroio Pelotas. Já em 1832, Pelotas ascende à condição de Vila e apenas três anos depois é alçada à categoria de cidade, sob a designação que mantém ainda hoje.

Paralelamente ao período de desenvolvimento das estâncias, mais especificamente no final da primeira metade do século XVIII, a produção de caráter familiar é introduzida no estado por meio da imigração açoriana. Entretanto, já entre 1777 e 1800, ocorre em Pelotas a formação de pequenas vilas fundadas por esses imigrantes e seus descendentes (MDA, 2006). O objetivo da imigração açoriana em Pelotas e no restante do estado residia na introdução da pequena propriedade como estratégia de consolidação da ocupação portuguesa de forma menos esparsa do que a propiciada pelas estâncias. Todavia, os obstáculos interpostos por um meio físico hostil, somados à inexistência de um mercado consumidor da sua produção e ao cenário favorável à criação de gado, em virtude do crescimento das estâncias, acabaram por decretar o insucesso dessa primeira tentativa de inserção da pequena propriedade no Rio Grande do Sul por meio da imigração. Assim:

As terras doadas aos açorianos, aglutinadas em dimensões maiores ou fracionadas pela sucessão de heranças, resultaram em áreas de grandes propriedades (latifúndios) e estabelecimentos familiares e subfamiliares (minifúndios). Os primeiros, estruturados numa economia de fazenda (pastoril e lavoura comercial), e os últimos baseados na produção comercial e de subsistência

da família camponesa. Outros descendentes dos açorianos especializaram-se em atividades produtivas surgidas com a ampliação do mercado regional, hoje representados no sul do Estado pelos pescadores artesanais que habitam as margens da Laguna dos Patos, Canal São Gonçalo, Lagoa Mirim e Mangueira (MDA, 2006, p. 21).

O contexto de pleno crescimento propiciado pela indústria do charque, entretanto, começa a apresentar incipientes sinais de arrefecimento na segunda metade do século XIX. Para esse processo contribui de forma determinante a abolição da escravatura, em 1888, a qual mina o processo produtivo do charque, que era produzido com mão de obra escrava, ao mesmo tempo em que limita o mercado consumidor do produto, já que os escravos representavam parcela importante dos segmentos aos quais se destinava a produção de charque.

Outro fator que atua na desagregação das charqueadas consiste na concorrência crescente com o charque platino, produto que, como lembra Prado Jr. (1961), apresentava qualidade e produtividade superior ao charque gaúcho. Esse cenário se devia, quase que exclusivamente, aos atributos do meio físico em que era produzido, não apresentando nenhum processo ou estratégia produtiva que o tornasse competitivo com o produto argentino.

Até o momento aqui assinalado, primeira metade do século XIX, a ocupação do município se restringe ao sudeste de Pelotas, aproveitando largamente as características físicas já anteriormente abordadas para a criação de gado. Neste momento, o noroeste de Pelotas permanece quase que inabitado, as exceções sendo representadas pelos núcleos de escravos foragidos, que encontravam na mata um cenário favorável ao estabelecimento de quilombos, e pelas incursões na mata realizadas pelos escravos dos charqueadores para a extração de lenha. A crise do charque, entretanto, força os charqueadores e estancieiros a buscarem alternativas econômicas e a colonização privada se afigura como a mais auspiciosa, inaugurando, assim, a ocupação do noroeste do município e introduzindo a agricultura familiar, na primeira tentativa após o malogro dos açorianos.

As definições da Lei de Terras de 1850, que proíbe o acesso a terra por outros meios que não a aquisição por compra ou herança constitui-se em um estimulante natural para os estancieiros, que passam a adquirir lotes de terras localizados na área de mata do município. A colonização privada, porém, não se deu exclusivamente por vias lícitas, Grando (1989) realça que muitos charqueadores e estancieiros apropriavam-se ilegalmente das terras de mato adjacentes a suas propriedades, transformando essas terras em colônias privadas por meio da venda de lotes dos quais efetivamente não eram proprietários.

Cerqueira (2011) analisa o processo de formação das primeiras colônias² particulares em Pelotas, para o autor a partir de meados do século XIX:

[...] surgiu uma nova frente de investimentos: a criação de colônias por particulares. Em 1849, foi criada a *Associação Auxiliadora da Colonização*, baseada em capital de empresários da região, que tinha como objetivo a criação das colônias, que surgiram em grande número. Entre as primeiras colônias criadas em Pelotas, destacaram-se a *Dom Pedro II* (1849), *Nova Cambridge* (1850) e a colônia de *Monte Bonito* (1850), as duas primeiras formadas por colonos ingleses (entre os quais alguns provindos do País de Gales) a última por irlandeses e a primeira leva de alemães prussianos. O grande impulso, porém, foi dado em 1858, pela criação da *Colônia Rheingantz*, na região da atual São Lourenço, que na época fazia parte do território de Pelotas (CERQUEIRA, 2011, p. 873, grifos do autor).

Cerqueira (2011) destaca que a Colônia Rheingantz foi composta por imigrantes de origem alemã e pomerana, que foram organizados em pequenas propriedades particulares. Grando (1989) complementa, destacando que essa colônia foi inicialmente constituída por 73 lotes distribuídos entre 203 pessoas. Ao longo dos anos seguintes a colônia expandiu-se em termos de ocupação humana e de terras. A proximidade com dois importantes mercados consumidores (as cidades de Pelotas e Rio Grande) estimulam a formação de novas colônias, e na década de 1860 surgem cinco novas colônias agrícolas, todas compostas por famílias alemãs. Após um breve arrefecimento na criação de novas colônias na

década de 1870, os anos 1880 marcam a retomada da colonização por meio da iniciativa do governo municipal e são criadas três novas colônias além de uma Colônia Municipal, ocupada por agricultores brasileiros (GRANDO, 1989).

É importante destacar que uma vez estabelecidos em solo brasileiro, os colonos que se fixaram em Pelotas, independentemente de suas origens étnicas, não foram capazes de manter o mesmo padrão técnico utilizado na Europa. Os colonos instalados em Pelotas não reproduziram aqui a rotação de culturas, limitando-se à rotação de terras, no modelo de derrubada-queimada da mata nativa, anteriormente empregado pelos índios. Tal sistema acabou tornando-se responsável pelo hoje visível desmatamento generalizado da porção noroeste do município.

Contrariando as expectativas governamentais, os colonos não promoveram uma associação entre os cultivos agrícolas e a criação de gado, processo indispensável à rotação de culturas, uma vez que o gado era criado solto, dificultando a adubação do solo. Contribuíram para essa redução do padrão técnico europeu dos colonos as extremadas limitações financeiras das famílias, a ausência de qualquer apoio governamental e a exiguidade das terras recebidas, em média 48 hectares (SALAMONI, 2000).

A imigração europeia não portuguesa em Pelotas introduz, assim, a ocupação efetiva do noroeste do município, a pequena propriedade com trabalho familiar e a policultura associada, ainda que de forma incipiente, à criação de gado. Todavia, cabe atentar para os objetivos mais abrangentes que orientam essa introdução do trabalho livre por meio da agricultura familiar. Salamoni (2000) analisa o processo migratório como elemento que reforça e consolida o papel da economia gaúcha enquanto periférica e subsidiária em relação ao centro do país. Isso porque a abolição da escravidão acentua a demanda por gêneros alimentícios dos agora trabalhadores livres. Ocorre que a produção agrícola para o atendimento dessa demanda não poderia se dar no centro do país, onde oferecesse ameaça ao caráter monocultor e latifundiário da produção de café. Seria necessário que esses gêneros alimentares fossem produzidos em outra localidade e por outrem:

Os núcleos coloniais formados no sul do Brasil preenchiam os requisitos exigidos para tal função, principalmente porque sua localização geográfica, fora dos limites das fazendas cafeicultoras, não representava nenhuma ameaça à hegemonia do latifúndio. Pelo contrário, a existência de núcleos bem-sucedidos de pequenos proprietários agrícolas, produzindo em termos de subsistência, atuou também como ‘chamariz’ para atrair novas levas de imigrantes que, posteriormente, seriam desviados para as fazendas de café, engrossando ainda mais o contingente de mão-de-obra assalariada nestas áreas (SALAMONI, 2000, p. 24).

A partir do final do século XIX, conforme apontam Silva Neto e Basso (2005), um novo segmento produtivo começa a se desenvolver no município, trata-se das lavouras patronais de arroz, as quais surgem conjuntamente com os primeiros engenhos para o beneficiamento do produto. A expansão da orizicultura está diretamente relacionada com a decadência da indústria do charque. Assim, a elite econômica de Pelotas vê no arroz uma alternativa econômica ao charque e, motivada pelos crescentes preços do produto, passa a investir nessa atividade. Dessa forma, com o perecimento das charqueadas decretado no começo do século XX, a agricultura do município passa por uma transformação e “[...] a agricultura familiar e a produção patronal de arroz irrigado tornam-se as principais atividades primárias deste município” (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 244).

Segundo Grando (1989), a partir da década de 1890, a agricultura familiar de Pelotas passa por um processo de especialização voltado para a produção de frutas e legumes objetivando o abastecimento do mercado industrial. Nesse sentido, merece destaque a formação de agroindústrias familiares especializadas, principalmente, na produção de compotas de pêssego.

No período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980 do século passado, a produção agrícola do município teve um intenso crescimento. Trata-se do momento que marca o ápice do desenvolvimento das agroindústrias que utilizam como matéria-prima frutas e olerícolas. A introdução e rápida expansão de cultivos como fumo, morango, aspargo

e figo associada ao incremento na produção de arroz, em função do desenvolvimento tecnológico nesse cultivo, e da valorização econômica ainda ascendente do produto marcam essas quatro décadas de expansão e intensificação da agricultura de Pelotas.

É ainda nesse período que se formam as primeiras cooperativas no município, se constituindo em alternativa para a comercialização de produtos agrícolas. Entretanto, esse período também se mostrou responsável pela concentração da produção de alimentos no município, conforme aponta Peñafiel (2006):

Nessa mesma época, iniciou-se uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base em uma produção mais elaborada. Na safra 1966/1967 operaram 66 indústrias das 100 que operavam em 1954. As transformações no parque de indústrias de conservas de Pelotas ocorreram no período conhecido como milagre brasileiro (1967 - 1973). A primeira grande empresa a se instalar no município foi a CICA, em 1969, cuja matriz localizava-se em São Paulo. Os incentivos que viabilizaram uma maior utilização de recursos financeiros para o desenvolvimento de uma concentração industrial no ramo de produtos alimentícios de Pelotas foram concedidos a partir da década de 1970. Nesse período, empresas médias de gestão familiar pelotense cresceram e se formaram da concentração industrial daquela época (PEÑAFIEL, 2006, p. 54).

Os anos 1980, entretanto, inauguram uma fase estagnação e mesmo retração do crescimento expressivo apresentado pela agricultura do município nos decênios anteriores. Inicialmente, esse processo é atenuado pela ampliação da produção de leite, fumo e aves. Mas a política econômica neoliberal adotada pelo país a partir dos anos 1990 gera a entrada massiva de produtos importados “[...] (morango do Chile, pêssego da Grécia e aspargo de Taiwan, por exemplo), muitas vezes subsidiados em seus países, provoca a falência de várias agroindústrias locais”. (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 245). Concomitantemente, a produção de arroz que também vinha apresentando uma curva ascendente nos últimos anos entra em crise com a expansão do cultivo de arroz de sequeiro no

Centro-Oeste e com a crescente competitividade de preços do produto argentino e uruguaio.

Essa crise se prolonga até a segunda metade da década de 1990, quando contratos internacionais celebrados pelo país conduzem a uma taxaço para as importaçoes que permite a recuperaço de algumas agroindústrias do município e o restabelecimento da produço agrícola concernente à fruticultura e olericultura. A continuidade do processo de expansço da produço de aves e leite corrobora o delineamento de um cenário ainda incipiente e relativamente instável de reerguimento da agricultura do município de Pelotas.

Analisando a diferenciaço social dos agricultores do município, Silva Neto e Basso (2005) afirmam que as agroindústrias organizadas em cooperativas apresentam maior estabilidade diante das variaçoes de mercado, enquanto as agroindústrias não cooperadas demonstram maior suscetibilidade aos reveses provocados pelas dinâmicas de mercado. Ademais, os autores destacam a já abordada relaço da estrutura fundiária de Pelotas com as formas de organizaço da agricultura.

2 Os sistemas agrários locais

A agricultura do município de Pelotas apresenta um espaço agrário marcado pela dualidade no que atine às formas de organizaço da agricultura, às origens étnico-culturais de sua populaço e aos atributos de sua estrutura fundiária. Essa dualidade tem sua origem nas características fisiográficas do município, todavia, sua permanência no contexto hodierno extrapola a mera influência do substrato físico do município, residindo efetivamente na transcorrência dos processos históricos motivados por interesses políticos e econômicos, conforme analisado anteriormente.

Segundo a FEE (1978), a estrutura da organizaço agrária do estado pode ser decomposta em três segmentos: a pecuária tradicional, a lavoura empresarial e a agropecuária colonial. Heidrich (2000) espacializa essa diferenciaço da organizaço da produço agrária do RS, atribuindo ao sul do estado uma economia baseada na estância pastoril; ao norte uma economia essencialmente agrícola, com predomínio de pequenas e médias

propriedades integradas à indústria; e ao nordeste uma economia voltada para o urbano-industrial.

Nessa segmentação, a lavoura empresarial se caracterizaria pela não contiguidade espacial, se encontrando dissolvida em áreas de cada uma das três regiões, o que explicita que essa divisão se orienta pelo destaque da atividade predominante, mas não exclusiva ou homogênea. Esses três segmentos inicialmente identificados pela FEE para a estrutura da produção agrária do RS podem ser identificados em Pelotas, a pecuária tradicional e a lavoura empresarial conformando o sistema agrário patronal e a agropecuária colonial caracterizando o sistema agrário familiar.

3 A agricultura patronal

Pelotas apresenta um menor número de estabelecimentos patronais ou não familiares quando comparado com o número de estabelecimentos familiares presentes no mesmo município. Todavia, aqueles estabelecimentos ocupam uma área consideravelmente maior do que a área à qual estes se restringem. Não obstante, cabe destacar que a atual estrutura fundiária de Pelotas apresenta discrepâncias menos acentuadas do que as observadas no período áureo das charqueadas. Uma vez que a já abordada decadência dessa atividade teve como consequência derradeira o fracionamento de parte dos latifúndios do município, isso porque, em razão do endividamento, muitos charqueadores se encontraram compelidos a vender parte de suas propriedades aos colonos imigrantes.

A criação de gado de corte representa a atividade agrícola mais tradicional do município. Embora a pecuária de corte passe por um processo de retração após a crise da indústria do charque e a expansão da orizicultura no começo do século XX, a lavoura de arroz não implicou na extinção do efetivo bovino, mas sim em uma reorganização dessa atividade produtiva, que passou a ser desenvolvida em rotação com o cultivo de arroz. Com isso, se estabelece uma sucessão que alterna um ano de lavoura de arroz intercalado com dois anos de pasto para o efetivo bovino, este último período assumindo a dupla função de conceder pousio à terra e de fornecer rendimentos econômicos na ausência da lavoura de arroz.

A despeito da permanência e importância da criação de gado de corte na atualidade, é digno de nota que essa atividade, ocupando área idêntica à da orizicultura, gera uma renda bruta e um emprego de mão de obra expressivamente mais limitados do que a lavoura orizícola. Esse pouco dinamismo econômico da bovinocultura pelotense pode ser explicado pelo fato do segmento não ter se modernizado e se transformado no que Fontoura (2004) chama de “pecuária empresarial”. Esta consistiria em um processo integrado de controle sanitário, genético, alimentar e de manejo do gado; associado a uma integração a montante com as indústrias genéticas e a uma integração a jusante com redes de supermercados e frigoríficos, que o autor denomina “indústria-pecuária-atacado”.

Os produtores do município ainda desenvolvem uma pecuária tradicional, que demanda um período mais longo de criação do gado até o abate do que a pecuária empresarial, assim, auferem seus lucros da extensão de suas propriedades – a qual permite a criação de grandes efetivos de bovinos – e da quase inexistente necessidade de dispêndios que esse tipo de atividade exige. Podendo, ainda, arrendar parte de suas terras para a lavoura orizícola quando a lucratividade da pecuária se mostrar muito reduzida.

Sem embargo da presença do arroz entre os cultivos já tradicionais da agricultura familiar, sua produção em Pelotas ocorre em grandes extensões de terra e com mão de obra assalariada, sendo comum também o arrendamento de terras para a instalação da lavoura de arroz. Afora os já abordados motivadores históricos para a implementação patronal da orizicultura no município, Grisa e Schneider (2008) e Peñafiel (2006) destacam o alto investimento em capital que a produção de arroz irrigado demanda. O que associado às dificuldades de processamento do produto, traduzidas pela necessidade de transporte até as beneficiadoras, e pelo alto custo desse procedimento para quantidades limitadas de arroz acaba por restringir esse cultivo à produção empresarial. Atualmente, a mecanização na produção do arroz se faz presente em todas as etapas produtivas na maior parte das lavouras.

Chelotti e Bezzi (2001) entendem que o advento da lavoura patronal de arroz em toda a metade sul do estado foi determinante para a dinamização

econômica dos municípios produtores, especialmente em função da ampliação no recolhimento de impostos propiciado por esta lavoura. Atualmente, a orizicultura pelotense vive um processo de reorganização, voltado para a busca por variedades melhoradas e pelo exercício de pressões sobre o poder público para a elaboração de políticas alternativas para o segmento. Essas ações são dirigidas com vistas ao reestabelecimento da competitividade do produto gaúcho frente à concorrência com o arroz uruguaio e argentino (ainda favorecido pelos contratos com o Mercosul) e com o arroz de sequeiro do Centro-Oeste, que demanda menos dispêndio para sua produção.

4 A agricultura familiar

A agricultura familiar – ou agricultura colonial, segundo Grando (2010) – do município de Pelotas caracteriza-se pela presença de um número bastante expressivo de unidades produtivas com exploração familiar. Esses estabelecimentos se caracterizam pela policultura combinada com a pecuária leiteira, esta última voltada para o consumo da família ou para a produção semiespecializada para o mercado, em situações de integração dos produtores com as cooperativas de leite e derivados.

A agricultura colonial do município produz tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, neste segmento apresentando certo grau de especialização no que concerne à fruticultura, a qual abrange a comercialização das frutas *in natura* ou fornecidas como matérias primas para as indústrias de doces e conservas. A tendência à integração com a indústria, propiciada pela semiespecialização produtiva voltada para a fruticultura, ensejou um processo de dependência econômica, que restringe a autonomia dos agricultores familiares do município. Porém, não elimina a produção para o autoconsumo ou a autonomia sobre o uso e propriedade da terra por esse segmento social (SALAMONI, 2000).

A produção de pêssego, expoente máximo da fruticultura pelotense, remonta às bases da colonização francesa no noroeste do município. Esse cultivo sempre esteve voltado para o consumo familiar, privilegiando a comercialização da fruta já processada, mas também *in natura*. Segundo

Grando (1989), a produção comercial de frutas em conservas foi implantada no município pelo imigrante francês Amadeo Gastal em 1878. Já em 1900 foi formada a primeira fábrica de conservas de pêssego, a Quinta Pastorello. A década de vinte marca a formação de um número expressivo de pequenas fábricas artesanais, a partir de 1930 essas pequenas fábricas crescem e se transformam em agroindústrias de porte médio. Até o terceiro quartel do século XX a produção de pêssego se manteve como uma das principais atividades produtivas de Pelotas. Os anos 1970, porém, marcam o processo de concentração dessa produção nas mãos de agroindústrias capitalizadas.

Já no final dos anos 1960, Grando (1989) aponta para uma centralização dessa produção nas mãos de grandes indústrias, as quais eram dotadas de processos produtivos mais sofisticados, contribuindo, assim, para a desestruturação da produção familiar. Essa contração da produção familiar de pêssego é acentuada nas duas décadas seguintes em função de exigências cada vez mais restritivas das indústrias locais e do aumento das importações decorrente do processo de abertura da economia brasileira nos anos 1990.

Afora essa conjuntura, Grando (1989) entende a baixa produtividade das agroindústrias familiares somada à reduzida qualidade do produto local como contribuintes determinantes para a decadência da produção familiar de pêssego no município. Para a autora, essa baixa produtividade tem como causa a manutenção de um padrão técnico muito aquém do necessário, o qual baseava o aumento da produção apenas no maior emprego de mão de obra ou no aumento da área plantada.

O cultivo de fumo, introduzido no estado pelos imigrantes açorianos, na tentativa inicial de implantar a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, sofre na década de 1970 um processo de expansão em Pelotas e no restante do estado. Essa expansão na produção fumageira mantém seu crescimento ainda na conjuntura atual, apontando para um cenário de maior incremento futuro na produção e apresenta um delineamento representativo do processo que se convencionou chamar de mercantilização da agricultura³. Grando e Mertz (2010) vão além da assertiva anterior e afirmam que a atuação da indústria na produção de fumo caracteriza nitidamente um oligopólio:

A fim de garantir os patamares de qualidade e quantidade exigidos para o fumo em folha, as empresas empregam técnicos para orientar as atividades do processo de produção. Atuando junto aos produtores, esses técnicos têm como função repassar-lhes os insumos adiantados pelas empresas industriais, orientar e controlar o processo técnico de produção e, finalmente, garantir a venda do fumo em folha para a mesma empresa que adiantou o insumo. [...] Ou seja, de acordo com acumulação que deseja, a indústria determina os níveis de remuneração aos produtores e destina-lhes suficiente para cobrir seus custos de produção e para que se reproduza enquanto força de trabalho. Apropria-se, assim, do sobretrabalho gerado no processo de produção (GRANDO; MERTZ, 2010, p. 103).

Essa expansão da produção de fumo no estado é gestada em Pelotas a partir da segunda metade do século XX, quando a fumicultura é introduzida no município por descendentes de alemães e pomeranos. Schwartz e Salamoni (2013) entendem que apesar do advento da fumicultura conduzir a uma especialização parcial dos agricultores – pois, a ampliação da produção de fumo se dá em detrimento de outros cultivos comerciais anteriormente produzidos – e implicar em jornadas de trabalho mais longas e penosas, as famílias mantêm a produção devido à rentabilidade do cultivo, que lhes permite uma margem de segurança econômica, cobrindo, inclusive, eventuais prejuízos com outras culturas.

A produção de leite é destinada tanto para o autoconsumo (do produto e dos seus derivados) quanto para o mercado, representando, ao lado do fumo, outra produção demonstrativa do processo de mercantilização no contexto da agricultura familiar no município. O leite destinado ao mercado é adquirido, quase que exclusivamente, pela Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios (COSULATI), cuja matriz está localizada no município de Pelotas.

Grisa, Gazolla e Schneider (2010) entendem que a produção de leite, por ser intensiva em mão de obra, interfere diretamente na redução do autoconsumo, reduzindo a disponibilidade de tempo do grupo familiar para o cultivo de gêneros a serem consumidos pela família. Como contraponto, os mesmos autores afirmam que a produção atua de forma decisiva no

planejamento financeiro da unidade de produção, pois “Organiza-se a propriedade de tal modo que [...] a produção leiteira, é destinada ao pagamento das despesas ordinais, como a energia elétrica, o combustível, etc.” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p. 76).

Um dos primeiros cultivos implantados pela agricultura familiar em Pelotas, o feijão representa um dos componentes fundamentais na dieta da família. Segundo Grandó (2010), o feijão se posiciona, ao lado do arroz, da soja, do trigo e do milho como um dos cinco principais grãos da agricultura do estado. De acordo com Gazolla e Schneider (2006), o feijão é um cultivo balizado pela “alternatividade produtiva” uma vez que sua produção pode ser destinada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, assumindo ora o primeiro, ora o segundo desses dois destinos. O feijão pode ainda ter a sua produção dividida entre essas duas finalidades, conforme se apresentar a situação financeira da família ou a conjuntura do mercado.

Assim como o feijão, o cultivo da batata inglesa no município se caracteriza pela alternatividade produtiva e pela presença entre as primeiras culturas desenvolvidas pela agricultura familiar de Pelotas. Entretanto, Salamoni e Waskiewicz (2013) destacam o maior grau de mercantilização da batata inglesa quando comparada ao feijão no município.

O milho é descrito por Gazolla e Schneider (2006) como o principal produto com a marca da alternatividade produtiva. Para os autores, o milho apresenta uma multiplicidade de usos e finalidades que lhe garantem esse título, uma vez que ele pode ser ingerido ainda verde ou semi-seco, na forma de canjica, e pode ser armazenado na própria lavoura ou em um galpão para ser utilizado como semente na safra seguinte. Pode ainda ser usado na alimentação dos animais, proporcionando um autoconsumo indireto, pois estes animais serão consumidos mais tarde pela família.

Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p. 77) destacam que a consolidação do milho – assim como da soja, do trigo e do fumo – enquanto *commodities* possui maiores implicações sobre a agricultura familiar: “Estas lavouras são as principais responsáveis, em parte, pelo movimento histórico de mercantilização dos agricultores familiares e pelos processos de especialização produtiva e econômica dos mesmos [...]”.

Apesar de ser uma característica do processo de integração com a indústria, a criação de suínos se apresenta economicamente viável mesmo para as famílias com menor disponibilidade econômica, uma vez que a alimentação desses animais pode ser realizada com o milho produzido na propriedade ou mesmo com os sobejos da alimentação diária do grupo familiar. Ainda assim, é possível perceber que nos últimos anos o efetivo suíno em Pelotas se caracteriza por uma curva descendente. Grisa e Schneider (2008) entendem que a retração na produção de suínos está ligada a uma redução voluntária no consumo dessa carne por parte das famílias de agricultores, em razão da compreensão de que a carne de porco pode causar malefícios à saúde.

A criação de aves atende a uma demanda alimentar usual das famílias do município, uma vez que “O consumo desse tipo de carne segue uma tradição mantida pelos produtores familiares, tanto no que diz respeito ao consumo diário, como na preparação de carnes defumadas” (SALAMONI, 2000, p. 265). Todavia, tal como o porco, cabe destacar que a criação de aves guarda estreita ligação com os processos de produção com integração com a indústria.

Considerações Finais

Para finalizar torna-se imprescindível atentar para o papel fundamental desempenhado pelas características fisiográficas de Pelotas no delineamento da sua estrutura fundiária, das formas de agricultura adotadas e da ocupação étnico-cultural presentes no espaço agrário local. Contudo, é bastante claro que os processos sociais decorrentes de um assimétrico jogo de forças políticas – presente na agricultura brasileira ao longo do tempo – trataram de consolidar e mesmo ampliar uma diferenciação na organização dos sistemas agrários, a tal ponto que podem ser identificadas duas “agriculturas” diametralmente opostas no município pesquisado.

Assim, entende-se que a atual organização dos sistemas agrários de Pelotas deve grande parte de sua configuração ao meio físico original do município, compreende-se, também, que a consolidação desses sistemas se deve à exploração das características do ambiente natural. Uma vez

que a pecuária se valeu da vastidão dos campos planos em proveito de suas atividades; e a agricultura familiar, embora tenha precisado desmatar a vegetação nativa, aproveitou ao máximo a fertilidade natural da terra propiciada pelas cinzas geradas pela queimada das matas. Contudo, a atual conformação do sistema agrário patronal e familiar de Pelotas não é decorrência exclusiva ou mesmo majoritária de suas condições fisiográficas, a continuidade dessa configuração no cenário hodierno se deve à manutenção de um *status quo* historicamente construído e que atribui diferentes pesos políticos a grupos com também diversas disponibilidades de capital.

No que concerne à caracterização dos sistemas agrários do município, foi possível perceber que Pelotas apresenta dois sistemas agrários diferenciados quanto à sua organização, estrutura e orientação produtiva. O sistema da agricultura patronal, empresarial ou capitalista; e o sistema da agricultura familiar. Ambos representam não apenas duas configurações transversalmente diversas, mas também dois momentos históricos diferentes, embora motivados por interesses econômicos de um mesmo grupo. Ainda assim, apesar da diferença de disponibilidade de capital claramente discrepante estabelecida entre os componentes do sistema patronal e do sistema familiar, as maiores crises vivenciadas por ambos – a das agroindústrias na agricultura familiar e a do charque na patronal – foram decorrentes da falta de investimento de capital necessário para a transformação da base técnica em que produziam.

Cada um desses sistemas agrários apresenta uma produção quase que historicamente estabelecida, sem embargo das adaptações produtivas identificadas, como o arroz na agricultura patronal e a especificidade que o fumo assume na agricultura familiar. Quanto à estrutura fundiária desses sistemas, observa-se que as poucas mudanças desencadeadas no sentido da desconcentração da terra no município foram decorrências da crise do charque vivida pelo sistema patronal no começo do século passado e não de uma política governamental voltada para a redistribuição fundiária.

Sobre os processos atuais verificados na agricultura familiar, como a especialização parcial, a produção integrada com a indústria e a mercantilização; entende-se que eles efetivamente alteraram a organização

tradicional da agricultura familiar local, restringindo o poder de decisão dos agricultores, mas não eliminando a sua autonomia. A manutenção, ainda que relativa, dos agricultores no gerenciamento de sua propriedade, apesar da ingerência externa, pode ser explicada pela experiência histórica dos agricultores na produção comercial, já que a produção para mercado é um aspecto marcante na origem da agricultura familiar de Pelotas.

Com relação às perspectivas para os dois sistemas agrários da agricultura de Pelotas, no caso do sistema familiar, destaca-se a necessidade de políticas públicas especificamente voltadas para a produção agrícola, em razão do grande potencial de consumo das próprias famílias de agricultores e da importância que essas famílias apresentam para a economia de todo o estado. Entretanto, a existência de uma estratégia mais ampla, balizada pelo objetivo supracitado, não elimina a possibilidade de elaboração de programas mais específicos, voltados para segmentos mais direcionados, como as agroindústrias familiares, que apresentam grande potencial de crescimento econômico, além de já constituírem parte do patrimônio cultural do município. Cabe salientar que toda e qualquer ação governamental voltada para o fortalecimento da agricultura familiar deve estabelecer como pressuposto básico o desenvolvimento de projetos que contemplem a manutenção dos agroecossistemas locais.

No que atine às perspectivas para o segmento patronal, designadamente para a bovinocultura de corte, é cogente avultar a importância de investimentos nessa produção, como a adoção de tecnologias e procedimentos de criação mais sofisticados. Já para a lavoura orizícola, faz-se necessário melhorar a competitividade do arroz do município em relação ao produzido no Centro-Oeste e também no Uruguai e Argentina. Um estímulo à melhora da posição do arroz de Pelotas na concorrência com essas outras localidades seria o abatimento nos atuais elevados custos de produção do arroz em Pelotas – que inclusive estimula orizicultores locais a fixarem suas lavouras nos locais acima aludidos – por meio da redução nos valores de arrendamento da terra.

Para concluir, o presente trabalho permitiu compreender que a agricultura, seja ela patronal ou familiar, constitui um segmento dinâmico, mutável e dotado de grande capacidade de adaptação às mais distintas

conjunturas espaciais e temporais. Ao longo do tempo, a agricultura de Pelotas apresentou diferentes configurações em resposta aos processos políticos, econômicos e sociais transcorrentes em escalas mais abrangentes. Mas isso não acarretou na extinção de qualquer uma de suas formas, e sim na confirmação de que possui um imenso arcabouço de estratégias produtivas, as quais podem se apresentar voltadas tanto para a reprodução social (agricultura familiar) quanto para a acumulação capitalista (agricultura patronal).

Notas:

1 Ver mais sobre a unidade geo-histórica da Serra dos Tapes em: SALAMONI, G. ; WASKIEWICZ, C.A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jun./dez. 2013.

2 De uso corrente até hoje, o significado da palavra **colônia** vincula-se à história das áreas que foram alvo de povoamento com imigrantes europeus não portugueses no sul do Brasil. O termo **colônia**, como observa Seyferth(1974) (...) designa toda a região colonizada ou área colonial, ou seja, o conjunto de lotes de uma área previamente estabelecida pelo governo, juntamente com um núcleo populacional mais denso (a vila), servindo como sede administrativa e local onde se realizam os serviços religiosos, comércio, vida recreativa. Com o mesmo termo – colônia – os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de uma família. (SEYFERTH, G., 1974, p. 54).

3 “A mercantilização se expressa através da subjugação do agricultor familiar ao mercado, através da externalização e da cientificação da produção agrícola e, das diferentes relações que emergem dos diferentes circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006, p. 5).

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano XX, n. 171, p. 587-620, 1962.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: memória, patrimônio e tradição, 4., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Ed. UFPel, 2011. p. 872-874.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; BEZZI, Meri Lourdes. Desafios e perspectivas do espaço agrário constituído pela lavoura orizícola no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 27, p. 98-107, dez. 2001.

FEE. Fundação de Economia e Estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul. **25 anos de economia gaúcha**: a agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1978. v. 3.

FERREIRA, José Romualdo Carvalho. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários no município de Camaquã-RS**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 233-246.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER Sergio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-19.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias – construções identitárias e socioabilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989, 209 p.

GRANDO, Marinês Zandavalli; MERTZ, Marli Marlene. De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência. In: CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo; GRANDO, Marinês Zandavalli; TERUCHKIN, Sonia Unikowsky; FARI, Luiz Augusto Estrella. (Orgs.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, v. 2).

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul./dez. 2010.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GUTIERREZ, Ester Judite. O Monte Bonito cobriu-se de sangue: história do Sítio Charqueador Pelotense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010 São Carlos: [s.n.]. **Anais...** São Carlos: 2010. p. 1-14.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul – um sistema agrário “colonial”. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sul do Rio Grande do Sul** (Relatório Preliminar). Brasília: MDA/SDT - CODETER, 2006.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROCHA, Lilian Hahn Mariano da; MIORIN, Vera Maria Favila. A Importância da Terra na Organização Espacial: A formação econômico-social do espaço sul-rio-grandense. **Geografia – Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, n. 3 p. 07-36, 1989.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. 2000. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jun./dez. 2013.

SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI, Giancarla. A fumicultura e a reprodução social e territorial da agricultura familiar: um estudo de caso no município de São Lourenço do Sul-RS. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 157-186.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 312 p.

O MST chega a Terra dos Marechais: desafios na construção de um novo território camponês nos domínios do latifúndio

Anderson Luiz Machado dos Santos

Introdução

Em um momento em que novos processos de dominação capitalista se difundem no espaço rural brasileiro, sobretudo através de megaprojetos de investimentos, a reprodução da vida, dos camponeses, das comunidades quilombolas, dos povos da floresta e comunidades tradicionais de um modo geral, torna-se, a cada dia, mais ameaçada. Desta forma, colocar em debate como as conflitualidades inerentes as contradições do desenvolvimento capitalista, redefinem e redesenham a questão agrária brasileira, nos diferentes espaços-tempo da formação social do país; tanto quanto identificar a

paradoxal, recriação dos modos de vida camponês, indígena, quilombola e tradicional, frente as novas contradições do capitalismo; torna-se um desafio ao olhar das ciências sociais, de modo geral, e ao olhar geográfico de modo particular.

Para esta ciência, o caminho trilhado pela abordagem territorial, ao direcionar-se aos problemas relativos à questão agrária nacional, tem permitido uma visão mais abrangente na análise das conflitualidades e processos de recriação de tais modos de vida no campo brasileiro. Pois, essa abordagem pressupõe uma lógica dialética-relacional como nos ensinam Raffestin (1993) e Dematteis (2007), bem como conduz o olhar geográfico para uma análise multidimensional e multiescalar dos processos territoriais, tendo em vista que a multidimensionalidade das relações de poder e a multiescalaridade das relações espaciais, são elementos inerentes ao conceito de território e suas manifestações na realidade concreta, como bem nos demonstram as proposições de Haesbaert (2002, 2004).

Sob estas premissas, abordo neste capítulo como se manifestam as expressões da questão agrária, em termos de conflitualidade e desenvolvimento da luta pela terra e pelo território, em um espaço regional marcado pelo domínio secular do latifúndio pecuarista e pela recente expansão do agronegócio, a Campanha Gaúcha (região sudoeste do Rio Grande do Sul), tomada a partir de uma problemática que explicita o emblema da questão agrária no Rio Grande do Sul nesta última década, a qual diz respeito ao ingresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no processo de produção do espaço do município de São Gabriel, o qual é conhecido no universo regional como *A Terra dos Marechais*.

Por sua vez, os resultados da investigação, estão organizados, neste trabalho, a partir da tríade passado-presente-futuro, para restituir o movimento das relações espaço-temporais onde a problemática se circunscreve, desde a perspectiva de Milton Santos (1988), quando este afirma:

[...] O espaço humano, aliás, revela claramente, e ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro. Passado e presente nele se dão as mãos, através de um funcionamento

sincrônico que elimina a pseudocontradição entre história e estrutura. O futuro, para que se possa realizar, aproveita-se das condições preexistentes. (SANTOS, 1988 p.12)

Desta forma, destaco a partir da relação entre passado e presente empiricizada no espaço e nos territórios, como de um lado, os conflitos agrários assumiram um caráter violento na trama da disputa territorial. O que é evidenciado pela violência material e simbólica exercida nas reações das frações de classe que compõem o *bloco no poder* regional e local, bem no uso dos aparatos coercivos do Estado, ante a presença do MST em São Gabriel, processo cujo ápice culminou no assassinato do camponês sem terra Elton Brum em 2009, em ação da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul no processo de reintegração de posse da Fazenda Southall, após uma ocupação realizada pelo MST.

Por outro lado, as conquistas parciais do movimento social, a partir da formação de sete assentamentos rurais no município, expressam como a luta pela e na terra, se traduz na luta pela construção de um novo território que visa transformar as relações preexistentes, até então marcadas pelo domínio secular do latifúndio e pela emergência do agronegócio, com vistas a produzir, ainda que guarde suas contradições e limitações, um futuro distinto para o espaço local e regional desde o território dos camponeses-assentados.

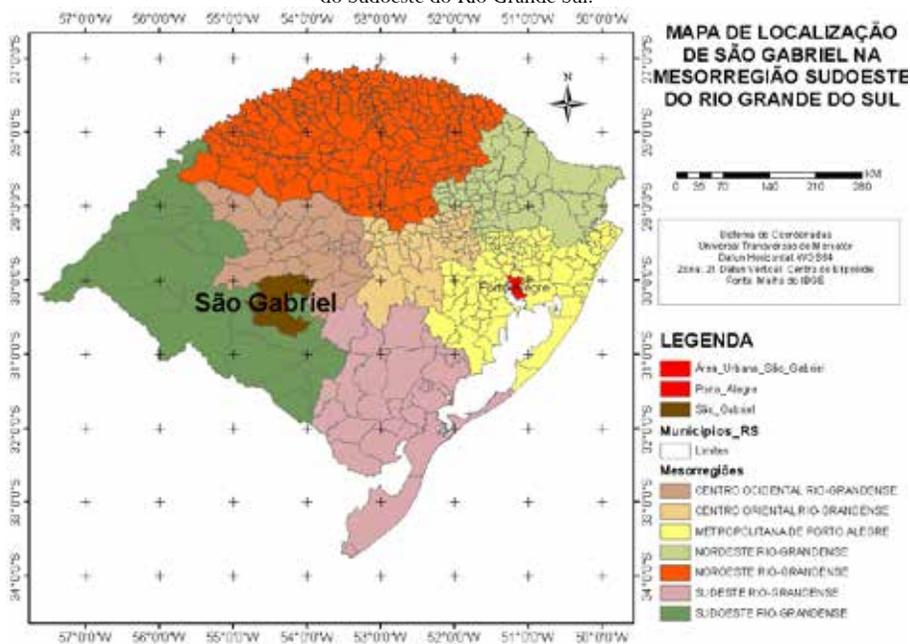
1 A herança a ser superada: o domínio do latifúndio e a composição do bloco no poder na região da Campanha Gaúcha

Concebida como o espaço fronteiroço conformado nas disputas territoriais entre as Coroas Portuguesa e Espanhola na bacia platina nos séculos XVIII e XIX. A região da Campanha Gaúcha adentra o século XXI marcada por inúmeras contradições, oriundas do decurso de sua historicidade, sobretudo no que diz respeito à presença de sistemas hierárquicos de poder, de desigualdades socioeconômicas e conflitos sociopolíticos e culturais. A presença do latifúndio pastoril (a estância)

enquanto base de sustentação material e simbólica da região; o caráter político-militar que a condição de fronteira denota; a formação de um *bloco no poder* regional; são elementos fundamentais para compreender a natureza de tais contradições¹.

É neste contexto, que está inserida a produção do espaço em São Gabriel, município situação na porção central da região da Campanha Gaúcha (**Figura 1**), o qual é conhecido no universo regional a partir de uma identificação *sui generis*, *A Terra dos Marechais*. Mais do que quimera de um universo social distante, esta insígnia é reveladora de elementos fundamentais para compreender o processo de produção do espaço no município, de maneira particular, e na região da Campanha de maneira geral.

Figura 1 - Mapa de localização de São Gabriel na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande Sul.



Fonte: IBGE (2011)

Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Em essência, a insígnia *Terra dos Marechais* é reveladora de como a propriedade da terra tornou-se um instrumento de exercício de poder em

múltiplas dimensões no município e na região, compondo um amálgama entre o poder político-militar, o poder econômico e o poder ideológico-cultural. Pois, no processo de ocupação da fronteira oeste do Rio Grande do sul, a concessão de sesmarias foi o instrumento que permitiu a um pequeno grupo de sujeitos, em sua maioria militares, ser agraciados com imensas extensões de terras, formando uma fração de classe ou categoria social, de estancieiros-militares conforme a abordagem de Osório (1990) aponta, os quais foram chamados a exercer o papel de defensores do território num espaço de fronteira instável. Paralelamente, para reproduzir sua posição de classe dominante no sistema das relações de poder, passam a construir, a partir do espaço estancieiro, uma visão de mundo que permeia as demais classes sociais. Logo,

Assim, a terra, enquanto espaço apropriado material e simbolicamente transforma-se em território, pois o território é, “um espaço político por excelência, onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Um poder que é tanto material, em função das relações socioeconômicas e políticas, quanto simbólico, em função das relações ideológicas e culturais entre a fração de classe dominante e as classes subalternizadas. Tratam-se de formas de exercício de poder, ativadas espaço-temporalmente, com o objetivo de construir e consolidar a hegemonia da fração de classe dominante frente às contradições do processo de desenvolvimento capitalista na região.

Ainda, vale lembrar que, mesmo frente às reconfigurações territoriais pelas quais a região da Campanha Gaúcha vem passando desde a crise da economia pecuarista, que resultou em processos como: a inserção da figura do granjeiro, produtor agrícola que ao desterritorializar-se da região colonial frente ao processo de modernização da agricultura no norte do Rio Grande do Sul, introduziu produção monocultura de arroz, trigo, milho e soja na região, a partir do arrendamento capitalista de terras até então destinadas à pecuária extensiva; a modernização das estâncias transformadas em cabanhas (unidades de produção intensiva de gado, com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas); os novos empreendimentos capitalistas desenvolvidos na região após a década

de 1990, como a aquisição de terras para a vitivinicultura e silvicultura (CHELOTTI, 2009).

Bem como o mais recente ciclo de expansão do agronegócio, sobretudo a partir da produção de soja nesta primeira década do século XXI; ou mesmo o ingresso dos novos camponeses na produção do espaço regional, reterritorializados a partir da luta pela terra protagonizada por movimentos sociais como o MST. Esses processos, de reconfiguração territorial, não foram capazes de destituir a força do latifúndio pecuarista na estrutura socioeconômica e espacial da região, bem como as relações de poder originárias do espaço latifundiário, não foram superadas, mas sim reconfiguradas. Nesse contexto, o processo de produção do espaço em São Gabriel se insere de maneira singular na dinâmica regional. Nele se constata a importância que a produção agrícola passou a assumir no município ante a produção pecuária (Gráfico 1).

Gráfico 1: Valor agregado da produção agropecuária de São Gabriel-RS entre 1939- 1970.



Fonte: FEE, (1986).

Org.: SANTOS, A. L. M. 2011.

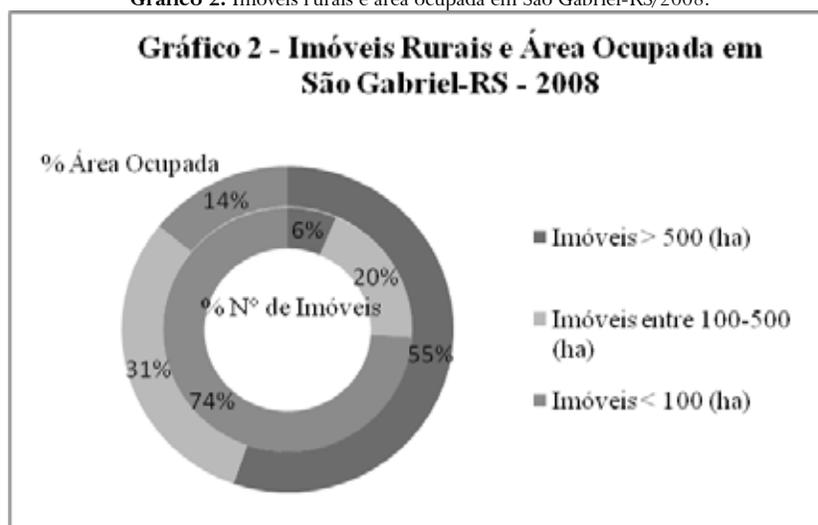
No período de 1939 à 1970, em termos de valor agregado da produção, em que a produção agrícola passou de 18,8% do total do valor agregado da produção agropecuária em 1939 para, 52,4% em 1970 (FONTE: FEE,

1986). O que demonstra uma tendência de expansão da importância do setor no período de 1940 a 1970.

Essa expansão se deu inicialmente através das lavouras de trigo e arroz como os trabalhos de Müller (1962) demonstraram, utilizando-se do mecanismo de arrendamento, que segundo o autor proporcionava que, os proprietários fundiários em quatro ou cinco anos de arrendamento, recebessem o valor de sua propriedade. Nas últimas décadas essa tendência de expansão da produção agrícola em relação à produção pecuária em São Gabriel, vem se consolidando, sobretudo, com a expansão da produção de soja, que atualmente, em termos de área plantada, ocupa cerca de 48 mil hectares, enquanto as lavouras de arroz e trigo vem perdendo espaço, ocupando cerca de 25 mil hectares e mil hectares respectivamente (FONTE: IBGE, 2013).

Por sua vez, constata-se que o desenvolvimento dos novos empreendimentos capitalistas no espaço rural da região, não fora acompanhados de um processo de desconcentração fundiária e nesses termos, a situação de São Gabriel é, mais uma vez, emblemática conforme o Gráfico 2 demonstra.

Gráfico 2: Imóveis rurais e área ocupada em São Gabriel-RS/2008.



Fonte: SNCR/INCRA (2011).

Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Nesse município, os imóveis rurais acima de 500 hectares (grandes propriedades), os quais correspondem a apenas 6,4% do total de imóveis rurais, ocupavam em 2008, 55,3% da área total dos mesmos. Por sua vez, os imóveis de até 100 hectares (pequenas propriedades), que representam 74,1 % do total de imóveis rurais, ocupam apenas 14,1% da área total dos imóveis rurais do município (FONTE: SNCR/INCRA, 2011). Um dos elementos que corroboram para esta concentração é a crescente valorização do preço da terra em São Gabriel, que segundo os dados da Informa Economist (2013), passou por uma valorização de cerca de 600% na última década, passando o hectare de terra de 1,5 mil reais 2003, para 10,5 mil em 2012.

Portanto, o que se verifica na produção do espaço regional em que São Gabriel se insere, é a constituição de uma aliança entre o capital e a grande propriedade fundiária, traduzida na associação entre a tradicional estância pecuarista e o agronegócio da produção de soja, arroz, da vitivinicultura e da silvicultura, aprofundando o caráter *rentista* e concentrador do capitalismo que se desenvolve nas fronteiras do Brasil Meridional, a partir da constituição de um *bloco no poder* regional que se expressa na articulação entre as frações de classe de estancieiros e agronegociistas. Bloco que no plano econômico persegue de maneira conjunta a acumulação de capital via extração da renda fundiária e do lucro capitalista.

É nesse espaço marcado pela herança do latifúndio pecuarista, que se associou a expansão do agronegócio e instituiu um *bloco no poder* regional, cujas relações de poder são exercidas nos diferentes espaços locais, a exemplo de São Gabriel, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a identificar um espaço central, para recolocar em debate a questão agrária no Rio Grande do Sul neste início de novo século. É a partir de seu movimento de luta para se espacializar e se territorializar na *Terra dos Marechais* que a conflitualidade da questão agrária, assumiu novos contornos no Rio Grande do Sul contemporâneo.

2 A trama da disputa territorial: expressões da conflitualidade da questão agrária a partir de São Gabriel - RS

Em uma conjuntura nacional que possibilitou colocar em pauta a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), a partir de um diálogo profícuo entre movimentos sociais do campo, intelectuais, partidos de esquerda e parte do governo recém eleito de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicia-se um processo de elaboração e execução de políticas públicas por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para contemplar as propostas do II PNRA, dentre as quais se situam a retomada de vistorias de terras improdutivas, a publicação de decretos de áreas consideradas de interesse social para a reforma agrária e a aquisição das primeiras áreas destinadas ao programa.

Nessa conjuntura acirram-se os embates entre os movimentos sociais do campo *versus* as entidades e organizações do patronato rural. Nesse processo a conflitualidade da questão agrária irá se expressar em São Gabriel, a partir das disputas pela desapropriação do conjunto de estâncias pertencentes ao Sr. Alfredo Southall, um dos maiores proprietários fundiários do município, cuja área de seus imóveis rurais totalizavam cerca de 13.222, 19 hectares (INCRA, 2008). A questão do latifúndio Southall, como foi popularizada, gerou a imediata reação das frações de classe que compõem o *bloco no poder* no município e na região, que retomaram as articulações contrárias a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Nesse processo, o Sindicato Rural, filiado a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) se constituiu no agente de mobilização e representação dos interesses das frações de classe de estancieiros e empresários rurais.

Por sua vez, o MST enquanto agente de mobilização e representação do campesinato iniciou uma série de lutas com vistas a pressionar pela efetivação da desapropriação das estâncias Southall. A partir de então, as disputas territoriais inerentes a questão agrária na *Terra dos Marechais*, assumiram novos contornos. Nessa trama, os agentes irão delinear suas

posições formando um *campo dos conflitos agrários* e traduzi-las em ações no espaço e no tempo.

Orientados pela posição no *campo dos conflitos* de que a propriedade da terra é um bem não reprodutível, que deve se submeter à função social, o MST organiza os espaços-tempo de luta e resistência que possibilitaram as conquistas parciais do movimento social. Questionado sobre o que levou o MST a direcionar suas lutas ao espaço rural de São Gabriel um dos membros da Direção Estadual do Movimento expõe:

Entrevistado: À vinda do MST e de fincar a bandeira da reforma agrária aqui em São Gabriel, tá ligado a aspectos históricos. O movimento surgiu no final dos anos 70, se consolidou nos anos 80 e conquistou vários assentamentos em nível de estado, mas São Gabriel é um dos últimos espaços de latifúndio, onde nós não tínhamos conseguido avançar, devido às próprias características que se pode atribuir ao latifúndio. Mas, apesar de todas as contradições do governo Lula, uma das primeiras medidas, no início, quando ainda havia um esforço mais considerável, em de fato avançar na reforma agrária, o governo foi para uma queda de braço com o judiciário, e, em diálogo com essa demanda da reforma agrária, desapropriou a fazenda Southall, em São Gabriel, que, possivelmente, seja ainda uma concessão de sesmaria. Isso fez com que nós, ancorados nesse processo de desapropriação que o governo federal desencadeou, iniciamos, um conjunto de lutas aqui em São Gabriel, onde fomos duramente reprimidos tanto pela polícia quanto pelo latifúndio. (Entrevista ao Autor - Membro da Direção Estadual do MST-RS, São Gabriel, Agosto de 2011)

O conjunto de lutas à que o entrevistado se refere, diz respeito à Marcha Sepé Tiarajú em direção ao latifúndio Southall de 2003, popularizada por Górgen (2004) como *Marcha ao Coração do Latifúndio*; a Marcha Estadual pela Reforma Agrária em 2007, destinada a atacar áreas símbolos do domínio latifundista no RS, como a Fazenda Guerra situada no município de Coqueiros do Sul (região norte do RS) e novamente as Estâncias Southall em São Gabriel; as ocupações e manifestações realizadas em São Gabriel entre 2008 e 2009, além das lutas cotidianas conformadas em cada espaço-tempo dos acampamentos organizados pelo Movimento no estado do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, orientados por uma posição de que a propriedade da terra é um direito natural e absoluto, estruturante da ordem social, as frações de classe que compõem o *bloco no poder* acionam suas organizações e entidades representativas para reagir à possibilidade das desapropriações. Nesse processo, suas posições no *campo dos conflitos* são traduzidas em ações especializadas, a partir da realização de campanhas de defesa de seus territórios, a exemplo da Campanha Vistoria Zero, desencadeada pelo Sindicato Rural de São Gabriel e FARSUL, no momento em que o INCRA anunciou a realização das vistorias em duas propriedades rurais de São Gabriel, as Fazendas Antoniazzi e Southall em 2001, bem como as Contramarchas organizadas em contraposição as Marchas do MST em 2003 e 2007.

Nesses movimentos, os ruralistas formam barreiras nas estradas com carros, caminhões, caminhonetes e máquinas agrícolas, com vistas a impedir a realização das vistorias pelos técnicos do INCRA. Realizam manifestações em defesa da propriedade, tanto quanto acompanham as marchas organizadas pelo MST, efetuando bloqueios em estradas para impedir a passagem dos integrantes do Movimento Camponês. Até mesmo, explodem bombas e disparam tiros a noite, nas proximidades dos acampamentos formados ao longo itinerário das Marchas do MST, como explicitou Görden (2004).

Tais formas de reação explicitam a violência material e simbólica que as frações de classe componentes do *bloco no poder* empreendem sobre as famílias dos camponeses sem-terra. Não é demais lembrar que, na construção de seus espaços-tempo de luta e resistência, o MST organiza famílias de camponeses sem-terra, de trabalhadores excluídos de um modo geral, que vêm na conquista de um “*pedaço de chão*”, a possibilidades para recomeçar suas vidas de maneira mais digna. Portanto, são pais, mães, filhos, crianças, jovens, adultos e idosos, os sujeitos agredidos material e simbolicamente pelas reações das frações de classe do *bloco no poder*.

Dois eventos são emblemáticos do caráter brutal que tais formas de violência assumiram na trama da disputa territorial, no contexto da questão agrária em São Gabriel. A distribuição de um panfleto no momento em que a Marcha Sepé Tiarajú se aproximava do município. O assassinato do

camponês sem terra Elton Brum em 2009, no processo de reintegração de posse de uma das áreas ocupadas pelo MST em São Gabriel.

Ainda que nenhuma entidade de representação de classe tenha assinado o referido documento, a incitação ao uso da violência para proteger a propriedade privada, a partir de provocações como: “*é preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra*”; “*Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância*”; são reveladoras de como as concepções político-militares, oriundas do poder instituído pelos estancieiros-militares do passado, são acionadas no presente, nos momentos de crise de hegemonia do *bloco no poder*.

Não obstante, a caracterização dos camponeses sem terra como “*escória da humanidade*”, “*vândalos*”, “*vagabundos*”, “*deformados*”, “*ratos*”, evidencia como as classes dominantes intitulam-se como os representantes da boa sociedade, enquanto seus concorrentes no *campo dos conflitos* são *aprioristicamente* desqualificados, estigmatizados, considerados como animais. Trata-se da manifestação singular, do que Elias e Scotson (2000) caracterizam como relações de poder entre *estabelecidos* e *outsiders* nas quais, o grupo estabelecido, representa o mais poderoso. Intitulam-se como os portadores das tradições da “boa sociedade” em relação a outros grupos interdependentes. Os *estabelecidos* reproduzem uma autoimagem na qual se concebem enquanto humanamente superiores aos grupos que se opõem. Assim, a exclusão e a estigmatização do grupo *outsiders* pelo grupo estabelecido, constitui-se numa arma poderosa para que os últimos preservem sua identidade e afirmem sua dita superioridade (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Por sua vez, o aparelho de Estado, ao ser tencionado pelas classes sociais em movimento na trama das disputas, em última instância revelará sua dominação de classe ao utilizar do aparato repressivo para proteger a propriedade privada. Nesse processo a segunda ocupação Fazenda Southall realizada pelo MST em 2009, se configurou como um dos momentos mais tensos da luta pela terra em São Gabriel. A brutalidade da repressão, empreendida pelos aparatos de Estado sobre as famílias que participavam

da ocupação, representada pelo aparato jurídico de reintegração de posse e uso da força policial para cumpri-lo, culminou no assassinato do camponês sem terra Elton Brum pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, em meio aos processos de conflito e aos espaços-tempo de luta e resistência protagonizados pelo MST, o poder de Estado irá fazer concessões aos camponeses sem terra, inicialmente com a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual, o INCRA e o MST, que previa o assentamento de duas mil famílias no Rio Grande do Sul até o início de 2008. Como resultado desse processo, em dezembro de 2008, foi realizado o ato de entrega das áreas “desapropriadas” para a formação de novos assentamentos rurais na região, dentre as quais situam-se: Estância do Céu (uma das estâncias pertencentes a Fazenda Southall), Fazenda Iguazu, Fazenda São José do Zambeze e Fazendas São Paulo I e II, em São Gabriel. Além de uma propriedade adquirida em um município vizinho a São Gabriel, Santa Margarida do Sul e outras duas áreas no município de Alegrete.

Através da aquisição dessas terras, cerca de 600 famílias foram assentadas na região, meta muito distante do compromisso firmado pelo TAC/2008, um dos motivos pelos quais levou o MST a organizar a ocupação da parte não desapropriada das estâncias Southall relatada anteriormente e posteriormente a ocupação da Fazenda Antoniazzi (propriedade de cerca de sete mil hectares), resistindo a novos processos de repressão. Em meio a repressões e conquistas, com a formação dos assentamentos identifica-se uma nova fase no processo de conflitualidade e disputa territorial em São Gabriel. Emergem novas frentes de luta que se materializam no espaço produzido pelas famílias organizadas no MST, a luta para viver e se reproduzir na terra conquistada; a luta pela conquista de novos assentamentos rurais que alterem a estrutura fundiária, promovam a mudança nas relações poder e consolidam o processo de territorialização dos camponeses.

Nessas frentes de luta as famílias assentadas passam a reivindicar o acesso a educação para as crianças; ao saneamento básico e a saúde pública; bem como a regularização e liberação dos créditos para a produção e

construção de suas habitações, políticas até então de responsabilidade do INCRA e outros aparelhos de Estado. Para obter esses direitos, novos espaços-tempo de luta e resistência são organizados, tais como ocupações da prefeitura municipal e do escritório regional do INCRA em São Gabriel.

Portanto, mesmo frente aos processos de violência material e simbólica os camponeses organizados no MST “*seguem na luta*”, seus espaços-tempo de luta e resistência não trouxeram apenas perdas, também resultaram em novas conquistas, como a desapropriação da Fazenda Santa Rita IV, em 2009, e da Fazenda Trinta e Três em 2010, dentre outros compromissos firmados pelo Estado para assegurar os direitos sociais das famílias assentadas. É em meio a esses processos de espacialização e territorialização, de luta pela terra e luta para viver e se reproduzir na terra conquistada, que vão se processando as transformações na dinâmica da produção do espaço rural em São Gabriel que permitem identificar a construção do novo território camponês.

3 A construção do novo território camponês: transformações no presente, desafios para o futuro

Com a conquista dos assentamentos rurais, os camponeses sem terra (re)estabelecem sua relação com a terra, nesse processo reinventam seu modo de vida, pautados por uma visão, na qual a terra deixa de ser encarada como mero instrumento de negócio, para transforma-se em terra de trabalho e (re)produção da vida. Assim, desde suas relações e processos sociais, dentro de suas limitações e contradições internas, transformam o *espaço produzido* na medida em que *produzem seu espaço*, ainda que continuem a partilhar de uma posição de classe subalterna na trama da disputa territorial em curso, em uma sociedade e um espaço regional, marcados por sistemas hierárquicos de poder, desigualdades históricas e conflitos sociopolíticos e culturais, ocultados pelo exercício do poder material e simbólico das frações de classe que compõem o *bloco no poder* local e regional.

3.1 A reinvenção do modo de vida e as transformações no espaço produzido

No quadro da formação dos assentamentos rurais em São Gabriel, a divisão das grandes propriedades origina a forma espacial de pequenos lotes de terra com média de 20 hectares cada um (**Tabela 1**). Nessa terra conquistada se desenvolve o trabalho familiar, a cultura de organização em comunidades e grupos de produção, bem como a participação menos individualizada dos sujeitos para traçar as diferentes estratégias que viabilizem sua reprodução no espaço.

Tabela 1 - Assentamentos: N° de Famílias e Média dos Lotes

Projeto de Assentamento	Área (ha)	N° de Famílias	Médio dos Lotes (ha)	Ano de Implementação
Estância do Céu	4.953,13	225	22.0139	2008
Itaguaçu	2.037,83	99	20.5841	2008
São Paulo 1.	548.70	25	21.9481	2009
São Paulo 2.	122.33	6	20.3885	2008
S.J Zambeze	873.7	47	185894	2008
Santa Rita	2.252,79	129	17.4635	2009
Trinta e Três	1835.59	78	23.5332	2010

Fonte: INCRA (2011)

Org.: SANTOS, A. L.M. 2011.

Logo, percebe-se na relação que estabelecem com a terra, no processo de trabalho, na vida familiar e a comunitária, os elementos nucleares que conduzem a reinvenção do modo de vida camponês entre as famílias assentadas, o que vem ao encontro das definições de Shanin (1979, 2008) sobre o campesinato como um modo de vida que se organiza a partir de uma pluralidade de elementos. Ao mesmo tempo, esses processos e relações, inerentes a reinvenção do modo de vida camponês, se constituem nos vetores do movimento de transformação do espaço produzido.

Registra-se que nos 12.665,20 mil hectares dos sete imóveis rurais adquiridos pelo INCRA para a implementação dos projetos de assentamento em São Gabriel, 52,25% das terras eram destinadas à pastagens naturais, o que demonstra a presença da tradicional pecuária extensiva, sobretudo bovina e ovina neste espaço.

Por sua vez, cerca de 25% do total das terras encontravam-se arrendadas, no caso das Fazendas São Paulo 1 e 2, o processo de arrendamento correspondia respectivamente a 89,6% e 92,2 % de suas áreas. No arrendamento capitalista da terra, 63,5% da área total, destinava-se à exploração das culturas de arroz e soja e os demais 36,5 reproduziam o padrão de exploração em pastagens naturais. Por sua vez, haviam apenas 37 empregados permanentes e um empregado temporário em todas as propriedades. O que revela o baixo grau de emprego de força de trabalho nas estâncias e a exclusão social que a concentração da propriedade da terra vinha promovendo, ao não permitir que um número maior de sujeitos pudesse estabelecer suas dinâmicas de reprodução social no espaço rural de São Gabriel (FONTE: INCRA, 2008).

Diferentemente dessas formas de uso e apropriação da terra, os camponeses-assentados ao forjar suas concepções e novas relações com terra, conduzem suas dinâmicas de produção do espaço nos assentamentos conquistados, a partir de uma perspectiva que ultrapassa a pura e simples visão da terra como elemento de exploração econômica. Conforme os relatos apresentados abaixo, as concepções e relações dos camponeses com a terra são pautadas pelo desejo de produzir e reproduzir a vida. Nessas concepções, emerge um sentimento de afetividade, explicitada pelo desejo de “*cuidar da vida*”, pode-se dizer que, suas relações com a terra denotam um sentimento de amor.

Eu sempre tentei explicar as coisas pelo econômico, mais o econômico não explica o que eu estou fazendo [...] talvez a vontade de cuidar da vida, dos bichos, das plantas, tentar fazer algo de bom. (ENTREVISTADO 6 - Homem, Família do Assentamento Itaguaçu).

Um lote daquele é coisa mais linda. Vale mais do que ouro. Tem a sanga em baixo, quero ver se conservo tudo. Mato coisa mais linda, tem cada árvore, assim nativa. Olha! Tem que agradecer a Deus pelo lote que eu peguei. Vou lhe dizer tche! (ENTREVISTADO 14 - Homem, Família do Assentamento Cristo Rei).

Não obstante, a simbologia da luta pela terra é impressa no espaço conquistado, assim as antigas estâncias e fazendas, recebem os nomes de assentamento Conquista do Caiboaté (Estância do Céu), Madre Terra (Fazenda Santa Rita), União Pela Terra (Fazenda São Paulo 1), Novo Rumo (Fazenda São Paulo 2), Cristo Rei (Fazenda Trinta e Três). Alguns ainda mantêm os nomes das antigas fazendas como Zambeze e Itaguaçu, mas a representação da luta pela terra e o sentimento de conquista não são menores entre as famílias.

Verifica-se também que viver na terra lhes traz um sentimento de liberdade e autonomia, sobretudo entre os ex-trabalhadores (as) urbanos (as).

Eu me sinto muito feliz, porque o meu sonho era ter meu espaço, assim, que eu pudesse criar meus animaizinhos, meus bichinhos, porque na cidade eu não tinha nada, tinha minha casinha para morar e as minhas coisas dentro e nada mais, porque não tinha espaço pra mais nada. (ENTREVISTADA 8- Mulher, Família do Assentamento União Pela Terra)

Dessa maneira, no processo de reinvenção de seu modo de vida, a terra é para esses camponeses, ao mesmo tempo, um meio de produção e um meio de vida, é terra de trabalho ao encontro do que abordam Woortmann e Woortmann (1997). Ela também é vista como um espaço de liberdade que se insere “numa concepção de liberdade que se contrapõe a liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como portador de sonhos, de aspirações” (PAULINO; ALMEIDA, 2010 p. 54).

Nessa imbricação entre a reprodução material e simbólica, identificam-se as diferentes estratégias para viabilizar a permanência das famílias na terra, dentre as quais se situam três grandes linhas: a produção para o autossustento, a produção de leite e a produção do arroz orgânico (Figura 2 e 3). O autossustento envolve a criação de animais como: porcos, galinhas, vacas, a produção de hortaliças em pequenas hortas, a fruticultura, as pequenas lavouras de feijão, milho, trigo e mandioca. Produz-se “*de tudo um pouco*” como relatam as famílias. Essa produção garante as famílias o consumo de alimentos básicos para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que comercializam seu excedente.



Figura 2 - Produção nos Assentamentos Rurais de São Gabriel-RS.
Fonte: Trabalho de Campo (2011).
Org.: SANTOS, A. L. M. 2014.



Figura 3 - Produção nos Assentamentos Rurais de São Gabriel-RS.
Fonte: Trabalho de Campo (2011)
Org.: SANTOS, A. L. M. 2014.

Recentemente, através de uma parceria com a Cooperativa dos Assentamentos de Santana do Livramento (COPERFORTE), iniciou-se o estabelecimento da rota de produção de leite nos assentamentos de São Gabriel. Nesse processo, a cooperativa fornece os resfriadores e se responsabiliza pela coleta da produção. Os assentados entram com a força de trabalho e os animais, em alguns casos esses animais, foram adquiridos com recursos provenientes dos fomentos liberados pelo Programa de Reforma Agrária. Entretanto, a morosidade da liberação dos créditos para produção, faz com que os assentados, busquem outras fontes de recursos, para o desenvolvimento de suas estratégias de reprodução na terra, dentre as quais se situa a saída temporária de membros das famílias para realizar trabalhos como assalariados no espaço urbano ou em outras propriedades rurais, dentro e fora de São Gabriel e da região da Campanha Gaúcha.

Por sua vez, a estratégia de produção do arroz orgânico congrega dois elementos que são incorporados pelas famílias assentadas: o potencial das propriedades que possuem áreas de várzea e reservatórios para a irrigação das lavouras, bem como o projeto de desenvolvimento territorial delineado pelo MST, no campo de suas intencionalidades, o qual se baseia na agroecologia em contraposição ao agronegócio. Essa estratégia é encarada pela direção do Movimento Social, tanto como uma forma de viabilizar a reprodução econômica das famílias, quanto como um elemento de enfrentamento político e alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Essa proposta vem sendo viabilizada através de uma parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que possui uma experiência de mais de dez anos com a produção do arroz agroecológico. Para viabilizar essa estratégia, a cooperativa é responsável pelo fornecimento das sementes, pela assistência técnica às famílias assentadas e compra da produção. As famílias organizam-se em grupos de produção para construir a lavoura, geralmente em parceria com seus vizinhos, pois podem destinar no máximo 4,7 hectares de sua propriedade para a produção do arroz orgânico, conforme edital estabelecido pelo INCRA que regulamenta esse tipo de produção nos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Com esses processos o espaço produzido, outrora marcado pela produção monocultura, pela degradação ambiental, pela exploração da terra e do trabalho humano, passa por transformações em suas formas e conteúdos, as quais se expressam na paisagem que se torna mais heterogênea e diversa, na medida em que incorpora a pluralidade de elementos inerentes à reprodução da vida nos assentamentos, onde o maior número de sujeitos repovoa o campo, onde a organização em pequenos lotes e a diversidade produtiva reconfiguram a imagem do espaço rural e reorientam suas funções, da terra de negócio à terra de trabalho.

3.2 Entre os dilemas da subalternidade à emergência de uma nova territorialidade

A partir, da reinvenção do modo de vida entre as famílias assentadas, das dinâmicas que lhes são inerentes e que propiciam transformações no espaço produzido, constata-se o movimento de apropriação material e simbólica que permite caracterizar os assentamentos rurais como um novo território camponês, no qual as famílias assentadas passam a desenvolver sua territorialidade. Entretanto, os dilemas da posição de classe subalterna desses camponeses frente às relações de poder instituídas, não foram superados e se fazem sentir nas múltiplas dimensões da reprodução da vida no novo território camponês em construção. Cabe destacar que, a noção de *posición de classe*, é encarada, “como una interrelación social, una interrelación de conflicto con otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir” (SHANIN, 1979, p.228).

No âmbito cultural, a violência simbólica do preconceito e da estigmatização sobre as famílias assentadas passa a se manifestar, em decorrência de seu modo de vida, de seus costumes, até mesmo de suas vestes. As famílias sentem essa estigmatização e preconceito, sobretudo quando freqüentam o espaço urbano de São Gabriel.

Esse processo é revelador de como que há, no plano simbólico e cultural uma luta silenciosa para que as classes imponham o modo de pensar e agir, os costumes e as definições do mundo social, mais conforme aos interesses (BOURDIEU, 2005).

No âmbito político, a subalternidade é revelada na medida em que as famílias são privadas de possibilidades materiais de seus meios de vida, pela ausência, ou morosidade na implementação de políticas públicas que os auxiliem no desenvolvimento dos assentamentos rurais. O que é evidenciado na ausência ou precariedade do saneamento básico, energia elétrica e vias de acesso em muitos assentamentos; na dificuldade de acesso a saúde e a educação para as crianças das famílias assentadas; na dificuldade de acesso aos recursos públicos para o financiamento de sua produção. Questões que tem resultado em conflitos internos nos assentamentos, dificuldades para viver e se reproduzir na terra conquistada, bem como abandono dos lotes por muitas famílias.

Essa negligência do Estado, em fornecer as condições básicas para que os assentados possam reproduzir suas vidas de maneira digna no campo, reforçam as formas violência material e simbólica a que os camponeses estão submetidos e articulam-se ao processo de subalternização econômica e moral sobre os camponeses, visto que frente as dificuldades encontradas para viver e reproduzir na terra conquistada, os representantes das frações de classe dominantes, passam a difundir a visão de que os assentamentos não contribuem para o desenvolvimento econômico de São Gabriel, pois “*são improdutivos*”, “*os sem terra arrendam as terras que ganham*”, “*são uma ameaça aos produtores rurais*”. Dessa maneira, o discurso dos *estabelecidos* oculta as diversas estratégias produtivas em curso nos assentamentos, conforme abordou-se anteriormente.

Contudo, é no enfrentamento desses dilemas que emergem as respostas dos camponeses-assentados, as quais explicitam momentos e dimensões de sua formação de classe social. Esses momentos e dimensões se manifestam nas diferentes formas de ação política, que vão da passividade camponesa, relevada nas expressões “*temos que esperar*”, “*tem que ir agüentando*”, “*espero que as autoridades olhem por nós*”, até as ações de classe mais contundentes como a realização de mobilizações, ocupações de terras e de prédios públicos como a Prefeitura Municipal de São Gabriel e o escritório regional do INCRA, para reivindicar o acesso a políticas públicas básicas: acesso a saúde, educação, saneamento básico, construção de estradas e liberação de créditos para o desenvolvimento dos

assentamentos, dentre outras pautas. Também se verifica a elaboração de uma racionalidade econômica distinta, a partir da qual os camponeses-assentados assumem a condição de produtores simples de mercadorias, ativando circuitos econômico-espaciais não hegemônicos.

Dessa forma, em meio aos seus dilemas e conflitos, a partir das relações que estabelecem entre si e com a exterioridade, as famílias assentadas iniciam a delinear uma nova territorialidade. Trata-se de uma territorialidade que pode ser interpretada como ativa, na qual os agentes se inserem nas relações de poder local sem aceitar as imposições e as estratégias de controle dominantes, pois as examinam de forma ativa e frente às mesmas forjam sua autonomia relativa. A formação dessa territorialidade é mais um elemento que contribui para as transformações no espaço produzido, pois impacta as relações de poder e a cultura política local.

Seus efeitos se fazem sentir no espaço e na sociedade local, através de processos como a maior participação popular e a contestação das relações que asseguram o exercício da hegemonia do *bloco no poder* em São Gabriel. Como exemplo desses processos, aponta-se a organização do “Movimento Filhos Desta Terra”, que reuniu cerca de 200 famílias, dentre as quais se situam pequenos arrendatários, pequenos posseiros e assalariados rurais de São Gabriel, que organizaram um acampamento em uma localidade do município e passaram a reivindicar a conquista da terra própria para sobreviver. Por sua vez, no espaço urbano emergiram lutas populares como a luta contra privatização da água e a revitalização das ruas no município.

Portanto, as transformações no presente do espaço produzido no território camponês em construção, que vem alterando as formas e o conteúdo da produção espacial pretérita, da dimensão material às dimensões simbólicas e culturais do espaço e do território, revelam a intencionalidade de forjar um modelo de desenvolvimento territorial que supere a lógica das relações de poder instituídas pelos domínios do latifúndio e do agronegócio na *Terra dos Marechais*. Tratam-se de tentativas de delinear um futuro distinto para a produção do espaço local e regional, dentro de uma perspectiva contra-hegemônica.

Considerações Finais

Desde os procedimentos teórico-metodológicos que conduziram essa proposta de pesquisa, foi possível apreender os processos em curso no espaço rural de São Gabriel que permitem inferir a existência de transformações no espaço produzido frente o ingresso das famílias organizadas no MST na *Terra dos Marechais*. Transformações que vão das formas ao conteúdo espacial, permeando as relações de poder e a cultura política local, a partir de processos como a nova relação que os camponeses estabelecem com terra, o enfrentamento dos dilemas da subalternidade, o delineamento de uma territorialidade ativa. Elementos que permitem identificar a construção de um novo território camponês no espaço rural de São Gabriel.

Contudo, muitos desafios estão colocados aos horizontes dos camponeses-assentados e do MST para que se consolide a construção desse território camponês, desde uma proposta de desenvolvimento territorial incluyente, participativa e ambientalmente distinta, que aprofunde o movimento de superação dos sistemas hierárquicos de poder, das desigualdades sociais e da degradação ambiental, produzidas pelos domínios do latifúndio e do agronegócio na *Terra dos Marechais*, de maneira singular e na região da Campanha Gaúcha, de maneira geral.

Entretanto, esse movimento não se limita as dinâmicas dos assentados da reforma agrária nem ao MST. Trata-se da necessidade do Estado em reorientar sua política agrária e agrícola, a partir de um novo projeto de reforma agrária que se vincule ao desenvolvimento territorial e a transformação da sociedade brasileira. Cabe aos pesquisadores contribuir com a análise crítica dos processos em curso no espaço rural brasileiro e somar-se nas lutas para o desenvolvimento desse novo projeto. Tarefa nada fácil em uma formação social na qual, o poder oriundo da grande propriedade de terras vem se ampliando sobre o Estado desde o relançamento da estratégia que colocou o agronegócio como fio condutor, da política econômica de superávit primário em curso no Brasil, bem como frente aos novos empreendimentos capitalistas se expandem no espaço rural nesse início do século XXI, em detrimento da possibilidade de uma

reforma agrária popular e democrática, como uma das matrizes para um novo projeto de país.

Notas:

1 Nesses termos a região, é aqui abordada como, “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulada em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 1988 p.25).

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.
- DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. et. al. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E.** n. 39, p. 31-58, 2005.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.
- HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Antrhopos, 1975.

MÜLLER, N. L. A região de São Gabriel. XVII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS. n. 4., 1962, São Paulo, **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de Geógrafos Brasileiro, 1962. p.9-77

OSÓRIO, H. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

PAULINO, E. ; ALMEIDA. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993.

SANTOS, M. et. at. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n.5, p.9-20, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SHANIN, T. (org.). **Camposinos y sociedades camponesas**. México: Fundo de Cultura Economica, 1979.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997.

Documentos e Fontes Secundárias

BRASIL. Decreto n. 433 de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a compra de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 janeiro. 1992. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111704/decreto-433-92>>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. Lei n. 4132 de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 novembro. 1962. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao/109257/lei-4132-62>. Acesso em: maio de 2011.

FEE. **Renda interna municipal do Rio Grande do Sul de 1939 -1980**. v.1, n.2, série: valor agregado. Porto Alegre: 1986. Disponível em: <<http://www.bibvirtual.rs.gov.br:8080>>. Acesso em: outubro de 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@:** São Gabriel-RS. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431830>& >. Acesso em: abril de 2014.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431830>&>. Acesso em: abril de 2014.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura fundiária do município de São Gabriel**. Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR). Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

_____ **Laudos agrônômicos de vistoria e avaliação de imóveis rurais**. n. 2,4, 6, 10,12,15, 2008. Superintendência Estadual: Porto Alegre – RS. Consulta em: maio de 2011.

_____ **Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em São Gabriel- RS**. Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

Agricultores assentados: atores sociais reconstruindo seu novo território a partir da interação entre práticas e formas de organização com o ambiente

*Rosa Maria Vieira Medeiros
Felipe Monteblanco
Michele Lindner*

Introdução

O poder político e econômico sob o olhar das oligarquias rurais tem o campo como o lugar do agronegócio, das commodities, da exportação e conseqüentemente da territorialização do capital. Neste contexto, as populações camponesas, os agricultores familiares, ficaram alijadas do processo produtivo, expropriados e desterritorializados.

São estes sujeitos, excluídos do processo global de produção, os responsáveis pela produção que alimenta e que dá sustento à população brasileira. São eles que percebem o campo como local de vida e de desenvolvimento cultural,

conservando vivas suas tradições, suas formas de relacionamento com a terra que foram herdadas de seus ancestrais.

O território é então concebido na sua essência, é lugar de desenvolvimento onde terra e trabalho são agentes de construção de novas identidades, de novas territorializações. Esse camponês re-constrói nesta relação seu novo território, se reconhece enquanto sujeito e agente de construção desse território.

Esta luta pela conquista do espaço social e do território se dá através da organização dos movimentos sociais, de seus sujeitos, de suas contradições e perspectivas, que já consideram a dimensão de poder que se faz presente tanto no espaço local quanto no global.

A expansão capitalista que ocorreu no campo brasileiro, na metade do século XX, se deu através da modernização tecnológica, do crescimento de novas relações de trabalho no campo; da geração de espaços de conflitos decorrentes do crescimento das desigualdades socioeconômicas. Este modelo de modernização conservou a secular concentração fundiária, intensificou a luta pela terra e gerou uma crise política e social.

Ao mesmo tempo em que essa modernização foi se territorializando, revelando suas ações passadas e presentes, deixou marcas profundas no território advindas daqueles que foram excluídos de todo esse processo. Surgiram milhares de famílias de Sem Terra e aumentou a violência e os conflitos no campo brasileiro. E assim, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que se territorializou, ocupação por ocupação, assentamento por assentamento enquanto que a modernização da agricultura acontecia através de seus espaços especializados, tecnificados.

Os assentamentos rurais são os resgates, a territorialização dos agricultores familiares excluídos pelo modelo capitalista. O retorno dessas famílias assentadas à atividade produtiva recupera sua dignidade através da produção de alimentos que dá uma resposta à sociedade.

É neste contexto que estão os 30 assentamentos (INCRA, 2011) localizados no município de Santana do Livramento, criados a partir de políticas públicas dos governos Federal e Estadual, nos anos 90 do século XX, para atender as demandas dos movimentos de luta pela terra em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). As

terras, até então improdutivas ou ocupadas pela pecuária, se transformaram a partir do desenvolvimento de novas práticas agrícolas que traziam como objetivo reduzir os impactos ambientais; melhorar a produção e a produtividade; e garantir a reprodução social e econômica das famílias assentadas. Nesse contexto, buscaremos identificar nesses assentamentos o processo territorializante e as novas alternativas de produção das famílias ali instaladas.

O município de Santana do Livramento/RS (Figura 1), localizado no sul do Brasil, na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, na região da campanha gaúcha, porção brasileira do bioma pampa¹, possui a maior concentração de assentamentos do Rio Grande do Sul. Após duas décadas da instalação dos primeiros lotes ainda são grandes as dificuldades de estabilização, sendo que o índice de abandono permanece alto, demandando, por isso, investigação constante em busca de conhecimentos que embasem ações em prol do desenvolvimento.

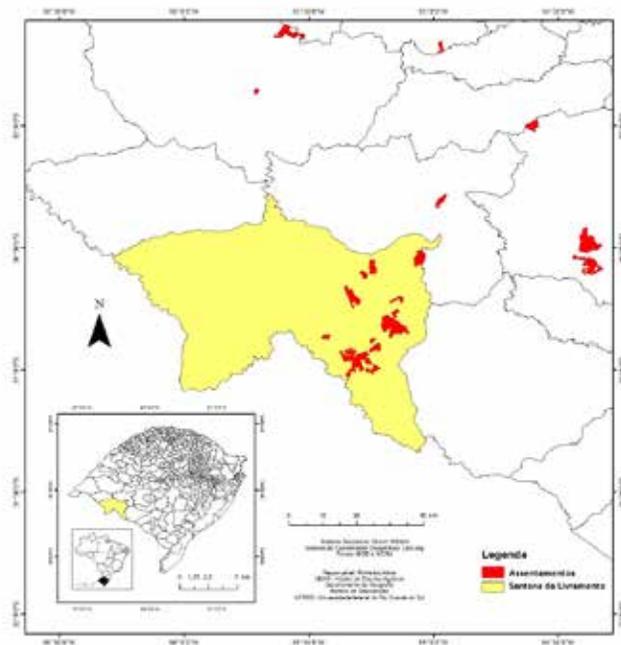


Figura 1 – Localização de Santana do Livramento.

Fonte: INCRA.

1 Por uma Perspectiva Territorial

Na proeminência das discussões sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990, substantivou-se, conforme Saquet e Spósito (2008), uma perspectiva que busca conciliar a produção de mercadorias com a recuperação e a preservação do ambiente; valorizar o lugar de forma articulada com processos mais gerais e amplos em escalas como a nacional e/ou internacional. Conforme esses autores, esta perspectiva se dá em uma ótica de valorização da organização política e do envolvimento dos sujeitos, da formação/educação, do planejamento e gestão, das redes de cooperação e das identidades como fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, sendo esta “uma concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder” (SAQUET e SPÓSITO, 2008, p. 15).

Esta abordagem é caracterizada como uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial. Destacam-se assim as redes de circulação e comunicação, as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente constituídas, segundo Saquet e Spósito (2008). A partir desta concepção embasada em diferentes áreas do conhecimento como a geografia, a sociologia e a economia, é que se constituiu o desenvolvimento territorial (SAQUET e SPÓSITO, 2008), incorporando um forte caráter político e, simultaneamente, “uma perspectiva de desenvolvimento em rede, em favor do uso mais apropriado da natureza, de pequenas e médias empresas, da cooperação, das identidades locais, entre outros” (SAQUET e SPÓSITO, 2008).

Considerando, pois, as ideias de Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis, autores considerados como referência internacional sobre as questões do território e do desenvolvimento, é que Saquet e Spósito (2008) colocam que as interpretações do território e as iniciativas de desenvolvimento territorial precisam, indispensavelmente, considerar os seguintes elementos/componentes e processos:

A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extralocais, que significam relações de poder

efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especificidades; O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais, em unidade; A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem; A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas; A valorização dos saberes locais e das identidades; A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar; A produção ecológica de alimentos; A organização política local, com vistas à conquista de autonomia; A diminuição das injustiças e das desigualdades sociais, dentre outros (SAQUET e SPÓSITO, 2008, p.28).

Assim, de forma resumida, para Saquet e Spósito (2008, p.29), “discutir e estabelecer ações de desenvolvimento territorial significa ter uma compreensão renovada e crítica do território, da territorialidade e do desenvolvimento”. Destacam que é preciso, ao invés de condicionar os lugares às técnicas e às tecnologias do chamado mundo moderno, como foi (e é) característica do modelo de desenvolvimento convencional, é necessário, ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, às suas especificidades histórico-geográficas, ou seja, territoriais, no intuito de concretizar ações de desenvolvimento territorial com autonomia.

Neste sentido, em âmbito rural, como destacam Santos e Marschner (2008), a complexidade do desenvolvimento territorial é composta pelas dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais do “campo” de forma integrada, sendo este (o campo) visto como um espaço e modo de vida, ou seja, um território. Para os referidos autores, no rural, este desenvolvimento se materializa na sustentabilidade e na soberania alimentar; e na utilização de práticas agroecológicas.

É, pois, sob a luz do entendimento claro de ambiente, território e desenvolvimento que serão abordadas as especificidades da reterritorialização das famílias assentadas em Santana do Livramento e a consequente transformação do território.

2 A Reterritorialização de famílias de agricultores assentados no município de Santana do Livramento/RS

Para que se compreenda as transformações ocorridas se faz necessário resgatar o processo histórico da formação territorial e da organização do espaço agrário de Santana do Livramento.

Para identificar a produção do espaço agrário deste município, “é necessário partir dos primórdios da ocupação e incorporação do Brasil meridional aos interesses do sistema colonial português” (CHELOTTI, 2005, p. 54). O marco na ocupação desse espaço são as missões jesuíticas, localizadas nas proximidades do Rio Uruguai - noroeste gaúcho, organizadas pelos espanhóis; e a formação da Colônia do Sacramento (origem da atual República Oriental do Uruguai), pelos portugueses, cujo domínio ora era da coroa espanhola, ora da coroa portuguesa (CHELOTTI, 2005).

No entanto as constantes invasões dos bandeirantes a procura de ouro, pedras preciosas e índios para escravizar, contribuíram para que os jesuítas abandonassem as missões, o que ocorreu nas evacuações de 1637 e 1638, quando ficou solto nos campos do sul o gado bovino criado nas reduções (ALBORNOZ, 2000). Esse gado se multiplicou e se expandiu para o sul, onde encontrou fartura de água e pasto, dando origem a “Vacaria Del Mar” (CHELOTTI, 2005).

Cabe destacar que a faixa de terras que inclui o atual espaço agrário de Santana do Livramento não foi povoada por portugueses e nem espanhóis até o início do século XIX, já que era uma fronteira indivisa, sem limites certos. Com a Vacaria del Mar e ao mesmo tempo a sua permanência como espaço indiviso e sem povoações houve o fomento para o contrabando de couro e gado se formando uma sociedade constituída parte por portugueses, parte por charruas, aventureiros castelhanos e índios cristãos (ALBORNOZ, 2000). O que se percebe então é que as pradarias desta região foram primeiro território de caça dos charruas, depois estâncias missioneiras e, após, local de preia (caça) ao gado que se desenvolvia e que passaria a ser a principal característica da região (ALBORNOZ, 2000).

A ocupação do espaço onde hoje está o município de Santana do Livramento, só foi ocorrer em 1811, a partir do acampamento militar de

São Diogo e se estabelece com a distribuição das primeiras sesmarias em 1814 (ALBORNOZ, 2000). De acordo com Albornoz (2000) foram às sesmarias que fixaram ao solo os estancieiros/militares, defendendo, além da pátria, seus próprios interesses, formando juntamente com escravos e peões da estância uma unidade militarizada, que garantia a posse da terra. Por isso, pode-se dizer que a formação territorial de Santana do Livramento está diretamente ligada a consolidação das fronteiras entre Brasil e Uruguai (CHELOTTI, 2005).

Nestas sesmarias, se desenvolveu uma pecuária de corte extensiva. Esta atividade estava primeiramente associada ao “saladeiro” (charqueada) e, depois, à industrialização da carne bovina voltada para a exportação. Esta última fase possibilitou, no início do século XX, a inserção desse município na divisão internacional do trabalho, através da aplicação de capitais ingleses e norte-americanos e a instalação do frigorífico Armour no ano de 1917, que adquiriu através da compra a maior charqueada local, a Anaya-Irigoyen (CHELOTTI, 2005; ALBORNOZ, 2000).

Portanto, desde os primórdios das ocupações desta porção do pampa, atualmente território de Santana do Livramento, até meados da década de 1960, a pecuária enquanto atividade que se adaptou muito bem ao ambiente do pampa teceu ao longo de séculos, relativa harmonia em relação ao bioma. Por isso, pode-se afirmar que, nesta dimensão, houve uma aproximação com a sustentabilidade. No entanto, a partir da implantação das estâncias, através da concessão de sesmarias, é sabido que outras importantes dimensões foram e ficaram à margem em razão da concentração de terras e de renda, características ainda marcantes em toda a campanha gaúcha.

Porém, na metade do século XX, com a saída dos frigoríficos do pampa devido ao fim da Segunda Guerra Mundial (principal fonte de mercado consumidor para seus produtos) e a crise dos estancieiros, a dimensão sustentável que era representada até então pela pecuária extensiva cedeu espaço às grandes monoculturas de arroz e soja através do arrendamento, o que provocou graves impactos ao bioma Pampa.

A década de 70 foi, portanto, palco de importantes modificações no espaço agrário do município, presentes em decorrência da modernização

da agricultura e sua expansão em direção à Campanha Gaúcha, através das lavouras de arroz irrigado, soja e do cultivo de uvas para a produção de vinhos, conforme Chelotti (2005).

Mas a década de 90 imprime novas feições ao espaço agrário de Santana do Livramento com a territorialização da luta pela terra na campanha gaúcha e a consequente instalação de assentamentos rurais provocando “uma complexa rede de relações, que se moldaram no decorrer de sua produção socioespacial” (CHELOTTI, 2005, p. 53).

O ano de 1991 é o marco das mudanças no espaço agrário da Campanha Gaúcha, pois foi quando o MST realiza sua primeira ocupação no município de Bagé. Uma nova reorientação é dada às ações do MST que deram início à penetração da luta pela terra no reduto latifundiário gaúcho. É importante ressaltar que alguns fatores corroboraram para esta nova orientação do MST, tais como a crescente dificuldade de localização de imóveis desapropriáveis em outras áreas do Rio Grande do Sul, os debates entre INCRA e FARSUL sobre os índices de lotação da pecuária e a institucionalização da Campanha Gaúcha (1999 – 2002) como área prioritária para a reforma agrária, por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul (CHELOTTI, 2009; NAVARRO, 1996).

Como resultado desse somatório de fatores, a Campanha Gaúcha e em especial Santana do Livramento, passou a concentrar número considerável de assentamentos. Percebe-se assim um deslocamento geográfico das pressões do MST.

Os principais conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, deslocaram-se para a Campanha Gaúcha, berço do espaço latifundiário, onde somente em meados da década de 1990, o MST conseguiu se territorializar. As dezenas de assentamentos rurais existentes na região foram conquistas pontuais do movimento no “coração” do latifúndio gaúcho, possibilitando a territorialização da luta pela terra (CHELOTTI, 2009, p.137).

Deste modo, como destaca Chelotti (2009), a paisagem da campanha gaúcha formada por campos naturais, característicos do bioma pampa, pelas estâncias de criação e pelo modo de vida típico do gaúcho, assegurou

a essa região uma identidade singular, associada ao espaço latifundiário e a seus elementos simbólicos. Porém, a década de 90, traz ao Pampa novos elementos socioculturais a partir da territorialização da luta pela terra, do assentamento de centenas de famílias de agricultores em propriedades adquiridas pelos governos federal e estadual.

A reterritorialização camponesa na região se fez presente através da manutenção da identidade territorial² desses sujeitos, em sua maioria oriundos de outros espaços do Rio Grande do Sul. Esses camponeses vindos, principalmente da porção norte, expressaram no novo território elementos socioculturais de seus antigos territórios de vida (CHELOTTI, 2010). São mudanças fortes no tradicional espaço caracterizado pelo latifúndio, pelo camponês fronteiriço e pelo arrendatário capitalista da terra.

Santana do Livramento recebeu os primeiros assentamentos no ano de 1991 (CHELOTTI, 2005). São 30 assentamentos, o município com maior concentração do estado, com famílias de trabalhadores rurais que estabeleceram neste território conquistado uma nova vida, criando e recriando seus espaços (CHELOTTI, 2005).

Medeiros (2007) identifica aí um processo de des-re-territorialização, onde em um primeiro momento houve a des-territorialização, relacionada à exclusão dos camponeses durante o advento da modernização agrícola na metade norte a partir da década de 1960 e, em um segundo momento, a reterritorialização desses pequenos produtores familiares na campanha gaúcha no início da década de 1990, através da luta pela terra, em um espaço onde se configura o domínio da pecuária e do latifúndio.

Nesse contexto, ao analisarmos como se deu esses processos, deterritorialização – reterritorialização torna-se claro que um território representa para o indivíduo que nele habita o seu “espaço de vida”, espaço este onde ocorrem as relações entre os indivíduos nas diversas escalas. Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

Essas características podem ser percebidas na história do assentado **L.C.** (61 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós), que retrata

a busca por melhores condições de vida. O assentado conta, que primeiramente trabalhava com o pai, depois que casou conseguiu comprar um “pedacinho de terra” de cerca de 9 hectares, porém este era cheio de pedras, aproveitando-se para trabalhar apenas 2 ou 3 hectares, e “com a família crescendo não tinha mais condições e o jeito foi acampar”.

Da mesma forma, as falas a seguir retratam realidades semelhantes:

- *“Meu pai e minha mãe sempre foram da área rural, sempre trabalharam com agricultura, só que eles nunca tiveram terra, eles tinham só a vontade de trabalhar e eles tavam cansados de não ter o seu lugar, vinham trabalhando de arrendatário, arrendando um pedaço, trabalhavam feito uns escravos, levantavam as 5 da manha e voltavam de noite para casa, trabalhando nas terras dos outros” (J.P, 25 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).*

- *“A gente era de uma área indígena, e ai quando houve a retomada da questão das terras, levou um tempo para se concretizar um processo de indenização e tal e daí o pai disse eu não vou ficar esperando” (M.R.L., 31 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).*

Estas histórias retratam alguns exemplos que impulsionaram os sujeitos entrevistados na busca de um novo espaço de vida, situações distintas que geraram insatisfações e fizeram com que famílias ou sujeitos individualmente aderissem à luta pela terra através da entrada no MST.

Nesse sentido, nos remetemos a Corrêa (1996), que explica que a desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado ou vivido em razão de processos capazes de desfazer um território e a reterritorialização consequentemente representa a criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial de um antigo território, seja por meio da recriação em outros lugares de um novo território, porém que contenha características do antigo território.

Esse processo de desterritorialização e sua consecutiva reterritorialização, ou a conquista de um “novo lugar”, também é explicado por Saquet (2009, p. 216): “Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente no lugar”.

Essas características colocadas por Saquet podem ser claramente

percebidas nas falas dos sujeitos que explicam a mudança de suas famílias para o novo lugar:

- *“Eu acho que toda a mudança é positiva, mas foi totalmente diferente o local, tudo, [...] foi um baque de realidade muito grande, tanto que até os 4, 5 primeiros anos meus pais pensavam em voltar [...]. Era totalmente diferente daquela realidade, cultura diferente, culturalmente as pessoas são diferentes, uma forma totalmente diferente de como é na nossa região. Mas hoje fala com meu pai e minha mãe eles não querem nem saber de sair daqui”* (J.P, 25 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

- *“Sempre quando a gente vai falar dá uma saudade imensa, porque era muito diferente, principalmente a questão de paisagem. Eu sinto muita falta porque eu venho de um lugar quer era só mato e aí quando eu cheguei no assentamento, a gente chegou de noite, eu não dormi a noite porque eu queria ver o lugar, quando eu vi me deu um desespero, tu não via nada, não tinha nenhuma árvore, 3, 4 paraíso que era o cinamomo, hoje posso dizer que eu gosto muito de morar aqui”* (M.R.L., 31 anos / Assentamento no PA Cerro dos Munhós).

As falas dos assentados demonstram as dificuldades de adaptação ao novo território. Desta forma, percebe-se que a territorialização não é espontânea, é necessário um determinado tempo para se adaptar a nova realidade, ao novo espaço de vida. Nesse contexto, Saquet coloca que “o território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)” (SAQUET, 2009, p. 212).

O processo territorializante é um processo dinâmico que envolve a desterritorialização e a sucessiva reterritorialização. Simploriamente a desterritorialização refere-se ao movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997b *apud* HAESBAERT, 2004). Portanto, trata-se de um processo consecutivo, toda desterritorialização implicará em uma reterritorialização.

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro,

há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização–desterritorialização–reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

No caso da reterritorialização dos assentados entrevistados, seus espaços de vida são recriados levando em conta elementos que levaram a sua desterritorialização, a busca de uma melhor qualidade de vida no campo, através da luta pelo acesso a terra. Essas características também podem ser percebidas nas comparações através de expressões retiradas das falas dos sujeitos entrevistados ao falarem sobre seu “antigo” lugar e seu “novo” lugar (Quadro 1), expressando o significado da conquista da terra no processo da territorialização.

Quadro 1 – Expressões relativas aos territórios dos assentados

“Antigo” lugar	“Novo” lugar
Insustentável	Autonomia
Relação de peão	Liberdade
Ilusão	Relação de patrão
Lugar que não era seu	Maior nível de vida
Trabalhando muito em terras dos outros	Auto-sustento
Escravos	Lugar para morar
Agregados	Ambiente melhor
	Qualidade de vida
	Conquista
	Bem melhor
	Não abro mão daqui

Fonte: Pesquisa de campo NEAG (2012/ 2013).

A partir da comparação entre as expressões relativas ao “Antigo” e ao “Novo” lugar, percebe-se claramente que a conquista, a reterritorialização, ou a mudança para o “Novo” lugar, representa a conquista do espaço de vida. Essa conquista também é percebida através das falas dos assentados,

demonstrando o sentimento de pertencimento ao novo lugar e a satisfação relativa a melhoria das condições de vida:

- “[...] eu deixei de trabalhar de empregado, foi positivo de vim para cá, pelo menos hoje eu não sou mandado por ninguém” (M.D.B. – 58 anos / Assentamento no PA Fidel Castro).

- “[...] nós temos mais coisas que antes nós tinha, nunca tivemos[...]. Foi bem melhor aqui, por mais que eu ainda tenha saudades do meu lugar” (G.C. – 57 anos / Assentamento no PA São Leopoldo).

- “nunca tive uma vaquinha, agora tenho, nunca vendi leite, agora vendo, é melhor, tenho a minha casinha, que é minha mesmo, lá era do patrão, se o patrão dissé - tu tem que sair hoje a gente tinha que sair e aqui não” (Z.S. – 54 anos / Assentamento no PA São Leopoldo).

Assim, podemos perceber que a reterritorialização para os assentados representa uma conquista almejada por esses sujeitos.

3 Os Assentamentos de Santana do Livramento/ RS: características, limites, experiências positivas e potencialidades

Santana do Livramento, município localizado na porção oeste do estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do levantamento da capacidade de uso da terra no Rio Grande do Sul³ (1985), cerca de 56,3% das terras do município são constituídos por solos rasos (Neossolos Litólicos), com predomínio de pecuária extensiva em grandes propriedades; 9,8% da área do município caracteriza-se pela presença de solos de várzea, onde se desenvolve a rizicultura; 32,4% da superfície do município possui solos de maior profundidade (Argissolos) que permite maior variedade de cultivos, muito embora ainda sejam frágeis e sujeitos à erosão.

A estrutura fundiária do município caracterizava-se no ano de 2006 por um número significativo de estabelecimentos com área entre 20 e 100 ha que, no entanto ocupavam apenas 7% da área total do município, enquanto os estabelecimentos com área igual ou superior a 500 ha ocupavam 74% da superfície de Santana do Livramento (Tabela

1). Como o módulo fiscal do município é de 28 ha, observa-se que 23% dos estabelecimentos são menores que seu módulo fiscal estabelecido e que é nos estabelecimentos de grandes dimensões, com área superior a 20 módulos fiscais, que se desenvolve a pecuária extensiva.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Santana do Livramento.

Área (ha)	Estabelecimentos	%	Área total	%
Até 20	599	23	5011	1
De 20 a 100	1206	47	44.217	7
De 100 a 500	422	16	108.223	18
De 500 a 1000	183	7	130.515	21
De 1000 a 2500	154	6	228.853	37
A partir de 2500	29	1	98.900	16
Total	2.593	100	615.719	100

Fonte: Censo agropecuário 2006, IBGE.

A concentração fundiária é, pois, a característica de Santana do Livramento que ao mesmo tempo e contraditoriamente é também o município com a maior concentração de assentamentos do Rio Grande do Sul.

O número de assentamentos criados em Santana do Livramento, segundo os dados do INCRA (2011), já chegam a um total de 30, considerando que 21 foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 09 foram criados pelo governo estadual do Rio Grande do Sul, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Assentamentos de Santana do Livramento registrados pelo INCRA.

	Nome do Projeto	Área (há)	Nº de Famílias
PA	FIDEL CASTRO	1.499,88	58
PA	LEONEL BRIZOLA	353,3421	13
PA	31 DE MARÇO	301,8543	12
PE	RINCÃO DA QUERÊNCIA	202,1173	8
PE	PARAISO II	136	7
PE	ROSELI NUNES	1.742,37	63
PE	CONQUISTA DO CERRO DA LIBERDADE	2.475,57	85
PE	NOVA MADUREIRA	596,8172	24

PE	TORRÃO	505,5424	22
PE	UNIÃO RODEIENSE	387	24
PE	NOVA ESPERANÇA	1.216,00	43
PE	ESPERANÇA DA FRONTEIRA	422	22
PA	SEPÉ TIARAJÚ III	1.340,71	43
PA	SÃO JOÃO II	782,8475	33
PA	HERDEIROS DE OZIEL	997,2834	43
PA	BANHADO GRANDE II	258,3857	11
PA	IBICUÍ	1.374,64	65
PA	CAPIVARA	693,8513	26
PA	RECANTO	665	23
PA	FRUTINHAS	565,28	20
PA	POSTO NOVO	665	21
PA	SANTA RITA II	697	22
PA	SÃO JOAQUIM	1.040,10	37
PA	SANTO ANGELO	481,4177	17
PA	APOLO	950,0589	35
PA	BOM SERA	747,8745	26
PA	COQUEIRO	980,1012	35
PA	JUPIRA / SÃO LEOPOLDO	1.264,00	45
PA	CERRO DO MUNHOZ	1.577,00	67
PA	PAMPEIRO	1.338,81	50

Fonte: INCRA, 2011.

Segundo a COPTEC de Santana do Livramento, a principal produção dos assentamentos é a produção de frutíferas (Quadro 3) e de leite.

Quadro 3 - Produção de frutíferas nos assentamentos de Santana do Livramento

Frutífera	Área (ha)	Nº de famílias	Produtividade	Cultivares
Pêssego (Prunus pérsica L)	19,0	24	4,0 t/ha	Granada,Eldorado,Esmeralda,Marli,Chimarrिता;Maciel
Uvas Viníferas (Vitis vinífera L.)	8,0	11	2,0 t/ha	Cabernet Sauvignon, Merlot e Tannat
Uvas de Mesa (Vitis labrusca L.)	8,5	17	2,5 t/ha	Niagara branca e rosada, Concord(francesa),Preta
Figo (Ficus carica L)	2,5	06	1,5 t/ha	Roxo de Valinhos
Pera (Pyrus communis L. e pyrus pyrifolia)	5,0	09	5,6 t/ha	Willians, Packans, Kíffer (ferro), Le Conte, Asiáticas e Japonesas (Hossui, Kossui, Séc XX)
Ameixa(Prunus)	3,2	13	4,0 t/ha	Variadas
TOTAL	46,2	80	19,6 t/ha	

Fonte: COPTec.

No entanto, a produtividade das frutíferas nos assentamentos é ainda considerada baixa assim como o número de famílias envolvidas. A comercialização, principalmente das frutas de mesa apresenta grandes dificuldades em virtude da distância dos assentamentos até o centro consumidor mais próximo além de enfrentar forte concorrência com as frutas importadas vindas principalmente do Uruguai. Com relação ao pêssego, por exemplo, a qualidade produzida nos pomares dos assentamentos deveria ser destinada principalmente para a indústria, mas a região carece deste tipo de beneficiamento e parte da produção é consumida in natura e parte é perdida no próprio lote do assentado. A presença de uma agroindústria poderia dar um retorno financeiro maior aos assentados ao mesmo tempo que atrairia outras famílias no desenvolvimento desta atividade.

Este é o cenário produtivo de Santana do Livramento/RS, com 30 assentamentos localizados em seu espaço agrário, heterogêneo em sua matriz produtiva que é baseada na criação de gado para corte e na pecuária leiteira desenvolvida em campos nativos, acompanhada pela suplementação com plantio de pastagens (aveia, azevém e milho). A produção leiteira dos assentamentos, base para sua reprodução, é recolhida pelo caminhão-

tanque da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE) e entregue na unidade recebedora de leite de uma empresa instalada na localidade de Palomas, à margem da BR 158. Esta atividade é a maior fonte de renda dos assentamentos e o objetivo da cooperativa, em longo prazo, é obter maior autonomia e com a criação de uma agroindústria agregar maior valor ao produto.

A heterogeneidade é marcada ainda pela produção de soja e de milho praticada ainda em alguns assentamentos e que contrasta com a produção para a subsistência de outros assentados. Neste contexto da agricultura familiar é que se desenvolve, de forma individual, a horizicultura, a fruticultura, a horticultura, a apicultura e a piscicultura. É marcada a baixa frequência de organizações coletivas entre os assentados.

É importante ressaltar que a produção para a subsistência não é uma opção das famílias assentadas, mas foi algo que se impôs em decorrência da presença de alguns limites tais como a distância dos assentamentos dos centros consumidores, a precariedade das estradas, a ausência de transporte coletivo, a dificuldade de comunicação com a assistência técnica, entre outros. Mas é essencialmente esta produção de subsistência nos assentamentos que garante a alimentação das famílias.

Dentre os limites, cabe destacar aqueles que são de ordem natural e que, segundo os assentados, dificultam suas práticas agrícolas. São eles a falta de água com a ocorrência de estiagens regulares, a presença de manchas de areia e de campos ralos. Já foram adotadas algumas medidas para minimizar as dificuldades relacionadas à fertilidade do solo tais como adubação e plantio direto⁴ e a agricultura orgânica⁵. Os resultados foram significativos na vida dos assentados, tanto culturais como econômicos, pois houve melhoria na produção e menor impacto no ambiente. No entanto, reforçam a carência de assistência técnica, que se acontecesse para todos os assentamentos ajudaria a melhorar não só a produção, mas, sobretudo reforçaria sua identidade com o campo. Sua opção pela agricultura ecológica foi à forma de viabilizar o sustento da família.

Esta situação se agrava pelo fato de que a maior parte dos agricultores assentados tem suas origens em outras regiões do estado, com características ambientais e culturais muito diferentes. Esse fator, também

limitante, é muitas vezes o responsável pelas perdas na produção resultante do manejo inadequado do solo, uma vez que esse novo meio onde foram instalados lhes oferece possibilidades produtivas distintas daquele de onde vieram. Embora a assistência técnica para os assentamentos seja dada pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTec), a mesma tem dificuldades em atender as demandas dos assentados devido à falta de recursos e de técnicos, inclusive para custear e organizar oficinas divulgando experimentos e práticas. Esta carência provocou o descrédito das famílias em relação à assistência técnica prestada pela mesma com a manutenção do manejo inadequado do solo (queimadas e pacotes tecnológicos), associado à falta de conhecimento do novo lugar onde foram instalados e o imediatismo para obtenção de resultados.

Além disso, como já mencionado, em Santana do Livramento verificou-se uma carência de cooperação coletiva, tanto na produção como na comercialização. A cooperativa dos assentados do município (COPERFORTE), responsável apenas pelo recolhimento do leite e sua distribuição, evidencia a especialização da produção e a dependência dos assentados em relação à empresa receptora do leite, cuja atuação é limitante e impeditiva para os agricultores diversificarem seus produtos para comercialização.

Segundo os assentados, a terra dá os sinais daquilo que pode produzir. Para eles *a terra pode apodrecer, e nesse caso precisa ser lavada mesmo e alimentada*. Seus resultados positivos se expressam na cadeia produtiva construída entre os assentados que não só protege o ambiente, mas, sobretudo a saúde das famílias. Para alguns assentados eles “*estão nos céus*” e erradicar a monocultura de soja foi uma das medidas necessárias para chegar a este estágio.

Os resultados positivos das experiências dos assentados de Santana do Livramento em busca de sua manutenção na terra conquistada, de sua reprodução no território, foram marcadamente a segurança alimentar gerada através do cultivo e consumo de alimentos saudáveis e de qualidade; o resgate e a preservação de espécies nativas que se refletem também na melhoria dos solos e na proteção do Bioma Pampa; a adubação orgânica largamente utilizada entre os assentados; a produção leiteira em pasto nativo e o plantio de espécies nativas.

Esta trajetória que envolve os agricultores assentados e atores engajados no fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento territorial, evidencia potencialidades a partir da transição agroecológica, da agricultura tradicional com baixa utilização de insumos externos, do crescimento da apicultura e da prática do artesanato.

Embora muitos limites tenham surgido neste processo, alguns mais gerais e tradicionalmente enfrentados pela agricultura familiar e outros mais específicos e ligados ao ambiente, ao território local e aos saberes dos próprios agricultores, surgiram iniciativas e se evidenciaram potencialidades de reprodução no território e de desenvolvimento territorial.

Considerações Finais

Neste breve relato foi possível compreender os avanços e recuos nos assentamentos de Santana do Livramento. Fatores externos provocaram a alteração no sistema de cultivo, novas alternativas de produção passaram a ser buscadas e implantadas pelos assentados que, inviabilizados pelo isolamento, souberam encontrar os meios para sua sobrevivência e para a construção de seu novo território.

A construção de uma nova identidade com este lugar desconhecido, estranho e avesso a suas antigas práticas agrícolas foi difícil e necessitou de muita coragem e um forte desejo de construir um novo território. O período técnico-científico informacional que já fazia parte de suas vidas foi re-construído sob uma nova ótica onde o ambiente passou a ser respeitado, pensado enquanto fator que limitava mas que ao mesmo tempo estimulava a novos conhecimentos. O espaço que aparentemente parecia cristalizado em relação a sua forma de exploração, descristalizou-se e reconstruiu-se de formas a não mais separar os atores do cenário onde atuam. Estes atores construíram um novo cenário a partir da compreensão, do entendimento do mesmo. É, portanto uma modernização que ocorreu no final do século XX, não aquela que transformou através de relações capitalistas de produção, mas sim uma modernização que busca o equilíbrio entre aquele que produz o que é produzido e onde é produzido. Esta é a modernização

que se busca e que deve sim cristalizar-se enquanto territórios construtores de conhecimento, de produção, de manutenção do homem na terra.

Os assentados de Santana do Livramento, instalados no final do século XX, transformaram a paisagem do Pampa Gaúcho, mostraram que as dificuldades podem ser superadas através de uma nova prática agrícola pois construíram seu território que é o seu chão, sua identidade, e onde efetuam suas trocas materiais e espirituais de suas vidas.

Notas:

1 Pampa, palavra de origem quíchua, é o nome dado as planícies de vegetação rasteira que ocorrem no Rio Grande do Sul e nos países do Prata, associado à ocorrência de pastagens que também se denominam savanas, estepes ou simplesmente campo (este termo mais adequado). Já Campanha, que vem de campo, distingue a porção das terras baixas no Rio Grande do Sul, baixas em comparação ao Planalto, dividindo assim o estado sulista em duas metades, sul e norte respectivamente. A Campanha vem a ser a porção do pampa brasileiro. Sua característica principal é a extensa área de pastagem onde se desenvolveu a atividade pastoril de ovinos, vacum e cavalar. (FONTOURA, 2006, p.1).

2 A identidade territorial é entendida na definição de Haesbaert (1999, p. 172), como “uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”.

3 Rio Grande do Sul. 1985. Secretaria da Agricultura. Manual de Conservação do Solo. 3 ed. atualizada. Porto Alegre. 287 p.

4 O Sistema Plantio Direto (SPD) é um sistema de manejo do solo onde a palha e os restos vegetais são deixados na superfície do solo. O solo é revolvido apenas no sulco onde são depositadas sementes e fertilizantes. As plantas infestantes são controladas por herbicidas. Não existe preparo do solo além da mobilização no sulco de plantio. **Plantio Direto Caminho para a agricultura sustentável** <http://www.iac.sp.gov.br/Tecnologias/PlantioDireto/PlantioDireto.htm>

5 Agricultura orgânica é o sistema de manejo sustentável da unidade de produção com enfoque sistêmico que privilegia a preservação ambiental, a biodiversidade, os ciclos bioquímicos e a qualidade de vida humana.

Referências

- ALBORNOZ, V. P. L. **Armour**: uma aposta no pampa. Sant'Ana do Livramento, s/Ed, 2000.
- CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 1, n. 3, p. 53 – 70, jan/jun. 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território**: Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em maio de 2012.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.
- NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.
- SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. P.15 – 32.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SANTOS, R. A.; MARSCHNER, W. Identidade territorial e desenvolvimento: a formulação de um plano territorial de desenvolvimento rural sustentável no sudoeste do Paraná. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. P.95 – 116.



Conflitos socioambientais em áreas de preservação permanentes do assentamento Nova Batalha, Vacaria/RS

Pâmela Corrêa Peres

Introdução

Ao longo de sua trajetória, a política de reforma agrária implementada no Brasil priorizou a resolução de conflitos fundiários pontuais, com ênfase na distribuição de terras. No entanto, para que seja concretizada uma reforma agrária socialmente justa, sob a égide da sustentabilidade, deve-se considerar além dos aspectos socioeconômicos da questão fundiária, incorporando a variável ambiental em todo o processo, da obtenção de terras à implantação e operacionalização dos projetos de assentamentos, a fim de que não se reproduzam as mesmas condições que outrora originaram o atual contingente de agricultores sem terra.

Mesmo que em nível de discurso, tanto os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, quanto a política governamental, enfatizam a preocupação com a recuperação e preservação do meio ambiente. Parte dos assentamentos de reforma agrária, na realidade da organização de seus espaços, não consegue articular efetivamente as políticas ambientais e agrárias, tendo em vista a subordinação ao padrão moderno de agricultura quando da necessidade de garantir, de forma rápida, a resposta econômico-produtiva exigida pela sociedade.

Neste contexto, vislumbra-se a realidade socioambiental do assentamento de reforma agrária Nova Batalha, localizado no município de Vacaria-RS, cuja criação se deve à pressão social exercida sobre o Estado. Sua implantação nesse espaço, de estrutura agrária tradicional, buscou a resolução pontual do conflito fundiário, sem o planejamento apropriado das intervenções no meio físico.

A investigação, cujos resultados serão apresentados neste texto, reporta à pertinência e compatibilidade das práticas socioprodutivas dos agricultores assentados no Nova Batalha com os instrumentos legais de proteção das áreas de preservação permanente – APP. Cabe destacar que a opção por utilizar as APP como espaço de análise se deu em razão das mesmas serem de grande importância ecológica, haja vista, a manutenção da cobertura vegetal natural garantir a proteção dos mananciais hídricos, resguardar a biodiversidade do ecossistema, dentre outros benefícios. Soma-se a isso ser esta uma das principais preocupações quando da necessidade de adequação ambiental das unidades de produção familiar, principalmente após a exigência do licenciamento ambiental nos assentamentos de reforma agrária.

1 Caracterização socioespacial do município de Vacaria

O município de Vacaria, no qual o assentamento pesquisado está sediado, faz parte da região fisiográfica denominada Campos de Cima da Serra. Esta região está localizada no extremo nordeste do Rio Grande do Sul, na parte de maior altitude do estado.

Historicamente, os Campos de Cima da Serra foram explorados

pela atividade pecuária, no entanto, nos últimos anos, observa-se a expansão da produção de grãos, sobretudo a cultura de soja. A fruticultura também merece destaque na região, principalmente a cultura da maçã. Em comunidades com maior concentração de agricultores familiares é comum a produção de outras frutas como uva, ameixa, pêsego e laranja. Nos assentamentos de reforma agrária experiências com a produção de pequenas frutas (amora-preta, mirtilo, framboesa) estão apresentando resultados bastante promissores.

A gênese do município de Vacaria está intimamente ligada aos tropeirismo. O enorme rebanho bovino deixado pelos Jesuítas e as ótimas pastagens naturais atraíram tropeiros, cujas rotas tinham como ponto de passagem os Campos de Cima da Serra, constituindo grandes estâncias para recolher e explorar o gado xucro. Desta forma, ao longo dos caminhos abertos pelos tropeiros para levar o gado até São Paulo surgiram pousos e nucleações que foram o cerne do povoamento desta região. Essa dinâmica foi essencial para o desenvolvimento econômico de Vacaria, determinando também, a partir da lida campeira e do manejo do gado, as principais características culturais que marcam seus habitantes.

Com 2.123,683 km² de unidade territorial (IBGE, 2006) o município de Vacaria esta assentado no planalto rio-grandense, sobre sucessivos derrames basálticos, a uma altitude de 962 metros (sede do município). A altitude elevada é fator determinante para o clima da região, com verões brandos, invernos de frio intenso e chuvas regulares durante todos os meses do ano.

O município de Vacaria é banhado por rios pertencentes a duas sub-bacias hidrográficas distintas. Dentre os principais rios que cortam o território vacariense está o Rio Pelotas, que faz divisa natural entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e pertence à sub-bacia hidrográfica do Apuaê-Inhandava. Outro rio de relevância para o município, o Rio das Antas, faz parte da sub-bacia hidrográfica do Taquari-Antas, cujas águas desembocam no Guaíba.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), a população de Vacaria é composta por 61.342 habitantes, dos quais apenas 4.003 residem no campo. Em contraponto, o município de Vacaria, assim como toda a

microrregião a qual pertence, tem na atividade agropecuária desenvolvida no meio rural sua base de sustentação econômica. Logo, é pertinente observar a estrutura fundiária existente no município, apresentada na tabela 1.

Tabela 1 – Imóveis rurais de Vacaria por grupos de área.

Grupos de área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
Até 5	70	182
De 5 até 10	93	616
De 10 até 50	391	9.883
De 50 até 100	178	11.920
De 100 até 500	230	48.730
De 500 até 1.000	45	31.000
De 1.000 até 2.500	11	16.542
Mais de 2.500	4	12.219
Total	1022	131.092

Fonte: IBGE, 2006.

Verifica-se que a estrutura fundiária de Vacaria é heterogênea, coexistindo, tanto agricultores de pequeno porte sob regime de produção familiar, quanto grandes propriedades com processo produtivo intensivo em tecnologia e emprego de mão de obra assalariada. No entanto, mesmo ocupando somente 17% da área total, a grande maioria dos imóveis (72%) é composta de pequenas propriedades (até 4 módulos fiscais – 100 hectares). Esse dado revela a forte concentração fundiária do município, fruto do processo histórico de ocupação do território a partir da concessão de sesmarias. Também expõe a importância da agricultura familiar na dinâmica do espaço rural de Vacaria, que resiste à grande propriedade dedicando-se a pecuária familiar, a produção de alimentos para o autoconsumo, e mais recentemente a produção de pequenas frutas.

No território da agricultura familiar destacam-se os dois assentamentos de reforma agrária do município: o Nova Estrela e o Nova Batalha. Este último lugar onde foi realizada a pesquisa está localizado a aproximadamente 70 km da sede de Vacaria.

2 Vida e produção no assentamento Nova Batalha

O assentamento de reforma agrária Nova Batalha é de responsabilidade do poder público do estado do Rio Grande do Sul, tendo 10 famílias cadastradas como beneficiárias. Ao total, 34 pessoas residem no território do assentamento, 19 mulheres e 15 homens.

A trajetória de luta dessas famílias remete às onze ocupações de terra vivenciadas ao longo dos dois anos de acampamento, definidos pelas próprias como tempo de resistência, socialização política e, sobretudo, aprendizado. Mesmo passando dificuldades de alimentação e infraestrutura, foi no acampamento que aprenderam a se organizar coletivamente, desenvolveram laços de solidariedade e reciprocidade, e apreenderam o real significado da luta pela terra. Somente no ano de 1989 as famílias foram sorteadas para serem assentadas numa das áreas do antigo latifúndio de propriedade de Maximiliano Guerreiro Batalha, em Vacaria, distante 5 km do também recente assentamento Nova Estrela.

Faz-se pertinente esclarecer que, segundo os assentados entrevistados, o nome do assentamento não faz referência ao antigo proprietário das terras, mas sim a “nova batalha” a ser travada pela sobrevivência das famílias. Apesar da satisfação pela conquista da tão sonhada terra, a luta para resistir num local distante da cidade, com precária infraestrutura e recursos financeiros escassos, era constante. Durante o primeiro ano as famílias permaneceram sob barracos de lona, sem que nenhuma entidade lhes prestasse apoio. Para autoconsumo fizeram as primeiras lavouras, além de trabalharem como diaristas na colheita da maçã e dentre outros serviços. Também precisaram arrendar parte da área em troca de algumas cabeças de gado e ovelhas a fim de iniciar a criação e garantir a alimentação familiar.

As precariedades do local eram de toda a ordem. A rede elétrica, por exemplo, foi instalada após um ano, com as despesas de transformadores e rede até as casas pagas pelos próprios assentados. Os primeiros recursos financeiros chegaram em 1993, via Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária –PROCERA, mas tiveram que ser investidos conforme orientação do governo, sem que as demandas do assentamento fossem

consideradas. Desta forma, o nome Nova Batalha foi escolhido em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas nos primeiros anos do assentamento, configurando um novo processo de luta pelo estabelecimento de condições dignas de vida e produção.

A possibilidade de plantar e colher no seu próprio pedaço de terra e a esperança de se iniciar uma nova trajetória de vida contagiava a todos. Os lotes de 53 hectares têm a área distribuída em duas glebas de terra: uma de pouco mais de 3 hectares, próxima da via de acesso principal, onde construíram as moradias, e outra mais distante com aproximadamente 50 hectares. Esta última, em geral, apresenta condições naturais adversas ao processo produtivo, com relevo íngreme, solo pedregoso e bastante vegetação nativa (figura 1). Segundo relatos dos assentados, foi necessário “arrancar muita pedra pra poder tirar uns cantinhos pra trabalhar”, sendo preferível ser assentado numa terra mais arenosa, mas “que desse pra fazer o que a gente quer o que gostaria de fazer”.



Figura 1 – Paisagem do assentamento Nova Batalha.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Em razão das dificuldades de produção decorrentes das condições naturais, ao comentarem sobre a situação do meio ambiente antes do assentamento e as transformações observadas ao longo do tempo, foi

unânime a percepção dos assentados de que a natureza do território foi pouco modificada pelas atividades antrópicas. Todavia, noutros momentos da pesquisa, as falas permitiram inferir que o período no qual a intervenção em vegetação nativa foi mais intensa ocorreu no início da ocupação do assentamento. Quando as famílias chegaram à área comprada pelo poder público estadual, a imediata preocupação era produzir o suficiente para alimentação, cultivando produtos como o feijão e o milho, que fazem parte da cultura alimentar da agricultura familiar e podiam ser comercializados quando geravam excedente. Para o estabelecimento dessas lavouras, que ofereciam baixa rentabilidade por área, o corte seguido de queima da vegetação foi às primeiras práticas de intervenção sobre a cobertura vegetal nativa. Sem recursos financeiros para dispor de fertilizantes, quando a produtividade agrícola dos solos diminuía eram abandonados, permanecendo em pousio por algum tempo. Atualmente, devido aos entraves na comercialização e o baixo preço pago, as famílias não produzem mais milho e feijão para venda, e muitas das antigas áreas de cultivo deram lugar a regeneração natural da vegetação.

Igualmente, as culturas produzidas e o manejo utilizado precisaram ser adaptados ao clima local, pois algumas plantas tradicionalmente cultivadas por esses agricultores não resistem a baixas temperaturas. A mandioca, por exemplo, apresenta dificuldade de conservação das ramas no período de inverno em razão do frio intenso e das geadas constantes que acabam por danificar e comprometer a brotação destas no período de plantio. Por outro lado, a produção de pequenas frutas, em especial amora-preta e framboesa, despontou como uma alternativa viável para gerar renda, visto que, o território do assentamento tem altitude e clima adequados para a implantação de pomares dessas culturas, além destas serem pouco exigentes em termos de solos. Atualmente a produção de amora é a principal fonte de renda do assentamento, sendo este cultivo que mantém a reprodução social das famílias no território.

Contudo, mesmo que o cultivo de pequenas frutas se mostre economicamente viável, um dos principais desafios enfrentados pelas famílias continua sendo o de propiciar condições para que os jovens permaneçam no assentamento, visto que, inexistem espaços de organização

e recreação da juventude, como salão comunitário, campo de futebol, vôlei, etc. A falta de escola próxima também dificulta a consolidação do sentimento de pertencimento ao território, pois, para cursarem o segundo grau os jovens precisam se deslocar até Esmeralda ou morar em Vacaria, permanecendo um período prolongado fora do assentamento.

Além do acesso a espaços de socialização e à educação escolar em seu próprio território, para que os jovens permaneçam no campo é fundamental que eles se sintam integrados a todo sistema produtivo da unidade familiar. O trabalho na roça da família é importante, mas para fortalecer a posição social deste jovem e sua identidade de agricultor familiar, faz-se necessário que também lhe seja garantida autonomia para decidir e organizar. Neste sentido, democratizar os processos de planejamento e gestão da unidade de produção familiar, superando a estrutura de mando-obediência, permite que seja revelada a capacidade do jovem propor soluções e construir o cenário que melhor atenda as suas necessidades e perspectivas, preparando-o para a sucessão familiar.

A dinâmica social da comunidade contempla a inter-relação de formas de organização internas e externas ao assentamento. As formas de organização interna são constituídas por grupos de interesse, formados para dar suporte à vida social e produtiva a partir de informações, práticas e referências alimentadas pelo coletivo. Cabe salientar que a forte coesão social dos assentados, que mantêm relações de reciprocidade no cotidiano vivido, pode ser facilitada pelo grau de parentesco existente entre cinco famílias. Dentre as formas de organização externas que atuam e/ou influenciam no assentamento se destacam a Associação dos Produtores de Pequenas Frutas de Vacaria – APPEFRUTAS e a Associação de Máquinas Agrícolas. Cinco famílias do assentamento fazem parte da APPEFRUTAS, fato que viabiliza economicamente a produção, pois recebem apoio, principalmente, na logística do transporte e comercialização da produção.

A segurança alimentar e nutricional dos assentados é assegurada pela produção da maioria dos alimentos utilizados nas refeições diárias, dessa forma, poucos são os produtos alimentares que precisam ser comprados no comércio local, restringindo-se principalmente a farinha, açúcar, sal e café. Logo, uma produção agropecuária diversificada permite que uma

maior parte da renda obtida nos cultivos comerciais possa ser aplicada em outros setores da propriedade.

O milho e o feijão são os dois cultivos menos vantajosos, já que os custos de produção são elevados, sobrando pouca renda quando vendidos. Entretanto, esses cultivos são importantes para o autoconsumo das famílias, sendo usados como alimento humano e dos animais. A produção também é comprometida pelas condições climáticas da região, já que os invernos rigorosos atrasam os plantios dessas culturas.

Como já fora exposto, o principal cultivo comercial das famílias é a amora-preta, cujas primeiras experiências foram implantadas nos lotes de três assentados em 1997, com o incentivo dos técnicos do escritório municipal da EMATER. As poucas opções de comercialização e a necessidade de agregar valor ao produto são pontos de estrangulamento que devem ser trabalhados para a consolidação deste importante sistema produtivo. Mas a principal dificuldade relatada diz respeito ao cultivo sem o uso de agrotóxicos, pois os agricultores não conseguem controlar algumas pragas que estão acometendo os pomares, como a broca e a pérola-da-terra, necessitando, portanto, de assistência técnica com enfoque na agricultura de base ecológica. Salienta-se que o assentamento Nova Estrela possui uma agroindústria de pequenas frutas em conjunto com o Nova Batalha, no entanto, em razão de algumas divergências internas, maiormente políticas, as famílias deste último não a estão utilizando. A despeito das dificuldades, os assentados pretendem avançar mais na produção frutícola, aumentando a área cultivada de amora e framboesa, além de, dentro das possibilidades, introduzirem o cultivo comercial de outras frutas que se adaptam ao clima da região, a exemplo do caqui e pêssego.

A criação de pequenos animais (galinha, porco e ovelha) e de gado de leite é desenvolvida geralmente para autoconsumo, sendo pouco expressiva em termos de comércio. Todavia, caso houvesse investimentos para instalação e apoio no processo de legalização de uma agroindústria de pequeno porte, tanto para processamento de laticínios, quanto para fabricação de embutidos, as famílias assentadas expandiriam a produção.

A produção de miudezas (amendoim, pipoca, ervilha, cebola, alho, melancia, melão, hortaliças, etc.) e o cultivo de batata doce também

apresentam grande destaque. Ou seja, os produtos cultivados para autoconsumo são bastante valorizados pelas famílias, pois não precisam ser comprados e são saudáveis, cultivados sem o uso de agrotóxicos. Esses produtos não são cultivados em maior escala porque o custo do transporte até o centro consumidor (cidade de Vacaria e Esmeralda) é muito alto, inviabilizando a comercialização. O cultivo de hortaliças para comercialização ainda possui outro empecilho, que é a dificuldade dos pequenos produtores obterem licença para a construção de micro açudes, utilizados na irrigação desses cultivos. Isso se deve tanto à burocracia envolvida e demora do processo, quanto aos custos elevados para o cumprimento das obrigações exigidas.

Em relação às estruturas de apoio à agricultura familiar no município de Vacaria, que podem ser acessadas pelos assentados, se destacam duas iniciativas: 1) Patrulha Agrícola – presta serviços de mecanização agrícola nas propriedades familiares. Encontra-se bem estruturada, dispondo de diversas máquinas e equipamentos; 2) Mercado Público de Vacaria – criado em 1995, abrange uma área de 12.909,38 m² dividida em três espaços: a feira de hortifrutigranjeiros, o atelier e o artesanato. Participam da feira semanal agricultores vindos de cerca de dez municípios da região, sendo que a feira acontece todos os sábados pela parte da manhã. Apesar de ser um espaço disponível para a comercialização dos assentados nenhum deles o está utilizando, pois, como já fora exposto, o valor do frete até Vacaria torna inviável.

Após tantos anos de dedicação ao cultivo da terra do assentamento, uma importante reivindicação das famílias é a titulação de seus lotes. O instrumento legal que transfere o imóvel em caráter definitivo ao beneficiário da reforma agrária é o título de domínio, que só é concedido mediante verificação de que as cláusulas do contrato de concessão de uso foram cumpridas, como o impedimento de negociar a terra pelo prazo de dez anos. Cabe salientar que ao conquistarem o título de domínio as famílias serão desvinculadas do INCRA, ou seja, não terão acesso aos possíveis subsídios advindos da política de reforma agrária. Logo, é necessário que o órgão responsável avalie de forma meticulosa se as famílias possuem condições de serem emancipadas sem que a reprodução social

seja comprometida e, por conseguinte, suas terras fiquem vulneráveis às pressões do mercado imobiliário.

3 A distribuição dos principais usos da terra na paisagem do assentamento

Toda e qualquer intervenção antrópica demanda a utilização da terra, causando impactos ambientais mais ou menos intensos dependendo das práticas empregadas. No espaço rural, ao desenvolver os sistemas agrícolas, o manejo inadequado e o uso incorreto das terras sem conhecimento e planejamento ambiental dos recursos naturais podem acarretar perdas significativas e irreversíveis ao meio ambiente (Auzani, 2010). Além da desestruturação das propriedades do solo e consequente esgotamento de sua capacidade produtiva, a expansão das atividades agropecuárias para áreas cuja aptidão remete a preservação de fauna e flora (como as áreas de encostas e margens de rios), provoca pressão em ambientes naturalmente frágeis, ocasionando, dentre outros, perda da biodiversidade, desmoronamento de margens e sérios problemas de poluição das águas superficiais.

Para que se possa evitar/minimizar a ocorrência dos fenômenos acima mencionados faz-se indispensável, num primeiro momento, a caracterização e compreensão da organização do território, obtida através da análise do levantamento de uso da terra realizado na área de estudo, visto que, permite-nos identificar, espacializar e quantificar o estado de apropriação dos recursos naturais.

No mapa da figura 2 é possível observar o diversificado uso da terra do assentamento Nova Batalha, com destaque para áreas de campo nativo, que se distribuem em praticamente todo o território.

O campo nativo constitui a maior área de uso da terra no assentamento, com 343,6 ha (64,5% da área total), fato bastante previsível, considerando ser esta a principal cobertura vegetal da região. De acordo com Boldrini (2009), a diversidade florística dos campos desta região é extremamente alta, visto que, a influência da vegetação do Brasil Central e da região andina do sul da América do Sul propicia a coexistência de diferentes espécies de

gramíneas, resultando no aumento da diversidade e da qualidade forrageira dos campos naturais. Em contraponto, a manutenção das áreas de campo nativo no assentamento, sem convertê-las em lavouras, pode ser vinculada as dificuldades de mecanização (solos bastante pedregosos e relevo acidentado), associadas às dificuldades de comercialização da produção.

O campo nativo é então aproveitado para criação de gado, adotando as tradições regionais vinculadas à exploração pecuária. Além de garantir o auto-sustento alimentar de carne, leite e queijo, o gado é percebido como uma “poupança”, já que vende fácil quando precisam de dinheiro. Entretanto, por ser desenvolvida de forma extensiva, aproveitando a cobertura vegetal de campo nativo como pastagem para o gado, a ampliação do rebanho fica limitada a falta de alimento para os animais no período do inverno em razão da estacionalidade da produção forrageira.

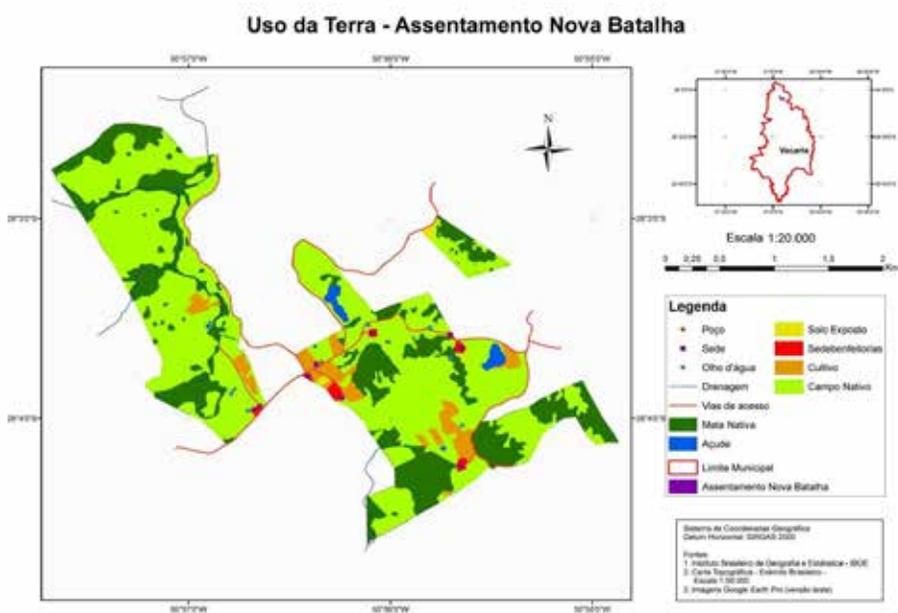


Figura 2: Mapa de uso da terra no assentamento Nova Batalha.

Fonte: IBGE/2008.

Org.: PERES, P. C.

A classe de uso da terra açude, que representa os reservatórios de água artificiais, ocupa cerca de 5,8 ha (1,1% do total do imóvel). Antes da implantação do assentamento não havia nenhum açude na área então ocupada pela antiga fazenda, atualmente, existem seis açudes distribuídos no interior das duas maiores glebas que formam o Nova Batalha. Dois deles possuem superfície de lâmina d'água superior a 1 ha, exigindo, portanto, o estabelecimento de faixa de APP. Isso denota um uso antrópico mais intenso do território, com o aumento de atividades produtivas que, por sua vez, demandam maior disponibilidade de água. Geralmente próximos às sedes dos lotes, os açudes existentes são utilizados para dessedentação animal e criação de peixes para o consumo familiar.

A classe cultivo abrange toda produção agrícola desenvolvida, de forma individual, pelas famílias assentadas, destacando-se: as lavouras de subsistência, como milho, feijão, batata doce, mandioca; as lavouras permanentes de amora e framboesa cultivadas para comercialização; e as pastagens plantadas. Se compararmos com outros assentamentos de reforma agrária a área de cultivo agrícola do Nova Batalha é bastante pequena, ocupando apenas 29,1 hectare (5,5% do total). O relato de alguns assentados expõe que a área de cultivos já foi maior em épocas anteriores, quando foi plantado feijão e milho para venda. No entanto, os elevados custos de produção associados às dificuldades de manejo da terra e de escoamento da produção os fizeram abandonar ou diminuir a área desses cultivos, dando lugar à regeneração natural. O cultivo de pequenas frutas, por sua vez, tem despertado um interesse crescente por parte das famílias assentadas, que gostariam de aprimorar o sistema e aumentar a área de produção, pois tais culturas apresentam boa rentabilidade por hectare cultivado.

Outra característica das áreas de cultivo que pode ser percebida no mapa de uso da terra é a proximidade das lavouras das sedes dos lotes. Tal fato pode ser associado à planitude do terreno nos arredores das moradias, além de permitir que na época da colheita, que é manual e demorada, as famílias possam trabalhar até mais tarde, pois não precisam se deslocar longos percursos.

A classe solo exposto está espacializada em 3 manchas, que ocupam somente 0,3% da área total (1,6 hectares). Estas áreas são caracterizadas por apresentarem pouco ou nenhum tipo de cobertura vegetal. Comumente encontram-se sem cobertura por estarem sendo preparadas para o plantio ou foram abandonadas por não possuírem mais condições de produção, ou seja, são áreas em pousio/regeneração.

Outro uso da terra identificado consiste nas vias de acesso, referindo-se às estradas internas que possibilitam o deslocamento às moradias, e aquelas que delimitam parte do perímetro do assentamento. A rede não é muito densa, mas cumpre seu papel principal, qual seja o de atender a necessidade de circulação das pessoas e dos produtos cultivados. Embora não possuam pavimentação, em geral apresentam boas condições de trafegabilidade. É relevante considerar que as estradas são fontes potenciais de poluição difusa podendo representar, segundo Minella (2007), mais de 30% dos sedimentos carregados durante as chuvas para os canais de drenagem e açudes. Como as estradas são terrenos de pouca ou nenhuma infiltração de água, se constituem verdadeiros canais que aumentam a energia cinética da enxurrada. Logo, quando mal localizadas, as estradas alteram a dinâmica hidrológica da bacia de drenagem provocando novos fluxos superficiais (Pelegriani, 2011). No Nova Batalha, alguns trechos das estradas foram inadequadamente alocados no sentido da pendente, ou seja, cortando as curvas de nível. À vista disso, para que o escoamento superficial gerado por essas estradas não contribua para o assoreamento dos cursos d'água, como dificilmente elas serão realocadas, é pertinente que seja feita manutenção periódica, visando o controle e direcionamento adequado das águas das chuvas.

A classe sedes/benfeitorias compreende as moradias, instalações agropecuárias (galpão, estufa, galinheiro, pocilga, etc.), hortas e pomares. Foram dispostas próximas, ao longo da estrada, a fim de viabilizar a instalação da rede elétrica e facilitar a mobilidade das famílias. Para além das vantagens citadas, a proximidade das moradias possibilitou que se manifestassem práticas de solidariedade, reciprocidade e confiança na comunidade do assentamento, circunstância extremamente benéfica caso haja oportunidade de desenvolver um planejamento socioambiental integrado.

Nos arredores das sedes é comum encontrar o cultivo em pequena escala, para consumo familiar, de hortaliças, frutas e ervas medicinais, além da criação de pequenos animais como aves, suínos e ovinos.

A classe mata nativa representa as áreas contínuas de mata ciliar junto aos cursos de água e os capões de mato, entremeados a matriz campestre. Esta fisionomia da paisagem é típica da região dos Campos de Cima da Serra, na qual a transição entre formações vegetais tão distintas – campo e floresta – é muitas vezes abrupta (Boldrini, 2009). A autora enfatiza ainda que a imbricação dessas formações vegetais é um dos fatores determinantes para os elevados índices de diversidade biológica da região.

Os agrupamentos de mata nativa são remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Mata de Araucária. Afora sua contribuição para a beleza paisagística, as araucárias também fornecem as pinhas, que são colhidas pelos assentados para o consumo doméstico de sua saborosa e nutritiva semente, o pinhão. Poucas famílias as colhem para comercializar.

A lenha é uma importante fonte de energia nas moradias, sendo utilizada para o preparo dos alimentos e aquecimento doméstico nos dias frios do inverno vacariense. Esta lenha provém, segundo os assentados, dos galhos secos caídos e árvores mortas recolhidas no mato. De fato, nas observações das unidades de produção familiar não houve indícios de corte seletivo de árvores, tanto nas áreas de mata ciliar, quanto nos fragmentos de mata nativa. Além disso, em razão da considerável área com formações florestais, os resíduos vegetais acumulados atendem perfeitamente a demanda de lenha das famílias.

A mata nativa ocupa aproximadamente 147,6 ha, ou seja, corresponde a 27,7% do total do imóvel. Embora a área total de mata nativa do assentamento seja superior aos 20% previstos em lei (considerando o permitido cômputo das APP no cálculo do percentual), a área de reserva legal não está averbada ao registro do imóvel. Cabe salientar que para assentamentos do programa de reforma agrária, a área de reserva legal pode ser delimitada separadamente, por lote, ou em regime coletivo, desde que respeitado o percentual previsto em relação a cada lote e aprovado pelo órgão competente.

4 Áreas de preservação permanente do assentamento Nova Batalha

No território do assentamento Nova Batalha foram identificados e espacializados quatro tipos de áreas de preservação permanente, segundo parâmetros, definições e limites dispostos na legislação ambiental vigente. Ressalta-se que não foi identificada APP de topo de morro, pois de acordo com a definição da Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Novo Código Florestal Brasileiro, a altura mínima de elevação em relação à base é de 100 metros e, ao analisar a carta topográfica, verificou-se que na área de estudo a amplitude altimétrica não ultrapassa 80 metros.

Observando a tabela 2 é possível constatar que os espaços protegidos perfazem um total de 37,45 ha, configurando um mosaico de situações de impacto e preservação dos recursos naturais, na medida em que os diferentes usos da terra influenciam diretamente no desempenho de sua função ambiental. No entanto, mesmo que existam alguns conflitos de uso, como os cultivos agrícolas e as áreas construídas, grande parte destes espaços tem sido respeitados pelas famílias, já que possuem a maioria de sua vegetação nativa preservada, sem a presença de atividade antrópica.

Tabela 2 – Distribuição das áreas de preservação permanente com seus respectivos usos da terra no assentamento Nova Batalha.

Tipo de APP	Área APP (ha)	Uso da terra em cada tipo de APP (ha)				
		Cultivos	Solo exposto	Mata	Campo	Sede
Cursos d'água	28,5	0,1	-	21,0	7,4	-
Nascentes	6,3	0,2	-	1,8	4,2	0,1
Declividade > 45°	1,0	-	-	0,6	0,4	-
Açudes	1,6	1,4	-	0,05	0,2	-
Total	37,45	1,7	-	23,45	12,2	0,1

Fonte: Trabalho de Campo.

Org.: PERES, P. C.

Na Lei 12.651 a definição de APP faz referência a formas de vegetação nativa que cumpram a função ambiental, deste modo, a cobertura do solo considerada regular não se restringe as formações arbóreas, mas abrange

toda composição florística característica do lugar. Diante deste argumento, no ecossistema estudado, entende-se que tanto a vegetação florestal quanto a vegetação campestre poderão cumprir a função ambiental apregoada pelas APP, não configurando conflito ambiental, caso assegurem a integralidade dos processos ecológicos.

Igualmente, os espaços de preservação da vegetação nativa não se restringem às APP, estando presente no assentamento como um todo e se dá, sobretudo, em razão das limitações impostas pelas condições geográficas do lugar. Além disso, o maior tamanho dos lotes – se comparado com outros assentamentos – é uma particularidade que tende a favorecer a preservação da natureza, pois permite que as famílias assentadas possam gerir o espaço de forma mais adequada, resguardando as áreas com fragmentos florestais nativos.

O assentamento vizinho, em que os lotes têm aproximadamente 20 ha, revela um grau de degradação mais elevado. A condição natural do agroecossistema, com fortes restrições ambientais e limitada área agricultável acarretou no uso intensivo de áreas sem aptidão agrícola, cuja destinação deveria ser a preservação permanente.

Para aquelas famílias a sobrevivência no assentamento tornou-se difícil (há alto índice de rotatividade de beneficiários), sendo necessário abdicar da qualidade ambiental para atender as necessidades básicas de reprodução social.

Após a implantação do assentamento Nova Batalha as áreas a serem preservadas aumentaram em 1,6 ha, uma vez que, foram construídos dois reservatórios artificiais (popularmente conhecidos como açudes) com mais de um hectare de superfície, os quais demandam, no mínimo, 15 metros de APP no seu entorno.

A área com maior extensão de conflito legal gerado pelo uso inadequado das terras no assentamento está justamente na APP de um dos açudes, pelo fato de parte considerável desta estar sendo utilizada para o cultivo de pastagem. O estabelecimento desta prática produtiva no entorno de qualquer que seja o manancial hídrico, associado à ausência de medidas eficazes de conservação do solo, é extremamente nociva ao meio ambiente e à saúde humana, visto que, além do sedimento erodido, todos

os insumos químicos utilizados são transportados para dentro dos corpos de água, comprometendo sua qualidade.

Ao ser questionado, o agricultor assentado explicou que utiliza esta área para o cultivo em virtude da mesma ser mais plana (permitindo mecanização) e próxima à sede, e também por não saber que aquela área deveria ser protegida. Esse comentário é uma constante nas falas das famílias, que não reconhecem o entorno de açudes enquanto APP, citando apenas os morros, arroios e nascentes.

Cabe mencionar que para as APP do entorno de reservatórios artificiais a lei 12.651 não prevê a continuidade das atividades agrossilvipastoris enquanto área rural consolidada, devendo o proprietário recompor a totalidade da área que possui uso alternativo da terra.

As margens dos cursos de água naturais correspondem à maior extensão de APP do assentamento, com mais de 3/4 do total identificado. Elas estão com sua vegetação nativa quase integralmente preservada, já que apenas uma ínfima porção (0,1 ha) apresenta uso conflitivo por estar sendo utilizada para o cultivo agrícola.

A notória preocupação em preservar as margens dos cursos de água do assentamento está intimamente relacionada com a construção da identidade desses agricultores, cujos pais também trabalhavam no campo. Neste contexto, os saberes tradicionais perpetuados através das gerações e experienciados no lugar orientam a forma de viver e se relacionar com a natureza, atribuindo um significado prático e emocional aos recursos naturais. Assim, os agricultores assentados concebem a água como fonte de vida, essencial à permanência e reprodução das famílias em suas unidades produtivas, já que sua prática cotidiana é estritamente dependente deste recurso. Logo, mesmo sem instrução formal, a preservação de sua qualidade e quantidade se tornou prioridade.

As práticas produtivas, nessa e em outras situações vivenciadas no assentamento, evocam o conhecimento empírico do lugar, dialogam com a natureza, e podem ser compreendidas como uma estratégia de apropriação dos recursos naturais que possibilita a permanência e reprodução no território.

Contudo, a reduzida extensão de conflitos de uso da terra não significa

que as APP não estejam suscetíveis a outros problemas na gestão ambiental de seus espaços. Com exceção das plantações de amora e framboesa, que são cultivadas em espaços cercados, no restante da área do assentamento não existe separação entre área de preservação e área destinada ao pastejo do gado. Mesmo que a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente 425/2010 permita a manutenção do pastoreio extensivo tradicional nas APP das unidades de produção familiar situadas em campos de altitude, controlar a pressão e frequência de pastejo é crucial para evitar que essa atividade se torne predatória. No Nova Batalha, todavia, a quantidade de animais existente, com média de 20 cabeças de gado por lote, está aquém da capacidade de suporte da área, logo, o impacto ambiental gerado não chega a ser expressivo.

5 Influência das APP na qualidade da água das fontes de abastecimento humano

As duas nascentes de cursos d'água localizadas no perímetro do assentamento possuem comportamento perene, ou seja, não ficam secas nos períodos de estiagem. O entorno dessas nascentes são APP plenamente respeitadas, nelas a cobertura vegetal nativa se mantém conforme desígnios da legislação ambiental. Por outro lado, as APP de olhos d'água estão mais suscetíveis a conflitos socioambientais, principalmente por estarem situadas próximas às sedes dos lotes. Dos seis olhos d'água identificados, apenas um está totalmente preservado (figura 3), o restante apresenta algum uso antrópico em seu entorno. Contraditoriamente, esses locais são considerados de extrema importância para a comunidade, haja vista serem utilizados como fonte para o abastecimento de água de 66% das famílias entrevistadas, já que a estrutura de distribuição de água que ligará o poço artesiano às moradias ainda não foi construída por falta de recursos financeiros. Apenas três famílias que residem próximas ao poço conseguem usufruir de sua água através de um encanamento rudimentar.



Figura 3 – Olho d'água com APP preservada e cavidade protegida.
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

A despeito da maioria dos olhos d'água estar localizados próximos a fontes potenciais de contaminação, cerca de 60% das amostras submetidas à análise da qualidade da água revelaram condições físicas e microbiológicas plenamente adequadas ao consumo humano, visto que, nesses casos, todos os indicadores de qualidade analisados estão de acordo com o padrão de potabilidade indicado na Portaria do Ministério da Saúde N° 2419/2011.

Como a água consumida pelas famílias não sofre nenhum tipo de tratamento que garanta a remoção de impurezas e contaminantes é fundamental que, além de preservar a vegetação nativa da APP, seja feita uma proteção na cavidade da fonte. Tal proteção deverá servir tanto filtrar a água, quanto para evitar a entrada de folhas, galhos, vermes, insetos e pequenos animais. Mesmo que a decomposição do material orgânico seja desejável ao equilíbrio do ecossistema aquático, no caso específico de águas destinadas ao consumo humano a elevação dos coliformes totais compromete sua qualidade, pois cria ambiente propício à proliferação de microrganismos.

Da mesma forma, estas águas não sofrem adição de flúor, medida importante para auxiliar na prevenção da cárie dental. No abastecimento público a fluoretação é obrigatória, por lei, desde 1974, todavia, no espaço

rural, por captarem água diretamente de fontes naturais, são comuns as comunidades que não usufruem desse benefício.

Considerações Finais

A realidade encontrada no assentamento Nova Batalha é bastante peculiar, visto que, mesmo sendo implantado numa área de fragilidade ambiental, sem estudos técnicos prévios e planejamento de uso das terras, constatou-se a existência de poucos conflitos socioambientais em seu território. De maneira geral, os conflitos observados estão associados à precária estrutura para tratamento e destinação dos efluentes domésticos e ao acesso do rebanho bovino às áreas de preservação permanente. Embora estes conflitos ainda não tenham causado uma degradação significativa, convém uma intervenção mais eficaz da equipe de ATES, no intuito de que tais situações não venham a comprometer substancialmente a qualidade socioambiental da comunidade.

Além do impasse na condução da assistência técnica (clara aversão das famílias à entidade contratada), neste assentamento o poder público cometeu, e ainda comete, negligências de toda ordem, da ausência de infraestrutura para a distribuição de água à falta de licença ambiental. Logo, concomitantemente a criação de novos assentamentos, é necessário que se organize e viabilize os já existentes, muitos dos quais se encontram à margem do processo de reforma agrária. Diante do exposto, no Nova Batalha, a preservação de expressiva área de vegetação nativa e o respeito para com as áreas de preservação permanente, provém muito mais do saber tradicional dos agricultores, passado de geração em geração, do que do empenho dos órgãos ambientais ou do INCRA, que sequer fiscalizam a apropriação dos recursos naturais no assentamento.

A análise da qualidade da água consumida pelas famílias, com ligeira contaminação em algumas das amostras, indica a necessidade de serem executadas medidas de caráter preventivo no entorno dos olhos d' água, a fim de evitar que essa água possa vir a prejudicar a saúde dos usuários. Dentre as medidas, sugere-se a proteção da cavidade perfurada e a restrição da livre circulação de animais, através do cercamento da APP. Enquanto

aguardam a rede de distribuição do poço artesiano é recomendado que sejam feitas análises periódicas da qualidade da água, além da manutenção e vigilância constante do local do afloramento dos olhos d'água, impedindo assim, que contaminantes atinjam o interior dessas importantes fontes de abastecimento.

A falta de sinergismo institucional ficou explícita durante a condução da pesquisa, visto que, além das fragilidades de caráter financeiro, logístico e de recursos humanos, a articulação das diferentes instituições envolvidas no processo de reforma agrária ainda é incipiente, obstaculizando o cumprimento das normas em vigor. A dificuldade de encontrar informações secundárias do Nova Batalha é exemplo concreto dessa situação, pois estudos essenciais à implementação de um assentamento de reforma agrária, como a caracterização do solo e o georeferenciamento da área, ainda não foram elaborados pelos órgãos competentes.

É comum os assentamentos de reforma agrária serem taxados como causadores de degradação ambiental, no entanto, eles também podem ser percebidos enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento de uma agricultura de base ecológica, que melhora e/ou mantém a qualidade ambiental do território. No Nova Batalha esse potencial é ampliado, visto que, as condições naturais (ambiente preservado, com pouca intervenção antrópica) e as condições de produção (uso mínimo de agrotóxicos) constituem um importante alicerce para uma possível transição agroecológica.

Referências

AUZANI, G. M. **Uso da terra e caracterização hidropedológica na região de Vila Kramer, São Francisco de Assis, RS**. 2010. 129 p. Tese (Doutorado em Ciência do Solo). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BRASIL. Lei 12.651,. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 30 maio. 2012.

BRASIL. Portaria nº 2.419, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2012. Disponível

em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>.
Acesso em: 04 abr. 2012.

BOLDRINI, I.I. (org.). **Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias**. Brasília: MMA, 2009. 240 p. (Série Biodiversidade, v.30)

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução n. 425, de 25 de maio de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=630>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2011.

MEDEIROS, L. S. de.; LEITE, S. **Formação dos Assentados Rurais no Brasil Processos Sociais e políticas públicas**. Editora da Universidade Federal do Rio grande do Sul. Ano 1999.

MINELLA, J. P. G. et al. Identificação e implicações para a conservação do solo das fontes de sedimentos em bacias hidrográfica. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa – MG, 2007. v. 31, n. 6: pp. 1637-1646.

PELEGRINI, J. B. R. **Planejamento de uso do solo em unidades de produção familiar produtoras de fumo: limites e possibilidades para a superação de conflitos agroambientais**. 2011. 125 p. Tese (Doutorado em Ciência do Solo) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

Transformações no espaço rural gaúcho: Um esforço de síntese

Cesar De David

Introdução

Nas últimas décadas, o espaço rural do Rio Grande do Sul vem apresentando uma série de mudanças que evidenciam a construção de novos arranjos sociais e produtivos decorrentes dos avanços tecnológicos na agricultura e das demandas do mercado urbano industrial no que diz respeito à produção de alimentos e matérias-primas agrícolas. Como alerta Galvão (1996), o entendimento da organização e da dinâmica do espaço agrário deve ser encontrado fora de seus próprios limites, ou seja, nas suas relações com a cidade por meio das quais se integra com os vários vetores da economia e da sociedade.

Portanto, os novos arranjos e a dinâmica do espaço rural na atualidade só podem ser apreendidos a partir da compreensão da emergência da sociedade global. Segundo Ianni (2001), a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção. Com isso, expandem-se as forças produtivas, que compreendem o capital, a tecnologia e a divisão social do trabalho, criando articulações e relações de interdependência entre todos os países e lugares do mundo. Ao comentar sobre a questão, Oliveira (1995) relembra que a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditória e combinada. Uma vez que (...) constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital (Oliveira 1998, p. 27).

O território, categoria de análise geográfica, é termo polissêmico. Santos (1997, p. 51) define espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ele é a síntese, sempre provisória e sempre renovada – pois pressupõe movimento – das contradições e da dialética social.

A noção de território pressupõe o controle político e simbólico do espaço geográfico por grupos ou classes dominantes através de projetos de desenvolvimento econômico. A principal forma de relação do homem com o meio é dada através da técnica. São as técnicas¹ que indicam como o território é usado, ou seja, como, onde, por quem, por que, para que. Santos e Silveira (2001, p. 20) concebem o espaço geográfico como território usado, sujeito a transformações sucessivas nos diversos momentos históricos. Para esses autores, o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. A essa concepção vincula-se a noção de gestão do território.

Essas reflexões constituem a base para o entendimento das transformações no espaço rural brasileiro. No Brasil, nas últimas décadas, aplicou-se o projeto de desenvolvimento rural centrado na modernização tecnológica da agricultura e, num primeiro momento, o território foi administrado pelo Estado e pelas empresas privadas. Posteriormente (pós-

1990), com a crise do modelo urbano-industrial que se refletiu também sobre a agricultura, o poder sobre o território passou a ser partilhado com outras organizações sociais. Daí surgiram os seguintes questionamentos: quais são os efeitos das transformações econômicas globais no espaço rural? Qual é o significado da pluriatividade na produção familiar? O que mudou no espaço rural?

Neste texto se objetiva refletir sobre as transformações em curso no meio rural gaúcho, explorando alguns conceitos e a mudança de significado do espaço rural, tendo por base o movimento de expansão do capitalismo urbano-industrial na agricultura e no rural como um todo.

1 A mundialização da economia: O avanço tecnológico e as transformações no rural

A mundialização da economia está provocando transformações em todos os setores, incluindo-se aí as atividades agropecuárias e o espaço rural como um todo. Está em curso um novo ciclo da acumulação capitalista, resultando um cenário marcado por diversos arranjos socioespaciais, com dinâmicas específicas em cada lugar do planeta. Passa a existir, portanto, uma nova realidade no meio rural, marcando a continuidade histórica da acumulação capitalista, agora com uma nova face.

Vemos hoje, com mais intensidade nos países desenvolvidos, mas também nos países em desenvolvimento, que em todos os setores da economia surgem empresas especializadas na prestação de serviços técnico-produtivos. Se a tecnologia reduziu a necessidade de mão-de-obra formal, está oferecendo oportunidades para o trabalho sazonal e para a terceirização.

O espaço rural e a agropecuária, em especial, também vivenciam o fenômeno da terceirização de atividades, sendo comum a contratação de mão-de-obra para realizar tarefas relativas, por exemplo ao preparo do solo, à colheita, às pulverizações, às inseminações, entre outras. Como assinalaram Graziano da Silva; Del Grossi (2002), essas operações agropecuárias faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais, mas agora estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas, ou seja, a terceirização também alcançou as atividades agrícolas.

Convém salientar que, aliando a padronização dos processos técnicos e dos produtos, consolidou-se uma organização de ordem econômica denominada produtivismo. No espaço agrário, em curto prazo aumentam os rendimentos físicos da terra e do trabalho, enquanto se reduzem os custos unitários de produção. Assim, os estabelecimentos agrícolas especializam-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema policultura-criação de animais. O agricultor passa a utilizar, cada vez mais, insumos industriais e a vender para o mercado. Substitui-se cada vez mais o trabalho por capital, resultando na concentração da produção. Racionalizam-se cientificamente as práticas agrícolas. As experiências e os conhecimentos tradicionais diversificados são substituídos por condutas técnicas e padronizadas, tanto na produção material, quanto na gestão das propriedades (DUFUMIER; COUTO, 1998).

Nessa perspectiva consolidam-se os complexos agroindustriais, ou seja, há maior integração da agricultura com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos, e também com a agroindústria processadora de alimentos e matérias-primas agrícolas. As resultantes indicam um processo de subordinação do trabalho ao capital que, segundo Graziano da Silva (1998), expressa-se, de um lado, na de proletarianização do trabalhador e, de outro, na recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem todavia conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores.

Analisando os efeitos do produtivismo, Santos; Silveira (2001, p. 131) concluem que *a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos*. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes.

Assim, o mundo rural brasileiro (re)surge como novo mercado para o capital urbano-industrial cujas manifestações estão sendo reveladas por meio de múltiplos fatores, muitas vezes reproduzindo antigas contradições.

Embora a tecnologia venha apresentando efeitos quantitativos positivos no rendimento médio da produção agrícola, conforme demonstram as pesquisas e anúncios seguidos de quebra de recorde

pelas safras de grãos, paralelamente, ela provoca impactos ambientais e socioeconômicos negativos no meio rural. O certo é que, em cada estágio, o avanço tecnológico, tanto no campo como nas cidades, provoca mudanças na produção e no trabalho, reproduzindo e aprofundando o espectro de desigualdades socioeconômicas e os desequilíbrios regionais do país. A tecnologia impõe regras novas, que resultam na racionalização do uso da força de trabalho, originando um conjunto diferenciado de arranjos e processos socioespaciais, urbanos e rurais.

Sobre os efeitos da tecnologia no campo, Thomaz Júnior (2000, p. 114) destaca que;

tanto para as empresas rurais, quanto para os segmentos familiares, a adoção de tecnologias, além de produzir reformatações constantes com a (re)divisão do trabalho, produz a intensificação do assalariamento, como também sua negação via desemprego, mais ainda, o dismantelamento da estrutura familiar de produção que, na maioria dos casos faz engrossar as fileiras da proletarização de um lado e, de outro lado, requalifica o processo de luta pela terra, como também, incentiva a prática de atividades e funções não essencialmente agrárias.

O mundo agrário brasileiro modificou sua base produtiva, incorporando não só o padrão tecnológico na produção, mas também o modo urbano de vida, expresso, entre outras coisas, por eletrodomésticos, antena parabólica, modos de vestir, alimentar, falar que nas palavras de Teixeira; Lages (1997), atestam a homogeneização de comportamentos e valores entre o rural e o urbano.

As famílias rurais estão alterando seu perfil. A queda dos rendimentos, provocada pelo aumento dos custos de produção e pela redução dos preços na comercialização das mercadorias, teve notável repercussão na agricultura familiar, afetando principalmente os produtores mais pobres. As dificuldades econômicas estão obrigando o grupo familiar a buscar outras estratégias de sobrevivência, na própria unidade produtiva ou fora dela.

Apesar do elevado nível de modernização alcançado por determinadas atividades agropecuárias, em especial aquelas voltadas à produção de

commodities e ao mercado externo, a agricultura familiar continua enfrentando dificuldades para permanecer no mercado. A exclusão social e o êxodo rural estão em curso, contribuindo para agravar o problema das cidades, saturadas com os alarmantes índices de pobreza provocados, em grande medida, pelo caráter excludente das relações de produção historicamente estabelecidas.

Os elevados índices de desemprego rural ou urbano registrados no Brasil nas últimas décadas, aliados à escassez ou falta de terra para cultivo, estão levando a população a encontrar outras alternativas de sobrevivência. Esse fenômeno vem provocando uma reversão nos tradicionais papéis do rural e do urbano. No meio rural, as alternativas são as atividades não-agrícolas, enquanto na área urbana e periurbana², a produção agrícola vem ocupando espaço, constituindo-se como importante fonte de renda, fenômeno comum em regiões metropolitanas como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Florianópolis.

Por outro lado, especialmente no Centro-Sul do país, o espaço rural está se tornando atrativo para diversos sujeitos sociais, entre os quais os neo-rurais³. Em determinados municípios, a descentralização das residências e os sítios de lazer se aliam a outras atividades produtivas, como a indústria, os serviços de turismo e lazer (hotéis, pousadas, restaurantes). Os recursos naturais e culturais do espaço rural – paisagens, ar puro, água limpa, tradições – tendem a ser amenidades cada vez mais valorizadas pela população urbana. De qualquer forma, tais atividades não se generalizam; a agricultura ainda predomina.

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro mostrou-se contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avançou, produzindo relações especificamente capitalistas de trabalho, por meio do assalariamento puro, (como é o caso do boia-fria), produziu também relações de produção camponesas, assentadas no trabalho familiar, como demonstrou Oliveira (1995).

O autor ainda aponta outra contradição: de um lado, o desenvolvimento da agricultura capitalista abriu possibilidade aos proprietários de terras para a apropriação da renda capitalista, na forma diferencial e/ou absoluta, configurando-se o processo de territorialização do capital monopolista;

de outro, contraditoriamente, ocorreu a expansão da agricultura familiar. Com relação a qual, o capital monopolista desenvolveu formas para subordinação e apropriação da renda da terra, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não se territorializa, apenas monopoliza o território marcado pela agricultura familiar.

Se até a pouco tempo a agricultura podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, com a modernização tecnológica, as atividades agrícolas integraram-se aos demais setores da economia. Em função da complexidade de relações estabelecidas, os espaços agrário/rural e urbano tornaram-se integrados por laços de complementaridade, passando a ser dominados pelo meio técnico científico informacional e, em essência, pelo capital financeiro mundializado.

Muito embora o segmento familiar as tenha incorporado parcialmente, as inovações tecnológicas se refletiram na ocupação da mão-de-obra, liberando membros para assumir outras atividades não-agrícolas, caracterizando uma atuação da pluriatividade.

2 O significado da pluriatividade na produção familiar

O espaço rural deixou de ser sinônimo de agrícola: muitas atividades antes tipicamente urbanas passaram a ser exploradas no meio rural, geralmente complementando as atividades agrícolas. Além disso, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos de população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado com base no calendário agrícola e na expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Como demonstrou Graziano da Silva (1999), há um conjunto de atividades não-agrícolas que estão respondendo cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

Nesse quadro, destaca-se a pluriatividade, que não é fenômeno específico e nem representa nova atividade no meio rural. Segundo Carneiro (1999b, p. 326), a pluriatividade é uma noção polêmica e abrangente que não define uma nova categoria social no espaço rural, mas que;

[...] designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo campo de possibilidade de realização dos projetos familiares.

A pluriatividade corresponde à estratégia de sobrevivência usada historicamente pela produção familiar e engloba um diversificado conjunto de atividades que se combinam em ampla gama de variações. Ela não pode ser dissociada das condições econômicas, sociais e culturais das famílias rurais envolvidas, nem do projeto particular de cada uma e, não obstante o alto grau de heterogeneidade das combinações de atividades, a meta principal é complementar a renda.

A história tem mostrado que nas últimas décadas e mais propriamente pós-1980, ocorreu acentuada perda de renda agrícola no Brasil, em virtude da redução dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional. Silva e Del Grossi (2002, p. 03) destacam que;

[...] como consequência dessa queda de renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. E esse fenômeno é tão forte e rápido que nossos dados apontam que em 1998 o total das rendas não-agrícolas já ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebida pelos moradores rurais. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural [...]

A pluriatividade traz consigo profundas alterações nas relações do agricultor com a terra, no seu modo de vida e nas relações sociais rurais. Analisando a temática, Tedesco (1999) destaca que o medo de perder o emprego e os poucos ganhos auferidos com as atividades pluriativas fazem com que o agricultor mantenha as práticas agrícolas e não abandone o rural. De qualquer forma, a família

[...] reestrutura-se às inúmeras situações de mudança, insere-se numa esfera de economia popular e de

solidariedade através de microempresas de caráter familiar, sob o manto da informalidade; organiza-se em termos de iniciativas que dão lugar a organizações no campo da produção, comércio e serviços que compartilham referenciais de solidariedade interna e cooperação vicinal e comunitária (TEDESCO, 1999, p. 181).

A pluriatividade “[...] se consolida como a salvação da propriedade da terra rural de famílias, tradicionalmente com vínculos para com a produção agropecuária, [pois assim] os trabalhadores a tempo parcial conseguem compensar os baixos rendimentos agrícolas com outras ocupações, evitando ou prorrogando a pobreza rural” (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 117). Assim, a pluriatividade torna-se um complemento de renda ou uma alternativa de sobrevivência que torna possível sua permanência no meio rural.

3 Aproximações com o urbano: a (re)significação do rural

As cidades constituem vetor de mudança do espaço rural. A urbanização é um processo geral e, segundo Rua (2001), mais que em qualquer outro tempo, caracteriza o capitalismo na sua fase atual, sendo evidenciada tanto no campo como na cidade.

Existe um intenso debate sobre as relações cidade-campo e sobre a urbanização do rural. Não se pretende entrar na polêmica das controvérsias e, neste texto, adotou-se a concepção de Rua (2001) para quem a urbanização diz respeito à incorporação de ideologias e atributos, compartilhados por pessoas de posições socioeconômicas similares, independente da localização da sua residência. Para o autor, valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados a partir das cidades e espalham-se pelo território, num movimento simultaneamente extensivo e intensivo, como nova fronteira para o capitalismo, combinando-se desigualmente, em cada localidade, no rural e no urbano. Para o autor:

a urbanização no campo ocorre através das urbanidades, que seriam todas as manifestações do urbano (mas nem sempre de origem urbana), em áreas rurais, sem que, por isso,

identifiquem-se tais espaços como urbanos. As urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações que vão desde a melhoria da infra-estrutura e dos meios de comunicação até a aposentadoria e novas formas de lazer. (RUA, 2000, p. 41. Grifos na fonte)

Em que pesem as controvérsias entre os estudiosos, o rural é um espaço suporte de relações sociais específicas que se constroem, se reproduzem e se redefinem sobre esse mesmo espaço e que, portanto, dão-lhe forma como espaço singular de vida. Sua compreensão não prescinde da consideração de sua dinâmica social interna e suas formas de inserção externa (WANDERLEY, 2000).

O espaço rural adquiriu um significado distinto daquele que lhe era tradicionalmente atribuído. As novas formas geográficas e as mudanças de conteúdo, como advertem Rua (2000) e Santos (1997 e 2001), conduziram a reformulações também no próprio conceito de rural. As noções de espaço rural e de agricultura, considerados sinônimos e opostos ao conceito de espaço urbano, já não fazem mais sentido. De um lado estão surgindo novas atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas, dando uma aparente estabilidade econômica e social à população residente no campo. De outro, há importantes mudanças; atividades consideradas rurais como a horticultura e a floricultura passaram a ter expressão econômica nos espaços urbanos.

Assim, do ponto de vista da localização das atividades econômicas, muitos lugares já não se caracterizam como urbanos e rurais. Apesar de tornadas mais voláteis e fluidas, as fronteiras entre o rural e o urbano continuam existindo. Porém, se no passado a fronteira entre esses espaços separava atividades distintas, atualmente ela aproxima espaços singulares mas que desenvolvem atividades comuns. Carneiro (1999a) pondera que seria simplista falar da urbanização do campo como expressão que qualificaria a perda da especificidade de um desses dois pólos. A tarefa primordial é definir o novo significado do par rural/urbano na atualidade. Antes é preciso dizer que aqueles que consideram o par rural/urbano inútil para análise, confundem o uso dicotômico que este muitas vezes teve enquanto par conceitual. Ao criticar essas posições, Alentejano (2000, p.

104) desmitifica: não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais.

Independente das atividades desenvolvidas – sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços –, das relações de trabalho existentes – assalariadas, pré-capitalistas ou familiares – e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, a terra é o elemento que permeia o rural e os rurais dando-lhes unidade, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é bem menor (Alentejano, 2000), ou seja, o elemento de apoio para definir a natureza do rural é a relação dos atores sociais com a terra em suas dimensões econômica, social e espacial. (A dinâmica urbana não depende das relações com a terra)

A definição rural/urbano compreende uma singularidade marcante relacionada à intensidade das relações global/local, ou seja, é a intensidade da territorialidade que distingue o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano se caracteriza por relações mais globais, enquanto o rural reflete maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Admitindo-se a conformação de um novo mundo rural, torna-se necessário avançar em formulações que rompam com a dicotomia rural/urbano. Para Jean citado por Wanderlei (2000, p. 129), o fim das sociedades rurais não significa o fim do rural. Assiste-se, nas sociedades modernas, a um processo de recomposição do rural e da emergência de uma nova ruralidade. Tal perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano e reafirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga recompor o objeto, ou seja, que torne possível repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação. Entretanto, como adverte Rua (2001), a ideia de novas ruralidades enfatiza a força do rural em contraposição ao urbano, peso este que o rural não tem, uma vez que é o espaço urbano que comanda a dinâmica espacial contemporânea.

Ao comentar os resultados do processo recente de urbanização e de expansão capitalista no campo, Santos (1993) afirma que podemos admitir, de modo geral, que o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos denominados espaços agrícolas e espaços urbanos. Dando sentido ao termo região, pode-se dizer

que o espaço geográfico brasileiro é atualmente preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Simplesmente não mais se trataria de regiões rurais e de cidades. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais.

Considerações Finais

O espaço rural brasileiro vem passando por um notável processo de transformação. As atividades agrícolas especializadas no abastecimento do mercado, marcadas pelo uso da tecnologia mecânica e química, imprimiram nova dinâmica à produção, alterando a divisão do trabalho rural e as relações cidade-campo.

Muito embora atividades não-agrícolas estejam em expansão no meio rural, a agricultura ainda predomina. A pluriatividade, estratégia tradicional usada pelas famílias rurais, ressurgiu com nova roupagem no período contemporâneo, respondendo pela resistência à crise econômica, porém integrando a lógica de exploração capitalista.

Considerando o rural como um espaço singular incorporado ao processo de urbanização, diferentes organizações econômicas, políticas e sociais estão mudando seu conteúdo e formato, estando em construção uma multiplicidade de arranjos socioespaciais que atestam as mudanças de significado do espaço rural.

Notas:

1 As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (Santos, 1997: p. 25).

2 Espaço periurbano é o que está próximo aos centros urbanos mas mantém características rurais, tendo importância as atividades agrícolas (WANDERLEY, 2000).

3 São produtores rurais, agrícolas ou não, que se caracterizam pela falta de tradição na atividade, pelo caráter mercantil da propriedade e pelo recurso à mão-de-obra assalariada, restringindo-se ao papel de administradores da produção. Numa concepção mais abrangente, considera neo-rurais todos os habitantes urbanos que se transferem para as áreas rurais. (RUA 2001 e GIULIANI, apud CARNEIRO, 1999).

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania. São Paulo, n. 15, 2000. p. 87 - 112.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & COSTA, Lúcio Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1999^a.
- CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José & BRUNO, Regina. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999^b.
- DUFUMIER, Marc. e COUTO, Vitor de A. Neoprodutivismo. **Caderno CRH**. Nº 1, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, p. 81-112, 1998.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GALVÃO, Maria do Carmo. As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil. **Anais**. ENCONTRO: O ENSINO DA GEOGRAFIA DE 1º E 2º GRAUS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS. Rio de Janeiro, 1996, *Anais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.101 – 116.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/. Acesso em: mai. 2002.
- IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 25, n. 49-50, 1995. p.15-58.
- RUA, João. A urbanização rural ou novas ruralidades? Uma contribuição geográfica para o debate. **Anais**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Goiânia, 2000, Goiânia: UFG, 2000, p. 418-421.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEDESCO, João Carlos. Pluriatividade: estratégias, alternativas ou o fim da agricultura familiar? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 01, jan/abril. 1999. p. 175-202.

TEIXEIRA, Marcio Antonio; LAGES, Vinicius Nobre. Transformações no espaço rural e a geografia rural: Idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 14, 1997. p. 9-33.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território em transe: (re)divisão territorial do trabalho e redefinições de funções na agricultura (evidências e perspectivas para o século XXI). In: MENEZES, Ana Virgínia C. e PINTO, Joseja Eliane S. S. **Geografia 2001**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. p. 105-121.

WANDERLEY, Maria Nazareth Boudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, outubro 2000. p. 87-145.